



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

VILMA BARBOSA FELIX

DOS PROTESTOS DE RUA ÀS PETIÇÕES ON-LINE:
O INDIVIDUALISMO CONTEMPORÂNEO E SEU IMPACTO
NAS NOVAS FORMAS DO AGIR COLETIVO

Recife

2023

VILMA BARBOSA FELIX

**DOS PROTESTOS DE RUA ÀS PETIÇÕES ON-LINE:
O INDIVIDUALISMO CONTEMPORÂNEO E SEU IMPACTO
NAS NOVAS FORMAS DO AGIR COLETIVO**

Tese apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de doutora em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, área de concentração Mudança Social.

Orientador: Prof. Dr. Jonatas Ferreira

Recife

2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

F316d Felix, Vilma Barbosa.
Dos protestos de rua às petições on-line : o individualismo contemporâneo e seu impacto nas novas formas do agir coletivo / Vilma Barbosa Felix. – 2023.
256 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientador : Jonatas Ferreira.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2023.

Inclui referências e apêndices.

1. Sociologia. 2. Petições on-line. 3. Movimentos sociais. 4. Ativismo. 5. Individualismo. 6. Neoliberalismo. I. Ferreira, Jonatas (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2024-036)

VILMA BARBOSA FELIX

**DOS PROTESTOS DE RUA ÀS PETIÇÕES ON-LINE: o individualismo
contemporâneo e seu impacto nas novas formas do agir coletivo**

Tese apresentada como requisito complementar para
obtenção do grau de doutora em Sociologia do
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Pernambuco, área de
concentração Mudança Social.

Aprovada em: 28/02/2023.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Jonatas Ferreira (Presidente/Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Remo Mutzenberg (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Josias Vicente de Paula Júnior (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior (Examinador Externo)
Universidade Católica de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as adversidades até a finalização desta tese. Não foi fácil manter a racionalidade exigida pela academia, a motivação e a força pessoal diante da crise política e humanitária vivida no Brasil nos últimos anos. Passamos por um movimento golpista que levou ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e por quatro anos de um governo de extrema direita que promoveu o desmonte das políticas públicas e do Estado, com fortes ataques à educação, ao meio ambiente, às minorias e à democracia, entre tantas outras atrocidades. Como se não bastasse a tensão política, passamos por uma pandemia que aprofundou as desigualdades e nos levou ao triste número de mais de 697 mil mortes até fevereiro de 2023, afetando profundamente nossas vidas. Em seguida, passamos por um tenebroso processo eleitoral, que manteve constantes ameaças de golpes com apoio militar e a assustadora possibilidade de continuidade daquele governo desastroso.

Dito isso, gostaria de agradecer imensamente ao meu orientador Prof. Dr. Jonatas Ferreira por suas ricas contribuições teórico-metodológicas que nortearam esta pesquisa. Agradeço também por sua sensibilidade, disponibilidade e paciência para compreender, dentro deste contexto, as dificuldades pessoais que permearam a minha caminhada para a conclusão deste trabalho.

Da mesma forma, agradeço profundamente a contribuição da minha companheira, Micheline Batista, pelas importantes discussões sobre o meu trabalho, mas principalmente pelo suporte psicológico e afetivo, sem o qual, inevitavelmente, eu teria desistido.

Agradeço aos colegas da minha turma de doutorado que compartilharam momentos tão difíceis. Agradeço também aos amigos e familiares pela torcida para que este processo fosse finalizado com sucesso.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, aos professores e funcionários. E à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa concedida.

“Tudo que move é sagrado
E remove as montanhas
Com todo o cuidado, meu amor”
(Guedes; Bastos, 1978)

RESUMO

Esse estudo versa sobre as novas formas de ativismo embasado nas novas tecnologias, expressado na assinatura e na criação de petições on-line. Esse tipo de ativismo vem crescendo e no Brasil teve o seu grande *boom* juntamente com as Jornadas de Junho de 2013. Nossa proposta se insere no contexto da globalização e dos valores do neoliberalismo, nas perspectivas das redes como potencialidade para o ativismo transnacional e na necessidade de revisão das teorias dos movimentos sociais, para que possa ajudar a dar conta dessas novas formas de ação coletiva, iluminadas por meio do apelo ao individualismo que o momento atual apresenta. Com isso em mente, analisamos especificamente o fenômeno das petições on-line como uma das ações individuais que podem colocar em xeque as Teorias dos Novos Movimentos Sociais (Melucci) e a Teoria do Processo Político (Tarrow e Tilly), nas quais se afirma a centralidade das identidades coletivas. Essas teorias são costuradas com a discussão das relações e processos democráticos em sociedades complexas, nas perspectivas de Boaventura Santos e Foucault, profundamente impactados pelas novas tecnologias da informação e comunicação e pela globalização, por meio da sua relação direta com o neoliberalismo, exposta em seus aspectos valorativos, sobretudo a ênfase no individualismo como sustentação do capitalismo contemporâneo, segundo as críticas de Harvey, Boltanski e Chiapello e Byung-Chul Han. Buscamos entender em que medida uma nova concepção de ativismo e de ações coletivas pode estar influenciada pelo individualismo característico do modelo neoliberal e como essas práticas podem agir sobre a criação das identidades coletivas, essenciais para manutenção ou formação de movimentos sociais.

Palavras-chave: petições on-line; movimentos sociais; ativismo; individualismo; neoliberalismo.

ABSTRACT

This study focuses on new forms of activism grounded on new technologies, particularly expressed through online petition signing and creation. Such activism has been on the rise, and in Brazil, it experienced a significant surge during the June 2013 protests. Our proposal is situated within the context of globalization and the neoliberal values, exploring the potential of networks for transnational activism. We also recognize the need to revisit theories of social movements to account for these new novel forms of collective action, which are often influenced by the current emphasis on individualism. With this in mind, we specifically analyze the phenomenon of online petitions as one of the individual actions that challenge existing theories such as Melucci's New Social Movements and Tarrow and Tilly's Political Process Theory, both of which emphasize the centrality of collective identities. We weave these theories into discussions about democratic processes in complex societies, drawing insights from scholars like Boaventura Santos and Foucault. These discussions are deeply impacted by information and communication technologies and globalization, which directly intersect with neoliberalism. Neoliberalism, characterized by its emphasis on individualism, serves as a foundation for contemporary capitalism, as critiqued by scholars like Harvey, Boltanski and Chiapello and by Byung-Chul Han. Our inquiry seeks to understand the extent to which a new conception of activism and collective actions may be influenced by the individualistic tendencies inherent in the neoliberal model. Additionally, we explore how these practices may shape the creation of collective identities, which are essential for the maintenance and formation of social movements.

Keywords: online petitions; social movements; activism; individualism; neoliberalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Petição on-line da deputa federal Sâmia Bomfim.....	44
Figura 2 – Plataforma de petições da All Out	45
Figura 3 – Plataforma Mudamos	46
Figura 4 – Site AbaixoAssinado.org.....	47
Figura 5 – Página inicial da plataforma Avaaz em 2020.....	48
Figura 6 – Página inicial da Plataforma Avaaz em 2022	49
Figura 7 – Plataforma da Change.org em 2020	50
Figura 8 – Página inicial da Change.org em 2022.....	51
Figura 9 – Página inicial da Petição Pública Brasil.....	52
Figura 10 – Anúncios na página inicial do site Petição Pública Brasil	170
Figura 11 – Anúncios em página de abaixo-assinado no site Petição Pública Brasil	170
Figura 12 – Reclamação contra a Avaaz	172
Figura 13 – Reclamação contra a Change	173
Figura 14 – E-mail da Avaaz solicitando apoio em campanha	177
Figura 15 – Página da Avaaz solicitando doações	178
Figura 16 – E-mail da Change solicitando doações	179
Figura 17 – Consulta pública sobre projeto de lei no e-Cidadania.....	189

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formas de garantia de soberania popular direta	41
Quadro 2 – Esquema amostral e metodológico	56
Quadro 3 – Características e serviços oferecidos pelas plataformas	154
Quadro 4 – Autodefinições das plataformas de petições on-line	155
Quadro 5 – Modelo de negócios das plataformas de petições on-line	161
Quadro 6 – Modelo de sustentabilidade das plataformas	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos respondentes da pesquisa quantitativa on-line	67
Tabela 2 – Entrevistas realizadas e meios utilizados.....	68
Tabela 3 – Perfil dos assinantes entrevistados.....	71
Tabela 4 – Perfil dos autores entrevistados	74
Tabela 5 – Plataformas mais utilizadas	74
Tabela 6 – E-mails recebidos das empresas de petições on-line	78
Tabela 7 – Sentimento de fazer parte de uma comunidade	150
Tabela 8 – Grau de confiança nas plataformas de petição on-line	174
Tabela 9 – Frequência na checagem de e-mails	175
Tabela 10 – Recebimento e leitura de e-mails enviados pelas plataformas	176
Tabela 11 – Como os entrevistados conheceram as petições on-line.....	179
Tabela 12 – Dados dos perfis das plataformas nas redes sociais.....	180
Tabela 13 – Formas de participação social e política dos assinantes e autores.....	184
Tabela 14 – Quantidade de adesões a abaixo-assinados on-line	192
Tabela 15 – Alvos das petições realizadas	198
Tabela 16 – Temas de interesses dos entrevistados.....	206

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	AS PETIÇÕES ON-LINE	29
2.1	O QUE É UMA PETIÇÃO ON-LINE?	29
2.2	DOS ABAIXO-ASSINADOS ÀS PETIÇÕES ON-LINE	31
2.3	ENTRAVES JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS	36
2.4	DIREITOS DO POVO E SOBERANIA POPULAR	39
2.5	AS PLATAFORMAS DE PETIÇÕES ON-LINE	43
2.5.1	A Avaaz.org	47
2.5.2	A Change.org	49
2.5.3	A Petição Pública Brasil.....	51
3	METODOLOGIA	54
3.1	COLETA E CONSTRUÇÃO DOS DADOS NA PESQUISA QUALITATIVA	57
3.2	A NETNOGRAFIA	60
3.2.1	A observação participante nas plataformas.....	62
3.2.2	A observação no Facebook	65
3.3	A PESQUISA QUANTITATIVA ON-LINE COMO APOIO	66
3.4	A COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA PARA AS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE.....	68
3.5	A CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE DOS DADOS	75
3.5.1	Análise documental e análise de conteúdo	76
3.5.2	Análise de discurso	79
4	PROTESTOS, GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO.....	81
4.1	PROTESTOS E ATIVISMO NO NOVO MILÊNIO: UM BREVE PANORAMA	81
4.1.1	O movimento antiglobalização	82
4.1.2	Os protestos de 2011	85
4.2	GLOBALIZAÇÃO E ATIVISMO	92
4.3	NEOLIBERALISMO E INDIVIDUALISMO	101
5	DEMOCRACIA, ATIVISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	111
5.1	ATIVISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA NEOLIBERAL.....	111
5.2	PARTICIPAÇÃO E TÉCNICAS DE PODER NEOLIBERAIS	118
5.3	NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	122

5.3.1	Comunicação e aceleração.....	124
5.4	CIBERATIVISMO	129
5.5	DE VOLTA ÀS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	135
5.5.1	Os conceitos de estrutura de oportunidades políticas e de repertório na Teoria do Processo Político	138
5.5.2	Identidade coletiva e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais	140
5.5.3	Ativismo e movimento social hoje	144
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	147
6.1	O NEGÓCIO DO ATIVISMO: AS PLATAFORMAS DE PETIÇÕES ON-LINE... 148	
6.1.1	O surgimento das plataformas	148
6.1.2	Diferenças e semelhanças entre plataformas de petições on-line	149
6.1.3	Dando nome aos bois: o que são as empresas de petições on-line	155
6.1.4	Modelo de negócio: ativismo como empreendimento.....	161
6.1.5	Financiamento e doações.....	167
6.1.6	Vitórias e cobranças	171
6.1.7	O poder das redes: o uso de e-mails e do Facebook	174
6.2	AUTORES E ASSINANTES DAS PETIÇÕES ON-LINE: PROTAGONISTAS OU COADJUVANTES?.....	183
6.2.1	Quem são e o que pensam autores e assinantes de petições on-line.....	184
6.2.2	Características das formas de utilização das petições on-line por autores e assinantes.....	191
6.2.3	O ativismo proposto pelos autores e assinantes de petições on-line.....	200
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	210
	REFERÊNCIAS	220
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ON-LINE	233
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA: EMPRESAS.....	250
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA: AUTORES	253
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA: ASSINANTES	255

1 INTRODUÇÃO

Recentemente assistimos a uma série de eventos que passaram a intrigar os estudiosos dos movimentos sociais e da sociologia política no Brasil. Jornadas de Junho de 2013 foi apenas um dos nomes dados aos protestos de rua e de ocupação de espaços públicos que se alastraram pelo Brasil nesse período. Até hoje, esforços acadêmicos estão sendo empregados no sentido de analisar e compreender a força coletiva que, para alguns, “acordou o gigante”¹, levando milhares de pessoas às ruas para se juntar ao Movimento Passe Livre (MPL) e lutar contra o aumento de R\$ 0,20 no preço das passagens dos transportes públicos de São Paulo. Esses protestos se estenderam por várias cidades brasileiras, tomando quase todo o país, multiplicaram-se as demandas e, a partir daí, buscou-se entender as características daqueles atores na tentativa de conhecê-los ou reconhecê-los, saber seus objetivos e como se organizavam.

Parecia claro, desde o princípio, que não se tratava das famosas lutas entre esquerda e direita ou trabalhadores e patrões, pelo menos não como as conhecíamos antes. Singer (2013), utilizando-se de fontes como Ibope e Datafolha, entre outros institutos que realizaram pesquisas durante as manifestações em várias cidades do Brasil, indicou a predominância de atores jovens, com alta escolaridade e de classe média. O autor também apontou distintos momentos nas manifestações que alternaram o protagonismo da direita e da esquerda, embora a maioria desses atores preferisse se declarar como de centro. Ao mesmo tempo, a mídia tradicional reforçava diariamente a ideia de irrelevância dos atores coletivos envolvidos, pois esses jovens se diziam apartidários e sem líderes, não vinculados a movimentos sociais tradicionais, organizados e mobilizados a partir das redes sociais da internet com o objetivo explícito de reivindicar direitos sociais.

As Jornadas de Junho no Brasil em 2013 podem ser consideradas como parte integrante de um conjunto complexo de protestos que se alastraram pelo mundo a partir de 2011, como o Occupy nos Estados Unidos, os Indignados na Europa, a Primavera Árabe e o protesto dos estudantes no Chile. Apesar de cada um, dentro de seus respectivos contextos, apresentar demandas distintas, é comum eles serem tratados com grande ênfase nas similaridades, das quais algumas destacam-se: os atores serem jovens e de classe média, o uso

¹ Havia uma percepção, muito presente na mídia e mesmo no senso comum, de que os eventos das Jornadas de Junho de 2013 “acordaram o gigante”, em uma referência ao Hino Nacional, que caracteriza o Brasil como um “gigante pela própria natureza” que está “deitado eternamente em berço esplêndido”. Sobre isso, ver Exame (2013).

das redes sociais digitais para mobilização e articulação, a ausência de lideranças e a ocupação de espaços públicos.

As similaridades contidas nesses eventos parecem se apresentar como capazes de indicar a emergência, em curso, de um grande movimento global ou transnacional, sem que os meandros de como foram internamente articulados sejam de todo conhecidos. Por outro lado, as diferentes demandas expressas em cada um dos países onde ocorreram esses protestos demonstram uma amplitude que vai desde os problemas estruturais, passando pelas questões de reconhecimento, justiça, democracia e liberdade. Observamos uma crítica ao capitalismo financeiro nos Estados Unidos; o desemprego e as crises econômicas na Europa; as ditaduras e a falta de liberdade de expressão no Oriente Médio; e a educação no Chile. No Brasil, um amplo leque de demandas, iniciando pelo preço das passagens em São Paulo e posteriormente encampando pautas mais difusas, como melhorias na saúde e na educação, corrobora com a ideia de um movimento com características globais.

Neste campo de luta multidimensional e paralelamente a essas manifestações de rua, outro fenômeno contemporâneo nos chama ainda mais a atenção: o crescimento do uso de um instrumento tradicional de pressão popular, o abaixo-assinado, em sua versão digital, chamada de petições on-line. Não por acaso, o ano de 2013 também desponta como o primeiro *boom* das petições on-line (BBC News Brasil, 2013) no Brasil. Para além dos aspectos comunicacionais que sempre caracterizaram esse instrumento como formas de solidariedade e protesto, dando voz a grupos e pessoas que demonstram apoio a uma determinada causa e pressionam o poder público por mudanças, as petições on-line parecem tentar romper os limites instrumentais de sua constituição e se apresentam, potencialmente, como promotoras de mobilizações e de redes de ativismos, como parte de um fenômeno mais amplo que se convencionou chamar de ativismo on-line ou ciberativismo.

As petições on-line apresentam a peculiaridade de serem elaboradas não apenas por atores coletivos como antes (partidos, sindicatos, associações, organizações estudantis etc.), mas por indivíduos. Plataformas foram lançadas exclusivamente para criação e armazenamento de abaixo-assinados on-line, para ajudar e estimular pessoas a criarem seus próprios abaixo-assinados, tantos quantos desejarem. É o caso das gigantes internacionais Avaaz e Change.org, que surgiram nos Estados Unidos em 2007 e hoje estão presentes em mais de 10 países, com versões em mais de 15 idiomas cada uma. Também é o caso de plataformas lançadas mais recentemente no Brasil, como a AbaixoAssinado.org ou a Mudamos, por exemplo. Por meio dessas plataformas qualquer pessoa pode criar uma petição sobre qualquer assunto que lhe incomodar e que, segundo suas preocupações e objetivos

particulares, necessite de um olhar mais atento e mesmo de uma mudança urgente, abrangendo questões tanto específicas e locais quanto gerais e mundiais.

Quem já assinou uma petição on-line dificilmente abre diariamente sua caixa de e-mail sem receber uma convocatória, uma espécie de alerta para a importância das diversas formas de apoiar os abaixo-assinados, seja inscrevendo, divulgando, fazendo doações para impulsionar uma determinada campanha ou a própria plataforma e mesmo criando, gratuitamente, a sua própria petição. Além dos e-mails, observamos uma grande circulação dessas petições em redes sociais na internet, como o Facebook, o Instagram, o Twitter e o WhatsApp. Dependendo do interesse ou investimento, algumas plataformas ajudam na divulgação de petições em suas redes sociais e realizam verdadeiras campanhas junto aos seus membros, estimulando telefonemas e e-mails em massa para os órgãos competentes resolverem os problemas apontados. Também é possível obter ajuda para a entrega das petições aos seus respectivos destinatários, chamados “alvos”.

Algumas dessas petições são emblemáticas aqui no Brasil, como é o caso da petição a favor da criação da “Lei da Ficha Limpa”, desenvolvida na Avaaz (Avaaz, 2010) pelo Movimento de Combate à Corrupção. A petição tratava da proibição das candidaturas de políticos condenados em processos judiciais. O movimento realizou uma campanha física e virtual, totalizando mais de 3,6 milhões de assinaturas, das quais dois milhões foram obtidas no formato on-line e 1,6 milhão no papel. O fato é que, em 2010, o abaixo-assinado se transformou em projeto de lei e conseguiu ser aprovado na Câmara e no Senado, como lei de iniciativa popular, um dos poucos casos de sucesso no país. No Brasil, os dispositivos jurídicos ainda não reconhecem o abaixo-assinado on-line e sua legalidade depende da aprovação de leis específicas que tramitam no legislativo desde 2017 com o objetivo de alterar os marcos regulatórios que envolvem a questão.

Mesmo a versão física, o abaixo-assinado no papel, previsto na Constituição de 1988 como forma de garantir a soberania popular por meio da participação direta, encontra entraves práticos, como a dificuldade de conferência de assinaturas, que obviamente limitam sua atuação e utilização. Ressalta-se que em mais de 30 anos desde que a Constituição Cidadã foi promulgada, não chegamos a alcançar a marca de dez leis de iniciativa popular, tramitadas a partir de abaixo-assinados, o que, evidentemente, põe em xeque sua eficácia, seu poder de pressão e expõe a indisposição do Congresso Nacional em absorver demandas populares. Não obstante a situação emergencial trazida pela pandemia de covid-19, que por conta da necessidade de distanciamento social acabou estimulando uma série de eventos e ações nas redes sociais digitais, como justificar o interesse pelas petições on-line?

Os dois fenômenos mencionados – as Jornadas de Junho de 2013 e o primeiro *boom*, neste período, das petições on-line no Brasil, demandam uma reflexão mais aprofundada sobre as tendências que as manifestações e os protestos estão tomando atualmente e as implicações que esses tipos de ativismo trazem para as teorias dos movimentos sociais. Se pensarmos que uma das bases de sustentação dessas teorias é a questão das identidades coletivas, devemos nos questionar como ela pode ser percebida nesses tipos de participação, nessas manifestações e ações que anseiam por mudanças. Devemos nos questionar, por exemplo, se a aparente ausência inicial de uma agenda, de um programa, da construção de objetivos em comum, além da reivindicação pautada e muitas vezes pontual, da falta de discussão coletiva, da definição de um inimigo em comum, do estabelecimento de um campo conflitual claro nas duas formas de atuação, pessoal e on-line, estão contempladas no quadro conceitual preponderante das teorias dos movimentos sociais contemporâneos.

O estímulo individual dentro das plataformas de petições on-line, entendido como uma forma de participação social e política, confere ao ator, seja ele criador ou assinante, o *status* de ativista, sem que haja, aparentemente, a necessidade de engajamento em um coletivo ou mesmo em uma causa. Isso nos faz questionar se o individualismo característico das sociedades neoliberais, aliado ao desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs), num contexto globalizado, pode estar influenciando a busca por outras afirmações, diferentes daquelas tradicionais, dando espaço para identificações com causas mais fluídas e plurais. Tal situação poderia indicar uma tendência e teria algum impacto nos movimentos sociais contemporâneos? Acreditamos que vale a reflexão.

A partir das Jornadas de Junho de 2013 se observa um grande esforço dos estudiosos brasileiros na elaboração de diversos artigos que dão destaque a essa relação entre ativismo, protestos, movimentos sociais e o uso das NTICs (Singer, 2013; Ferreira; Fontes, 2013; Gohn, 2014; Fidelis; Lopes, 2015; entre outros). Um pouco antes, encontramos estudos relacionados à democracia digital ou e-Democracia, levantando o uso da internet como instrumento para ampliação de participação e práticas políticas, mas principalmente, a problematização do tema da inclusão e exclusão digital e novas mídias (Ferreira; Rocha, 2009), muitas vezes ligada diretamente à área de comunicação (Gomes, 2005; Marques, 2016).

É nesse contexto que aparecem pouquíssimos estudos específicos sobre as petições on-line. A maior parte é destinada a considerações estruturais das plataformas e aos aspectos estratégicos e utilitários das petições como instrumento de participação ou de formas de expressão política (Sebastião; Pacheco; Santos, 2012; Raminelli; Oliveira, 2011; Schieck, 2009; Medeiros, 2011, entre outros), mas ainda há pouca problematização do significado da

utilização dessas petições como formas de ativismo dentro do arcabouço teórico dos movimentos sociais. Também encontramos pesquisas centradas na potencialidade das próprias plataformas (Welaratna, 2011; Nasi, 2010; Castañeda, 2017) como formadoras, elas mesmas, de uma rede de ativismo e de movimentos sociais.

Ainda que esses estudos contextualizem o uso das NTICs e atualizem as concepções das petições on-line e o papel das plataformas dentro de uma ideia geral de globalização, eles pouco problematizam o aspecto dos membros/participantes, entendidos como ativistas, sob tais circunstâncias globalizantes. Sem dúvidas, percebemos que há em curso um esforço dos pesquisadores para desenvolver estudos sobre esses novos eventos em que as NTICs e as redes sociais on-line assumem uma importância central, mas muito pouco foi realizado pensando nesse tipo de ativismo via petições on-line, relacionando-o à hegemonia do neoliberalismo e seus impactos para os movimentos sociais e para a própria democracia. Pois, as questões que envolvem a tecnologia e as NTICS passam diretamente pelo problema da democracia e da justiça no contexto do neoliberalismo e já eram alvo das críticas de Habermas (1987) ao *welfare state*.

Para Habermas, as funções legitimadoras de dominação das tecnociências e as políticas redistributivas do Estado de bem-estar social ajudaram a manter uma grande despolitização da população nessas sociedades. Isso direcionou as tensões e conflitos desse sistema, antes confinados aos antagonismos de classe, para a zona das ideologias tecnocratas, em que os meios de comunicação (a internet como conhecemos hoje ainda não havia entrado em cena) assumem um papel central no sistema de opinião pública. Dahlberg (2001) diz que o ciberespaço nunca foi um espaço totalmente livre das interferências regulatórias dos governos e do mercado e a única possibilidade de a internet melhorar a democracia seria por meio da promoção, na esfera pública, de um discurso crítico, racional e reflexivo de sujeitos plurais, potencializando sua participação em discussões efetivas nos moldes da democracia deliberativa de Habermas.

As ações individuais presentes e estimuladas nas petições on-line expõem a urgência daqueles que se sentem livres para cobrar e pressionar por mudanças, demonstrar suas necessidades e a sua vontade de participação social e política, em qualquer causa que tenham sido sensibilizados ou simplesmente pela necessidade de expor suas opiniões e a indignação com as novas e velhas injustiças constantes no capitalismo contemporâneo. Em tese, tais injustiças deveriam ameaçar a lógica da democracia liberal, fundada nas questões da liberdade e da igualdade. Lógica que compõe o imaginário democrático hegemônico e que estabelece uma noção de cidadania em que o sentimento de pertencimento e autonomia disputa processos

de afirmações, de reconhecimentos e do próprio poder.

Para Laclau e Mouffe (2015), a democracia, como vista a partir da Revolução Francesa, instala a indeterminação como característica dos processos democráticos, pois a igualdade promovida nas relações sociais confere ao indivíduo a condição de participar das disputas pelo poder, antes hierarquizadas na família real, por exemplo. A pluralidade das demandas e lutas, também valorizadas nas ideias de Boaventura Santos (2016), retira o protagonismo das classes sociais, entre elas a trabalhadora, como o elemento substancialmente revolucionário, como pensado pelos marxistas e confere, não aos partidos políticos como defendia Gramsci, mas aos novos movimentos sociais, uma categoria central por representar os diversos sujeitos que reivindicam múltiplas demandas.

Por outro lado, para Foucault (1979), a democracia liberal está intimamente ligada à ideia de governo e não pode ser compreendida se não for considerada a natureza das relações de poder. O liberalismo entendido como arte de governar, como prática refletida de governo, atenta para a necessidade de controle de condutas, desponha como tecnologias políticas que visam à eficácia do poder do Estado. Ao contrário da moralidade presente na Antiguidade, que legitimava formas de governo anteriores à democracia liberal, o liberalismo, ainda que tenha uma dimensão ética, prega um caráter técnico de instrumentalização da ação política regido pelo conhecimento, pela razão e pelo regime de verdade.

Ainda segundo o autor, no modelo democrático liberal a liberdade é entendida como uma qualidade individual, como um direito anterior à política e esta deve ter por objetivo sua preservação ou realização. O regime de verdade do mundo liberal encontra apoio no mercado, como lugar próprio onde as regularidades e o poder político exercem suas intervenções. Tornando-se o núcleo de toda comunidade política, ele, o mercado, permite compreender a gênese de toda a sociedade e é capaz de lhe oferecer os princípios de sua autorregulação. Isto acontece por ele ser uma forma de associação anterior a qualquer instituição política e independente dela, embora, como toda instituição socialmente delimitada, o mercado acaba sendo dependente da cultura e da própria política. De qualquer forma, constitui-se espontaneamente, possuindo os próprios princípios associativos basilares das ações humanas: a necessidade e os interesses dos indivíduos, o que confere ao mercado o seu espaço de verdade e a noção de utilidade.

Apesar da liberdade individual estar no centro dos valores liberais e neoliberais, em tais sociedades não se governa para garantir os direitos individuais fundamentais ou para intervir na luta por reconhecimento, pois, sua principal preocupação consiste na manutenção e eficácia do poder do Estado. Assim, as diversas formas de participação social e política ou os

repertórios de ação coletiva conforme Tilly (1976) compreendem tecnologias de participação e cidadania que podem se submeter ou ameaçar o perfeito equilíbrio entre a liberdade (ou a ideia dela), e o controle estatal, do qual dependeria o sucesso da democracia liberal. Esses repertórios estão disponíveis dentro de um ideal normativo de cada época. Assim, as petições on-line apresentam uma afinidade eletiva com o contexto democrático neoliberal brasileiro maior do que formas de protestos de rua mais violentos que questionam a ordem vigente, como os produzidos pelos *black blocs*, por exemplo, nas Jornadas de Junho de 2013.

Sabemos que, no Brasil, como em muitos outros países de capitalismo tardio, sobretudo na América Latina marcada profundamente por políticas neoliberais, muitas questões reivindicadas por movimentos sociais atuais ainda estão ligadas à questão da justiça, diretamente relacionada à questão das desigualdades e da luta por direitos e reconhecimentos (Stavenhagen, 1997; Scherer-Warren, 2008). Com o processo de globalização e a supremacia das políticas liberais, os atores sociais passaram obrigatoriamente a pensar e agir local e globalmente, on-line e off-line, num processo contínuo que extrapola fronteiras reais ou imaginárias em lutas e atuações em que se reinventam o tempo e espaço (Casanova, 2002; Scherer-Warren, 2009; Castells, 2008). É justamente nessa “aldeia globalizada” que os indivíduos se sentem convocados a afirmarem suas identidades individuais e coletivas, num grande fluxo de informação onde há possibilidade de trocas materiais e simbólicas que ampliam a percepção dos problemas sociais, econômicos e políticos, como o aumento das desigualdades, a recessão e a ingovernabilidade política (Martín-Barbero, 2006).

Nesse contexto, passou a ser muito comum observarmos a expansão das atuações de ativistas e movimentos sociais em lutas e reivindicações muito pontuais e locais, mas também em causas internacionais, fato facilmente perceptível ao observarmos as causas do movimento ambientalista. Decerto que a defesa do planeta e, conseqüentemente, a manutenção da vida na Terra, por si só poderia sensibilizar milhares de pessoas em todas as partes do mundo, mas, com o processo de globalização e as NTICs, ativistas passaram a reivindicar a manutenção e a arborização de uma praça no bairro da cidade em que mora e, ao mesmo tempo, criar um abaixo-assinado on-line reivindicando ações governamentais internacionais para tentar intervir, por exemplo, no efeito do aquecimento climático global, em eventos muito distantes de sua localização, como é o caso de uma petição on-line de uma pessoa de Salvador (BA) sobre o desastre ambiental provocado por um grande incêndio florestal na Austrália (Change.org, 2020b).

No entanto, um olhar mais atento às múltiplas demandas desses ativistas, nas ruas ou nas redes sociais digitais, remete-nos aos tradicionais problemas que atravessam a pauta dos

velhos e novos movimentos sociais e se inserem dentro do modelo capitalista contemporâneo, como classe, trabalho, justiça, reconhecimento e gênero, entre outros. Porém, o pano de fundo agora é o neoliberalismo e sua ênfase no individualismo, na urgência da globalização, das novas tecnologias como transgressoras das dimensões espaço/tempo e que provocam uma tensão permanente com as questões da participação social e política da democracia. Esses são alguns dos pontos que não só contextualizam, mas costuram e embasam este estudo.

O neoliberalismo pode ser interpretado como um projeto utópico com a finalidade de realizar um desenho teórico para reorganização do capitalismo internacional sem mudar radicalmente a base de sua sustentação, a acumulação e o poder das classes (Harvey, 2007, p. 25). Sua função consiste em não restringir o livre desenvolvimento das capacidades e das liberdades empresariais do indivíduo para manter o direcionamento da ordem social, mais exatamente de uma nova ordem social mundial, tomando como argumento de sustentação a ideia de promoção do bem-estar do ser humano. Assim o neoliberalismo torna-se hegemônico em forma de discurso e é incorporado como uma forma natural de entender o mundo. Essa virada neoliberal ocorre de modo a restaurar as crises e conflitos entre o capitalismo financeiro e o industrial ou produtivo, os grandes conglomerados industriais e as perdas das operações de crédito.

Han (2020) nos mostra como o funcionamento de uma democracia neoliberal pode ser visto como técnicas de governabilidade e de controle social, indicando um deslocamento da dominação através do corpo, objeto da biopolítica de Foucault, para o nível pré-reflexivo das emoções individuais, constituindo o que ele chama de psicopolítica. O autor expõe como a busca excessiva pela liberdade nas sociedades contemporâneas pode ser transformada numa eficiente forma de autoexploração individual e que caracteriza o neoliberalismo. Além disso, a vigência neoliberal depende de Estados fortes e intervencionistas no sentido de garantir a liberdade do mercado. Harvey (2007) não hesita em dizer que o neoliberalismo pode flertar com Estados autoritários, o que paradoxalmente diminuiria a liberdade individual e a própria política, desde que as liberdades econômicas ou de mercado estejam asseguradas. Em geral, essas liberdades de mercado estão associadas à diminuição radical de proteção estatal ao fluxo de capitais internacionais. O caso recente do petróleo no Brasil é paradigmático. É o mesmo caso das políticas econômicas neoliberais das ditaduras na América Latina e o que explicaria, na democracia brasileira, a vigência até 2021 da Lei de Segurança Nacional, instalada durante o período de ditadura militar, que limitava e afetava a liberdade de expressão e a atuação dos movimentos sociais.

O projeto valorativo neoliberal descrito por Harvey condiz com o que Boltanski e

Chiapello (2009, p. 35) identificaram como um novo espírito do capitalismo. Em linhas gerais, esses autores explicam que, no capitalismo, a acumulação ilimitada é obtida por meios formalmente pacíficos e está justificada por meio de valores presentes na ideia do bem comum que uma atitude individual possa apresentar. Os indivíduos encontram o sentido da vida por meio de seu desenvolvimento na direção de uma realização material plena. Estaria posta, então, uma perfeita simetria entre o individualismo e o espírito capitalista. A justificação ou o espírito do capitalismo representa a argumentação necessária para o engajamento, para que a atitude individual de comprometimento e participação nos processos capitalistas seja valorizada por propiciar, também, vantagens coletivas, ou seja, são nitidamente definidas em termos do bem comum (Ibid., p. 39).

Boltanski e Chiapello observam historicamente a passagem de alguns espíritos capitalistas, que esclarecem as transformações ocorridas ao longo da história, sempre sustentados sob o argumento do bem comum para superar as crises, até chegar naquele que, ao final dos anos de 1980, indicaria uma tendência à globalização e às novas tecnologias, aos valores relacionados à ideia do empreendedorismo com uma autorresponsabilidade individual e diminuição das atividades de assistência do Estado. Nesse estágio, os ideais de bem comum estariam traduzidos como valores representados nas ideias de liberdade, inovação e eficácia e são levados a todas as esferas da vida, como é próprio das ideologias dominantes. Como exemplo prático da reinvenção capitalista surgem modelos muito presentes, como o empreendedorismo social, que expressam a (con)fusão entre o individual e o coletivo, ao mesmo tempo em que servem convenientemente para garantir os pilares ideológicos neoliberais, fincados nos valores da liberdade e do individualismo, mas dando conta de antigos embustes e tensões estabelecidas pelas conflituosas relações do mundo do trabalho.

Aparentemente, esses valores também parecem estar presentes nas empresas que oferecem o serviço de petições on-line. A Change.org, por exemplo, considerada uma empresa social, segue o mesmo caminho das organizações não governamentais (ONGs), que se denominam empreendedoras sociais, em que a eficácia de gestões altamente embasadas por tecnologias direciona o sucesso do negócio, sempre seguindo uma perspectiva individual. Em empresas sociais como a Change.org, o serviço é oferecer a tecnologia para ligar pessoas com interesses em comum, para que criem e assinem petições e assim transformem o que queiram e onde queiram. A tecnologia dá a possibilidade de transformar o mundo, mas o sucesso da empreitada cabe exclusivamente ao indivíduo e começa pela escolha de suas metas e do investimento em seu ativismo, como se fossem mercadorias disponíveis para consumo de acordo com suas vontades, como ocorre, por exemplo, com o recente fenômeno de

influenciadores digitais.

O tipo de ativismo que aparece estimulado pelas plataformas de petições on-line difere profundamente do que se entenderia como militância em movimentos sociais. Parece partir da ideia de que o ativista representa a possibilidade de atuar individualmente e esporadicamente em diversas lutas, engajando-se ou não em algum grupo local ou global. A iniciativa e a criatividade individuais, a flexibilidade, a multiplicidade de interesses, a identificação e não necessariamente a constituição de identidades coletivas, são aspectos importantes numa possível caracterização desses atores, como indicam as diversas discussões sobre os protestos no mundo desde 2011 (Hardt; Negri, 2005; Castells, 2013; Gohn, 2014). Essa ideia de ativismo parece se adequar bem ao apelo neoliberal às liberdades individuais, em outras palavras, ao individualismo cada vez mais acentuado, como já apontavam, por exemplo, Simmel (1998) e Elias (1994), agora num cenário ainda maior de complexidade, racionalidade, informação, fragmentação, multiplicidade de atores e de temas que caracterizam as sociedades contemporâneas.

Seja do ponto de vista de uma perspectiva histórica para o tema do individualismo, que busca compreendê-lo enquanto processo de individuação pertencimento e socialização (Martuccelli, 2005; Bonetti; Gaulejac, 1988), seja das influências tecnológicas que vislumbram um individualismo em rede (Castells, 2003; Wellman, 2001), de um possível direcionamento ao neotribalismo (Maffesoli, 2006) ou como expectativas institucionalizadas de autorrealização (Honneth, 2004), sustentamos que o tema do individualismo não pode ser menosprezado quando se pretende entender práticas sociais contemporâneas como o ativismo em questão. Em último caso, ele aparece como base de uma hipótese que precisa ser testada, como propõe Perrusi (2015, p. 153-154).

Neste sentido, uma tensão existente entre o individualismo neoliberal e as ações coletivas se mostra no problema de uma possível redução da importância das identidades, mais especificamente das identidades coletivas, que poderia inviabilizar a formação de movimentos sociais segundo a concepção de autores como Melucci (2001). Uma das questões centrais é saber se o ato de assinar uma petição ou ir a um protesto esporadicamente pode conferir a um indivíduo o *status* de ativista e em que medida esse mesmo ativismo, potencializado pelas NTICs, se distancia ou se aproxima dos movimentos sociais. No passado, os abaixo-assinados físicos eram usados por coletivos na busca de soluções para problemas da comunidade. Atualmente, as petições on-line privilegiam o ator individual, que pode agir coletivamente ou em benefício próprio.

O uso consistente das redes sociais e das NTICs iniciado pelos zapatistas foi

seguramente ampliado a partir do Occupy nos EUA e todos os demais protestos que ganharam o mundo desde 2011. As práticas cotidianas do uso das redes sociais digitais serviram magnificamente para instrumentalizar mobilizações, articulações e divulgações de protestos de proporções gigantescas (Castells, 2013; Dahlgren, 2005; Hardt; Negri, 2012; Alcântara, 2015). A velocidade com que esses eventos aconteceram acompanha uma característica própria da utilização da internet no mundo e novamente problematiza a adequação das teorias dos movimentos sociais e seus conceitos como ponto de partida para a explicação dessas formas do agir coletivo.

No mínimo, as características desses protestos com o uso das NTICs pressionam revisões e reformulações nas principais teorias dos movimentos sociais contemporâneas no Ocidente, como a Teoria da Mobilização de Recursos, a Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, que já vinham passando por transformações internas nas últimas décadas (Alonso, 2009; Gohn, 2007; Melucci, 2005; Scherer-Warren, 2006; Touraine, 1989). O próprio termo ciberativismo é utilizado em muitos estudos, de forma pouco criteriosa, para designar movimentos supostamente novos, e aparece como sinônimo de ativismo midiático, ativismo digital, novo ativismo, novíssimos movimentos sociais, clickativismo, hackerativismo, *smart mobs*, ativismo 80, entre outros, demonstrando a necessidade de um desenvolvimento sistemático do próprio conceito (Alcântara, 2015), além da necessidade exposta de alinhá-lo a partir de uma perspectiva crítica às teorias dos movimentos sociais.

O conceito de ciberativismo surge como uma noção de novidade e pode ser compreendido numa linha que se confunde com o próprio desenvolvimento da internet, inclusive, influenciando esse desenvolvimento e questionando, a princípio, a própria dinâmica dos protocolos de comunicação na construção da rede mundial de computadores (Alcântara, 2015; Xavier, 2017). Cronologicamente, a partir de 1998, aparecem estudos que percebem a concepção da internet como uma ferramenta, como um instrumento à disposição da ação estratégica dos ativistas. Neste sentido, expressões como ativismo computadorizado, midiativismo e desobediência civil eletrônica também são comuns (Vegh 2003; Wray, 1998; Ugarte, 2008). Já a partir de 2009 surgem concepções de ciberativismo numa lógica de ação coletiva, problematizando a comunicação digital que tentam, de maneira mais direta, relacioná-las às teorias dos movimentos sociais (Castells, 2012; Bennet; Segeberg, 2012). Atualmente, a ideia de ciberativismo não está dissociada da noção de redes sociais, seja na perspectiva cunhada por Simmel ou em referência às redes sociais digitais.

Essas ambivalências constitutivas dos seres humanos e, por conseguinte, do uso das

tecnologias nos processos democráticos dentro do contexto do neoliberalismo, demonstram que sempre poderão existir fissuras que proporcionam oportunidades políticas aos movimentos sociais e ao ativismo transnacional como nos fala Tarrow (2009). Tais movimentos estariam limitados a agir como resistência dentro dessas fissuras ou provocá-las seria o limite possível de sua atuação? Postos dessa forma, os problemas ontológicos e epistemológicos que norteiam a questão das ações coletivas contemporâneas parecem se resumir a meras oportunidades de contextos políticos que, sem dúvida, auxiliam na compreensão das motivações para a ação, mas reduziriam o tema a um individualismo metodológico que talvez não possa explicar a insurgência e, principalmente, a manutenção de tantas ações coletivas e movimentos sociais com suas lutas por reconhecimento, como no caso do movimento LGBTQIA+. Além disso, movimentos consolidados que lutam por justiça e contra as desigualdades, como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seriam enquadrados dentro de uma categoria analítica, reduzida às demandas redistributivas e não às transformações sociais.

Por outro lado, as contribuições de Melucci (2001) demonstram uma maior atenção às relações entre movimentos sociais, às necessidades individuais e às complexas relações que explicariam a ação, desde o contexto político, a constituição de recursos materiais e simbólicos, a constituição de redes, as mobilizações e, mediando tudo isso, as identidades coletivas. Mas como essas identidades coletivas sobreviveriam diante de um indivíduo autocentrado, disperso e continuamente tensionado pela aceleração tecnológica capitalista? De qualquer forma, a valorização das interações cotidianas, a importância dedicada às subjetividades, às dimensões política e cultural e a atualização direcionada ao conceito de sociedade civil, já presente em Habermas e Touraine, trazendo para o debate aspectos como a participação social e a democracia deliberativa (Alonso, 2009) para dar conta das questões trazidas com a globalização na Teoria dos Novos Movimentos Sociais, talvez se aproximem mais dessas ações que compreendem o ativismo transnacional contemporâneo.

Nos estudos das ações coletivas e, mais especificamente, no campo dos movimentos sociais, teorias como a dos Novos Movimentos Sociais (NMS), ou teorias ligadas às escolas norte-americanas, como a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) e de Oportunidade Política, bastante recorridas para os estudos dos movimentos sociais urbanos, concordam e se esforçam para explicar algumas das características essenciais para a compreensão destes fenômenos. Entre elas, é importante ressaltar a centralidade da questão das identidades coletivas, a razão e como se constituem essas identidades, além do momento de oportunidades em que as ações ocorrem. Assim como se mostra importante também a análise da existência

de campos antagônicos em que esses atores coletivos podem aderir ou repudiar um projeto hegemônico. Neste sentido, como um suposto ativismo, percebido a partir da adesão e da criação das petições on-line, pode ser contemplado por essas teorias?

Segundo Mutzenberg (2002), neste campo de conflito, de possibilidades e limites onde se inserem as ações coletivas, os atores se reconhecem e se fazem conhecer em processos de significação e processos políticos, num espaço público não necessariamente institucional. E, nesse contexto, torna-se importante expressar os movimentos sociais como uma das formas de ação coletiva, ainda que analiticamente. A despeito disso, a maioria dos autores concorda com algumas características básicas presentes nas definições dos movimentos sociais contemporâneos, tais como: a existência de redes que possibilitam uma maior abrangência geográfica, locais e globais; multiplicidade de interesses; busca ou constituição de identidades coletivas; e uma alta reflexividade (Gohn, 2004; Scherer-Warren, 2009; Castells, 2008; Melucci, 2001; Tarrow, 2009; entre outros).

De todos os aspectos abordados pelas teorias dos movimentos sociais, talvez as identidades coletivas sejam o ponto mais embaraçoso ou embaçado quando confrontado ao tipo de ação e ativismo objeto deste estudo. Na definição de movimento social de Melucci, está clara a importância da constituição das identidades coletivas. Identidades enquanto “uma definição interativa e compartilhada, que vários indivíduos produzem acerca das orientações da ação e campos de oportunidades e de vínculos no qual ela se coloca” (Melucci, 2001, p. 69). A definição de movimento social de Tarrow (2009, p. 38) também indica essa centralidade, “quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes e estruturas conectivas”.

Assim, perguntamos: estaria em curso uma nova forma de mobilização social, de ativismo, não valorizada pelas teorias dos novos movimentos sociais e que só pode ser contemplada como formas de ações coletivas, mas igualmente capazes de gerar mudanças? O nosso objetivo principal é analisar em que medida uma nova concepção de ativismo e de ações coletivas pode estar influenciada pelo individualismo característico do modelo neoliberal, em que as NTICs assumem uma posição privilegiada. A partir daí, buscaremos compreender como essas práticas podem agir sobre a criação das identidades coletivas essenciais para manutenção ou formação dos movimentos sociais.

As complexidades das autonomias individuais, da reflexividade e das experiências cotidianas parecem ser características que marcam as sociedades contemporâneas, exigindo de nosso estudo uma metodologia de pesquisa que compreenda as dinâmicas relacionais das

petições e do ativismo, levando em consideração não só a ação, mas a linguagem e a vida cotidiana dos sujeitos e é neste sentido que entendemos que a metodologia qualitativa pode responder melhor a estas demandas. Apesar de privilegiarmos a pesquisa qualitativa, também consideramos a importância da pesquisa quantitativa e a utilizaremos, principalmente no sentido de descrever algumas percepções sobre o nosso objeto e complementar nossos dados. O recurso à triangulação de métodos, técnicas e perspectivas de pesquisa busca superar as dificuldades do campo, visando à promoção da qualidade da pesquisa (Flick, 2009b; Kozinets, 2012; Jaccoud; Mayer, 2008).

Como objeto empírico, as petições on-line trazem diversos desafios e dificuldades relacionadas ao uso das NTICs e da internet, como a difícil separação entre os espaços off-line e on-line, a velocidade, a efemeridade, o volume dos casos observáveis, não bastasse a própria internet se apresentar, ao mesmo tempo, como objeto de pesquisa, local de pesquisa e ainda instrumento de coleta de dados (Fragoso; Recuero; Amaral, 2011), o que reforça nossa preocupação em tratar tais desafios por meio da combinação de diversas técnicas e abordagens.

Como método quantitativo, realizamos uma pesquisa on-line por meio da plataforma On-line Pesquisa², com questionário estruturado, perguntas abertas, fechadas e escalas de avaliação, com 125 pessoas que já tinham assinado petições on-line. Além de compor um cenário descritivo mais abrangente da opinião e utilização desse instrumento por nossos entrevistados que assinaram petições, nosso objetivo era encontrar mais facilmente os autores de tais documentos para realizar entrevistas em profundidade. A pesquisa foi divulgada em redes sociais como Facebook e em grupos de WhatsApp, convidando assinantes de petições a acessarem o *link* para responder ao questionário.

Na abordagem qualitativa, realizamos um trabalho de campo que envolveu observação e netnografia em três plataformas de petições on-line: Avaaz, Change.org e Petição Pública. Acompanhamos seu funcionamento e o desenrolar de algumas petições selecionadas aleatoriamente, analisando as possibilidades de interações para oferecer uma melhor descrição do conteúdo mobilizado, das funções e atividades promovidas. Também observamos as páginas das redes sociais dessas plataformas, principalmente no Facebook, para tentar detectar a possibilidade de expansão das interações entre os membros. Analisamos os e-mails recebidos das plataformas durante um mês como documentos de estímulo à participação e forma de divulgação das petições on-line.

² A plataforma On-line Pesquisa (<https://www.on-linepesquisa.com/>) foi gentilmente cedida a alunos matriculados na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Realizamos, ao todo, 21 entrevistas em profundidade, sendo dez entrevistas com autores, nove entrevistas com apoiadores ou assinantes de petições e duas com representantes de plataformas, por acreditarmos que esses atores apresentam camadas distintas ou diferentes versões e tipos de ativismos, talvez, com diferentes objetivos. Foram utilizadas diversas técnicas e recursos nessas entrevistas. Na maioria dos casos foram feitas chamadas de áudio em aplicativos como o Messenger do Facebook ou no WhatsApp, mas também utilizamos chamadas telefônicas e plataformas de videoconferência como o Zoom. Um dos questionários foi respondido por e-mail. Para analisar os dados encontrados e o *corpus* da pesquisa recorremos à análise de discurso, de conteúdo e documental para tentar destrinchar os elementos e nuances discursivas desses atores e suas interações, com o objetivo maior de compreender como se move e que tipo de ativismo essa prática de assinar e criar petições on-line estabelece.

Dessa forma, nosso estudo iniciará com o capítulo sobre o objeto empírico, de essência mais descritiva, contextualizando o surgimento das plataformas de petições on-line no Brasil e no mundo, detalhando sua estrutura, objetivos e funcionamento, especialmente da Avaaz, Change e Petição Pública. Discutiremos os conceitos de abaixo-assinado e petições on-line, analisando seus principais aspectos e as problemáticas em torno da utilização deste instrumento. Mostraremos as formas de atuação das principais plataformas, mecanismos de captação de recursos e apoiadores. Faremos um panorama das petições on-line, atores envolvidos, interesses e temas privilegiados, resultados de petições e o uso de redes sociais como o Facebook, pelas plataformas, como meios de divulgação e possibilidades de interação entre os membros. Analisaremos algumas críticas comumente feitas a tais ferramentas e os entraves políticos e jurídicos para seu aperfeiçoamento e utilização, problematizando essa prática enquanto ativismo.

O segundo capítulo é dedicado aos caminhos metodológicos utilizados para compor o *corpus* da pesquisa, com uma descrição detalhada do universo e das escolhas dos métodos e técnicas. Será discutida a opção pela utilização da pesquisa qualitativa, seus aspectos positivos e seus limites para o uso das análises em ações coletivas, mas levaremos em consideração a possibilidade de combinação de métodos e mesmo a utilização de pesquisa quantitativa para complementação dos dados. Mostraremos, da mesma forma, os motivos que nos levaram à utilização da netnografia com observação e o uso de entrevistas em profundidade, além da análise documental, de conteúdo e de discurso para compreender o fenômeno das petições on-line. Também abordamos as dificuldades encontradas no campo.

No terceiro capítulo faremos uma análise contextual dos aspectos sociais e políticos

em que estão inseridas as ações coletivas e os movimentos sociais contemporâneos, dando ênfase aos fenômenos do neoliberalismo e da globalização como características intrínsecas do capitalismo atual, como bem explica Harvey (2007). Serão discutidos os aspectos valorativos e éticos que servem como base de sustentação da hegemonia neoliberal. Entre eles, daremos destaque à ideia de individualismo, problematizando a acepção desse conceito nas práticas cotidianas e nas formas de participação social e política, seu impacto nas ações coletivas, sobretudo por meio da noção de empreendedorismo, apontada como o terceiro espírito do capitalismo segundo Boltanski e Chiapello (2009). Como contextualização do ativismo contemporâneo, discutimos o movimento antiglobalização e os protestos de 2011, como a Primavera Árabe e o Occupy Wall Street, entre outros, até chegar às Jornadas de Junho de 2013 no Brasil.

No capítulo quatro, teremos como foco a democracia sob o ponto de vista das ações coletivas e ativismo, dando ênfase à questão das novas tecnologias de informação e comunicação para captar sua relação com a noção de democracia no contexto neoliberal. Buscamos compreender as formas de participação social e política possíveis considerando as técnicas de poder neoliberais discutidas por Han (2020). Também abordamos a questão das NTICs, problematizando a questão da aceleração e da comunicação. Enquadraremos o ativismo proposto pelas petições on-line como um tipo de ciberativismo para entendermos como ele se relaciona com as teorias dos movimentos sociais, especificamente com as teorias dos novos movimentos sociais e com a Teoria de Processo Político, analisando os conceitos de estrutura de oportunidades políticas, repertório e identidade coletiva.

No capítulo cinco, apresentamos e analisamos os resultados encontrados no campo após o tratamento metodológico. Faremos uma análise detalhada desses resultados na tentativa de dar respostas aos nossos objetivos e perguntas iniciais, enfatizando a compreensão do que representam as petições on-line para o ativismo. Analisamos o modelo de negócio das plataformas estudadas (Avaaz, Change e Petição Pública), diferenças e semelhanças entre elas, formas de financiamento e doações recebidas, formas de divulgação em e-mails e redes sociais digitais, vitórias obtidas por algumas petições e cobranças de usuários. Em um segundo momento, apresentamos os achados obtidos a partir de entrevistas com autores e assinantes. Por fim, faremos nossas considerações finais apresentando uma síntese dos principais resultados da nossa pesquisa, analisando o significado desse ativismo e qual o seu impacto no arcabouço teórico dos movimentos sociais contemporâneos.

2 AS PETIÇÕES ON-LINE

2.1 O QUE É UMA PETIÇÃO ON-LINE?

Dicionários on-line como o Michaelis, o Dicionário On-line de Português e o Aulete³, convergem para definição de abaixo-assinado como um documento coletivo que representa os interesses e opiniões das várias pessoas que o assinam. Trata-se de um documento que expressa uma solicitação, uma declaração, um pedido que geralmente tem caráter de protesto e pode ser dirigido a autoridade pública ou a particulares. Em resumo, tais definições destacam, como aspectos do abaixo-assinado, o fato de ele ser fundamentalmente compreendido como um documento coletivo, que contém uma demanda e que assume uma dimensão de protesto.

Com as NTICs, o abaixo-assinado físico ganhou a sua versão digital, passando a ser realizado, também, com a mediação da internet. No meio digital, os abaixo-assinados também são chamados de petições on-line (tradução do termo em inglês *online petition*), e estes se constituem o objeto empírico deste estudo. Inclusive, a palavra petição já aparece na definição de abaixo-assinado no dicionário on-line Aulete. Mas, tal associação ou substituição da expressão abaixo-assinado on-line por petição on-line pode causar certa confusão, visto que o termo “petição” é entendido aqui no Brasil como sinônimo de requerimento, muito utilizado no meio jurídico para iniciação de processos judiciais. Essa confusão foi percebida no início do nosso trabalho de campo, sendo necessário certo cuidado na abordagem do tema, como veremos no capítulo seguinte, em que relatamos detalhadamente os caminhos percorridos no campo.

É importante ressaltar que, para os dicionários citados anteriormente, petição significa o ato de solicitar, pedir, fazer um requerimento escrito a ser encaminhado aos órgãos competentes. Apesar das semelhanças, os conceitos apresentam algumas diferenças importantes quando pensamos em analisar sua utilização por ativistas e movimentos sociais. Em primeiro lugar, é importante pensar na possibilidade de a petição ser uma ação individual e não necessariamente coletiva como no caso dos abaixo-assinados, pois, ainda que a criação do abaixo-assinado seja individual, ele será compreendido como coletivo, por apresentar um número determinado de apoiadores que assinam o documento. Em segundo lugar e em consequência do primeiro, uma petição poder ser um instrumento individual. Mesmo quando utilizada por coletivos, ela não apresenta a necessidade de comprovação ou de aprovação

³Ver: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro>>; <https://www.dicio.com.br>>; <<http://www.aulete.com.br>. Acesso em: 3 mar. 2020.

social, como expresso nas necessárias assinaturas de um abaixo-assinado.

Por outro lado, como observamos acima, a ideia de petição nos remete ao meio jurídico e carrega, em si, o peso de um recurso aplicado às instâncias judiciais competentes, quando a solução de um conflito não for possível entre as partes, configurando uma etapa além da simples demonstração e manifestação de opiniões e de protestos que um abaixo-assinado pode conter, ainda que ele mesmo, enquanto documento, possa ser apresentado para endossar e respaldar uma petição no contexto de uma ação jurídica. Uma petição iniciada nos meios jurídicos implica, em tese, numa resposta institucional a determinada demanda, mesmo que esta resposta seja o arquivamento da petição. Já no caso do abaixo-assinado, na maioria dos casos, não descobrimos meios formais que obriguem uma resposta daqueles a quem o documento foi destinado.

Não sabemos exatamente como ocorreu a associação entre o termo abaixo-assinado on-line e petição on-line no Brasil. É possível que ele tenha sido apenas importado pelas empresas responsáveis pelo armazenamento dos abaixo-assinados digitais em suas experiências nos países de origem e em países europeus, onde o termo petição pode admitir significados mais amplos em suas legislações. Imaginamos que, de qualquer maneira, a associação entre os termos pode adicionar um caráter instrumental jurídico à sua concepção, com certa relevância no mundo atual. No entanto, as petições on-line, no sentido de abaixo-assinados digitais, não possuem nenhum valor jurídico no Brasil, ao contrário do abaixo-assinado físico, cuja utilização está prevista na Constituição Federal, embora saibamos que esta situação pode sofrer alterações em curto prazo, com as modificações nas leis que precisam acompanhar as mudanças trazidas pelo mundo digital. Mas então o que explicaria a insistência e o sucesso, no sentido da popularização das petições on-line?

De maneira geral, os conceitos brevemente trabalhados acima servem para encenar algumas características latentes de extremo interesse para o nosso estudo. O primeiro diz respeito ao caráter de protesto e a irretratável caracterização como documento coletivo que aparece no conceito do abaixo-assinado. Já no conceito de petição, chama-nos a atenção o aspecto de solicitação formal ao poder público por vias judiciais e sua possibilidade de ser individual. Mais adiante veremos como esses elementos se misturam na compreensão, percepção e no uso que os brasileiros fazem dos abaixo-assinados físicos e em sua versão digital, as petições on-line.

2.2 DOS ABAIXO-ASSINADOS ÀS PETIÇÕES ON-LINE

O abaixo-assinado, em seu sentido tradicional, sempre foi visto como um documento elaborado para formalizar uma solicitação ou para demonstrar apoio a uma causa de interesse de grupos de pessoas, organizados ou não. De maneira geral, os abaixo-assinados costumavam ser utilizados por entidades coletivas, como associações de moradores e entidades estudantis, por exemplo, e normalmente assumiam um caráter de reivindicação, de protesto ou de solidariedade a uma causa. Eram comumente direcionados a autoridades do poder público, que pudessem solucionar a questão⁴. Por tais características, o abaixo-assinado pode ser compreendido, mais amplamente, como uma ação coletiva institucionalizada, que formaliza, por meio de um documento escrito, suas posições, desejos coletivos e reivindicações em busca de direitos sociais ou políticos.

Nessa perspectiva, a descrição de um abaixo-assinado traz, em si, três importantes dimensões conceituais, iniciando pelo fato de ser um instrumento de ação coletiva, com fortes características comunicacionais, para tramitação em ambientes administrativos e jurídico. Muito mais administrativo, em um primeiro momento, que propriamente jurídico, como também é utilizado hoje. Talvez, as dimensões que envolvem o conceito de abaixo-assinado, principalmente se pensarmos em sua versão digital, dificultem mais do que ajudem a compreensão de seu significado, já que a petição on-line pode absorver tendências e influenciar em sua utilização. Isso porque a palavra petição pode ser uma tentativa de dar um ar de legalidade a um instrumento que tem sua origem na legitimidade garantida pelas assinaturas que o compõem. De qualquer forma, parece-nos importante refletirmos um pouco mais sobre essas questões conceituais, para entendermos qual o papel desse instrumento na atualidade.

Em sua dimensão comunicativa, o abaixo-assinado, seja físico ou digital, funciona como um veículo de expressão de vontades, opiniões e desejos dos locutores e interlocutores que compartilham as mesmas ideias, sentimentos ou que simplesmente apoiam ou ainda se sensibilizam com o problema exposto e aceitam firmar essa posição subscrevendo-o. A

⁴ O abaixo-assinado sempre foi um instrumento utilizado por organizações coletivas, como associações de moradores para solicitar praças, escolas ou postos médicos, por exemplo. Na história do Brasil, podemos observar a utilização deste recurso em datas significativas, como no episódio que marca o processo de independência do Brasil, conhecido como “Dia do Fico”, onde o príncipe regente Dom Pedro I recebe uma convocação da Corte Portuguesa exigindo seu retorno imediato a Lisboa. Mas, após receber uma lista, organizada por políticos e liberais brasileiros no final de 1821, com aproximadamente oito mil assinaturas solicitando sua permanência no Brasil, o príncipe recusou a convocação portuguesa, proferindo, em 9 de janeiro de 1822, a célebre frase “Se é para o bem de todos... digam ao povo que fico”.

assinatura é um endosso que declara a aprovação e compartilhamento do conteúdo exposto. Quanto mais assinaturas, maior é a sua legitimidade e penetração daquela concordância na opinião pública. Um abaixo-assinado pode alcançar milhões de pessoas cuja concordância é comprovada pelas assinaturas que carrega, sobretudo na sua versão digital, uma vez que as redes sociais digitais facilitam sua divulgação.

Na terceira e última dimensão, relativa a seu aspecto jurídico/administrativo, o abaixo-assinado físico pode funcionar como instrumento legal, previsto na Constituição Federal, para garantir o direito à apreciação, por parte de autoridades públicas e privadas, de reivindicações coletivas respaldadas pelos cidadãos que assinam o documento. Ressalta-se que a ideia de coletividade presente nos abaixo-assinados não está diretamente ligada a organizações sociais, mas às assinaturas, que demonstram o apoio das pessoas. Mesmo assim, trata-se uma forma de participação política e social que, em tese, deveria ter o direito de resposta formal dos responsáveis, dos quem têm o poder de decidir sobre o problema reportado. Mais à frente veremos algumas tentativas de regulamentação. Já as petições on-line não desfrutam atualmente de dispositivos legais que viabilizem sua apreciação por autoridades e trataremos com mais detalhes desta questão em outro tópico mais adiante.

Enquanto instrumento de participação social e política, respaldado pelas dimensões citadas anteriormente, o abaixo-assinado pode ser compreendido como mais um recurso de pressão, de reivindicação em busca de direitos, inserido num repertório de ação coletiva, institucionalizada e pacífica que a internet reelaborou e incentivou sua utilização, evidenciando suas potencialidades. Seja físico ou digital, o fato é que, no Brasil, esse instrumento levanta muitas dúvidas sobre sua validade, uma vez que não é fácil confirmar as assinaturas, o que pode limitar seu poder enquanto instrumento de pressão.

Infelizmente, tais dúvidas não se mostraram capazes de fomentar um debate para elucidar os possíveis motivos técnicos e ou políticos que impedem o aperfeiçoamento desse instrumento. Mesmo assim, a disseminação de abaixo-assinados, sobretudo em sua forma on-line (que, como já ressaltamos, não apresenta qualquer previsão legal), continua em expansão. São largamente utilizados por indivíduos, organizações e até mesmo por políticos que procuram apoio para suas causas ou apoiam causas de terceiros em busca de visibilidade, em seus próprios *sites* ou em plataformas criadas por empresas especificamente para este fim⁵, que armazenam e estimulam a elaboração deste instrumento. É sobre este tipo de abaixo-assinado, difundido como petição on-line, que tratamos nesse estudo. Aqui, ele é

⁵ Petição on-line criada pelo deputado Fred Costa (Patriota-MG), pedindo para que o Banco Central trocasse a imagem do lobo-guará pelo cachorro vira-lata conhecido como Caramelo. Ver: Change.org (2020c).

compreendido como uma forma de ação coletiva, iniciada por um indivíduo ou um coletivo, que busca mobilizar o apoio de outras pessoas através da internet, por meio principalmente das redes sociais digitais, para dar visibilidade, protestar, denunciar, pressionar e/ou solicitar providências a autoridades públicas ou privadas sobre uma situação, problema ou causa, coletiva ou individual, seja ela local, regional, nacional ou internacional.

As transformações percebidas entre as versões física e digital dos abaixo-assinados tomam corpo principalmente no seu aspecto comunicativo, que por sua vez impacta na ideia de instrumento de ação coletiva. As NTICs aumentaram drasticamente a possibilidade de uma petição on-line ter visibilidade e apoio da opinião pública. Essa visibilidade pode atrair cada vez mais apoiadores, que são impulsionados pela capacidade dos compartilhamentos promovidos nas redes sociais digitais, podendo chegar rapidamente a milhões de pessoas no mundo. Isto acontece pela junção desses fatores privilegiados no mundo digital: custo, tempo e espaço ou a quase ausência deles. O compartilhamento em massa de petições on-line, além de dar visibilidade, também pode atrair o interesse das novas e velhas mídias e, com isso, aumentar a pressão sobre os destinatários.

A petição on-line desponta como uma promessa de dar, em tempo real, ampla visibilidade (local, regional, nacional e até internacional) a um tema, ao mesmo tempo em que pode reduzir os custos materiais para isto. Imagine a circulação de um abaixo-assinado nacional, endereçado ao presidente da República ou um abaixo-assinado mundial direcionado à Organização das Nações Unidas (ONU) e seus respectivos custos com o trabalho e o deslocamento das equipes para coleta de assinaturas em todas as regiões de um país, com equipamentos como tendas, faixas, mesas, cadeiras etc., com a impressão e o armazenamento das folhas de assinaturas, divulgação, mobilização para a sensibilização das pessoas para assinarem o documento, além do custo com o envio de toda a papelada para seu alvo. Da mesma forma, imagine o tempo necessário para a realização de todo esse processo num país com as dimensões continentais do Brasil, com uma população de mais de 200 milhões de pessoas. Seriam necessárias muitas assinaturas para que um abaixo-assinado pudesse expressar alguma representatividade e legitimidade. Todo esse evento poderia representar recursos financeiros raramente possíveis para um indivíduo ou para pequenas organizações e movimentos populares, salvo poucas exceções em que há muita articulação entre movimentos sociais e sindicais.

Em nossa história recente temos alguns exemplos de grandes campanhas nacionais promovidas por organizações poderosas, capazes de aproveitar eficazmente o momento de oportunidade política e aglutinar muitas outras instituições em prol de objetivos comuns. O

abaixo-assinado pelas “Dez medidas contra a corrupção”, por exemplo, foi fruto de uma composição de propostas iniciadas por integrantes da operação Lava Jato e promovido pelo Ministério Público Federal (MPF), ou seja, uma instituição com disponibilidade de recursos técnicos, materiais e financeiros e que sempre gozou de amplo prestígio social e midiático. A campanha conseguiu atrair o apoio de mais de mil instituições como universidades, igrejas, organizações não governamentais, entre outras (UOL, 2016). Com a expertise do meio jurídico de seus criadores, a atenção foi voltada principalmente para o abaixo-assinado físico, mas também surgiram versões on-line desta campanha que funcionaram para dar visibilidade e engajamento na divulgação, sem que se possa comprovar se foram realizadas pelos mesmos autores ou por apoiadores que agiram por conta própria (Petição Pública, 2021).

Esse exemplo nos ajuda a compreender melhor por que as petições on-line vêm sendo mais procuradas pelo público em geral. Em primeiro lugar, por se tratar de um processo intermediado pela internet, sendo necessária a utilização de dispositivos com alguma sofisticação tecnológica já disponíveis para grande parte da população brasileira, como computadores, *tablets* ou *smartphones*. Também é preciso ter um *site* para armazenamento da petição e redes sociais digitais para divulgação e busca de adesões, além, obviamente, de uma ou mais pessoas atuando com o objetivo de influenciar alguma autoridade (alvo) no sentido de mudar determinada situação (demanda). Esses elementos devem ser compreendidos e relacionados às dimensões que se apresentam no conceito de abaixo-assinado e às suas diferenças entre as versões física e digital.

Em segundo lugar, como consequência das facilidades e possibilidades advindas da utilização das NTICs, lembramos que hoje não se faz necessário o auxílio técnico de especialistas em informática, de especialistas jurídicos ou comunicadores para a elaboração de uma petição on-line. Qualquer pessoa com acesso aos meios mencionados pode criar sua petição on-line em plataformas específicas que oferecem este serviço de forma gratuita e autoexplicativa, além de ajudar na divulgação e fazê-la chegar aos alvos desejados, como veremos mais adiante. Essa possibilidade parece garantir, inclusive, a não necessidade de que o autor de uma petição on-line tenha amplo domínio sobre o tema ou mesmo que se apresente como representante ou membro de um grupo, como condição para facilitar a captação de apoio e adesões de pessoas, não só do seu círculo social e territorial, mas do mundo.

Com isso, observa-se a possibilidade de alargamento do círculo associativo entre autores e apoiadores das petições on-line. Antes, um membro de um movimento estudantil poderia elaborar um abaixo-assinado físico em nome de seu diretório acadêmico, questionando alguma demanda ligada ao universo estudantil. Esse processo já lhe dava acesso

a um público certo de apoiadores, como colegas, professores e funcionários da instituição a que pertencia. Dificilmente veríamos alguém de fora de uma universidade criando fisicamente um abaixo-assinado sobre a mesma demanda ou tema. Essa pessoa, na melhor das hipóteses, estaria na condição de apoiadora da causa endossando o abaixo-assinado.

No caso das petições on-line, observamos autores de abaixo-assinados que podem estar fisicamente distantes dos problemas abordados, não serem necessariamente especialistas na questão, nem participarem de grupos sobre o tema. Isto evidencia o fato de que o aspecto comunicacional das petições on-line, no sentido de gerar um debate público, assume uma dimensão muito importante na atualidade, pois as pessoas querem e buscam formas de expressar sua opinião sobre o que está acontecendo em suas localidades ou mundo e possivelmente acreditam que podem ajudar a transformar algumas situações. Então, perde-se aquela ideia de que esse era um instrumento utilizado por coletivos e movimentos sociais, para a compreensão de sua utilização por qualquer indivíduo.

Em terceiro lugar, tanto as redes sociais digitais quanto as próprias petições on-line são utilizadas por indivíduos e organizações de esquerda e de direita. O fenômeno das redes sociais digitais é um dos principais elementos constitutivos das petições on-line, cumprindo um papel fundamental na ampliação do alcance dessas demandas. Elas possibilitam a divulgação e a mobilização de pessoas em busca de apoios e podem garantir sucesso em termos de número de assinaturas obtidas. Aliás, mesmo que uma petição on-line não consiga resolver uma questão, seu alcance traduzido em números de assinaturas/adesões pode, por si só, caracterizar uma campanha de sucesso, justamente por conseguir dar visibilidade e colocar em pauta um determinado problema. Portanto, ainda que a tecnologia responsável pela passagem do físico para o digital garanta um baixo custo e rapidez na coleta de assinaturas de uma petição on-line, um abaixo-assinado que não é divulgado por meio das redes sociais digitais possivelmente terá menos assinaturas do que se fosse passado de mãos em mãos, pois presencialmente ainda haveria mais chances de sensibilização de pessoas conhecidas.

Pensando assim, temos a impressão de que os temas, os objetivos e até mesmo os alvos das petições assumem uma importância secundária diante da relevância do que as redes sociais digitais podem proporcionar, mesmo sabendo que divulgar não é mobilizar. O que queremos dizer aqui é que a visibilidade que uma petição on-line pode alcançar a partir das redes sociais digitais acaba atraindo um tipo de apoiador pouco comum para este tipo de instrumento de pressão em seu formato físico.

As petições on-line também trouxeram a elaboração de campanhas com características muito distintas daquelas tradicionais, inaugurando temas predominantemente individualistas.

Observa-se, nas plataformas, muitos indivíduos com problemas muito específicos, que buscam esse recurso na tentativa de sensibilizar a opinião pública e, com isso, pressionar as autoridades a resolver seus próprios problemas – desde um buraco na sua rua, o acesso individual a determinado medicamento que deveria ser fornecido gratuitamente pelo governo, entre tantos outros exemplos. Mesmo que sejamos otimistas ao pensar que a vitória de uma petição on-line com tais características individuais abra precedentes para outros casos e que isto gere um benefício coletivo, este fato representa uma mudança muito significativa na utilização desse instrumento que antes era mais solicitado por coletivos e por pessoas afetadas diretamente pelo problema apontado.

Há também um alargamento na funcionalidade de uma petição on-line que revela a importância de sua divulgação e mobilização, da exposição de um problema para a sociedade, que é a possibilidade de gerar um debate público e não apenas a busca de apoio com obtenção de assinaturas para a solução do problema. Encontramos alguns casos de petições que não apresentam qualquer preocupação na definição de um alvo, uma autoridade para resolver a questão, dando a entender que seus autores estavam mais interessados na divulgação do fato. Antes, os abaixo-assinados físicos não deixavam dúvidas quanto aos seus objetivos, os problemas eram apresentados de maneira específica e sua função era conseguir apoio para pressionar um determinado agente para solucioná-lo.

Mas por que um ativista ou pessoa interessada em uma causa, que a preocupa e que a impulsiona a agir, não pressionaria objetivamente uma autoridade para resolvê-la? Como pensar na possibilidade de utilização de um instrumento de ação coletiva que não estabelece um “inimigo” ou um responsável para solucionar sua demanda? Como as petições on-line não têm validade no Brasil, é possível que os ativistas tenham encontrado outras possibilidades para sua utilização que ampliaram sua função e objetivos iniciais. Suspeitamos que essas questões da função, efetividade e validade dos abaixo-assinados estejam relacionadas aos entraves técnicos e jurídicos que delimitam o seu funcionamento, assim como a possíveis realinhamentos ideológicos da promoção do individualismo neoliberal, que será tratado posteriormente.

2.3 ENTRAVES JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS

Se as potencialidades comunicacionais de uma petição on-line parecem concentrar as principais vantagens para utilização desse instrumento nos dias de hoje, o mesmo não pode ser dito de sua dimensão jurídica e administrativa, pois é justamente aqui, enquanto

documento para trâmites legais, onde se levantam as maiores dúvidas sobre a sua efetividade. Essa questão se torna importantíssima para a compreensão dos abaixo-assinados enquanto repertórios de ação coletiva, utilizados por movimentos sociais e ativistas em suas reivindicações sociais e políticas, e pode revelar muito sobre a trajetória e tendência desse tipo de ação coletiva e os caminhos institucionais percorridos no trato com os governos e com a própria democracia.

No Brasil, o direito à utilização do abaixo-assinado está previsto no inciso XXXIV do Artigo 5º da Constituição Federal (Brasil, 1988), mas se limita a sua condição física, tendo o papel como suporte. Esse documento é necessário para dar início a um projeto de lei de iniciativa popular, que passará por todos os trâmites no Congresso Nacional. Não existe nenhuma validade jurídica para as petições on-line. Alguns projetos de lei foram apresentados na Câmara e no Senado e tramitam na tentativa de regular a utilização dos abaixo-assinados eletrônicos, mas atualmente nenhum deles está perto de virar lei, como o PL 5.121/2013, apensado ao PL 4.764/2009. A falta de previsão legal pode ser explicada pela dificuldade dos governos em tratar as questões relacionadas à própria legislação que rege a internet e o esforço necessário à alteração do texto constitucional⁶. Além disso, as dificuldades encontradas no processo de verificação e validação do abaixo-assinado, ou seja, na confirmação da veracidade das assinaturas, agravam ainda mais a possibilidade de legalizar deste instrumento. Por incrível que pareça, esta última dificuldade tende a ser o argumento perfeito para a não agilidade na solução do problema e seu entrave jurídico, seja o documento físico ou digital, mas principalmente na versão digital.

O problema parece acompanhar a *via crucis* dos abaixo-assinados físicos para conseguir sua legitimidade e enquadramento dentro do direito constitucional dos cidadãos brasileiros. Seja off-line ou on-line, a conferência das assinaturas de milhões de pessoas parece ser inviabilizada em tempo e ou em espaço. Note-se que, para os abaixo-assinados físicos, estamos falando em milhares de folhas de papel impresso, alto custo de armazenamento e tratamento desse material, além da necessidade de uma equipe específica para conferência manual dessas assinaturas e documentos que possam garantir a existência dessas pessoas, visto que não há tecnologias disponíveis para tal conferência de forma automatizada.

⁶ Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) precisa ser apresentada pelo presidente da República ou por um terço dos deputados federais ou dos senadores, ser discutida e votada em dois turnos em cada Casa do Congresso e ser aprovada, na Câmara e no Senado, por três quintos dos votos dos deputados (308) e dos senadores (49).

Já para os abaixo-assinados digitais, o que pesa são os altos custos da utilização de tecnologias que garantam as certificações oficiais das assinaturas aos moldes, por exemplo, da Infraestrutura das Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil, que possibilitariam a criação de uma assinatura digital oficial de todos os cidadãos, como acontece, obrigatoriamente para empresas privadas e públicas. Além disso, haveria a necessidade de investimentos no melhoramento dos sistemas de controle e segurança nos *sites* a fim de garantir a privacidade dos usuários e evitar os problemas atuais do mundo digital, cada vez mais comuns, como os vazamentos de dados, os ataques *hackers*, robôs de disparos de mensagens em massa ou o problema das *fake news*, como visto em campanhas eleitorais no mundo e percebido nas eleições brasileiras desde 2018.

Além disso, pesa na aceitação legal do abaixo-assinado on-line o fato de ele estar condicionado à necessidade de criação de uma legislação própria ou emenda constitucional que modifique os marcos regulatórios que envolvem a questão, como o Projeto de Lei (PL) nº 7.574 de 2017, que até o momento de escrita deste trabalho ainda estava em tramitação na Câmara dos Deputados e sem previsão de aprovação. O PL foi criado pela Comissão Especial de Reforma Política, e “Institui novo marco legal para o exercício da soberania popular direta nos termos referidos no art. 14, incisos I a III da Constituição Federal” (Brasil, 2017). A matéria trata especificamente dos abaixo-assinados eletrônicos e sua aprovação significaria a criação de uma regulamentação para a aceitação legal das petições on-line.

No entanto, isso não seria suficiente para garantir a livre utilização deste instrumento pela população, pois, se por um lado a exigência de uma assinatura digital poderia regularizar a petição on-line, por outro, exigiria investimento dos apoiadores para adquirir os certificados digitais – que são caros – e, possivelmente, obrigaria as empresas que hoje oferecem gratuitamente esse serviço a investir na segurança dos seus *sites*, custo que certamente seria repassado aos usuários. Assim, o direito constitucional estaria regulamentado, mas o acesso poderia ser limitado e acabar por inviabilizar campanhas e reduzir consideravelmente o volume de assinaturas de um abaixo-assinado digital. O custo de um certificado digital varia de acordo com o fornecedor do serviço. Para se ter uma ideia, no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), um certificado digital do tipo A1 para pessoa física custava, em janeiro de 2023, R\$ 153.

Atualmente, as empresas responsáveis por armazenar as petições on-line em suas plataformas apresentam requisitos pouco criteriosos para identificação dos usuários assinantes, o que, por vezes, acaba gerando dúvidas quanto à duplicidade de assinaturas nos documentos. Esse fato foi comprovado no campo deste estudo. Identificamos que uma única

pessoa pode assinar duas vezes a mesma petição on-line utilizando e-mails diferentes, contando, portanto, como usuários distintos daquela plataforma. Isso acontece porque a condição exigida para uma pessoa assinar uma petição em algumas das empresas presentes no país é apenas a informação do nome, da cidade e de um endereço de correio eletrônico, o que aumenta as chances da existência de fraudes.

Portanto, seja em seu formato físico ou digital, a comprovação das assinaturas de um abaixo-assinado se apresenta como o principal problema para o reconhecimento efetivo desse documento. Porém, com o avanço da tecnologia e a rápida expansão da internet no mundo, é de se espantar que este fato pouco tenha sido tratado por nossos legisladores e mesmo pelo poder judiciário brasileiro, visto que se trata de um tipo de documento específico que pode garantir o acesso do povo a alterações em nossa Constituição. A manutenção de problemas técnicos que impedem a legitimidade de um abaixo-assinado poderia ser considerada um crime, por desrespeitar os direitos do povo e prejudicar a utilização de instrumentos de ação para garantir a soberania e a participação popular, conforme previsto na Constituição de 1988, como trataremos no tópico seguinte.

Antes, porém, é importante levantarmos a hipótese de que a propagação do abaixo-assinado eletrônico como petição on-line talvez seja fruto de uma tendência, experimentada no país, de um crescente alargamento da judicialização dos processos políticos e sociais como descrevem Vianna *et al.* (1999) e Melo (2005). Os autores demonstram que essa tendência de judicialização das questões sociais surge como tentativa de dar uma resposta à manutenção dos conflitos originários das desigualdades sociais e da violação dos direitos humanos, uma alternativa para suprir a ausência de solução de tais conflitos por parte do Estado. Nesse caso, a utilização do termo petição talvez tenha a função de dar um caráter mais oficial e judicial à solicitação, conferindo um ar de legalidade presente nos trâmites e protocolos jurídicos, o que sem dúvida o tornaria mais atrativo ao povo, principalmente se levarmos em consideração a difusão da ideia de que, quando recorremos ao poder judiciário, a justiça é feita. Lembramos, ainda, que as questões relacionadas à legitimidade e à legalidade são muito caras aos movimentos sociais em suas batalhas com governos conservadores e com a mídia, que historicamente costuma criminalizar esses movimentos.

2.4 DIREITOS DO POVO E SOBERANIA POPULAR

A Constituição brasileira de 1988, batizada como Constituição Cidadã, instituiu o Estado Democrático de Direito em um país recém-saído de longos 21 anos de ditadura militar

(1964-1985), que reduziu os direitos civis e pôs fim à liberdade de expressão e associação recorrendo exaustivamente à repressão, a atos de confinamentos, torturas e assassinatos. A ditadura militar se institucionalizou através de decretos com força constitucional, diplomas legais emitidos pelo chefe das Forças Armadas para legitimar e manter o regime autoritário e todo tipo de violências e opressão cometidas pelos militares. Tomemos como exemplo a utilização dos atos institucionais, como o famoso e famigerado Ato Institucional nº 5 (AI-5), que em 1968 transmitiu, para o presidente militar, todos os poderes políticos do Brasil.

A Constituição Cidadã, criada para garantir os direitos civis, humanos, sociais e econômicos aos cidadãos brasileiros, confrontou uma realidade nacional estruturada em injustiças e desigualdades sociais, muitas vezes promovidas pelos próprios programas de governos mais interessados em se alinhar ao modelo neoliberal vigente⁷. Mesmo assim, a abertura democrática brasileira institucionalizada nesta Constituição previa, para o bom funcionamento da democracia e o amplo exercício da cidadania, a facilidade de acesso da população ao poder público, além do direito à participação direta da população na formulação de leis e modificações constitucionais. Dispositivos como plebiscitos, referendos e leis de iniciativa popular tomaram forma como garantia de soberania popular no Artigo 14 da Constituição Federal (Brasil, 1988), que trata dos direitos políticos.

A existência constitucional de tais dispositivos é uma das tentativas encontradas pelos constituintes para promover um avanço democrático no país através do exercício de uma democracia semidireta, ou seja, uma forma híbrida entre democracia representativa e a democracia direta. Todavia, essa opção encontra-se confrontada pela valorização prática de uma democracia representativa explicitada principalmente, e quase que exclusivamente, por meio do sufrágio universal, com voto obrigatório, direto e secreto. A prova disso é que se passaram mais de 30 anos de abertura democrática desde a promulgação da Constituição Cidadã e o Brasil só realizou, em nível nacional, um plebiscito, um referendo e quatro leis de iniciativa popular, como mostra o Quadro 1.

⁷ É válido ressaltar que, um ano após a promulgação da Constituição de 1988, aconteceu a eleição de Fernando Collor de Mello que, assim como seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, aderiu ao Consenso de Washington, que visava alinhar condutas econômicas neoliberais no mundo, incluindo compromissos com desregulamentações, flexibilizações e privatizações travestidas na promessa de modernização do país (Alencastro, 2006).

Quadro 1 – Formas de garantia de soberania popular direta

Plebiscito	Referendo	Iniciativa popular
1993 – Sobre formas e sistema de Governo. Abrangência: nacional.	2005 – Sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições. Abrangência: nacional.	1994 – Lei 8.930 – Sobre crimes hediondos – 1,3 milhão de assinaturas.
2011 – Sobre a divisão do Estado do Pará. Abrangência: estadual.	2010 – Sobre o fuso horário no Estado do Acre. Abrangência: estadual.	1999 – Lei 9.840 – Sobre combate à compra de votos – 1,06 milhão de assinaturas.
2014 – Sobre criação de distritos no município de Campinas (SP). Abrangência: municipal.		2005 – Lei 11.124 – Sobre o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. 13 anos de tramitação, mais de 1 milhão de assinaturas.
		2010 – Lei Complementar 135 – Sobre a ficha limpa - 1,3 milhão de assinaturas.

Fonte: Internet, pesquisa própria.

Das três modalidades dispostas, observa-se que a última deveria ser a que mais se aproxima da ideia de democracia semidireta de promoção de soberania popular impulsionada pela sociedade civil organizada, visto que as duas primeiras são iniciativas do Poder Executivo ou, no máximo, do Congresso Nacional. Já no projeto de iniciativa popular o povo, em tese, pode sugerir leis respaldadas na coleta de assinaturas, ou seja, na utilização de abaixo-assinados, que deveriam ser apreciadas no Congresso Nacional.

No entanto, mesmo que a nossa Constituição cite, especificamente, a utilização dos abaixo-assinados, eles simplesmente não conseguem assumir um protagonismo como instrumentos de participação social e política no repertório de ação de ativistas e movimentos sociais. Primeiro, porque a distância entre a Constituição Cidadã e a nossa realidade social impede que boa parte da população sequer tenha conhecimento desse importante recurso constitucional disponível à população brasileira. Depois, falta-lhes o conhecimento dos protocolos e trâmites jurídicos para oficializar todo o processo. Por fim, as poucas tentativas que superam essas barreiras iniciais colidem com a alegação da impossibilidade de conferência das assinaturas contidas no documento.

Tomemos como exemplo o caso emblemático da Lei da Ficha Limpa, apresentada como Projeto de Lei Complementar – PLP 518/2009 (Brasil, 2009), de autoria dos deputados Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ), Arnaldo Jardim (PPS-SP), Camilo Cola (PMDB-ES) e outros. O próprio PLP indica, nos dados complementares, que foram colhidas assinaturas pela sociedade civil com o objetivo de fazer tramitar a matéria no Congresso como um projeto de

lei de iniciativa popular, contando com uma campanha presencial de coletas de assinaturas e a utilização de petições on-line, em plataformas como a Avaaz.Org. Para que o projeto de lei não empacasse, tais deputados o assumiram como sendo de sua autoria, evitando a necessidade da conferência de assinaturas, como aconteceu na maioria dos outros projetos de lei de iniciativa popular.

Por outro lado, temos o exemplo, no mínimo curioso, do projeto de lei das dez medidas de combate à corrupção, o PL 3.855/2020 (nº anterior: PL 4.850/2016)⁸. A peculiaridade deste PL é que ele é o único, ainda tramitando na Câmara dos Deputados, cuja autoria oficialmente está denominada como sendo de iniciativa popular, embora saibamos, como já mencionado, tratar-se de uma iniciativa do Ministério Público Federal (MPF), que promoveu campanhas nacionais para coleta de assinaturas presenciais e também on-line, inclusive com páginas no *site* institucional para divulgar a campanha (Ministério Público Federal, 2016).

Não obstante, um abaixo-assinado físico para propor uma lei de iniciativa popular deve percorrer um árduo percurso até chegar ao seu objetivo final. A Constituição exige que o abaixo-assinado tenha no mínimo 1% do eleitorado nacional (considerando que o Brasil tem cerca de 148 milhões de eleitores, seriam necessárias quase 1,5 milhão de assinaturas), distribuído em pelo menos cinco estados, com 0,3% de apoiadores em cada um deles. A Constituição também exige que o projeto seja referente a apenas um assunto. Cumpridas todas as exigências, a Câmara dos Deputados tem a obrigação de protocolar o projeto de lei e dar início a sua tramitação. Além disso, é importante salientar que uma proposta de iniciativa popular deve seguir os mesmos trâmites dos processos legislativos, ou seja, passar por todas as comissões até chegar à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, ser aprovada no plenário e seguir os mesmos trâmites no Senado, além da necessidade de sanção pelo presidente da República para se tornar lei. Nesse percurso, o projeto de lei de iniciativa popular pode ser modificado, arquivado, não aprovado, sancionado ou simplesmente vetado.

Enquanto a nossa Constituição garante esse importante mecanismo de participação para reafirmar a soberania do povo, que pode ser usado para criação e alteração de leis respaldado por abaixo-assinados, nosso Congresso Nacional e outras instituições, como o Ministério Público Federal, seguem tutelando tal iniciativa. Seja permitindo que deputados adotem esses projetos de iniciativa popular como seus, com a justificativa de superar o problema da conferência de assinaturas, seja por permitir que instituições do próprio Estado,

⁸ No momento de escrita deste trabalho o PL aguardava constituição de comissão especial pela Mesa e estava pronto para entrar na pauta de votações no Plenário. Ver: Brasil (2019).

como o MPF, possam promover projetos cuja iniciativa deveria ser apenas da sociedade civil. Apesar de essas serem questões que impactam na imagem das petições on-line, estimulando a descrença nesse tipo de instrumento, as plataformas de petições on-line continuam indicando o crescimento das suas bases de usuários e continuam desenvolvendo-se, especializando-se, inclusive algumas com a promessa de entregar um produto pronto para facilitar a criação de leis de iniciativa popular.

2.5 AS PLATAFORMAS DE PETIÇÕES ON-LINE

Apesar dos problemas citados para a aceitação legal das petições on-line, observamos ao longo dos anos uma tendência de aumento na utilização deste recurso que, entre outros fatores, pode ser explicado por suas potencialidades mobilizadoras, pelo fato de promover uma ampla visibilidade a uma causa, com baixo custo, o que melhora a percepção do custo-benefício para ativistas. Além disso, a própria condição imposta pela pandemia da covid-19, de estímulo ao distanciamento social, pode ter beneficiado e impulsionado ainda mais as formas de ação digitais. No caso da Change, como detalharemos no capítulo empírico, em pouco mais de um ano de pandemia houve um incremento de 160% no número de abaixo-assinados criados na plataforma.

A escolha de uma plataforma de petições on-line é um dos primeiros passos para a realização de uma petição on-line depois que uma pessoa decide fazê-la. É o lugar que vai armazenar o documento de modo a deixá-lo disponível sempre que alguém deseje assinar e apoiar a causa em questão. Caso o autor opte por agir de forma independente e não vincular seu abaixo-assinado às empresas que atualmente disponibilizam o serviço, terá que utilizar seu próprio *site* ou de algum coletivo do qual faça parte, mas terá ainda que arcar com os custos da compra ou desenvolvimento de ferramentas para a coleta de assinaturas, que nem sempre são baratas, seguras ou cumprem o prometido. Para se ter uma ideia, apenas manter um *site* no ar pode custar entre R\$ 2 mil e R\$ 600 mil por ano, dependendo do tamanho do *site* e dos recursos oferecidos pelo provedor de hospedagem, fora o desenvolvimento da ferramenta em si.

Um exemplo bem-sucedido deste tipo de utilização dos abaixo-assinados on-line é o caso da deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP), que costuma realizar diversos abaixo-assinados em sua própria página (Sâmia Bomfim, c2020). Nesse caso, eles são propostos exclusivamente pela parlamentar e as pessoas são convidadas apenas a participar assinando. Não há espaço para inclusão de propostas de terceiros. Os abaixo-assinados realizados pela

deputada servem como apoio aos projetos apresentados por ela ou por seu partido na Câmara dos Deputados em Brasília. No exemplo da Figura 1, o abaixo-assinado pede apoio ao pedido de *impeachment* do presidente Jair Bolsonaro, apresentado por parlamentares do PSOL, e acusa mais de um milhão de assinaturas.

Figura 1 – Petição on-line da deputa federal Sâmia Bomfim

The screenshot shows a web browser window with the URL samiabomfim.com.br/forabolsonaro/. The page has a dark header with the 'Sâmia' logo. The main content area is split: the left side shows a large image of Jair Bolsonaro with a progress bar indicating '1.164.991 pessoas já assinaram. Ajude-nos a chegar a 2.000.000'. Below this, there is text in Portuguese accusing Bolsonaro of exceeding limits and committing crimes. The right side is a pink sidebar with the title 'Assine em apoio ao pedido de impeachment.' and a form with fields for 'Nome completo', 'E-mail', 'WhatsApp (opcional)', 'Estado', and 'Selecione uma cidade'. There is also a checkbox 'Quero receber novidades da Sâmia.' and a prominent 'ASSINAR' button.

Fonte: Internet (<https://samiabomfim.com.br/forabolsonaro/>).

Um aspecto positivo desse tipo de escolha é o fato de evitar ter a imagem do autor e da causa associada a plataformas que podem, de alguma forma, suscitar suspeitas por determinados segmentos sociais. Na nossa pesquisa, identificamos que há queixas quanto à falta de transparência na utilização dos recursos doados e a posicionamentos políticos, como no caso da Avaaz. Paradoxalmente, essa também pode ser uma desvantagem para a causa em si, nesse exemplo, pois pessoas não simpatizantes das posições políticas de uma deputada de esquerda, como Sâmia, podem deixar de endossar o abaixo-assinado mesmo sendo a favor da causa.

Outro exemplo de petições on-line mais segmentadas hospedadas em *sites* próprios são aquelas promovidas por organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais e coletivos de ativistas em defesa de uma causa. Nesses casos, as petições são exclusivamente em defesa de um tema específico, como, por exemplo, as petições da organização All Out, que luta pelos direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros ao redor do mundo (All Out, c2024). Nessa condição, a plataforma impulsiona a ação de seus membros e daqueles que buscam ações em defesa dos direitos LGBTQ+ em um ambiente mais temático. A criação de abaixo-assinados no *site* da All Out é permitida a qualquer pessoa que queira

promover uma ação sobre o tema (Figura 2), o que também permite à plataforma angariar mais simpatizantes para a organização e, ao mesmo tempo, estimular o engajamento com o apoio às demais campanhas sobre o tema.

Figura 2 – Plataforma de petições da All Out



Fonte: Internet (<https://action.allout.org/pt-br/>).

Há também o caso de uma plataforma que surgiu no Brasil em 2014 com o objetivo específico de coletar assinaturas eletrônicas para projetos de lei de iniciativa popular. A Mudamos (ITS Rio (2022) diz ajudar na formatação da proposta de lei, entregando um produto pronto para seguir os trâmites legais com a promessa de resolver o problema da confirmação das assinaturas, via *smartphones*, de forma a garantir assinaturas eletrônicas, válidas, seguras e transparentes (Figura 3). O aplicativo Mudamos é uma iniciativa do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio). Mas, apesar das promessas do aplicativo, o cenário legal para validação das assinaturas digitais no Brasil ainda não garante a aceitação desse instrumento, como explicamos anteriormente. Do contrário, essa iniciativa poderia ampliar e muito o universo de projetos de lei de iniciativa popular submetidos ao Congresso Nacional e aprovados.

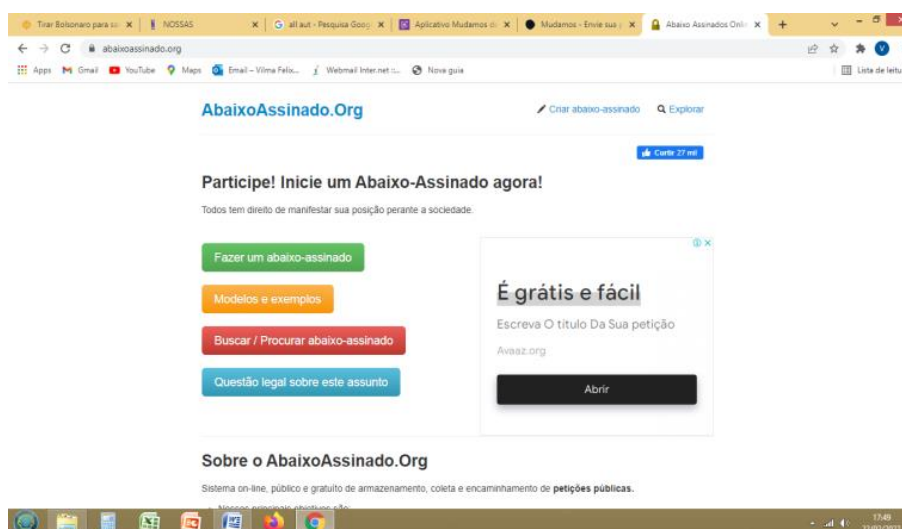
Figura 3 – Plataforma Mudamos



Fonte: Internet (<https://www.mudamos.org/>).

A maioria das pessoas, no entanto, prefere recorrer às plataformas mais conhecidas que possibilitam a criação e o armazenamento de petições on-line de forma gratuita, livrando-se dos problemas técnicos e dos investimentos para construção de ferramentas ou aplicativos. Essas plataformas surgiram no final da primeira década dos anos 2000, chegando ao Brasil no início da década seguinte. Atualmente, qualquer *site* de busca pode, numa pesquisa rápida, revelar pelo menos umas dez plataformas disponíveis para criação e armazenamento gratuito de petições, sobre os mais diversos temas, desde que sejam cumpridas as regras de uso de cada plataforma. Tomemos como exemplo um dos *sites* pioneiros no Brasil, o AbaixoAssinado.Org, que iniciou suas atividades em 2007 (AbaixoAssinado.Org, 2022). O *site* é um sistema on-line público e gratuito de armazenamento, coleta e encaminhamentos de petições públicas (Figura 4), tendo alcançado um total de 37.428 petições publicadas até janeiro de 2022.

Figura 4 – Site AbaixoAssinado.org



Fonte: Internet (<https://www.abaixoassinado.org/>).

As plataformas de petições on-line são responsáveis por veicular milhões de abaixo-assinados no mundo. Quem já assinou uma dessas petições dificilmente abre diariamente sua caixa de e-mail sem receber uma convocatória para assinatura de um novo abaixo-assinado sobre os mais variados temas, locais e mundiais. Qualquer pessoa também é estimulada a criar sua própria petição, sobre o que lhe interessar. Ela mesma deve se responsabilizar pela divulgação, mas pode contar com a ajuda de algumas plataformas que também divulgam petições em suas redes sociais digitais e por e-mail como forma de estimular que outras pessoas assinem, impulsionem a ação, tornem-se membros e criem suas próprias petições. Algumas plataformas, dependendo do interesse ou investimento, realizam verdadeiras campanhas junto aos seus membros, estimulando telefonemas e e-mails em massa para órgãos competentes resolverem problemas apontados nas petições.

Para efeito descritivo de como funcionam essas plataformas, tomaremos como exemplos a Avaaz.org, a Change.org e a Petição Pública Brasil, que foram as três empresas mais citadas em nossa pesquisa quantitativa on-line e que será mais bem explicada no próximo tópico. Nosso objetivo é tentar demonstrar os caminhos geralmente percorridos pelas pessoas que resolvem fazer um abaixo-assinado on-line no Brasil.

2.5.1 A Avaaz.org

A plataforma Avaaz, lançada em 2007, define-se como uma organização independente e sem fins lucrativos, como uma comunidade de mobilização on-line que leva a voz da

sociedade civil para os espaços de tomada de decisão em todo o mundo. Como expresso em seu *site*, a empresa tem a missão de mobilizar pessoas de todos os países para construir uma ponte entre o mundo em que vivemos e o mundo que a maioria das pessoas quer. A Avaaz (Figura 5) diz mobilizar milhões de pessoas para agirem em causas internacionais urgentes, desde pobreza global até os conflitos no Oriente Médio e mudanças climáticas. A organização diz que o seu modelo de mobilização on-line permite que milhares de ações individuais, apesar de pequenas, possam ser combinadas em uma poderosa força coletiva⁹. Tal modelo pode ser capaz, por exemplo, de mobilizar a opinião pública em torno de uma causa a ponto de influenciar a elaboração de leis, decisões jurídicas ou administrativas.

Figura 5 – Página inicial da plataforma Avaaz em 2020



Fonte: Internet (<https://secure.avaaz.org/page/po/>).

Oferecendo o serviço de abaixo-assinado on-line gratuito, em 2015, por ocasião da elaboração do pré-projeto desta pesquisa, a Avaaz estampava em seu *site* a participação de 41 milhões de membros, operando em 15 línguas e em 194 países. Era justamente no Brasil que, na época, a organização possuía o maior número de membros. Na época, a plataforma acusava a participação de 8,7 milhões de brasileiros. É válido salientar que membro, para a Avaaz, é alguém que simplesmente assinou qualquer uma de suas petições, que vai desde uma reforma de um mercado público no bairro da Madalena, no Recife, até a proteção de baleias na Antártida.

A organização se diz autofinanciada por esses membros, com doações de R\$ 30, R\$ 50 ou R\$ 70, com aportes únicos, semanais ou mensais, cuja aplicação é determinada pelas

⁹ Definição do próprio site da empresa Avaaz (Avaaz, 2022a).

prioridades da entidade. Em seus contadores on-line, no dia 24 de setembro de 2015, pudemos observar que, em apenas um minuto, a Avaaz mostrou ter recebido 19 assinaturas, de um total de 25, para uma campanha, em português, denominada “Parem a crueldade contra os animais salvem vidas”. O contador mostrava o nome e a nacionalidade dos assinantes. Pudemos observar pessoas da Austrália, Alemanha, Canadá, França, Estados Unidos, Rússia, Colômbia, entre outros países. Desse total, pelo menos nove assinantes eram brasileiros.

As petições de maior destaque na plataforma são criadas pela própria equipe da Avaaz, que diz realizar pesquisas anuais com seus membros para determinar suas prioridades e metas, embora só tenhamos encontrado no *site* a pesquisa referente ao ano de 2014. Já em janeiro de 2020, a plataforma indicava a participação de mais de 50 milhões de membros no mundo, não disponibilizando mais as informações sobre o tamanho comunidade brasileira. Em 2022, esse número saltou para mais de 69 milhões de usuários, um aumento de, aproximadamente, 38% em dois anos, como demonstram as figuras 5 e 6.

Figura 6 – Página inicial da Plataforma Avaaz em 2022



Fonte: Internet ([https:\(...\)secure.avaaz.org/page/po/](https:(...)secure.avaaz.org/page/po/)).

2.5.2 A Change.org

A Change.org é considerada atualmente a maior plataforma de abaixo-assinados on-line do Brasil e do mundo. Ela é uma empresa americana que também iniciou suas atividades no ano de 2007 e chegou ao Brasil em 2012. Em seu primeiro ano de existência aqui, atingiu a marca de 1,5 milhão de usuários e contabilizou um total de 18 mil campanhas/petições (Extra, 2013). Em linhas gerais, é uma plataforma de petições on-line gratuita que permite a qualquer

pessoa em qualquer lugar realizar campanhas de coletas de assinaturas sobre qualquer temática, exceto conteúdo pornográfico, *bullying* ou ações criminosas, como explicitado nas diretrizes da comunidade. A plataforma, diferentemente da maioria, oferece o serviço de entrega das petições, além de equipes capacitadas para ajudar a confeccionar as petições e encontrar patrocinadores.

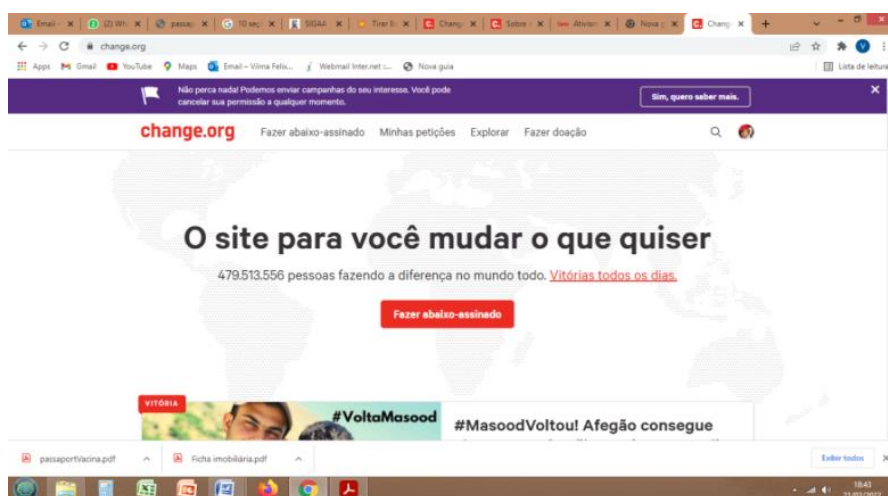
Em 2016, a plataforma se dizia presente em 196 países e atuando em 12 línguas diferentes, com um total de 179.649.758 usuários no mundo e 2,5 milhões no Brasil. A plataforma também exibia a marca de mais de 20 milhões de vitórias. Já em 2020, a Change apresentou a impactante marca de 335.695.580 de pessoas em todo o mundo, um aumento de quase 100% em quatro anos. Em 2022, a Change divulgou que, no ano anterior, ela e o ativismo digital ganharam cinco milhões de novos usuários, chegando ao número de 39 milhões de participantes no Brasil e quase 480 milhões de pessoas no mundo, conforme as figuras 7 e 8.

Figura 7 – Plataforma da Change.org em 2020



Fonte: Internet (<https://www.change.org/>).

Figura 8 – Página inicial da Change.org em 2022



Fonte: Internet (<https://www.change.org/>).

A Change se autodefine como uma corporação de benefício público sem fins lucrativos, com plataforma aberta, onde todas as petições são criadas apenas por usuários. Sua missão é acelerar mudanças sociais lideradas por pessoas comuns e diz usar sua tecnologia para empoderar pessoas, de forma que qualquer pessoa, em qualquer lugar do país, possa liderar um movimento e mudar o que quiser, como consta no seu *site* (Change.org, c2022). A empresa segue uma visão de sustentabilidade cujo modelo de negócio preza por uma gestão eficiente e transparente. Para a arrecadação de recursos, a Change conta com as “contribuições recorrentes”, que consiste em doações dos usuários nos valores de R\$ 15, R\$ 30, R\$ 45 e R\$ 60 para ajudar a fortalecer o seu impacto no Brasil e no mundo. A segunda forma de arrecadação de recursos são as chamadas “petições turbinadas”. Nessa modalidade, as pessoas são convidadas a doar para promover as causas que apoiam e, com isso, a petição assinada ganha uma espécie de publicidade da empresa e aparece como anúncio dentro da própria plataforma, atingindo um público ainda mais amplo.

2.5.3 A Petição Pública Brasil

A plataforma Petição Pública Brasil foi lançada no ano de 2010. Originalmente criada em Portugal, em 2009, chegou ao país com a finalidade de disponibilizar um serviço de qualidade para hospedagem de abaixo-assinado de forma gratuita. O *site* se apresenta como completamente privado e particular, sem nenhum tipo de vínculo com governos, instituições ou empresas privadas. Indica que não tem nenhum apoio monetário e por isso mesmo não está

sujeito a qualquer forma de pressão, censura ou tendências políticas. A Petição Pública Brasil afirma não realizar nenhum tipo de abaixo-assinado, nem faz controle editorial ou fiscalização sobre o conteúdo que é armazenado, deixando claro que a inteira responsabilidade é de seus criadores. Por isso mesmo, o *site* não aceita abaixo-assinados anônimos. A plataforma diz cumprir, minuciosamente, todos os procedimentos legais de acordo com o Marco Civil da Internet (Brasil, 2014).

Em sua página inicial, o *site* (Figura 9) expõe as potencialidades dos abaixo-assinados como uma forma de mobilizar a população, podendo exercer pressão, sensibilizar políticos, organizar protestos, alterar ou criar leis e gerar uma onda de indignação capaz de atrair a atenção das mídias. Destaca que é preciso só uma pessoa para iniciar a mudança¹⁰.

Figura 9 – Página inicial da Petição Pública Brasil



Fonte: Internet (<https://peticaopublica.com.br/>).

De uma maneira geral, as plataformas de petições on-line estimulam o compartilhamento imediato após a criação das petições, disponibilizando, em suas páginas, *links* para as redes sociais digitais mais utilizadas no Brasil, como Facebook, Twitter e Instagram. Algumas também possuem páginas nessas mesmas redes onde divulgam notícias sobre campanhas e petições criadas em seus *sites*, além de fazer o envio aleatório dessas petições por e-mail para sua lista de membros. Elas apresentam termos de uso e políticas de privacidade e proteção aos usuários, de forma que é possível garantir até mesmo o anonimato do autor da petição para o público. As diferenças mais expressivas entre essas plataformas

¹⁰ Definição do próprio *site* da empresa Petição Pública Brasil. Ver: Petição Pública Brasil, c2022.

serão expostas, mais adiante, nos resultados da nossa pesquisa de campo, principalmente sobre que tipo de ativismo é esse que está sendo proposto e como isso é percebido e utilizado pelos autores e assinantes dessas petições.

3 METODOLOGIA

As escolhas metodológicas que nortearam os caminhos percorridos nesta pesquisa, a fim de identificar em que medida o individualismo percebido nas formas de ativismo contemporâneo, no caso das petições on-line, pode afetar a formação de movimentos sociais, são frutos de reflexões e situações que problematizam as principais questões que envolvem o uso de ferramentas tecnológicas para a consecução desse mesmo ativismo. Desde já é importante considerar que não utilizamos um manual ou plano metodológico aplicado rigidamente durante a realização deste estudo, pois entendemos o campo como um processo que, ao longo de sua duração, pode, entre outras coisas, redefinir nosso problema de pesquisa, além de indicar a necessidade ou a combinação de outros métodos e abordagens não contemplados em um primeiro momento.

Quando pensamos em petições on-line, principalmente naquelas que atingem uma dimensão mundial com milhões de apoiadores, entendemos que o nosso objeto de estudo envolve atores diversos, com potencial variável de engajamento em múltiplas causas. Ora esses atores podem criar uma petição on-line, ora podem apoiar, assinando e compartilhando várias petições em um mesmo dia, por meio da internet. Da mesma forma como, em junho de 2013, o Brasil assistiu perplexo à presença de ativistas nas ruas empunhando diferentes bandeiras, cartazes e faixas, defendendo causas que podiam mudar de acordo com o dia e, mesmo assim, marcharem despreocupados em seguir líderes, movimentos sociais ou partidos políticos. Em ambos os casos, estar nas ruas ou criar/subscrever uma petição parece não exigir um envolvimento maior que vá além destas ações, o que nos leva a pensar na efemeridade desse tipo de ativismo.

Outra questão importante presente nessas ações on-line e off-line no Brasil e no mundo, desde 2011, é a utilização das redes sociais digitais para divulgação e mobilização social, como se a mediação das NTICs desse um novo fôlego às ações coletivas, inspirando novas formas de mobilizações, de resistências e de movimentos sociais. A flexibilidade do trânsito de ações que um ator pode experimentar a partir da mediação da internet, inclusive o ato de ir às ruas protestar, sem a necessidade de um maior engajamento e permanência em coletivos ou movimentos sociais, expõe um tipo de ativismo onde o individualismo, a indignação e o desejo por mudanças assumem uma grande centralidade (Castells, 2013). As emoções voltaram a ser protagonistas para a compreensão das ações coletivas e o desejo de mudança é o grande mote utilizado pelas plataformas para estimular a criação, a assinatura e o compartilhamento das petições on-line. Por isso, nossas escolhas metodológicas devem

sustentar a percepção de cada ator, seja ele coletivo ou individual, para alcançar uma compreensão mais ampla do tipo de ativismo proporcionado pelas petições on-line.

Nosso objeto de estudo exige uma abordagem que dê conta de aspectos relacionais, que podem sofrer influências ideológicas e requerem contextualizações que levem em conta o espaço e o tempo, pois essas ações podem rapidamente passar do local para o global e vice-versa. Por isso, optamos pela utilização da abordagem qualitativa considerando a importância da triangulação de métodos e técnicas. Como um apoio ao estudo do fenômeno e mesmo para formação de base para posterior composição da amostra, utilizamos a pesquisa quantitativa, feita na modalidade on-line.

Neste capítulo, discutimos os aspectos relacionados à coleta dos dados e à construção do *corpus* desta pesquisa, levando em conta que, para isso, teremos que lidar com as questões que tratam do problema amostral a fim de compreender em que medida o individualismo neoliberal pode influenciar a construção das identidades coletivas e dos movimentos sociais. Explicamos a nossa escolha pela netnografia como caminho para a observação participante na internet e para a realização de entrevistas em profundidade presenciais, on-line e por telefone. Falamos sobre a utilização do questionário on-line e, por fim, abordamos as escolhas relacionadas à análise dos dados, iniciadas por uma composição entre as análises de conteúdo e de documentos, além da utilização da análise discurso e da estatística descritiva.

Seguindo o planejamento para utilização da metodologia qualitativa para este estudo, o primeiro passo foi estabelecermos um período para realização do campo, inicialmente pensado em 12 meses, de maio de 2019 a abril de 2020, para caber dentro do limite temporal de elaboração de uma tese de doutorado. Nesse período, buscamos identificar o tipo de interação estabelecida a partir das petições on-line, entendendo que essa questão é fundamental para a construção das identidades coletivas. Dessa forma, a netnografia foi conduzida por meio de observação participante nos *sites* da Avaaz.org, da Change.org e da Petição Pública Brasil, nos quais identificamos diversas informações relevantes para a compreensão do nosso objeto de estudo, e também em suas respectivas páginas no site de rede social Facebook. Realizamos um acompanhamento sistemático dos e-mails recebidos dessas plataformas e escolhemos, aleatoriamente, algumas petições para acompanhar seu desenvolvimento e desfecho.

As entrevistas em profundidade foram realizadas com representantes das plataformas e com alguns de seus usuários, ou seja, autores e apoiadores de petições on-line. Novamente, é importante ressaltar que todos os aspectos relacionados à coleta e ao levantamento dos dados foram impactados e muitas vezes desenvolvidos para resolver problemas surgidos na

construção da amostra. Ao final, foram realizadas 21 entrevistas, número determinado pelo esgotamento das informações e pelas dificuldades para encontrarmos outros atores envolvidos. A pesquisa quantitativa foi respondida por 125 pessoas, através de questionário hospedado em *site* específico para pesquisas on-line.

A seleção dos entrevistados foi buscada de diversas formas, entre elas, por meio de indicações de conhecidos nas redes sociais, da pesquisa quantitativa on-line e de buscas nas plataformas citadas e no Facebook. Em todas essas ocasiões aplicamos o método “bola de neve” na tentativa de concluirmos a amostra. Os dados obtidos através dos e-mails recebidos e das petições on-line foram tratados na forma de análise documental e serviram a uma análise de conteúdo. Por fim, as entrevistas foram examinadas à luz da análise de discurso. Esses procedimentos, descritos de maneira resumida, serão discutidos e problematizados a seguir.

Quadro 2 – Esquema amostral e metodológico

Netnografia	Análise de conteúdo e de documento	Pesquisa quantitativa
Observação das plataformas de petições on-line	Análise dos e-mails	Questionário on-line com 125 respondentes
Observação participante no Facebook das plataformas		
21 entrevistas em profundidade com autores, assinantes e representantes das plataformas		
Análise de discurso		Análise estatística descritiva

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 2 demonstra as estratégias e recursos usados com o objetivo de encontrar respostas ao nosso problema de pesquisa. Toda a discussão metodológica propriamente dita, ou seja, sobre os procedimentos, as amostras, os dados e as análises, foi frequentemente atravessada por preocupações ou por problemas da qualidade e da ética na pesquisa qualitativa. Da mesma forma, lembramos que as NTICs, presentes em nosso objeto de estudo, permeiam as teorias que envolvem essa pesquisa e, como não poderia deixar de ser, afetam profundamente toda a metodologia que sustenta as bases da nossa investigação. Portanto, toda a discussão que se segue está direta ou indiretamente ligada à questão da internet, com suas interferências positivas e negativas. Por todas essas questões, o nosso planejamento e perspectivas iniciais sofreram alterações ou adaptações ao longo do campo, não só para

superar as dificuldades encontradas, mas também para garantir a qualidade e o rigor científico.

3.1 COLETA E CONSTRUÇÃO DOS DADOS NA PESQUISA QUALITATIVA

A complexidade parece ser a característica central das sociedades contemporâneas, que valorizam as autonomias individuais e as experiências cotidianas como espaço onde ocorrem as ações e as relações sociais. Neste sentido, a metodologia qualitativa, como processo que combina questões práticas e teóricas, parece ser fundamental para uma compreensão mais ampla destas sociedades, por sugerir que “a pesquisa é uma prática de observação que coloca em relação ação, linguagem e vida cotidiana dos sujeitos.” (Melucci, 2005, p. 41). O problema estudado aqui perpassa todas essas questões, já que buscamos entender em que medida uma nova concepção de ativismo e de ações coletivas pode estar influenciada pelo individualismo característico do modelo neoliberal e como essas práticas podem agir sobre a criação das identidades coletivas essenciais para manutenção ou formação dos movimentos sociais. Com isso, espera-se que o estudo revele o tipo de ativismo proposto a partir das petições on-line.

As petições on-line como objeto empírico proposto indicam o uso das NTICs ora como plataforma de atuação, caso da criação das petições, ora como instrumento para disseminação e interação de autores e assinantes dessas petições, por meio de *sites* e redes sociais digitais. Assim, a pesquisa na internet desponta como uma necessidade ao mesmo tempo em que impõe vantagens e dificuldades metodológicas já apresentadas por outros pesquisadores das Ciências Sociais, como Bryman (2008). Um dos aspectos que é sempre importante ressaltar é a ambiguidade de algumas situações, que rapidamente pode transformar uma vantagem em uma desvantagem e vice-versa, demandando do pesquisador cuidados com questões que vão desde o volume e a heterogeneidade de casos observáveis (aqui temos observação nas plataformas, enquete on-line e entrevistas com representantes das empresas, criadores e apoiadores/assinantes das petições), até a própria linha tênue que separa os espaços on-line e off-line, além da velocidade e efemeridade das ações.

Porém, a internet pode compreender um amplo campo, onde ela mesma pode ser o próprio objeto da pesquisa, o local da pesquisa e ainda o instrumento para coleta de dados (Fragoso; Recuero; Amaral, 2011). Neste projeto, a internet assume claramente essas três dimensões, visto que o objeto trata de petições on-line, disponíveis apenas na rede mundial de computadores, onde pretendemos utilizar as técnicas e métodos disponíveis para pesquisa na

internet como instrumento para coleta de dados. Seguindo um mapeamento dos estudos sobre a internet (Ibid.), podemos basicamente dividi-los em três momentos históricos. O primeiro, onde os estudos se concentraram no próprio surgimento da internet, enquanto novidade, e estavam preocupados na polarização do real *versus* virtual. No segundo momento, os estudos sobre a internet estão mais direcionados para observação e coleta de dados referentes aos usuários e tipo de utilização. Já o terceiro momento estaria ligado a uma abordagem onde o enfoque principal está relacionado aos aspectos teórico-metodológicos, onde a análise dos dados assume uma centralidade.

Apesar de autores apontarem essa clara distinção temporal entre os interesses dos pesquisadores na internet, não compreendemos esses momentos como etapas históricas que tratam de problemas e temas fechados e superados pela ciência, mas apenas como tendências de interesses que necessitarão serem revisitados e aprofundados, sempre que um pesquisador se deparar com a problemática da internet em seu campo.

Os estudos cujas abordagens enfatizam o aspecto de artefato cultural tendem a observar questões acerca dos discursos sobre a internet, como, por exemplo, os discursos libertários acerca da natureza anárquica e da atitude contracultural dos hackers e cyberpunks do início da rede, como em Lemos (2002), Amaral (2006) ou Turner (2006) e os processos de produção e consumo na construção do sentido dos seus usos sociais. (Fragoso; Recuero; Amaral, 2011, p. 42)

A continuidade de ações na internet, como o hackerativismo, que remonta ao início da World Wide Web, atualmente expresso em grupos como o Anonymous, ou a capacidade de mobilização para movimentos e protestos off-line e on-line, percebida nas redes sociais digitais, nisto se incluindo a mobilização para assinatura de petições on-line. São exemplos que demonstram uma ampliação no uso e no próprio sentido de utilização da internet, além de sua atualização, já que são objetos de estudo de muitos pesquisadores, principalmente na área de movimentos sociais. Obviamente, em tais estudos, como em outras áreas, encontramos abordagens quantitativas e qualitativas, além do entrecruzamento desses dois métodos ou, ainda, abordagens mais centradas em padrões estruturais, como é o caso da Análise de Redes Sociais, que pode dialogar tanto com a metodologia quantitativa quanto com a qualitativa.

Ao optarmos pela metodologia qualitativa, faz-se necessário que, primeiro, se esclareça a compreensão da internet não como uma entidade independente e autônoma, mas numa perspectiva que a compreende como um elemento cultural que insere a tecnologia na vida cotidiana das pessoas. Nessa perspectiva, há uma integração dos âmbitos on-line e off-line, onde tanto a produção como sua utilização assumem características múltiplas e

contextuais. A própria internet enquanto objeto “não é único, mas multifacetado e passível de apropriações” (Fragoso; Recuero; Amaral, 2011, p. 42), assim como os vários tipos de ativismo que permeiam este ambiente. Por isso, trabalhamos desde o início com a possibilidade de combinar alguns métodos, para dar conta da ideia discutida por Batista (2015) que demonstra a compreensão de que “neste mundo (que costumava ser analógico e se tornou híbrido), a tecnologia é utilizada para comunicação, socialização, expressão, comunicação...”, ou seja, para a ação individual e coletiva, o que faz da internet um espaço social e político. Nosso objeto possibilita a pesquisa em plataformas on-line e suas respectivas páginas em redes sociais digitais, onde os usuários podem exercer atividades, dar visibilidade às suas ideias e ações, assim como interagir, recrutar e mobilizar apoiadores para as suas causas.

Segundo Flick (2009a, p. 240), técnicas qualitativas tradicionais podem ser facilmente aplicadas à pesquisa na internet, como a entrevista, a observação participante, a etnografia e os grupos focais. Segundo este autor, a triangulação ou o entrecruzamento de métodos, técnicas e perspectivas de pesquisa faz parte da pesquisa qualitativa desde seus primórdios, no contexto da promoção da qualidade da pesquisa. Neste contexto, as diferentes formas de construção de questões podem se complementar e, ao mesmo tempo, se contradizer. “A triangulação não produz representações congruentes nem contraditórias de um objeto, e sim mostra diferentes construções de um fenômeno” (Flick, 2009b, p. 74). Porém, para que o uso da triangulação seja legítimo, o autor ainda ressalta que devemos utilizar, de maneira consistente, diferentes abordagens com a mesma relevância no planejamento do estudo, coleta e análise de dados. Com isso em mente, combinamos métodos qualitativos e quantitativos, alguns métodos de análises e coleta, mas tomando como base a netnografia com observação participante e entrevistas em profundidade, que serão discutidos a seguir.

Ainda é importante dizer que o recurso da triangulação não será utilizado como busca para validar dados encontrados na pesquisa, que explicitem uma verdade objetiva, como Flick (2009b) discute bem quando trata das críticas às definições iniciais de Denzin sobre a triangulação, mas como busca fundamental para garantir a qualidade na pesquisa, no sentido de ampliar os horizontes de compreensão do fenômeno estudado. Tampouco a triangulação será utilizada por uma preferência particular aleatória. Ela será levada em consideração aqui por entendermos que as dificuldades do objeto de estudo em questão demandaram a utilização de diversos métodos de levantamento e análise de dados.

3.2 A NETNOGRAFIA

A própria escolha da etnografia já traz em si a combinação implícita de métodos, como a observação participante e as entrevistas, por exemplo, já que “uma característica da pesquisa etnográfica é o uso flexível de diferentes abordagens metodológicas segundo a situação e o tema de cada caso” (Flick, 2009b, p. 104). Essa visão também é compartilhada por Kozinets (2014) quando ele define, de maneira muito clara, o que é a netnografia e que se mostra muito pertinente para o nosso campo:

A netnografia é pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo on-line. Ela usa comunicações mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal. Portanto, assim como praticamente toda etnografia, ela se estenderá, quase que de forma natural e orgânica, de uma base na observação participante para incluir outros elementos, como entrevistas, estatísticas descritivas, coletas de dados arquivais, análise de caso histórico estendida, videografia, técnicas projetivas como colagens, análise semiótica e uma série de outras técnicas (Kozinets, 2014, p. 61-62)

Segundo Jaccoud e Mayer (2008, p. 255) esse procedimento está em harmonia com uma sociologia interessada em ações coletivas e processos sociais que podem ser compreendidos por meio da interação direta, cujo significado não está determinado previamente. Algumas questões se mostram importantes no sentido de apresentar certos critérios para utilização desse procedimento:

... posição e o papel do observador, sua relação com o campo de pesquisa, o lugar da observação no procedimento de pesquisa, os critérios de validade e de confiabilidade, a amostragem ou a seleção do local de observação, a construção das categorias de análise, a produção teórica, o problema da generalização dos resultados e as questões de ordem éticas. (Jaccoud; Mayer, 2008, p. 225)

Optamos pela identificação do observador em todos os momentos possíveis de interação, assim como a identificação dos objetivos da pesquisa, dando ao outro a decisão de manter ou não a interação. Essa opção também se deve ao fato de tentar dar, a todo o processo de observação, o máximo de transparência possível, considerando as especificidades que a pesquisa on-line oferece. Foi dessa forma que realizamos a netnografia, muitas vezes mais observacional que participante, devido aos limites encontrados nas possibilidades interacionais do próprio objeto, nas principais plataformas de petições on-line: na Avaaz, na Change e na Petição Pública Brasil. Ou seja, as possibilidades de interação existem, porém pouco são utilizadas. Para estabelecer a neutralidade ética esperada no campo durante as

observações e interações que aconteceram nas páginas das plataformas no Facebook, foi criado um perfil, no qual já constava a palavra “pesquisadora”¹¹, justamente para facilitar essa identificação e para evitar recusas na ocasião dos convites para responder as entrevistas em profundidade. Isso porque, com a polarização política e os discursos de ódio promovidos por alguns grupos em nosso país nos últimos anos, posições de ordem política expostas em meu perfil pessoal em algumas redes sociais poderiam afastar ou atrair alguns respondentes.

As três plataformas citadas foram escolhidas por apresentarem muitos usuários brasileiros e oferecer mais detalhes e informações sobre suas campanhas, membros, escritórios, pesquisas etc. Este fato foi constatado em uma breve pesquisa inicial durante a elaboração do projeto de pesquisa apresentado na seleção pública para o curso de doutorado em Sociologia e confirmado no decorrer deste estudo. Além disso, essas plataformas oferecem outros espaços de comunicação e interação entre seus membros, como páginas no Facebook e perfis no Instagram e Twitter. O que, em tese, nos permitiria realizar, de maneira complementar, a netnografia também nesses ambientes. Isso nos possibilitaria conhecer melhor a mecânica e a dinâmica destes *sites*, acompanhar o processo de divulgação das petições criadas e seus resultados, além do perfil dos organizadores e de membros que, ao interagir nesses espaços, demonstrariam uma maior disposição ao engajamento do que quem simplesmente assina uma petição e não participa das discussões. Mas, no campo e na prática, tais tentativas se mostraram inférteis e serão tratadas posteriormente.

É possível afirmar que nossa investigação começou ainda no momento da preparação do projeto que seria apresentado na seleção pública para a vaga de doutorado na universidade. Desde então, foram tomadas medidas técnicas para coleta de dados, como filtros e alterações nas configurações das caixas de e-mails para o armazenamento de dados, estendendo-se até a última linha escrita nesta tese. De maneira mais sistemática, iniciamos o campo no primeiro semestre do ano de 2019 e ele se desenvolveu até o fim de junho de 2020. Durante esse período, ocorreu o início da pandemia de covid-19 em nosso país e no mundo, o que complexificou ainda mais o trabalho no campo e o prolongou em mais dois meses. Aproveito a ocasião para pedir licença para, a partir de agora, redigir o solitário e árduo percurso seguido no campo na primeira pessoa do singular, por acreditar que, dessa forma, será possível retratar mais fielmente todos os percalços enfrentados para a conclusão desta pesquisa.

¹¹ Perfil criado para observação nas redes sociais digitais: <https://www.facebook.com/vilmab.pesquisadora.3>.

3.2.1 A observação participante nas plataformas

Inicialmente, é importante ressaltar que, como a maioria das pessoas que possuem e-mail, em um dado momento eu passei a receber convites para assinar petições on-line, provavelmente indicada por alguns amigos. Não lembro exatamente quando, nem quais petições assinei a partir desses convites, mas e-mails antigos encontrados em minha caixa de entrada, enviados por uma dessas plataformas, remontam ao ano de 2012. Sem dúvida, foi a partir de 2013, ano considerado pela imprensa como o *boom* das petições on-line no Brasil, que esses e-mails se avolumaram e despertaram o meu interesse em entender um pouco mais sobre as petições on-line. Uma vez que você assina uma petição, torna-se membro daquela plataforma e passa a receber e-mails com informações sobre as petições assinadas ou com solicitações para que você assine outras que talvez lhe interessem.

Por isso, ao mesmo tempo em que iniciei a observação participante nas plataformas, também dei início à coleta de dados obtidos nos e-mails recebidos destas empresas e que serão tratados posteriormente como análise de conteúdo. Minha ideia inicial era observar o volume de petições lançadas, os temas, os autores, o funcionamento e regras das plataformas, além de acompanhar petições iniciadas neste período e, a partir desses dados, seguirmos para a construção da amostra. Mas, a partir de uma pesquisa realizada anteriormente (Felix; Lima, 2017), entendi um pouco melhor algumas possibilidades e dificuldades encontradas no campo. As petições on-line, enquanto objeto de estudo, abrangem, no mínimo, três atores distintos: a empresa que oferece o serviço de hospedagem dos abaixo-assinados on-line; os autores, que são as pessoas que criam as petições on-line; e os apoiadores, ou seja, as pessoas que subscrevem as petições.

Na ocasião, ficou clara a dificuldade que eu teria para encontrar as muitas petições que essas empresas dizem receber por dia. A observação realizada durante um mês, no *site* de uma dessas plataformas, sem iniciar o acesso pelo uso direto do *link* de uma petição específica, mostrou apenas algumas petições em destaque e pouquíssimas alterações na entrada de novas petições. Não ficaram claros, por exemplo, os critérios utilizados para que uma petição tivesse mais destaque que outras ou como localizar todas as petições hospedadas naquele período específico, como será revelado na apresentação e análise dos dados.

Outra questão considerada é a decisão de cada plataforma em manter páginas locais em cada país ou, provavelmente, utilizar filtros no sistema de busca e apresentação dos seus conteúdos que dificultem a exibição de petições internacionais em acessos originados no Brasil, por exemplo. Além disso, as petições estão organizadas e divididas por categorias

temáticas muito próximas às que encontramos no ativismo transnacional, como direitos humanos, violência contra a mulher, meio ambiente etc., oscilando muito pouco entre as plataformas. Ciente dessas configurações, iniciei a observação sem parar para pensar em como conseguiria montar a minha amostra. Havia decidido, inicialmente, acompanhar por 90 dias consecutivos as plataformas Avaaz e Change, imaginando que esse período seria suficiente para recolher dados para analisar o fluxo e o conteúdo destas páginas. Mas, a pesquisa mencionada anteriormente (Felix; Lima, 2017) me mostrou pouquíssimas alterações no acompanhamento diário destes *sites*, de forma que acabei decidindo pelo acompanhamento semanal durante esse período. Como já havia suspeitas das dificuldades em fazer esse acompanhamento, resolvi incluir, também, a observação na plataforma Petição Pública Brasil no intuito de ampliar o leque de possibilidades (a proposta inicial era acompanhar apenas as duas maiores, Avaaz e Change).

Assim, para começar a observação participante, cadastrei-me nas plataformas e assinei petições que de fato me interessavam. Essa foi a forma encontrada para explorar as possibilidades destes *sites* e eu esperava ter algum tipo de interação com autores das petições e outros assinantes e apoiadores. Afinal, a questão das interações é muito cara ao ativismo e movimentos sociais, sobretudo os transnacionais. As primeiras semanas dessas observações foram extremamente trabalhosas e frustrantes. Foram empregadas horas fazendo anotações de tudo que encontrava nesses *sites*, por vezes confundindo o foco da minha pesquisa, já que as plataformas inicialmente não eram o meu objeto e sim a ação de criar ou assinar/apoiar uma petição. Porém, ao longo da observação, ficou claro que não seria possível compreender as petições on-line sem entender a mecânica de funcionamento das plataformas e os seus discursos. Além disso, os aspectos descritivos praticamente não são alterados, ou se passa muito tempo até que o leiaute dessas plataformas, por exemplo, sofra transformações. Foi percebido que a continuidade dessas anotações não me renderia mais do que comentários descritivos sobre as diferenças e semelhanças entre as empresas, além da decepcionante confirmação de que não conseguiria entrar em contato facilmente com os criadores e apoiadores das petições.

Já nos primeiros dias foi percebido que a observação participante estava limitada ao fato de assinar petições on-line, pois apenas na plataforma Change havia espaço, abaixo da descrição das petições, para comentários entre criadores e apoiadores, o que sugeria algum tipo de interação entre os usuários do *site*. Então passei a dedicar mais atenção e a fazer comentários em algumas petições. Também parecia ser uma excelente oportunidade de contatar esses usuários para responder as entrevistas, mas infelizmente a observação mostrou

que este espaço, disponibilizado pela Change, era pouquíssimo utilizado por seus membros, inclusive pelos próprios criadores das petições que, muitas vezes, não respondiam nem acompanhavam os comentários de seus apoiadores ou mesmo as atualizações e informações postadas nas mídias sociais, algumas vezes, pela própria plataforma. É como se apenas criar ou apoiar/assinar uma petição fosse suficiente para o tipo de ativismo instantâneo que estamos estudando. Então, depois de dois meses acessando as plataformas no mínimo uma vez por semana e tendo coletado dados suficientes sobre o funcionamento delas, não havia mais motivo para continuar fazendo a observação nas plataformas. Decidi seguir apenas com o acompanhamento das petições.

Inicialmente, pensei em fazer um acompanhamento sistemático de algumas petições on-line, imaginava que minha dificuldade seria decidir que método utilizar para escolher as petições em cada plataforma. Uma possibilidade seriam os sorteios aleatórios entre as campanhas enviadas por e-mails que fossem recentes. Defini como recentes as campanhas iniciadas até a semana anterior à observação, mas não pude dar continuidade a esse método, pois descobri que não estava recebendo e-mails da Petição Pública Brasil e que a Avaaz só enviava e-mails para divulgação de suas próprias campanhas, saindo totalmente do meu campo de interesse, uma vez que eu perderia a oportunidade de analisar as petições criadas por terceiros. Esse método ainda poderia ser aplicado à Change, mas eu perderia a possibilidade de fazer comparações entre as plataformas.

A observação das plataformas já havia indicado que seria praticamente impossível acompanhar uma petição do início, do dia em que ela foi criada até o seu encerramento. Primeiro porque as plataformas não disponibilizam, em seus *sites*, arquivos com as petições organizadas por datas. Eu teria que apelar para as petições em destaque nas plataformas e, diariamente, observar cada uma delas na esperança de que alguma petição fosse iniciada no momento da observação, ou dias antes, e que fosse parar nesse lugar de visibilidade da página inicial dos *sites* para que eu pudesse ter acesso. Após 20 dias de trabalho consegui localizar três petições em plataformas diferentes e dei seguimento à observação semanal nesses *sites*, com o objetivo de levantar dados sobre a evolução das assinaturas, campanhas na mídia ou redes sociais, tipos de apoiadores e, com sorte, o resultado. Infelizmente, essa ideia de acompanhar novas petições não prosperou, uma vez que essas três petições não evoluíram, isto é, apresentaram baixo nível de adesão e repercussão. Portanto, esse intento inicial foi abandonado.

Não parecia fazer sentido acompanhar petições já iniciadas ou as que já tinham sido encerradas, mesmo as que obtiveram sucesso, pois não seria apreendido o contexto de sua

criação e evolução. Eu ainda acreditava ser possível realizar a coleta desses dados, além desse acompanhamento inicial, também para poder ter mais chances de entrar em contato com os criadores e apoiadores. Mais uma vez, esses planejamentos estratégicos se mostraram ineficazes, porque nem toda petição apresenta um volume substancial de assinaturas e muitas delas seguem até a data de hoje em aberto, isto é, não foram concluídas. Algumas podem ser atualizadas, dependendo do interesse de seus criadores, e voltam à atividade após anos de estagnação.

3.2.2 A observação no Facebook

Uma das coisas mais importantes para impulsionar as chances de aumentar o número de assinaturas de um abaixo-assinado é a sua divulgação. No caso das petições on-line, essa divulgação é feita por meio do envio de e-mails, nas mídias e pelo compartilhamento em redes sociais digitais. Essa última prática é bastante utilizada, inclusive pelas empresas, para ajudar as petições hospedadas em suas plataformas, e muito estimulada para que seus membros, criadores e assinantes das petições, façam o mesmo. Poder analisar a dinâmica e os tipos de interações proporcionadas a partir das petições on-line em uma rede social digital era algo que se mostrava de extrema importância para este estudo. Ao mesmo tempo, e mais uma vez, acreditava que isso me daria a possibilidade de interagir com seus membros, facilitando o contato para realização da amostra e das entrevistas. Com esse objetivo, escolhi realizar a observação nas páginas das plataformas no Facebook, por acreditar que seria possível, nesta rede social, localizar as postagens antigas, coisa que parecia inviável no Twitter e ainda mais no Instagram.

A baixa interação percebida nas páginas do Facebook dessas plataformas rapidamente me fez desistir da ideia de encontrar e interagir com autores nesse ambiente. Além disso, a própria observação de algumas dessas páginas parecia comprometida pela falta de novos conteúdos. A página da Avaaz no Brasil no Facebook (<https://www.facebook.com/Avaaz-Brasil-306514502695594>) parecia desativada, exibindo apenas três postagens em 2018 e basicamente não havia comentários de brasileiros, mesmo nos *posts* que apareciam no *feed* de notícias da página oficial da plataforma em inglês. A página da Petição Pública Brasil nesta rede social (<https://www.facebook.com/peticaopublicabrasil>) mostrava apenas duas atualizações no ano de 2019 e apenas três postagens no ano de 2018¹². Já a página da Change

¹² O fato de não localizar postagens dessas plataformas no período indicado, mesmo sendo mais provável, não

no Brasil (<https://www.facebook.com/Change.orgBrasil>) estava ativa e, mesmo com baixa interação entre os usuários, decidi realizar a observação apenas no Facebook desta empresa.

Apesar das limitações descritas acima, a observação das páginas das plataformas no Facebook foi relevante para algumas considerações acerca das possibilidades ou impossibilidades das interações, que serão apresentadas em nossos resultados. De qualquer forma, a utilização do Facebook foi de extrema importância para construção da amostra. Primeiro, a seleção inicial da amostra de assinantes e apoiadores de petições on-line foi coletada a partir da minha página pessoal nesta rede social. Elenquei, a partir dali, conhecidos que postaram petições que haviam assinado e realizei os dois primeiros pré-testes nesta categoria. Depois, o Facebook foi fundamental enquanto ferramenta utilizada para encontrar os autores, confirmar as autorias das petições, como meio utilizado para o envio de convites e, finalmente, para a realização das entrevistas, procedimento que será detalhado mais adiante.

3.3 A PESQUISA QUANTITATIVA ON-LINE COMO APOIO

Diante do esgotamento das minhas estratégias para montar um quadro amostral robusto para as minhas entrevistas, pensei na realização de uma pesquisa quantitativa on-line. Imaginava ter a possibilidade de selecionar, a partir dos respondentes desses questionários on-line, alguns autores para entrevistar. Buscando formas seguras de fazer pesquisa on-line, cheguei à plataforma On-line Pesquisa¹³. Esta empresa me ofereceu um serviço básico de coleta, hospedagem do questionário e banco de dados apresentado no formato do MS Excel. Na ocasião, a plataforma dizia oferecer descontos para alunos regularmente matriculados nas universidades federais do Brasil, por isso o serviço foi oferecido gratuitamente.

O questionário foi montado com perguntas abertas e fechadas (Apêndice A), com respostas de múltiplas escolhas, escalas de variações em cima de questões que apareceram nas entrevistas dos pré-testes, do material pesquisado na mídia e da observação em andamento. Durante a observação na plataforma Change, respondi a um questionário on-line que a empresa estava realizando aleatoriamente com seus membros, que também me serviu como base para entender aspectos importantes para essas plataformas e que deveriam ser considerados também na minha investigação.

A pesquisa ficou ativa durante um mês, de 15 de março a 15 de abril de 2020. Minha

significa, necessariamente, que elas não aconteceram. Sabe-se que configurações realizadas nessas páginas por seus administradores podem limitar o acesso ou mesmo apagar e excluir as postagens.

¹³ Site para pesquisas on-line: <https://www.on-linepesquisa.com/>. Acesso em: 21 maio 2021.

intenção era levantar um número razoável de apoiadores/assinantes e autores, por isso divulguei o *link* (<https://www.on-linepesquisa.com/s/1bcd6b>) em meus perfis nas redes sociais digitais. Na época, eu utilizava apenas o Facebook e o WhatsApp e pedi que amigos e conhecidos compartilhassem esse *link* com seus contatos, para ampliar o alcance da amostra. A pesquisa obteve inicialmente 131 participantes, mas seis pessoas foram eliminadas do banco de dados por nunca terem assinado uma petição on-line, filtro básico para que se pudesse responder o questionário. Assim, a pesquisa foi finalizada com 125 entrevistas válidas. O prazo para aceitação de respostas foi determinado pela minha experiência em outras pesquisas on-line em que percebi que, depois de 15 a 20 dias da pesquisa iniciada, caso não aparecessem novos respondentes e não existisse uma forte campanha de mídia e de divulgação, como era o caso, o processo ficaria estagnado.

Tabela 1 – Perfil dos respondentes da pesquisa quantitativa on-line

Perfil dos respondentes do questionário on-line	F	%
Criadores de abaixo-assinados on-line e assinantes	4	3,2
Apenas assinantes/apoiadores	121	96,8
Total	125	100

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 1 expressa a dificuldade, já mencionada, para conseguir entrevistar a categoria de autores de petições on-line, número muito inferior quando comparado à incidência de assinantes. Dos quatro criadores que apareceram na pesquisa, um não quis ser procurado para responder a uma entrevista, desejo expresso em pergunta propositalmente incluída no questionário para sondar a disposição para posterior entrevista em profundidade. Outro respondente informou um telefone errado como forma de contato e não forneceu e-mail e os outros dois disseram aceitar a entrevista, mas não retornaram o meu contato. Infelizmente, mais uma vez, a estratégia utilizada para montagem da amostra se mostrou infértil, sendo necessário iniciar nova reflexão e buscar formas ainda mais alternativas, sem perder a qualidade e o rigor científico. Ainda assim, a partir da pesquisa on-line, consegui realizar entrevistas em profundidade com alguns assinantes de petições. Os dados dessa pesquisa on-line são usados apenas de forma descritiva, como um apoio para proporcionar uma visão mais ampla do universo dos usuários das petições on-line.

3.4 A COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA PARA AS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Optei pela realização de entrevistas em profundidade por acreditar que esta seria a melhor forma de ter acesso e poder explorar melhor como cada entrevistado percebia suas experiências com as petições on-line. Elas aconteceram pessoalmente, por telefone, por videochamadas, por meio de aplicativos de comunicação instantânea (WhatsApp, Messenger), e de videoconferência (Zoom), totalizando 21 entrevistas, como descrito na Tabela 2. Ao contrário das entrevistas por e-mail, essa técnica me deu a possibilidade de interagir em modo síncrono através de texto, áudio e/ou vídeo, ampliando a possibilidade de interação e evitando o problema do tempo prolongado para se obter respostas via e-mail, cujo método é assíncrono.

Tabela 2 – Entrevistas realizadas e meios utilizados

Meio/Categoria	Assinantes	Autores	Empresas	Total
Apps áudio/vídeo/texto	5	7	0	12
E-mail	0	0	1	1
Presencial	3	2	0	5
Telefone	1	1	0	2
Videoconferência	0	0	1	1
Total	9	10	2	21

Fonte: Elaboração própria.

Entendemos, assim como Richardson (2008), que a entrevista, mesmo na internet, pode gerar uma maior aproximação entre o pesquisador e o entrevistado, além de oferecer uma riqueza de informações que possibilitará uma compreensão mais ampla da forma como esses atores pensam e como se relacionam com o meio social. Das 21 entrevistas realizadas, apenas uma foi realizada por e-mail, de modo assíncrono, a pedido de uma das plataformas. Os roteiros semiestruturados, inclusive a adaptação realizada no roteiro da categoria das plataformas para a entrevista por e-mail, encontram-se nos Apêndices deste trabalho. Evidentemente, como a maioria dos métodos na pesquisa qualitativa, a entrevista, considerada como uma das ferramentas mais utilizadas nas Ciências Sociais, apresenta tensões a que os pesquisadores devem estar atentos, pois

De um lado, as entrevistas constituem uma porta de acesso às realidades sociais, apostando na capacidade de entrar em relação com as outras. Do outro, essas realidades sociais não se deixam facilmente apreender, sendo transmitidas através do

jogo e das questões de interações sociais que a relação de entrevista necessariamente implica, assim como do jogo complexo das múltiplas interpretações produzidas pelos discursos. (Poupart, 2008, p. 215)

Sabendo ser fundamental o uso das entrevistas em profundidade neste estudo, o tempo necessário para realização de cada uma delas se tornou ainda mais problemático com a pandemia do novo coronavírus. No início, eu acreditava que teria ao meu favor as medidas de distanciamento social adotadas pelos governos, que levaram as pessoas a trabalharem em regime de *home office*. Como já previa a utilização de entrevistas por meio de aplicativos de áudio e vídeo, imaginei que as pessoas estariam mais disponíveis por estarem passando mais tempo em casa. Essa ideia se mostrou totalmente equivocada, principalmente no caso das entrevistas com mulheres. Essas alegavam que estavam sobrecarregadas com os serviços domésticos, os cuidados com a família, as atividades escolares dos filhos, o trabalho e demais atividades. De dezembro de 2019, quando iniciei minhas tentativas de realizar os pré-testes das entrevistas, ao início de abril de 2020, não havia conseguido entrevistar nenhuma mulher criadora de um abaixo-assinado on-line e tinha entrevistado apenas duas mulheres assinantes, de forma presencial e, mesmo assim, antes da pandemia. Por isso, precisei direcionar o meu esforço na busca por esse público.

Nesta pesquisa, a construção ou seleção das amostras, tanto das plataformas e petições escolhidas como dos seus usuários, foi realizada de maneira intencional e, inclusive, recorrendo ao método “bola de neve”, que consiste na indicação de um possível entrevistado por alguém que já tenha respondido à pesquisa, como explicam Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 78-79). Tenho falado sobre a dificuldade enfrentada para composição da amostra, mas acredito que ainda preciso explicar melhor alguns dos percalços e os caminhos escolhidos para superá-los. Já havia tentado, sem sucesso, identificar potenciais candidatos às entrevistas através dos e-mails recebidos. O mesmo aconteceu com as tentativas de captação por meio das plataformas de petições on-line e suas páginas no Facebook. Então, tentei iniciar a seleção da amostra por meio de levantamento das petições encontradas em cada categoria temática presente em algumas dessas plataformas, mesmo sabendo que não teria acesso a todos os documentos ali hospedados. Uma possibilidade seria a escolha de duas categorias com o maior número de petições iniciadas e enviar convites para seus autores.

A essa altura eu já sabia que a maioria dessas petições não apresentava canais para entrar em contato com seus autores ou apoiadores, salvo raríssimas exceções. Apenas em uma das petições havia indicação de e-mail/telefone de seus autores na descrição. Em *sites* como o Petições Públicas Brasil sequer aparecem os nomes dos criadores das petições, embora esta

plataforma disponibilize o envio de mensagens direto para os autores via plataforma, sem que tenhamos acesso ao seu endereço de e-mail. Neste caso, o autor responde se quiser. A Change apresenta o nome e a cidade dos autores e, a Avaaz, apenas o nome, muitas vezes só o primeiro nome. Além disso, nas plataformas, assim como nas redes sociais digitais em geral, apesar das preocupações e das políticas de privacidade e segurança das páginas que tentam garantir a proteção dos dados de seus usuários, sempre vão existir os perfis falsos, o uso de apelidos e mesmo petições anônimas em alguns casos.

Na medida em que essas situações iam se tornando mais claras durante a netnografia, decidi iniciar imediatamente a busca pela realização dos pré-testes. Tinha em mente que esse passo mostraria, definitivamente, a dificuldade e o esforço que a realização das entrevistas demandaria. Além de e-mails recebidos das plataformas, era comum visualizar que algumas pessoas nas minhas redes sociais digitais compartilhavam a assinatura de petições on-line. Então, resolvi postar um comunicado no Facebook e em grupos de WhatsApp informando sobre a minha intenção de entrevistar autores de petições on-line. Pedi que amigos e conhecidos me indicassem pessoas que haviam criado ou assinado uma petição on-line, na esperança de que, uma vez iniciado o primeiro contato e realizada a primeira entrevista, eles pudessem me indicar outros.

Essa tentativa apresentou alguns problemas, principalmente pela confusão percebida entre os termos petições on-line, enquanto abaixo-assinados digitais, e as ações judiciais eletrônicas, também chamadas petições on-line. Inevitavelmente, algumas indicações que recebi resvalavam em advogados e seus clientes. Durante o mês de dezembro de 2019, nenhuma das indicações recebidas tinha realizado um abaixo-assinado on-line, mas sim, iniciado um processo judicial pela internet. Parti, então, para substituição do termo “petições on-line” por “abaixo-assinados on-line”. Mesmo assim, somente em fevereiro de 2020 eu consegui realizar meu primeiro pré-teste com um autor que, infelizmente, não conhecia e nem podia me indicar outra pessoa que havia criado um abaixo-assinado on-line. O mesmo aconteceu com a indicação da segunda entrevista do pré-teste. Para resumir, em 50 dias de tentativas eu havia conseguido somente quatro contatos e tinha apenas duas entrevistas realizadas. Porém, ficou claro que esse método seria eficaz para realizar as entrevistas com assinantes de petições.

Essa categoria de assinantes/apoiadores realmente se mostrou relativamente mais simples e não demandou maiores esforços. Para realização do pré-teste com esse público busquei, no *feed* de notícias da minha página pessoal do Facebook, contatos de pessoas que tinham manifestado apoio a alguma petição on-line dentro do período estipulado para o

campo. Encontrei três postagens de pessoas diferentes, conseguindo realizar duas entrevistas. A partir daí, mostrou-se perfeitamente viável a utilização do método “bola de neve”, pois as duas pessoas entrevistadas indicaram outros assinantes entre seus contatos, com os quais realizei mais duas entrevistas.

Para não limitar o total das minhas entrevistas com assinantes a uma única rede social, realizei duas entrevistas por meio de contatos que me foram enviados pelo WhatsApp e, por meio de indicações fornecidas por estas pessoas, consegui realizar mais uma entrevista, totalizando sete entrevistas nesta categoria. Além disso, aproveitando as informações da pesquisa quantitativa, fiz um sorteio aleatório e enviei convites para dez pessoas que, nas respostas do questionário on-line, disseram aceitar participar de entrevistas aprofundadas. Desta forma, consegui entrevistar mais duas pessoas. Ao final, pude realizar um total de nove entrevistas nessa categoria, cujo perfil é apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Perfil dos assinantes entrevistados

Sexo	F	Escolaridade	F	Idade	F	Cidade	F
Feminino	4	Ensino médio completo	3	30 a 39 anos	2	Recife	3
Masculino	5	Superior completo	4	40 a 49 anos	3	RMR	4
		Pós-graduação completa	3	50 a 60 anos	4	Outros Estados	2
Total	9		9		9		9

Fonte: Elaboração própria.

Para a categoria de autores, ou sejam, pessoas que criaram abaixo-assinados on-line, utilizei estratégias diferentes para cada plataforma. No caso da Petição Pública Brasil, enviei 30 e-mails para autores de diferentes petições. Os convites eram repetidos após uma semana, caso não obtivesse resposta. Duas pessoas responderam esses e-mails e consegui realizar uma entrevista. Durante esse período, em uma das minhas visitas a este *site* para observação, envio e reenvio dos convites, fui parar em outra página muito parecida, com o mesmo nome, mas com endereço diferente. No início, a diferença de leiaute me fez acreditar que se tratava de outra versão da mesma plataforma, já que a empresa tem sede em Portugal, mas a observação e a investigação me levaram a concluir que se tratava de uma página *fake*¹⁴. A essa altura eu já

¹⁴ Plataforma participante da pesquisa: Petição Pública Brasil (<https://peticaopublica.com.br/>). Acesso em: 18 jan. 2020. Versão original portuguesa da mesma plataforma: Petição Pública (<https://peticaopublica.com/>). Acesso em: 18 jan. 2020. Página falsa: Petição Pública (<https://peticaopublica.org>). Acesso em: 18 jan. 2020.

havia me cadastrado no *site* e, inclusive, enviado cerca de dez convites para entrevista em profundidade, dos quais consegui realizar uma entrevista. Eu poderia ter cancelado a realização desta entrevista, mas, ao falar com o autor, pude constatar a seriedade de suas intenções e, assim como eu, ele não sabia que se tratava de uma página falsa. Pouco tempo depois o *site* foi retirado do ar.

Nas plataformas Avaaz e Change, eu decidi manter a seleção dos entrevistados escolhendo as petições mais recentes e seguindo as divisões por temas. Mas, devido às dificuldades mencionadas, decidi usar todas as categorias temáticas e não apenas duas, como pensado anteriormente. Após relacionar essas petições, iniciei a tentativa de localizar os autores nas redes sociais. Esse método se mostrou muito problemático e extremamente trabalhoso. Em primeiro lugar, pela dificuldade de encontrar as petições dentro das próprias plataformas, recorrendo, na maioria das vezes, às petições mais recentes ou àquelas que apareciam em destaque.

No caso da Avaaz, não existe qualquer possibilidade de busca por petições ou acesso a categorias temáticas, como acontece na Change e na Petição Pública Brasil. Nesta plataforma, recorri às categorias chamadas de “Novo” e “Popular” ou ir clicando nas petições assinadas que aparecem em outra aba chamada “Acontecendo agora”, que mostra, em tempo real, as assinaturas que uma petição obteve. Precisava torcer para que fossem petições nacionais e de autoria de terceiros, já que a própria plataforma produz muitas petições. Infelizmente, devido à grande dificuldade de localizar as petições neste *site*, não foi possível ter um critério mais rigoroso, nem mesmo buscar mais autores.

Em segundo lugar, em redes sociais digitais, é possível a utilização de pseudônimos e apelidos que dificultavam a confirmação dos nomes dos autores encontrados nas plataformas, a não ser que usassem exatamente os mesmos nomes e fossem incomuns. Pois, ao digitar o nome e sobrenome na busca do Facebook, podia-se chegar à apresentação de mais de 50 pessoas homônimas. Raramente os filtros por cidade funcionavam, o que poderia ajudar nas buscas de autores usuários da Change. Ainda precisamos levar em consideração que existem pessoas que não utilizam redes sociais digitais, como é o caso da primeira entrevista realizada nesta categoria.

Na Change, eu consegui selecionar as cinco petições mais recentes em cada categoria temática para iniciar as buscas no Facebook. Apesar de trabalhosa, a procura dos autores nas redes sociais também servia para confirmar a autoria dessas petições. Afinal, a entrevista só

seria realizada após essa confirmação. A postagem de petições em redes sociais digitais é bastante estimulada pelas plataformas, como forma de obter maior adesão e número de assinaturas. Elas, inclusive, já disponibilizam *links* diretos das petições para postagem em redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter.

As dificuldades me fizeram determinar os filtros necessários para as buscas, assim como a própria rede social escolhida. Petições com apenas o primeiro nome dos autores, ou com uso de apelidos, foram imediatamente eliminadas, pois seria impossível localizá-los. O Facebook foi escolhido por possibilitar, mesmo com muito trabalho, fazer essa regressão no *feed* de notícias dos seus usuários que não configuraram a privacidade de suas postagens. Em outras redes, como o Instagram, seria extremamente difícil acessar postagens mais antigas. Mesmo assim, cheguei a passar duas semanas inteiras trabalhando oito horas por dia, sem encontrar uma só pessoa. Mas, a insistência nesse método me fez chegar ao número de 25 pessoas localizadas no Facebook, dos 106 contatos retirados das duas plataformas.

Das 25 pessoas localizadas com as quais tentei contato por diversas vezes, apenas 13 responderam, em algum momento, as várias mensagens que deixei solicitando a realização das entrevistas. Percebi que muitas pessoas utilizavam a rede social no celular e, para acessar as mensagens enviadas para suas contas, era preciso ter um segundo aplicativo, o Messenger. Do contrário, a mensagem só poderia ser lida quando entrassem nesta rede a partir de um computador, como no meu caso. Além disso, observei que era necessário solicitar “amizade” para ter certeza que as mensagens privadas seriam recebidas, pois algumas pessoas limitam o recebimento de mensagens à sua rede de contatos. Nem todas as pessoas aceitaram a minha solicitação. Assim, entendi que as pessoas poderiam passar dias ou semanas para ver essas mensagens. Algumas, provavelmente, nunca seriam lidas e outras nem seriam recebidas. Por isso, em alguns casos, após localizar a petição no Facebook, também recorri ao envio de convites pelo Instagram e Twitter, quando possível.

Por fim, apenas oito pessoas concordaram e concederam entrevistas, que aconteceram por meio dos aplicativos WhatsApp e Messenger, a maioria só com a utilização do áudio e poucas com áudio e vídeo, gravadas no próprio celular ou no *notebook*. As duas entrevistas do pré-teste foram realizadas presencialmente e gravadas no celular. O tempo de duração dessas entrevistas ficou em torno de 50 minutos, mas isso não dependia só dos entrevistados, como na maioria das entrevistas presenciais. Esse tempo variava, também, em função de problemas nas redes e provedores sobrecarregados pelo aumento da utilização durante a pandemia. Nesse período, a qualidade das ligações oscilava muito, principalmente se fossem chamadas de vídeo. Algumas apresentavam muitos ruídos, congelamento de imagem e quedas, precisando

muitas vezes religar ou remarcar as entrevistas e procurar horários alternativos, onde o fluxo de utilização fosse menor. Fiz entrevistas depois da meia-noite, por exemplo. Por fim, ao todo, eu realizei dez entrevistas em profundidade na categoria de autores, como pode ser conferido na Tabela 4, encerrando as tentativas nesse número, por causa das inúmeras dificuldades relatadas e pelo início de repetição nas respostas, indicando um esgotamento de possibilidades.

Tabela 4 – Perfil dos autores entrevistados

Sexo	F	Idade	F	Escolaridade	F	Região	F
Feminino	4	18 a 29 anos	2	Ensino médio incompleto	1	Nordeste	2
		30 a 40 anos	4	Ensino médio completo	1	Sudeste	6
Masculino	6	40 a 49 anos	2	Superior completo	6	Sul	2
		50 anos ou +	2	Pós-graduação	2		
Total	10	Total	10	Total	10	Total	10

Fonte: Elaboração própria.

Para entrevistar a categoria das plataformas, eu havia preestabelecido que entrevistaria representantes das maiores empresas presentes no Brasil, pois imaginava que elas possuíam maior estrutura e, com isso, mais facilidade para realizar a coleta de dados. A confirmação e identificação dessas empresas ocorreram através da pesquisa quantitativa, momento em que consegui saber quais eram as plataformas mais utilizadas, conforme Tabela 5.

Tabela 5 – Plataformas mais utilizadas

Plataformas de abaixo-assinados on-line mais usadas	F	%
Abaixo-Assinado.org	9	7,2
Anistia de Internacional	2	1,6
Avaaz.org	36	28,8
Change.org	14	11,2
Petição Pública Brasil	12	9,6
Não Sabe/Não respondeu	52	41,6
Total	125	100

Fonte: Elaboração própria.

O convite para realizar as entrevistas foi enviado através dos contatos disponibilizados nas plataformas Avaaz, Change e Petições Públicas Brasil, as três mais utilizadas segundo a pesquisa quantitativa. Buscava a indicação de um colaborador, capaz de responder pela

empresa. A Avaaz não se mostrou muito interessada. De início, sugeriu a leitura de algumas pesquisas acadêmicas das quais já havia participado. Após minha insistência via e-mails, a empresa chegou a confirmar que daria a entrevista posteriormente, pois estavam sobrecarregados naquele momento, com o número de funcionários reduzidos por causa da pandemia. Depois de esperar dois meses, a empresa parou de responder os meus e-mails e entendi que a entrevista não seria concedida.

A Petição Pública Brasil alegou problemas técnicos para participar de uma entrevista via WhatsApp, Skype ou outro aplicativo de áudio/videoconferência, mas solicitou que a entrevista acontecesse por e-mail e respondeu ao roteiro de entrevista, que precisei adaptar. A Change aceitou o convite para realização de entrevista em profundidade, que aconteceu por meio do aplicativo de videoconferência Zoom. A entrevista foi realizada com a diretora executiva da empresa no Brasil e teve a participação de sua assessora de imprensa. Dessa forma, a amostra da categoria plataforma foi encerrada com duas entrevistas.

3.5 A CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE DOS DADOS

O campo deste estudo encontrou e produziu dados que necessitaram da utilização de uma combinação de métodos de análise. Flick (2009) atenta para a questão de que a triangulação não é um recurso que se dá apenas pela utilização de métodos e técnicas de pesquisas distintas sobre um determinado objeto, mas também pela utilização de uma combinação de perspectivas teóricas e mesmo de análise dos dados. Primeiramente, devemos entender que essa pesquisa de campo nos deu a possibilidade de coleta e de construção de dados, no sentido de que foram coletados documentos gerados pelos organizadores e usuários dos *sites*, protocolos de utilização da plataforma, materiais textuais da confecção das próprias petições, e-mails, mas também dados construídos a partir de impressões, observações, interações e questionamentos feitos em entrevistas e questionários. Assume-se, com isso, o entendimento do papel do pesquisador também como coprodutor dos dados, como demonstra Poupart (2008), preocupado em levantar questionamentos de ordens epistemológica, metodológica e teórica que permeiam o uso da entrevista, considerada como uma via de acesso privilegiado para apreender o ponto de vista e a experiência do outro, mas relacionada, podendo mesmo ser condicionada ao papel do entrevistador.

O material produzido pela entrevista é, assim, considerado por alguns como uma co-construção da qual tomam parte tanto o entrevistador quanto o entrevistado. O modo como os relatórios de pesquisa descrevem a experiência dos atores é também considerado como largamente dependente da orientação dos pesquisadores, dos

enfoques e dos processos de escrita empregados. (Poupart, 2008, p. 247)

Assim, acreditamos que, neste estudo, necessitamos trabalhar com a análise de conteúdo e também documental, para organização e compreensão dos dados coletados nas plataformas de petições on-line, nos e-mails e no Facebook, análise de discurso para os dados produzidos durante o processo de interação na observação e nas entrevistas, ainda recorrendo à análise estatística descritiva para leitura dos dados dos questionários on-line, importantes para definição da amostra e como apoio para uma melhor apresentação do fenômeno. Isso abriu, portanto, e mais uma vez, a possibilidade da combinação de distintos recursos de análises dos mesmos dados, em diferentes momentos, de acordo com seus contextos.

3.5.1 Análise documental e análise de conteúdo

Segundo Cellard (2008), a análise documental é um recurso largamente utilizado nas Ciências Sociais, que permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão social, possibilitando a reconstrução ou a observação de processos e evoluções individuais ou coletivos. Além dessa vantagem, o autor salienta a possibilidade de eliminação, em parte, da influência ou interferência do pesquisador e do sujeito estudado. Por outro lado, o documento se constitui como um objeto que o pesquisador não domina, não existe uma troca, nem uma construção da informação circulante, o que traz a impossibilidade de exigir informações mais precisas. Nosso interesse nessa pesquisa é justamente essa compreensão de que o

documento em questão aqui, consiste em todo o texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel. Mais precisamente, consideraremos as fontes primárias ou secundárias, que, por definição, exploradas – e não criadas – no contexto de um procedimento de pesquisa. (Cellard, 2008, p. 297)

Mais uma vez, trata-se de um esforço cuidadoso para adaptar a análise documental ao ambiente das pesquisas na internet, considerando suas vantagens e dificuldades. A primeira adaptação aqui seria a de considerar como documentos os protocolos das plataformas de petições on-line, tais como regras de participação, definições de uso e critérios de qualidade, como documentos privados, visto que pertencem a empresas e organizações. Em seguida, sendo a mais importante, é a vez de considerar cada petição isoladamente como documentos pessoais, que podem conter um pouco da história de vida de seus autores, com seus interesses e objetivos.

Entendemos que o exaustivo trabalho da análise documental pode nos oferecer a

ampliação da compreensão dos contextos sociais e políticos em que são realizadas essas petições, como também informações mais precisas sobre os autores – se estão, de fato, falando em nome próprio ou se representam grupos sociais, organizações ou instituições. Acreditamos que este método de análise, combinado a uma análise de conteúdo, pode ajudar a formar um quadro mais completo, que desvele do que se trata e o que significa a busca crescente pelo instrumento das petições on-line.

Uma segunda etapa analítica consistiu na realização de um estudo minucioso dos conteúdos dessas petições. Assim, a análise de conteúdo desponta como um importante elemento numa triangulação não só entre métodos de análise, mas entre eles e os métodos de coleta de dados.

Os pesquisadores sociais têm a tendência de subestimar materiais textuais como dados. Os métodos de pesquisa passam por ciclos de moda e de esquecimento, mas a World Wide Web (www) e os arquivos on-line para jornais, programas de rádio e televisão, criaram uma grande oportunidade para os dados em forma de textos. À medida que o esforço de coletar informações está tendendo a zero, estamos assistindo a um renovado interesse na análise de conteúdo (AC) e em suas técnicas, em particular em técnicas com o auxílio de computador. (Bauer, 2002, p.189-190)

Segundo Bauer (2002), a análise de conteúdo serve como um mediador no debate entre a metodologia quantitativa e qualitativa, pois pode oferecer dados estatísticos sobre interesses, tendências, temas e argumentos contidos em um texto, assim como pode estabelecer comparações entre tipos, qualidades e distinções entre as características deste. Entendemos que a combinação da análise documental e análise de conteúdo é pensada aqui como uma possibilidade de construir um *corpus* de pesquisa consistente, no sentido de elevar a qualidade da pesquisa qualitativa. Sua utilização servirá para indicar tanto a predominância de temas de interesses nas petições quanto os argumentos, estratégias, apelos, valores, atores e conflitos que permeiam a realidade dessas petições e de seus atores.

Porém, é importante salientar que a utilização das análises de conteúdo e documental será limitada a uma pequena amostra do conteúdo dos e-mails e das petições produzidas pelas plataformas Avaaz, Change e Petição Pública Brasil, durante a realização da pesquisa, ou seja, no período de 12 meses, distribuídos entre os vários métodos, técnicas de coletas e análises utilizados, entre elas, a observação no Facebook. Mas, pensando em ter mais objetividade e foco no objeto de estudo, foram estabelecidos recortes de tempo diferentes, que pudessem dar conta de todo material disponível e coletado durante o período do curso de doutorado, com o cuidado de não extrapolar os prazos e cumprir com o rigor e com a ética científica.

Para a coleta e análise dos e-mails recebidos das plataformas, estabelecemos uma

ampla margem de limite de tempo, que compreendeu desde o ano de 2015 até 2020. Como não havia argumentos técnicos, metodológicos ou teóricos que indicassem o período em que ele deveria acontecer mais sistematicamente, o tempo selecionado foi pensado para que fosse possível sortear, aleatoriamente, um mês e submetê-lo às análises de documento e conteúdo. Em verdade, gostaríamos de ter elegido o ano de 2013 para a coleta desse material, por ter sido o ano em que aconteceram as chamadas Jornadas de Junho, e realizar uma comparação entre ações on-line e off-line daquele momento, mas já na elaboração do projeto dessa pesquisa essa ideia foi descartada, por problemas ligados ao armazenamento de dados em servidores de internet. Eu perdi muitos dados dos meus e-mails no ano de 2013, tornando impossível localizar as petições que me foram enviadas nesse período.

A ideia inicial, fracassada, de montar uma amostra robusta, a partir da análise de conteúdo desses e-mails, juntou-se ao fato de que uma das empresas, a Avaaz, não enviava e-mails divulgando as petições de terceiros. Com isso, tanto a ideia de montagem das amostras, quanto a análise de conteúdo dos e-mails dessa plataforma foram descartadas, pois não fazia sentido, nesta pesquisa, selecionar petições elaboradas apenas pela equipe da própria Avaaz. Mas, ainda assim, essa investigação serviu para identificar alguns aspectos comunicacionais importantes entre as plataformas e seus membros.

Tabela 6 – E-mails recebidos das empresas de petições on-line

Empresa/Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Avaaz	90	147	151			72	460
Change	34	100	56	11	29	352	582
Anistia Internacional	8	10	12	3	0	0	33
Petição Pública Brasil	0	0	2	1	0	1	4
Proteste	2	0	0	0	0	0	2
Rettet Den							
Regenwald (Salve a Selva)	1	0	0	0	0	0	1
Total	135	257	221	15	29	425	1.082

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado na Tabela 6, o volume de e-mails era muito intenso em alguns anos e quase inexistente em outros, sem que se pudesse entender o que de fato ocorria. Poderia ter sido por um declínio no interesse de brasileiros pelas petições, problemas nos sites, nas caixas de e-mails, como o ocorrido comigo em 2013, ou mesmo a questão dos algoritmos devido à minha diminuição de assinaturas em petições on-line. O mês sorteado

para coleta dos e-mails foi janeiro de 2017. Esses dados representaram uma pequena amostra do conteúdo e tipo de comunicação proporcionado pelas plataformas na interação com seus membros, permitindo a visualização de aspectos como temas, títulos, fotografias, *links*, expressões etc., usadas para compor o banco de dados da tese.

3.5.2 Análise de discurso

Para analisar as entrevistas em profundidade, utilizamos a análise de discurso. Segundo Fairclough (2001, p. 275), não haveria um esquema ou procedimento fixo para se fazer tal análise, pois “As pessoas abordam de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas respectivas visões do discurso”. Para Iñiguez (2004), também existem várias correntes ou perspectivas linguísticas que contemplam a análise de discurso. Porém, para este autor, existem quatro perspectivas principais que, de alguma forma, montam e se completam desenvolvendo, influenciando, direta ou indiretamente, as múltiplas linhas de abordagens linguísticas que estão envolvidas nesse tipo de análise.

A primeira perspectiva seria o “giro linguístico”, cuja principal contribuição foi dar à linguagem cotidiana as mesmas competências da linguagem formal para explicar a sociedade, o que permite considerar toda ação social em igualdade de condições. A segunda é a “teoria dos atos de fala”, que coloca a fala como uma ação em pleno direito. Segundo o autor, essa teoria permite inserir a linguagem no próprio ato interior dos processos sociais que são importantes para as Ciências Sociais. A terceira é a “pragmática”, onde o significado e a produção de sentido próprio da atividade humana não podem ser considerados exclusivamente como um resultante da constituição de sinais linguísticos, voltando seu foco à interação e ao contexto em que a linguagem se desenvolve. A quarta é a “etnometodologia”, que valoriza os processos microssociais, detalhando os processos básicos das interações cotidianas em que construímos nossas ações.

Finalmente, para Iñiguez (2004), essas perspectivas linguísticas podem ser, ainda, complementadas pela contribuição de Michel Foucault, compreendendo justamente o ponto ao qual queríamos chegar como opção de utilização da teoria do discurso.

Após Foucault, pode-se considerar estabelecido que o discurso é uma prática social e, o que é ainda mais interessante, que como prática social incorpora elementos constitutivos que não são puramente linguísticos já que esses são os elementos que, condicionados por um contexto histórico particular e um inventário de regras socialmente elaboradas, constituem os objetos sobre os quais falamos. (Iñiguez, 2004, p. 98-99)

Acreditamos que o entendimento das petições on-line como práticas discursivas, que levam em conta os processos históricos, pode nos ajudar a alcançar o nosso objetivo de compreender o tipo de ativismo proporcionado por estas petições, a partir das respostas dos próprios entrevistados, possibilitando uma maior apreensão de como esses entrevistados realizam as suas ações e os tipos de interações estabelecidas quando assinam, divulgam ou criam uma petição on-line. Neste sentido, a utilização da análise de discurso representa uma contribuição fundamental para uma compreensão mais ampla deste fenômeno.

Ao final, a triangulação dos métodos utilizados atendeu de maneira satisfatória aos nossos objetivos, pois foi possível compreender, por meio da observação participante, como de fato funcionam as plataformas de petições on-line e o tipo de interação proposta, inclusive em suas redes sociais como o Facebook. Foi possível entender melhor as formas de mobilização, busca por adesões e tipo de material de comunicação utilizado, através das análises de conteúdo e documental dos e-mails recebidos. Através do questionário on-line, tivemos uma ideia mais ampla da abrangência do fenômeno e foi possível delinear melhor os aspectos descritivos, com base nas informações quantitativas. Finalmente, as entrevistas nos ofereceram as experiências de cada ator e sua percepção da forma e do significado do ativismo expresso nas petições on-line.

Para mantermos a coerência de nosso esquema metodológico, antes da apresentação dos resultados dessa pesquisa, explicitaremos, nos próximos capítulos, as bases teóricas que orientam este estudo e o contexto histórico em que vivemos, o ambiente e as influências das condições sociais, políticas e econômicas implícitos no fenômeno das petições on-line.

4 PROTESTOS, GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO

A história dos movimentos sociais, sobretudo dos movimentos que causam algum impacto no mundo, acompanha a história dos nossos processos econômicos sociais, políticos e culturais. Os movimentos e protestos que protagonizaram a cena desde o início do século XXI estão profundamente ligados aos efeitos da globalização e da hegemonia do neoliberalismo. Muitos são frutos desse sistema – nascem, crescem, desaparecem, transformam-se, mas em algum momento surgem novamente para combatê-lo. Através de todos os aspectos que constituem esses movimentos, das organizações aos campos de batalha, das mobilizações às demandas, eles denunciam e criticam os efeitos nocivos do sistema capitalista para as sociedades e para a natureza. Ao mesmo tempo, combatem e tentam sobreviver escapando das técnicas de poder e de controle social impostas pela forma como o capitalismo está organizado.

Neste capítulo traremos um pouco da trajetória de alguns protestos e manifestações deste novo milênio. Trataremos especificamente do movimento antiglobalização¹⁵, que teve seu auge no ano de 2001, e dos protestos que aconteceram no mundo em 2011. Nosso objetivo é analisar como ocorrem alguns processos e dinâmicas da globalização e do neoliberalismo, em que as NTICs e o individualismo assumem um papel central e podem penetrar em aspectos fundamentais para os movimentos sociais, tais como a articulação, a mobilização, as estratégias e os repertórios de ação, categoria em que se inserem as petições on-line. Tentaremos compreender em que medida o compartilhamento e a incorporação de conceitos e valores do sistema capitalista moldam nossa forma de viver e não só contextualizam as questões sociais e econômicas onde ocorrem as ações coletivas, como também podem interferir diretamente nas principais transformações que caracterizam os movimentos e o ativismo contemporâneo.

4.1 PROTESTOS E ATIVISMO NO NOVO MILÊNIO: UM BREVE PANORAMA

Por volta de 2011, observamos o surgimento de protestos que ocorreram quase que simultaneamente em diversas partes do mundo, iniciando no norte da África e no Oriente

¹⁵ Apesar de atualmente existirem diversos movimentos antiglobalização entre ativistas de direita ou mesmo de extrema direita, aqui nos referimos especificamente a um conjunto de ações iniciadas, principalmente, a partir dos protestos de Seattle contra a globalização e o sistema capitalista, denominado movimento antiglobalização por autores como Gohn (2003) e Bringel e Echart (2010).

Médio, conhecidos como a Primavera Árabe, invadindo a Europa com os indignados da Espanha, por exemplo, chegando aos Estados Unidos com o Occupy Wall Street (OWS) e à América Latina com os protestos dos estudantes no Chile e as Jornadas de Junho no Brasil já em 2013.

Houve uma sincronia cosmopolita febril e viral de uma sequência de rebeliões quase espontâneas surgidas na margem sul do Mediterrâneo e que logo se manifestaram na Espanha, com os indignados da Puerta Del Sol, em Portugal, com a geração à Rasca, e na Grécia, com a ocupação da Praça Syntagma. (Carneiro, 2012, p. 8)

Apesar de contextos e demandas particulares, esses protestos pareciam indicar a emergência de um novo grande movimento mundial para combater e denunciar os aspectos mais duros do sistema capitalista atual, como aconteceu, mais ou menos uma década antes, por volta de 2001, com o movimento antiglobalização ou alterglobalização¹⁶, como também ficou conhecido. O surgimento de novos ciclos de protestos contra o sistema capitalista promoveu atualizações no debate sobre ativismos e movimentos sociais e também nos deram pistas de direcionamentos das novas formas do agir coletivo, desvendando múltiplas combinações e possibilidades que podem ajudar a compreender o surgimento e utilização de um instrumento de participação social como a petição on-line e mesmo sua utilização como um tipo de ativismo, tanto por atores e movimentos de esquerda quanto de direita. É importante lembrar que movimentos de direita e extrema direita também têm se destacado em protestos contra a globalização, em pautas ligadas a costumes, à xenofobia e ao nacionalismo. Entretanto, neste estudo, trabalharemos apenas com movimentos que questionam o sistema capitalista, o neoliberalismo ou, simplesmente, movimentos de esquerda.

4.1.1 O movimento antiglobalização

O movimento antiglobalização é visto ainda hoje como um marco na ação coletiva transnacional e ficou conhecido por sua importante capacidade de organização, de mobilização, de alcance midiático e repertórios de ação que abriram espaço para participação da sociedade civil em cenários antes dominados exclusivamente pelo Estado e grandes instituições internacionais (BRINGEL e ECHART, 2010). Era formado por uma rede de movimentos e despontou como uma grande novidade no cenário político mundial na virada deste milênio. A novidade consistia em apresentar um novo ator sociopolítico e novas formas de mobilização em ações

¹⁶ Bringel e Echart (2010) apresentam várias denominações para esse movimento, com variações relacionadas às diversas correntes teóricas dedicadas a interpretá-los ou ao estudo da globalização, tais como: movimento global, movimento altermundista, movimento de resistência global, movimento de movimentos, movimento pela justiça global, movimento anticapitalista e movimento antissistêmico.

transnacionais, através da articulação em rede de diversos setores da sociedade civil, incluindo movimentos populares, sindicais, urbanos, culturais, de direitos humanos e ecológicos, feministas, ONGs. Até mesmo partidos políticos e outras organizações, que já vinham se formando desde a década de 1990, apresentavam uma mistura de atuações locais, nacionais e transnacionais onde se inspiravam e se influenciavam mutuamente (Scherer-Warren, 2009; Bringel; Echart, 2010; Gohn, 2003).

Ele tem elaborado uma nova gramática no repertório das demandas e dos conflitos sociais, trazendo novamente as lutas sociais para o palco da cena pública, e a política para a dimensão pública, tanto na forma de operar, nas ruas, como no conteúdo do debate que trouxe à tona: o modo de vida capitalista ocidental moderno e seus efeitos destrutivos sobre a natureza (humana, animal, vegetal). (Gohn, 2003, p. 34)

A internet já era o principal instrumento de comunicação utilizado na elaboração da agenda do movimento antiglobalização, por meio de *sites* de apoio espalhados pelo mundo¹⁷, que também funcionavam como parte do repertório de ação na construção de contrainformação. Sua forma de atuação se caracterizou por grandes protestos e manifestações ocorridos, principalmente, entre os anos de 1999, com os protestos de Seattle, nos Estados Unidos, e em 2001 com os protestos em Gênova, na Itália. Eles questionavam as relações comerciais entre os países, denunciando o problema da dívida externa, por exemplo, como uma das grandes causas do aumento da pobreza no mundo (Gohn, 2002). Ruas e praças eram ocupadas estrategicamente, no entorno dos locais onde seriam realizadas as reuniões de cúpula de dirigentes mundiais, em eventos do G-8¹⁸, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros.

A diversidade de estratégias era um ponto forte no movimento antiglobalização. Também fazia parte do repertório de ação deste movimento a realização de cúpulas paralelas, debates, seminários, palestras e gigantes assembleias para organizar e deliberar ações propositivas baseadas na solidariedade, no respeito às culturas e no desenvolvimento econômico com justiça e igualdade social. O Fórum Social Mundial, realizado pela primeira vez em 2001 no Brasil, fazia parte desse repertório e foi criado para se contrapor ao Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, continuando suas atividades mesmo depois do enfraquecimento do movimento.

Na cronologia das atividades promovidas pelo movimento antiglobalização realizada por Gohn (2003), esses eventos exibiam cifras gigantescas em número de participantes, custos de organização e despesas de segurança para os Estados onde ocorriam os protestos. Nem sempre eles aconteceram de forma pacífica. Muitos eventos foram recebidos com forte

¹⁷ Gohn (2003) cita como exemplo a utilização dos *sites* protest.net; Reclaim the street.net; indymedia.org; the public eye on Davos; etc.

¹⁸ Grupo dos oito países mais ricos do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia.

repressão policial, com pessoas feridas e presas, depredação de locais públicos e privados, a ponto de algumas dessas reuniões das lideranças mundiais serem canceladas, realizadas por videoconferências ou ainda realizadas em locais extremamente policiados, isolados da população por placas de metais, chamadas pelos ativistas de muros da vergonha.

Ainda segundo Gohn (2009), o auge desses episódios de violência se iniciou com a explosão, nas mãos de um policial, de uma das três bombas enviadas para a reunião do G-8, em Gênova, em julho de 2001, dando sequência ao assassinato brutal de um *punk* que participava do protesto e que, mesmo depois de baleado e morto, teve seu corpo atropelado pelo carro do policial que o matou. Este episódio foi amplamente divulgado pelos noticiários de TV, dando início a uma série de novos protestos pelo mundo. O esvaziamento desses protestos coincide com a mudança de estratégia do movimento, principalmente depois do ataque de 11 de setembro de 2001, ocorrido nos EUA naquele mesmo ano, que colocou em xeque as questões de segurança, terrorismo e violência, mudando o tom das manifestações para um pedido de paz mundial.

Bringel e Echart (2010) também ressaltam que o enfraquecimento do movimento antiglobalização aconteceu em diferentes e graduais fases, sob o cenário de novas crises sistêmicas e novas configurações de poder que, paradoxalmente, criaram as condições de existência desse movimento e este, por sua vez, não conseguiu oferecer uma alternativa de maneira convincente. Além disso, as diversas críticas internas do eixo mais revolucionário (mais ligados aos protestos de ruas), aos atos do eixo mais reformista (mais ligados à elaboração de propostas e à realização de fóruns), denunciavam a burocratização e institucionalização do movimento que passava cada vez mais a receber intelectuais, instituições, governos e até mesmo empresas privadas, o que contrastava com a ideia de um ativismo horizontal e de base. Outro fato importante e problemático para o movimento é que muitas das suas reivindicações foram absorvidas nas agendas políticas de maneira total ou parcial, mas, em muitas situações, totalmente esvaziadas do seu sentido original.

Em todo caso, estes autores ressaltam que um importante legado do movimento antiglobalização consiste em simplesmente fazer ecoar sua voz no mundo, denunciando os graves problemas causados por um sistema considerado infalível e que, apesar das crises, experimentou uma abertura e expansão sem precedentes após a derrubada do Muro de Berlim.

Desse modo, depois da queda do Muro de Berlim em 1989, Seattle representa, dez anos depois, a queda de outro muro: o muro do silêncio (Echart et al., 2005) que havia sido levantado com boas capas de cimento neoliberal e sustentado pela mais que conhecida irradiação do pensamento único: do *there is no alternative*. (Bringel; Echart, 2010, p. 29).

A importância dessa afronta coletiva ao pensamento único também representava, por um lado, as condições que propiciaram a existência de um movimento transnacional, pois, com o enfraquecimento dos Estados nacionais, não era possível localizar facilmente os culpados pelos horrores que estavam acontecendo no mundo. Por outro lado, o movimento também representava a retomada de um protagonismo dos movimentos sociais e uma severa crítica às ONGs como ator político que, durante algum tempo, recebeu a incumbência de representar a sociedade civil. Desconfiava-se que sua dependência financeira e parceria com as grandes instituições internacionais prejudicaram sua capacidade crítica, impedindo posições contrárias ao sistema. As experiências observadas por esses autores se refletem, em alguns aspectos, nos protestos de 2011.

4.1.2 Os protestos de 2011

Os movimentos que explodiram no mundo em 2011 podem ser considerados herdeiros do movimento antiglobalização, por expressar algumas semelhanças em suas ações e pelo motivo de suas lutas que, em alguma medida, expressavam uma crítica às consequências das diversas facetas do capitalismo contemporâneo, com o avanço dos processos de globalização e do neoliberalismo, ainda que isto apareça de modo mais claro para estudiosos e comentaristas do que para muitos ativistas que participaram dos atos. Esses eventos reacenderam um novo ciclo de protestos que trazia ao palco a questão da desigualdade no mundo. O Occupy Wall Street (OWS), por exemplo, apresentava ativistas indignados com a diferença entre os privilégios do 1% mais ricos, enquanto os 99% restantes da população mundial sofriam com a pobreza, desemprego, fome, depreciação dos serviços de saúde, educação, destruição do meio ambiente e corrupção, problemas agravados a partir da crise financeira de 2008 (Alves, 2012; Carneiro, 2012; Calhoun, 2013). Mesmo os protestos que enfrentaram os regimes autoritários na Primavera Árabe também sentiam essas consequências.

Os protestos de 2011, sobretudo os que ocorreram na Europa e nos EUA, também se caracterizaram pela ocupação de praças e espaços públicos por uma densa e complexa diversidade social. Eram movimentos pacíficos, que se auto-organizavam de maneira criativa, de forma mais horizontal através de muitas e grandes assembleias, sem lideranças fixas e com largo uso das redes sociais digitais que potencializavam sua visibilidade e capacidade de comunicar ao mundo os aspectos mais duros da forma de vida capitalista, além de denunciar a

farsa democrática dos países capitalistas centrais (Alves, 2012, p. 32-33). “Em todos os países houve uma mesma forma de ação: ocupação de praças, o uso de redes de comunicação alternativas e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional.” (Carneiro, 2012, p. 8).

Mas esses movimentos, o antiglobalização em 2001 e os protestos de 2011, também apresentam divergências significativas. Antes de fazermos comentários sobre as diferenças que consideramos importantes para compreensão desses movimentos, vale salientar que, no período que corresponde ao intervalo entre os dois movimentos, aconteceram importantes mudanças nas NTICs que impulsionaram o desenvolvimento das grandes empresas de redes sociais digitais, a flexibilização dos custos dos aparelhos de telefonia móvel com internet e o surgimento, em 2007, de duas das principais plataformas de petições on-line, a Avaaz e a Change.

O movimento antiglobalização partilhava uma pauta e agenda comuns, construídas sob a heterogeneidade de grupos da sociedade civil de diversas partes do mundo. Criticava os efeitos nocivos da globalização e, de forma propositiva, queria mostrar que outro mundo era possível. Já os protestos de 2011 não foram construídos a partir de uma agenda comum elaborada por uma rede de movimentos transnacionais, nem pretendiam denunciar um inimigo em comum, apesar de revelar, em todos os locais onde aconteceram, fortes críticas às consequências do capitalismo contemporâneo, como é o caso do OWS. Os protestos de 2011 eram eventos que refletiam muito claramente os problemas locais/nacionais e a visibilidade de sua existência estimulava o surgimento de outros eventos em outros países, mas sem o estabelecimento de articulações e vínculos internacionais, pelo menos não aparentemente.

A multiplicidade de demandas locais apresentadas nos protestos de cada país, em 2011, não constitui em si um problema para o surgimento de movimentos transnacionais. Ao contrário, ela pode ser utilizada para o fortalecimento de redes de movimentos com atuação local e global, atraindo mais adesões justamente por sua diversidade e heterogeneidade, como aconteceu no movimento antiglobalização. Mas sabemos que se esse fato não for usado em proveito dos movimentos, para minimamente viabilizar agendas e propostas, muito provavelmente será usado de maneira inversa, por contramovimentos e pelo Estado, para fragmentá-los e enfraquecê-los, em nome da manutenção da ordem atual. Pois, “demandas particularistas, ainda que militantes, sem coesão e liderança, vão acabar se chocando umas com as outras e tornando, mais fácil para os interesses capitalistas, a dominação na base do *divide et impera*” (Harvey, 1998, p. 15).

Se demandas particulares representam um perigo para a existência e a manutenção dos

movimentos por evidenciar a fragilidade das articulações e coesões entre os grupos, o que podemos dizer sobre a possibilidade de um ativismo individual, despreocupado com os processos de interação, quase inexistentes ou muito superficiais, que em grande parte parece caracterizar o fenômeno das petições on-line? Nosso campo aponta um grande volume de petições que atuam em causas extremamente particulares, em benefícios individualistas, que não avançam para uma crítica coletiva contundente e mais ampla, como por exemplo, as pessoas que fazem petições para conseguir remédios ou tratamentos caríssimos, rejeitados pelo nosso sistema de saúde pública, como mostra uma petição criada em 2020 (Change.org, 2020a). Nesse caso, a petição solicita solução para o problema de uma pessoa especificamente e, apesar de poder abrir precedentes, não avança para uma crítica objetiva ao serviço de saúde oferecido pelo Estado.

Da mesma forma surge a questão da violência, tão importante para os movimentos sociais e presente nos dois eventos discutidos. Apesar de ser uma questão extremamente problemática para os movimentos sociais, por aumentar consideravelmente o custo da decisão de participar de uma ação, a violência vem sendo frequentemente ressignificada no ativismo contemporâneo. Com a ajuda da mídia tradicional, a questão da violência foi bastante utilizada para influenciar negativamente a percepção da opinião pública sobre os movimentos e protestos, mostrando, por um lado, a agressividade de alguns integrantes e privilegiando, por outro lado, uma ação ainda mais violenta do Estado para impedir o possível caos que um protesto poderia causar. Mas, confrontada pelo que é postado nas redes sociais pelos próprios ativistas, a mídia tradicional tem, inclusive, ajudado a denunciar atos violentos e desnecessários do Estado contra os manifestantes.

Essa visibilidade tem contribuído para sensibilizar e, na verdade, para mobilizar e estimular a participação de pessoas nos protestos, indignadas com a brutalidade com que os manifestantes têm sido tratados. Este fato foi bem evidenciado nos protestos de 2011 e, no Brasil, nas Jornadas de Junho de 2013, onde as pessoas se indignaram com a truculência com que a polícia de São Paulo tratou os ativistas do MPL, agredindo inclusive jornalistas. Justamente depois da circulação das imagens com essas agressões nas redes sociais, repercutidas pela mídia, as manifestações se espalharam pelo país. Já no caso do movimento antiglobalização, a violência dos ativistas e da polícia, juntamente com o ataque sofrido pelos EUA no 11 de setembro, foi responsável pelo seu enfraquecimento.

Quando trazemos essa questão para o tipo de ativismo das petições on-line percebemos que ele traz uma solução importante para avaliação do custo da participação em um protesto com base na violência. Considerado por alguns como ativismo de sofá, a petição

on-line oferece baixos riscos no que se refere ao tempo dedicado à ação, à questão financeira e à questão da violência, principalmente se comparado à exposição dos ativistas nos protestos de rua. Algumas plataformas ainda oferecem aos autores a segurança do anonimato. Dessa forma, a petição on-line se configura como um tipo de ação não violenta, institucionalizada e de baixo custo.

Outra questão importante trata da disputa interna e externa pela interpretação e significados dos protestos, algo que também sempre vai estar presente em qualquer movimento, em qualquer campo político e, possivelmente, em qualquer esfera de nossas vidas. Por isso, a importância da construção de agendas e propostas que servem para manter a coesão dos movimentos e direcionar as ações para seus objetivos. Além disso, elas ajudam a evitar que o movimento seja usurpado por forças contrárias, por contramovimentos, como parece ter acontecido em alguns locais em 2011. A própria heterogeneidade dos grupos participantes dos movimentos citados traz consigo uma multiplicidade de demandas que exige buscas por formas alternativas de atuação mais horizontais e mais flexíveis para abraçar todos envolvidos. Por um lado, essa multiplicidade de demandas parece ajudar a ampliar as forças dos movimentos e protestos, potencializando sua capacidade de mobilização para atrair mais ativistas que se sentem representados ou encontram espaço para se fazer representar. Por outro lado, esse aspecto multifacetado exige um esforço excepcional na organização, articulação e estratégias dos movimentos para lidar com os conflitos e disputas internas da maneira mais democrática possível, evitando dispersar as ações e transformar o que seria força em fragmentação e fragilidade.

Podemos dizer que a articulação foi uma característica forte do movimento antiglobalização, cujas ações e estratégias eram definidas por grupos mais institucionalizados que atuavam em rede com a capacidade de levar essas ações para o mundo. Já nos protestos de 2011, a articulação não é uma palavra que aparece facilmente na gramática dos comentaristas. Nesse movimento, a mobilização é um dos aspectos mais privilegiados pelos estudiosos. É possível que a insistência em rejeitar estruturas organizacionais mais rígidas e com lideranças fixas pode ter afetado, em algum nível, os limites da sua capacidade deliberativa e, por consequência, a articulação necessária para sua expansão e fortalecimento das lutas. Também é possível que a experiência herdada do movimento antiglobalização e suas críticas ao que se transformaram os fóruns sociais mundiais tenham aumentado a desconfiança desses ativistas com movimentos sociais mais institucionalizados.

Observa-se que, apesar das críticas às crises financeiras, aos programas de austeridade e ao desemprego na Europa, assim como a crítica expressa ao capitalismo financeiro,

realizada pelo Occupy nos Estados Unidos, não foi possível, para estes movimentos, sustentar um pedido objetivo e contínuo de mudança sistêmica. Na medida em que essas críticas começaram a ser absorvidas pelos discursos políticos locais, perderam sua força e pareceram reduzidas a uma grande insatisfação com a forma como os gestores locais estavam administrando o capitalismo ocidental. Os protestos da Espanha, por exemplo, não parecem ter alterado de forma consistente a maneira de fazer política, como pedia a democracia radical e direta de grupos que se diziam organizados de forma espontânea e horizontal. Apesar de conseguirem o fim do bipartidarismo, os indignados parecem ter sido absorvidos por novos partidos políticos participantes do mesmo esquema representativo/parlamentar (Soriano, 2021). acabando com a esperança de transformar os problemas socioeconômicos e políticos gerados pelas políticas de austeridade neoliberais naquele país.

Já os protestos no Oriente Médio e na África, em 2011, acima de tudo combatiam regimes ditatoriais e problemas econômicos. Em alguns casos, resvalaram em guerras civis que continuam sendo travadas até hoje, ou foram abafados por medidas governamentais paliativas, sem sequer conseguir expor ao mundo a convivência das potências capitalistas ocidentais na manutenção, apoio e financiamento de alguns desses regimes antidemocráticos¹⁹. Inclusive, chegando a promover intervenções militares em locais estratégicos economicamente, o que escancarou, aos olhos do mundo, uma geopolítica de interesses econômicos das elites globais que pouco se importam com a questão democrática. Já que podem conviver harmoniosamente com os mesmos regimes ditatoriais aos quais esses movimentos travam diariamente sangrentas batalhas. Já em outros locais, convenientemente, podem promover embargos econômicos para exigir a instalação de regimes democráticos, como em Cuba.

No Chile, berço da experiência neoliberal (Harvey, 2007), os protestos pela educação não conseguiram abalar o motivo pelo qual a educação foi privatizada e transformada em mercadoria, seguindo com seu modelo de eleições parlamentares para promoção de pequenas reformas que não alteram a estrutura dos problemas atuais. No Brasil, a situação foi mais emblemática ainda. Pior do que contabilizar a vitória pela revogação do aumento dos vinte centavos no preço das passagens de ônibus, a falta de um programa objetivo e propositivo permitiu que o espólio dos protestos fosse disputado e usurpado por novos atores conservadores, de direita e extrema direita, como o Movimento Brasil Livre – MBL, cujo nome já parece escamotear o MPL, e o Revoltados On-line. Este último, inclusive, pedia o

¹⁹ Algumas reportagens veiculadas na mídia simplesmente omitem os interesses das potências ocidentais na região, seus vínculos e interesses. Ver, por exemplo, Simões (2021).

retorno da ditadura militar no país.

Um ano depois das Jornadas de Junho no Brasil, estes grupos já representavam um levante conservador com o objetivo de desestabilizar o governo, e se mantiveram nas ruas ajudando a promover o Golpe de 2016, com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, e posteriormente, em 2018, apoiando a eleição de um presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro. O país foi, então, mergulhado em um período de retrocessos, perdas de direitos coletivos e individuais, aumento de conflitos sociais, ambientais e um aumento significativo na desigualdade, inclusive retornando ao Mapa da Fome da ONU. Atualmente, estima-se que mais de 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil e mais da metade da população se encontra em situação de insegurança alimentar (Belik, 2022; Correia, 2022).

É importante reforçar que os protestos no Brasil foram iniciados com as demandas dos preços das passagens pelo MPL e, após a indignação com a brutalidade com que os manifestantes foram tratados, os protestos se espalharam pelo país, por meio da mobilização de pessoas ou grupos bastante heterogêneos, sem coordenação central, programa, pauta ou lideranças fixas. Mesmo depois de revogado o aumento nos preços das passagens, esses grupos e o próprio MPL continuaram nas ruas. Cartazes encontrados em toda parte exibiam uma frase emblemática: “Não é só pelos vinte centavos”, que expressava bem a enxurrada de demandas dos novíssimos manifestantes brasileiros, que pareciam apresentar uma espécie de narcisismo ativista, deslumbrados com a ocupação de ruas e espaços públicos. De modo similar e como já comentado, 2013 coincide como o primeiro grande *boom* das petições online.

Zizeck (2013, p. 107) alertava para possíveis ciladas em que esses protestos poderiam cair, após o entusiasmo do momento inicial, para conseguir avançar “sem sucumbir a tentações totalitárias. Um dos grandes perigos que enfrentam os manifestantes é o de se apaixonar por si mesmos”. Além disso, como dissemos antes, a falta de um programa concreto para orientação dos grupos envolvidos facilita, interna e externamente, lutas por narrativas para interpretação dos protestos²⁰. Esses novos herdeiros conservadores, surgidos

²⁰ A luta por narrativas para interpretar as Jornadas de Junho não atingiu apenas os grupos divergentes participantes dos protestos, teóricos ou jornalistas, mas vários segmentos da sociedade. Se as pessoas que estavam nas ruas em 2013 não sabiam objetivamente o que queriam, a grande mídia, alguns partidos de direita, como a juventude do PSDB, e membros do poder judiciário, sabiam. Sem pudor nenhum, em entrevista ao Programa do Jô, exibido pela Rede Globo em 2015, o procurador da República Deltan Dallagnol definiu as manifestações de 2013 como uma indignação do povo brasileiro, que foi para as ruas pedir o fim da corrupção. Na mesma entrevista, ele fala que o surgimento da Operação Lava Jato foi uma conspiração do universo e uma resposta de sua categoria às exigências da população brasileira, quase uma materialização dos desejos da

durante ou logo após as manifestações de 2013, conseguiram capital político suficiente para transformar as múltiplas demandas de uma nova geração que pedia melhores serviços e mais direitos, mais do que os recém-conquistados com a chegada ao poder de um partido de centro-esquerda dez anos antes, em 2003, em um sentimento generalizado de antipetismo, de ódio ao Partido dos Trabalhadores e tudo que ele representa. Como resposta ao clamor das ruas em 2013, a extrema direita brasileira ofereceu, aos nossos manifestantes, perdas de direitos civis e coletivos, toda sorte de depreciação de serviços públicos, da qualidade de vida e a caça ao ativismo.

As reações violentas do braço armado dos estados aos protestos e manifestações, em qualquer época, são sempre ações iniciais para manutenção da ordem, silenciando e desarticulando o fluxo dos movimentos no calor do momento, mas elas também vêm acompanhadas de uma contraofensiva ideológica muito pesada e mais prolongada, que também tenta ressignificar os sentidos das críticas feitas ao Estado, ao capitalismo e à globalização durante as manifestações (Zizeck, 2013). Esses contramovimentos tentam expressar a ideia de manter a ordem sistêmica e o bem comum de uma maneira mais ampla e se mostram como uma força necessária para reorganizar o que julgam a bagunça criada pela ameaça dos movimentos sociais, quando não usam a desculpa do sempre iminente perigo do comunismo. Isso pode ser percebido claramente com o crescimento da onda de fundamentalismos e da extrema direita que se alastrou pelo mundo após os protestos de 2011. No Brasil, essa resposta veio de maneira explícita com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e, nos Estados Unidos, com a eleição de Trump em 2016, mas também podemos percebê-la através do golpe de Estado no Egito e das justificativas para guerras internas e externas em alguns países. Torna-se compreensível a dispersão do movimento antiglobalização depois dos ataques do 11 de setembro com as sucessivas invasões norte-americanas aos países “suspeitos” e a possibilidade de enquadrar qualquer grupo, em qualquer lugar, como terrorista (Gohn, 2003; 2014).

Mesmo hoje, não é fácil encontrar unidade que justifique o surgimento de um super movimento global ou transnacional em 2011. Para Zizek (2013, p. 103-104), os manifestantes compartilhavam um sentimento de desconforto e descontentamento que sustentava e unia demandas particulares. Além do fato de que, em todos eles, havia pelo menos duas questões: uma de cunho econômico e outra de cunho político-ideológico. Os problemas denunciados em um lugar, em algum grau, eram facilmente identificados em

outros países. Esse compartilhamento de demandas seria uma grande possibilidade de formar redes de solidariedade, conseguir a coesão necessária para a reorganização do movimento antiglobalização ou para construção e manutenção de um novo grande movimento global anticapitalista. Mas, apesar dos desafios impostos pela complexidade dos processos de mobilização e coordenação de protestos e movimentos, a própria globalização traz consigo uma estrutura de oportunidades que sempre pode fazer emergir o ativismo transnacional (Tarrow, 2009).

4.2 GLOBALIZAÇÃO E ATIVISMO

De uma maneira mais ampla, a globalização pode ser definida como um processo de integração econômica, política e cultural entre países. Para Scholte (2000), na globalização ocorre uma reconfiguração geográfica onde as fronteiras territoriais não se constituem mais barreiras que limitam as atividades econômicas, culturais e políticas. As discussões sobre a globalização trazem defensores e críticos desse fenômeno que geralmente se dividem entre duas linhas de abordagens: uma que privilegia o aspecto econômico da globalização (Harvey, 1998; Bauman, 1999; entre outros) e outra que a entende como um fenômeno multidimensional, que inclui os aspectos culturais e políticos, além do econômico (Giddens, 2006; Scholte, 2000; entre outros).

Nosso interesse não é tecer uma extensa análise e posterior defesa de uma dessas abordagens. Desde o princípio, partimos do pressuposto de que a globalização, assim como o neoliberalismo, representa pilares de reestruturação do capitalismo contemporâneo, moldando e sendo moldados por outro pilar que é o desenvolvimento tecnológico. Isso, em hipótese alguma, nega a importância da globalização nas esferas política e cultural, até porque nosso objetivo ainda é compreender em que medida o capitalismo contemporâneo interfere ou forja um tipo de ativismo profundamente calcado na forma como vivemos hoje e, consequentemente, o seu impacto para os movimentos sociais.

Concordamos com Ianni (2001) quando este diz que a compreensão da globalização implica um diálogo múltiplo, com autores e interlocutores, em diferentes enfoques históricos e teóricos, para esclarecer as condições, os significados, as configurações e movimentos da sociedade global. Procuramos buscar uma ideia geral sobre a globalização, nem sempre consensual, mas que mostre como ela pode potencialmente influenciar nossas escolhas cotidianas, até mesmo atuar na decisão de como nos posicionamos para as ações coletivas nessas circunstâncias globalizantes, visto que as petições on-line se apresentam como um

instrumento de participação individual e coletiva, surgido com o desenvolvimento das NTICs, que possibilita aos seus usuários uma atuação local e mundial. Obviamente, isto não poderia ser feito sem levar em consideração os aspectos políticos, econômicos e culturais.

Para Giddens (2006), o final do século XX representa o início de uma transição histórica revolucionária, assim como foi a transição para o Iluminismo, onde a racionalização, a rejeição às influências dos dogmas religiosos, deram lugar à ciência e à tecnologia que moldaram a cultura industrial ocidental, como forma para organizar, dar estabilidade e controle à vida humana.

De uma maneira muito profunda a globalização está a restaurar as nossas formas de viver. É dirigida pelo Ocidente, está profundamente marcada pelo poderio político e econômico dos Estados Unidos da América e arrasta com ela consequências muito desiguais. Mas a globalização não é apenas uma questão de domínio do Ocidente sobre o resto do mundo; afeta tanto os Estados Unidos como outros países. A Globalização também afeta a vida corrente, da mesma forma que determina eventos que se passam à escala planetária. (Giddens, 2006, p. 17)

Para ele, o conjunto das transformações que vivemos hoje, chamado de globalização, originado pelo desenvolvimento acelerado da ciência e da tecnologia, afeta todo o globo e difere de qualquer tempo histórico. Assim como em outras revoluções, traz consequências e riscos diversos que teremos que enfrentar, pois, apesar do risco econômico iminente, ela afeta todas as instâncias da vida humana. Já Harvey (2002, p.13) argumenta que realmente houve mudanças qualitativas, mas que elas não representam uma era qualitativamente nova do desenvolvimento capitalista, já que não houve uma revolução fundamental nos modos de produção e nas relações sociais necessária para uma revolução histórica. Ao contrário, as mudanças se dirigem para uma reafirmação das bases capitalistas do século XIX acompanhadas por uma inclinação do século XXI para uma deliberada marginalização de grandes segmentos da população no que diz respeito às bases das dinâmicas de acumulação de capital.

De fato, a globalização sempre fez parte do desenvolvimento capitalista desde o início. E é importante entender as razões. A acumulação do capital teve sempre uma importante dimensão geográfica e espacial. Sem as possibilidades abertas pela expansão geográfica, pela reorganização espacial e pelo desigual desenvolvimento geográfico, o capitalismo teria cessado há muito tempo de funcionar como um sistema político-econômico integrado. (Harvey, 1998, p. 8)

Apesar de perceber o agravamento das questões políticas e econômicas, como a dominação e as desigualdades sociais e econômicas provocadas pela globalização, Giddens

(2006) está mais interessado em chamar a atenção para a necessidade da compreensão deste fenômeno de forma mais ampla, que inclua aspectos culturais e sociais, de forma que se possa analisar o impacto que ele tem nas vidas cotidianas das pessoas. Não se trata apenas de um fenômeno externo que atua entre sistemas, a globalização atua internamente nos indivíduos, afetando intimamente as relações sociais. O autor procura mostrar como a família tradicional, por exemplo, está numa posição ameaçada por questões que sofreram grandes transformações com a globalização, como gênero, raça e sexualidade, sobretudo as questões ligadas às conquistas das mulheres nos últimos anos e que foram levadas, de alguma forma, para todos os cantos do mundo.

Bauman (1999) no livro *Globalização: As consequências humanas*, cujo título já parece concordar com a visão totalizante de Giddens sobre esse fenômeno, também enfatiza o desenvolvimento das tecnologias, sobretudo as de comunicação e transporte, como elemento fundamental para o seu desenvolvimento. O autor mostra como as mudanças ocorridas afetaram profundamente o que se entendia por tempo e espaço, em outras palavras, ele analisa a questão da mobilidade como elemento de ligação entre esses dois parâmetros, mostrando como a globalização alterou a concepção de distâncias, derrubando e impondo barreiras quando convém. Mas sua análise privilegia as consequências sociais e políticas para as sociedades geradas pela globalização econômica, com base na desregulamentação dos mercados financeiros que podem desestabilizar qualquer economia local, por atuar eletronicamente e sem fronteiras, e no desmonte dos Estados-Nação.

As forças modeladoras do caráter transnacional são em boa parte anônimas e portanto difíceis de identificar. Não formam um sistema ou ordem unificados. São um aglomerado de sistemas manipulados por atores em grande parte “invisíveis” ... [Não há] unidade ou coordenação proposital das forças em questão ... [O] “mercado” não é tanto uma interação de barganha de forças competidoras quanto pressões de demandas manipuladas, artificialmente criadas, e desejo de lucro rápido. (Bauman, 1999, p. 57)

Bauman chama atenção para uma desconexão sem precedentes entre o poder dos investidores anônimos e a ausência de suas obrigações e responsabilidades econômicas e sociais. A dificuldade de rastreamento desses capitalistas investidores impossibilita a cobrança de ações com consequências danosas para as condições de vida das comunidades locais como, por exemplo, o desemprego e o aumento da pobreza, provocadas pelo rápido fechamento de empresas e fábricas, com a transferência ou fuga de capitais e investimentos para locais mais atrativos, com mais lucros ou menos resistências, como o confronto dos movimentos sociais, por exemplo. Convenientemente a globalização parece ajudar a resolver

problemas caros ao capitalismo, afinal, “livrar-se de responsabilidade é o ganho mais cobiçado e ansiado que a nova mobilidade propicia ao capital sem amarras locais” (Bauman, 1999, p. 13).

O autor está empenhado em mostrar como esses efeitos são catastróficos para os países pobres, que se tornam cada vez mais dependentes de determinações de uma pequena elite financeira global, representada por instituições como o FMI, por exemplo, que determina as regras do jogo, tornando os governos locais reféns e simples administradores das políticas de austeridade impostas por essa elite para minimizar os riscos dos mercados e propiciar as condições necessárias para manter a livre circulação e acumulação de capitais de investidores fantasmas. Em outras palavras, os governos, sobretudo dos países pobres, resumem-se ao comprometimento de submissão às regras econômicas globais que afetam profundamente o que se entendia por soberania dos Estados nacionais.

A ideia de que a globalização submete todo o mundo às mesmas regras está longe de representar qualquer caráter democrático, como Giddens (2006) sugere quando diz que seus efeitos fazem tanto países pobres quanto os ricos perderem um pouco do seu poder e direitos, ou quando menciona o aumento de países democráticos no mundo. Precisaríamos de um pouco de cinismo, ou muita cegueira, para não percebermos a capacidade dos países desenvolvidos de protegerem seus mercados internos através de barreiras comerciais, contradizendo, quando convém, a lógica do livre mercado global. Ou deixar de ver a fragilidade e vulnerabilidade de países pobres submetidos a essas regras, sem capacidade de conseguir superar a situação de pobreza, dívida e desemprego a que são frequentemente submetidos, com as políticas de austeridade fiscal impostas por uma elite global, para não falar das limitações e ameaças políticas.

Por outro lado, Giddens nos chama a atenção para o fato de que o conflito entre o local e o global provocado pela globalização, do qual o desmonte da ideia de Estado-Nação faz parte, tem feito reacender em toda parte, como forma de reação, identidades culturais como nacionalismos e fundamentalismos que tendem a crescer no século XXI, como, de fato, já podemos observar uma onda de conservadorismos espalhada pelo mundo, tanto em países pobres quanto ricos. Bauman (1999) concorda que a globalização possui esse caráter provocador de efeitos e consequências inesperadas e diversas que podem afetar a todos. Talvez por isso a globalização seja frequentemente definida como um fenômeno ambíguo e impreciso, pois

O significado mais profundo transmitido pela ideia da globalização é o do caráter

indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo. A globalização é a “nova desordem mundial” de Jowitt com um outro nome. (Bauman, 1999, p. 57)

Por isso, Giddens (2006) justifica que a globalização provoca a necessidade de reformulação de instituições consideradas arcaicas, como a família e o Estado, para adaptação à nova realidade. Ao contrário do que se esperava com o processo de racionalização iluminista impulsionado pelo desenvolvimento das novas tecnologias, experimentamos a desordem e a insatisfação generalizadas, denunciadas nos protestos de 2011 e no movimento antiglobalização, por exemplo, onde o mundo parece estar em completo descontrole, sendo praticamente impossível aos governos locais e ao indivíduo tomar as rédeas da própria vida, ou mesmo saber, ao menos, a quem cobrar ou culpar.

Na prática, as consequências da globalização econômica afetam profundamente todas as esferas das nossas vidas. No caso dos países de capitalismo tardio, como a maioria dos países da América Latina, o *laissez-faire* não chegou a se concretizar plenamente. São países que vivem sob a ameaça de constantes crises econômicas que acentuam problemas como a inflação e o desemprego, entre tantos outros, que só impulsionam o aumento da pobreza e das desigualdades.

Nessas sociedades, caminham lado a lado as lutas dos novos e velhos movimentos sociais contra as desigualdades, pela justiça, pelo reconhecimento e direitos humanos (Stavenhagen, 1997; Scherer-Warren, 2008). Batalhas muito amplas travadas nas trincheiras de um cotidiano que significa, para o povo, a sua sobrevivência em meio ao desespero provocado pela fome, pela falta de renda, de educação, de saúde, de moradia, pela degradação do meio ambiente, pela precariedade das relações e condições de trabalho. Tudo isso sobre um legado de machismo, racismo, xenofobia e toda a sorte de preconceitos que degradam ainda mais os direitos humanos. Não bastassem os problemas econômicos, sociais e ambientais, tais sociedades vivem sob ameaças constantes provocadas por profundas crises políticas que afetam a estabilidade democrática desses países²¹.

Mas, com a hegemonia das políticas neoliberais e o processo de globalização, também passamos a ter acesso a informações para além de nossos territórios e fronteiras geográficas e a perceber que nossos problemas locais não são tão localizados assim, que uma grande parte deles é continuamente repetida em diversos cantos do mundo. A lei da globalização, que

²¹ Como os dois processos de *impeachment* no Brasil em menos de 30 anos de reabertura democrática ou o golpe de Estado na Bolívia para deposição do presidente Evo Morales.

submete populações inteiras a viver sob a imposição de políticas neoliberais, é também a mesma lei que nos impulsiona, enquanto atores individuais ou coletivos, a pensar e agir local e globalmente, mesmo que submetidos à “lei global, ordens locais” como diria Bauman (1999). Não importa se on-line ou off-line, pois a própria globalização capitalista nos remete a um processo contínuo que extrapola fronteiras reais ou imaginárias em lutas e atuações onde se reinventam o tempo e espaço (Casanova, 2002; Scherer-Warren, 2009; Castells, 2008).

Nessa “aldeia globalizada”, que proporciona o acesso e contatos com diferentes lutas, culturas e cenários, os indivíduos também se sentem convocados a afirmarem suas identidades individuais e coletivas, para o bem ou para o mal. Se por um lado a globalização permite um grande fluxo de informação e a possibilidade de trocas materiais e simbólicas, por outro podemos dizer que também amplia a percepção dos problemas sociais, econômicos e políticos, como o aumento das desigualdades, a recessão e a ingovernabilidade política (Martín-Barbero, 2006). Essas ambivalências, e o acesso a essa realidade global de similares misérias e distintas riquezas, ao contrário do fazer conformar pela repetição de situações, aqui e ali, acabam fazendo surgir novos ciclos de manifestações de proporções globais que arranham a imagem neoliberal do capitalismo contemporâneo.

As ondas de protestos de maior destaque desde o início deste século acompanharam a trajetória da globalização. Ela é a base da formação das demandas dos manifestantes, propicia o globo como palco das ações, pois traz à tona problemas e atores prontos para a ação em nível transnacional, ajudados pelos mesmos recursos propulsores da globalização, as NTICs²². As oportunidades experimentadas pelos manifestantes apresentam mais um aspecto das ambiguidades típicas da globalização, em que o próprio desenvolvimento dessas tecnologias é tão determinante para a expansão das transações do mercado financeiro global, por exemplo, quanto para fortalecer a organização e mobilização daqueles que a combatem.

A importância das NTICs para os movimentos contemporâneos acontece da mesma forma que para muitos outros segmentos sociais, inclusive partidos políticos e governos em um mundo globalizado. Sem dúvidas, a internet e o uso das redes sociais digitais em dispositivos móveis aceleraram o fluxo da informação, a difusão de repertórios de ação e

²² As NTICs são especialmente utilizadas por gerações mais jovens, beneficiadas pelo rápido desenvolvimento tecnológico, barateamento dos custos e individualização dos equipamentos. O aparelho de celular, como um dos principais símbolos dos avanços das NTICs, vem substituindo o telefone fixo e o computador, produtos antes compartilhados por todos os membros de um domicílio, isso para não falar dos telefones públicos, de cunho comunitário, que desapareceram. Obviamente, os processos de desigualdades e exclusões faz com que um único celular, em muitos domicílios, ainda seja a única forma de comunicação usada por famílias mais pobres. Isso ficou muito claro durante a pandemia de covid-19, em que crianças pobres de uma mesma família, e em diferentes estágios escolares, precisaram assistir a aulas remotas a partir da utilização do único aparelho da casa, precariamente conectado à internet.

incrementaram novas formas de dar visibilidade, em tempo real, a protestos em lugares que, de outra forma, não seria possível. Muito provavelmente, nem teríamos conhecimento. Além disso, com a internet e o uso das redes sociais digitais é possível confrontar o que tradicionalmente seria veiculado para a população como verdade pela mídia, como é o caso dos protestos contrarregimes ditatoriais, pois são conhecidos os vínculos entre as mídias hegemônicas e os governos autoritários.

A mobilidade dos aparelhos celulares conectados às redes sociais digitais amplamente utilizadas no nosso cotidiano conseguiu escancarar aos olhos do mundo, nos protestos de 2011, sentimentos como indignação, frustração e revolta, muito bem descritos por Castells (2013). Intencionalmente ou não, ameaçaram os rumos da globalização capitalista, dando visibilidade aos problemas estruturais que sempre atravessaram a pauta dos movimentos sociais em suas lutas por justiça, direitos, igualdade, liberdade, democracia etc., mesmo que essa tradução ou síntese não tenha ecoado claramente para todas as pessoas que participaram dos protestos e para a sociedade em geral.

É importante ressaltar mais uma vez que, mesmo sem a utilização das redes sociais digitais como as conhecemos hoje, o movimento antiglobalização já atuava na forma de redes de movimentos que incluíam diversos atores da sociedade civil global, utilizando os recursos tecnológicos disponíveis em seu tempo, como as informações que circulavam por meio de *blogs*, *sites*, e-mails e páginas de movimentos. Basta dizer que o Fórum Social Mundial, como uma forma de ação deste movimento, foi realizado pela primeira vez em 2001, quando o acesso à internet móvel no Brasil ainda era precário e muito caro. Mesmo assim, os movimentos sociais conseguiam atuar de forma transnacional, a exemplo da Marcha Mundial de Mulheres realizada desde os anos 2000. O excessivo recurso ao uso da tecnologia não é exatamente uma peculiaridade dos protestos de 2011 – sua utilização por ativistas é, antes, o reflexo da forma como vivemos e nos comunicamos hoje.

Por meio das redes sociais digitais também é possível pensar em contágios virtuais, a partir da multiplicação de informações disseminadas nessas redes que acabam estimulando a replicação rápida em outros lugares (Castells, 2013, p.8). No Brasil, foi possível ver reportagens na mídia que buscavam uma aproximação das Jornadas de Junho com a atuação do Occupy (Uchoa, 2013) ou mesmo ver ativistas na cidade do Recife expressando claramente a influência do OWS na forma de atuação de um movimento social, nascido no Facebook, mas com forte atuação off-line, o Direitos Urbanos (Batista, 2015, p. 285).

Por isso mesmo, é muito comum jornalistas e teóricos buscarem padrões para explicar a insurgência desses protestos pelo mundo. Aspectos como a orientação direita-esquerda e

classe social, antes muito importantes, perderam a centralidade para categorias como idade dos participantes e o uso das redes sociais digitais, que roubaram a cena nos protestos de 2011. Mas também foi interessante observar, principalmente no Brasil, a insistência da mídia hegemônica²³ em classificá-los como manifestações “espontâneas, horizontais e pacíficas”, na maioria das vezes sem relacionar, minimamente, a importância dessas expressões para os movimentos sociais. Como se fizessem parte de um mantra ético para a ação coletiva contemporânea, definido pelos veículos de comunicação, que passaram de certa forma a legitimar ou criminalizar as manifestações apenas com base nesses aspectos.

De uma maneira geral, a questão da horizontalidade²⁴ e espontaneidade se referem à forma como os movimentos se organizam. A ideia de horizontalidade representa a busca por uma organização menos hierárquica, não institucionalizada e mais democrática, onde a estrutura do movimento estaria mais descentralizada e disposta igualmente. Ela também implica na renovação constante dos quadros de direção, na multiplicidade de lideranças ou mesmo na ausência delas. A busca da horizontalidade foi muito difundida com a chegada das redes de movimentos transnacionais no movimento antiglobalização, mas também foi motivo de muitas críticas na fase final deste movimento. Já a ausência ou o repúdio a lideranças fixas foi algo especialmente característico dos protestos de 2011. A expressão espontânea se soma a este modo mais fluido de gerir a organização e atividades dos movimentos sociais, sem obedecer rigidamente às determinações de uma cúpula ou liderança dos movimentos.

Utilizado repetidamente pela mídia para classificar os protestos de rua, esse conjunto de termos (“espontâneos”, “horizontais”, “pacíficos”) passa uma vaga ideia de que as pessoas se encontraram por acaso nas ruas e que, depois de perceberem uma ação violenta ou injusta, indignaram-se controladamente e seguiram protestando sem nenhuma vinculação coletiva, política e ideológica, projeto ou coordenação, esperando que suas múltiplas vozes fossem ouvidas. Como sabemos, movimentos sociais não conseguem se manter nas ruas por muito tempo sem um grande esforço de organização e investimento para estimular essa ação. Portanto, essas expressões parecem servir, deliberadamente ou não, para referenciar

²³ A mídia hegemônica, em geral, criminaliza os movimentos sociais, seja negando a existência de suas lutas e protestos, superficializando, contando parcialmente os fatos relacionados aos movimentos e deslegitimando suas lutas, desqualificando os movimentos ou ainda focando e editando as notícias, priorizando os aspectos legais (Peruzzo, 2017).

²⁴ Lima (2018) analisa a construção de categorias de diferenciação no Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDES) com o objetivo de se distinguir do movimento estudantil e do LGBT. Categorias como ativista/militante, grupo/coletivo e horizontalidade são usadas pelos participantes do encontro como forma de se diferenciar de movimentos institucionalizados e dos aspectos negativos que esses movimentos apresentam em suas formas de participação, seja com o Estado, por meio da presença em conselhos, comitês etc., seja com suas bases que acabam sendo silenciadas.

diferenças fundamentais entre os movimentos sociais tradicionais e o ativismo contemporâneo do qual estamos tratando.

A expressão horizontalidade, por si só, já representa uma tendência que questiona o formato dos movimentos sociais mais tradicionais e partidos políticos de massa, considerados centralizados e verticais, em que as decisões são tomadas de cima para baixo. No topo aparece a figura do líder e os demais membros estariam na base. O mesmo acontece com a crítica feita pela ausência de espontaneidade desses movimentos, que apresentam uma estrutura organizacional mais rígida, com ações coordenadas, dando pouco espaço de deliberação e criatividade aos ativistas individuais. Além disso, a espontaneidade passa a ideia de que os protestos ocorrem por motivos aparentemente despropositados, por exemplo, quando uma manifestação ocorre após uma violenta ação policial que afetou um cidadão, como o caso que originou os protestos na Tunísia, o berço da Primavera Árabe²⁵. Já a expressão pacífica pode ser compreendida como protestos de desobediência civil, não violentos. Ela ganha força na dualidade de interpretações como “baderneiros e pacíficos”, colocada por Vianna (2013), como uma nova tentativa de diferenciação da forma de atuação dos protestos organizados por movimentos sociais mais tradicionais e o permanente confronto com o Estado, em que a própria mídia geralmente está acostumada a criminalizá-los²⁶.

É interessante ver como essas expressões, sobretudo os aspectos relativos à espontaneidade e à horizontalidade, também fazem parte da ideia geral, que falávamos antes, contida nas definições da globalização e sua classificação como um fenômeno espontâneo da natureza humana, seu caráter descentralizado, universal e aparentemente democrático, por afetar a todas as nações indistintamente e, em tese, não existir um centro de comando que direciona as ações. Como nos lembra Giddens (2006, p. 27), “a globalização é um fenômeno cada vez mais descentralizado, que não está sob o controle de nenhum grupo de nações e ainda menos sob o domínio de grandes companhias. Os seus efeitos fazem-se sentir tanto no ocidente como em qualquer outra parte”.

Inconsistência, contradição, indeterminação, estão no cerne das definições desse fenômeno e reforçam a característica de uma globalização que parece estar acima, fora do

²⁵ Os protestos na Tunísia começaram em dezembro de 2010, após um vendedor de rua, Mohamed Bouazizi, atear fogo em seu próprio corpo, como forma de protesto por se recusar a pagar propina, desencadeando uma série de protestos no país contra o regime autoritário do ditador Zine El Abidini Ben Ali. Ver: G1 (2016).

²⁶ Com o mantra da “filosofia do ativismo neoliberal” devidamente disseminado, foi fácil ver a Rede Globo de televisão fazer chamadas convocatórias durante a semana para divulgar protestos realizados pelos grupos conservadores que surgiram em junho de 2013 no Brasil, interrompendo sua tradicional programação de domingo para transmitir ao vivo protestos contra o governo da presidente Dilma Rousseff. Afinal, naquele momento, era “legal” e legítimo fazer protestos e, do início ao fim, repetiam que se tratava de protestos espontâneos e pacíficos. Ver: Pragmatismo Político (2015).

alcance de qualquer regulamento, ou ainda que consegue escapar ao planejamento e às regras de qualquer corporação ou governo, como se não existisse um centro que direcione as ações e muito menos a possibilidade de prever seus efeitos. Em outras palavras, como um fenômeno espontâneo, de alto risco, porém natural e de certa forma horizontal, por não ter lideranças oficiais e atingir a todos, ou seja, democrático. Segundo Giddens (2006), as ambiguidades características da globalização promovem, inclusive, uma espécie de colonização ao contrário, onde países não ocidentais influenciam o curso dos acontecimentos no ocidente²⁷, e faz o autor questionar se a globalização não seria uma força promotora do bem geral.

Chamamos a atenção para como esses argumentos e expressões fazem parte de um mesmo repertório gramatical que justificam a necessidade de manutenção do capitalismo contemporâneo. Aparecem da mesma maneira, talvez de forma ainda mais clara quando analisamos o neoliberalismo e sua ênfase no individualismo. Este aspecto tem extrema importância para esta tese, por considerarmos a hipótese de que o individualismo pode ter alguma influência sobre o ativismo contemporâneo.

4.3 NEOLIBERALISMO E INDIVIDUALISMO

Para Harvey (2007), a hegemonia neoliberal se deu como forma de discurso, por incorporar os valores de troca do mercado como uma ética em si mesmo, guiando todas as ações humanas e penetrando de maneira natural em todos os domínios da vida, desde o modo de pensar até a forma como interpretamos e compreendemos o mundo. Tal lógica funda-se numa ideia de liberdade individual que vislumbra as relações de mercado como promotoras do bem supremo comum. Para ele, o neoliberalismo é

uma teoria das práticas político-econômicas que afirma que a melhor maneira de promover o bem-estar do ser humano é não restringir o livre desenvolvimento das capacidades e das liberdades empresariais do indivíduo, dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, fortes mercados livres e liberdade de comércio. O papel do Estado é criar e preservar o quadro institucional apropriado para o desenvolvimento dessas práticas. (Harvey, 2007, p. 8)

Harvey (2007, p. 25) entende que o surgimento do neoliberalismo pode ser compreendido como uma utopia, cujo desenho teórico e projeto político é restabelecer o poder de classe, restaurando as condições ideais para a acumulação do capital ameaçada por um

²⁷ Giddens (2006, p. 27) cita como exemplos a latinização de Los Angeles, a emergência de um setor de alta tecnologia de orientação global na Índia e a venda de programas de televisão brasileiros a Portugal.

capitalismo internacional em crise. A conjuntura econômica e política do início do século XX, agravada pelo avanço do socialismo, com a Revolução Russa, e das ideias de esquerdas no continente europeu, exigia a necessidade de uma reformulação teórica do liberalismo. Dardot e Laval (2016) apontam que o surgimento do neoliberalismo não é uma simples versão ou continuidade do liberalismo clássico para atender uma demanda de novas regras institucionais necessárias à restauração da acumulação capitalista em crise. Os autores se embasam nas discussões de Foucault para apresentar o nascimento do neoliberalismo como uma nova racionalidade do capitalismo contemporâneo, uma vez que

o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. (Dardot; Laval, 2016, p. 16)

A reformulação do liberalismo clássico deu origem à construção de um processo histórico estratégico, baseado na livre concorrência, criando um sistema normativo que não diz respeito apenas à forma de governamentalidade, conceito de Foucault que será trabalhado mais à frente, mas é aplicado a todas as esferas da vida. Além disso, essa nova razão capitalista rompeu radicalmente com a versão clássica do *laissez-faire* como dogma do liberalismo clássico. Dardot e Laval (2016, p. 31) mostram que essa construção teórica ocorreu a partir do Colóquio Walter Lippman em 1938, onde as ideias defendidas por Hayek e Mises foram as grandes vencedoras. Mas os autores também chamam a atenção para o erro de pensar a implementação do neoliberalismo como uma espécie de aplicação prática da teoria, sem levar em consideração processos históricos heterogêneos que não foram programados, mas que pouco a pouco moldaram e reforçaram esse modelo, até sua definitiva implantação na década de 1970, nos governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, na Inglaterra e nos Estados Unidos, respectivamente.

Apesar da convergência entre a visão de Harvey e Dardot e Laval quanto ao domínio do neoliberalismo em todas as esferas da vida, estes últimos autores criticam o fato do economicismo, que tanto na visão marxista quanto na liberal compreende a crise da acumulação como um problema a ser tratado pelas adaptações nas regras jogo, para atender aos interesses e garantia da própria sobrevivência do capitalismo, colocando a dimensão do direito sempre subordinada à economia. Para Dardot e Laval (2016, p.23), no lugar de compreender o capitalismo enquanto um modo de produção econômica, cujo

desenvolvimento é regido por uma lógica que age como uma lei natural inflexível, é preciso compreendê-lo como um complexo econômico-jurídico que admite múltiplas figuras singulares.

A explicação marxista clássica esquece que a crise de acumulação a que o neoliberalismo supostamente responde, longe de ser uma crise de um capitalismo sempre igual a si mesmo, tem a particularidade de estar ligada às regras institucionais que até então enquadravam certo tipo de capitalismo. Consequentemente, a originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas *outro* “regime de acumulação”, mas também, mais amplamente, *outra* sociedade. (Dardot; Laval, 2016, p. 23)

Nosso objetivo não é avaliar as diferenças entre as diversas interpretações do neoliberalismo. O que buscamos é encontrar nessas ideias os aspectos mais marcantes que caracterizam e denunciam como essa racionalidade atua no nosso jeito de viver hoje. É preciso enfatizar que o neoliberalismo não pode ser considerado apenas como uma política econômica (neoliberal), promovida pela gestão de um governo qualquer, que pode facilmente ser substituída após a mudança de um primeiro-ministro de Estado ou de um presidente. Além de político e econômico, o neoliberalismo é a forma como nos organizamos socialmente e nossa forma de viver, por fazermos parte de uma sociedade neoliberal.

Mesmo admitindo a ênfase do neoliberalismo como modelo econômico e político, isso não elimina as confusões que o termo provoca na compreensão do funcionamento de nossas instituições. Ao contrário do que muitos pensam, por exemplo, o neoliberalismo não exige a supressão do Estado, um Estado fraco ou totalmente desregulamentado. Ele impõe a necessidade de um Estado forte, do qual o mercado depende totalmente. Exige um Estado regulamentado e intervencionista apenas no sentido de dar garantias e assegurar as condições necessárias para o livre desenvolvimento do mercado, através de todas as práticas e propriedades individuais, a fim de preservar o seu domínio, mas separando-o do controle social e limitando o funcionamento democrático (Harvey, 2007; Young, 1990; MacEwan, 2005).

O neoliberalismo recorre, se necessário, ao uso legítimo da força, demonstrando a tensão e a ameaça provocada pelas práticas democráticas, explicitando sua relação de proximidade com regimes autoritários ou ditatoriais (Harvey, 2007; MacEwan, 2005). Os dois autores citam como emblemático o exemplo do Chile durante a ditadura de Pinochet, um experimento que virou vitrine para os neoliberais. Lembramos que, entre outras coisas, o governo neoliberal do Chile privatizou a educação e foi justamente esse o motivo dos protestos de 2011 naquele país. A liberdade individual, a dignidade e a propriedade privada,

como direitos supremos, sustentam a ideia de bem-estar comum como base ética do neoliberalismo. Impossível não fazer uma relação com os protestos contra as ditaduras no Oriente Médio e os Indignados na Espanha. O neoliberalismo justifica como necessárias, por um lado, as privatizações das empresas estatais e, por outro, a interferência do Estado, inclusive com aportes financeiros, para salvar grandes corporações privadas com o argumento de garantir a saúde financeira da sociedade. Uma das críticas feitas por participantes do Occupy é justamente em relação a esse aspecto (Calhoun, 2013).

O projeto valorativo neoliberal descrito por Harvey condiz com o que Boltanski e Chiapello (2009, p. 35-39) identificaram como um novo espírito do capitalismo. Em linhas gerais, esses autores explicam que, no capitalismo, a acumulação ilimitada é obtida por meios formalmente pacíficos e está justificada através de valores presentes na ideia do bem comum que uma atitude individual possa apresentar. Os indivíduos encontram o sentido da vida através de seu desenvolvimento na direção de uma realização material plena, onde essa mesma realização é promotora de um bem comum na sociedade. A justificação, ou o espírito do capitalismo, representa a argumentação necessária para o engajamento, para que a atitude individual de comprometimento e a participação nos processos das empresas capitalistas sejam valorizadas por propiciar, também, vantagens coletivas. Ou seja, são definidas também em termos do bem comum.

O espírito do capitalismo é justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtudes ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável a ordem capitalista. (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 42).

Após longo estudo sobre as teorias econômicas, os autores entendem que a incorporação do utilitarismo na economia possibilitou um consenso de que tudo que faz bem para o indivíduo, faz bem para sociedade e tudo que serve para o capitalismo, como o lucro, também serve para sociedade (2009, p. 44). Estaria posta, então, uma perfeita simetria entre o individualismo e o espírito capitalista. Os autores mostram como o desenvolvimento da ciência econômica se constituiu como uma esfera autônoma das esferas sociais e políticas, por se mostrar como ciência positiva e independente das ideologias e da moral. Para Amartya Sen (2005), que argumenta por uma reconciliação entre a economia e a ética, ao definir o comportamento humano como autointeressado, a economia assume um pressuposto radical que inviabiliza a possibilidade da influência de questões éticas sobre esse comportamento. Ao

mesmo tempo, esse *ethos* econômico representa um contrassenso importante, pois é na lógica valorativa que o capitalismo encontra a justificação para seu desenvolvimento.

Historicamente, Boltanski e Chiapello (2009, p. 49 e 50) observam a passagem de pelo menos três espíritos capitalistas. O primeiro remonta ao fim do século XIX e já excepcionalmente explicado por Weber, seria um tipo onde o burguês, o pequeno empreendedor familiar passa por uma mudança de mentalidade, cuja missão é atingir uma racionalidade que transpassa a lógica valorativa da família para a pequena empresa familiar e patriarcal, direcionada para o trabalho e a ascese, logo, ao acúmulo. A figura heroica que representa este capitalismo é a do conquistador, do capitão da indústria. Os proprietários das empresas eram conhecidos pessoalmente por seus empregados e pela comunidade. Esse espírito é embasado na ideia do progresso, ciência, na técnica e nos benefícios da indústria como objetivos para o bem comum.

Um segundo espírito do capitalismo (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 50) desponta entre os anos de 1930 e 1960, com as mudanças relacionadas ao trabalho no sentido de uma maior racionalização do modelo industrial, da burocratização, da centralização e do gigantismo, como substituto da pequena empresa familiar. Um modelo baseado em economias de escalas e produção em massa. O diretor da empresa representava a figura heroica de destaque que inspirava a vontade de aumentar ilimitadamente o tamanho das empresas e o quadro de acionistas começa a se tornar anônimo. O ideal de bem comum seria alcançado pela racionalização, pela crença na ciência e na técnica para eficácia e produtividade em larga escala, colaborando para alcançar a justiça social.

Finalmente, o terceiro espírito do capitalismo, surgido a partir do final dos anos de 1980, indicaria um direcionamento à globalização, às novas tecnologias e ao neoliberalismo. As multinacionais representam o modelo de empresa valorizado neste capitalismo, com anonimato e mobilidade total dos acionistas. Seus valores estão relacionados à ideia do empreendedorismo, com uma autorresponsabilidade individual e diminuição das atividades de assistência do Estado. A visão do indivíduo como empresa direciona os ideais de bem comum que estão perfeitamente representados nas ideias de liberdade, de inovação, de autenticidade, gestão e eficácia (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 52).

Essas mudanças não ocorreram por um simples desenvolvimento ou progresso do sistema, mas por embates e críticas no campo político, fissuras que poderiam gerar oportunidades políticas para as diversas forças existentes. As críticas no primeiro caso estavam relacionadas à falta de regulamentação do trabalho e acabou por direcionar o capitalismo para seu modelo industrial. Todavia, nesse molde, as críticas se concentraram na

falta de liberdade dos sujeitos que acabou por comprometer as suas subjetividades, o que levou potencialmente ao desenvolvimento de um novo espírito capitalista, e é o que nos interessa aqui, por parecer estar profundamente relacionado com o ativismo proporcionado pelas petições on-line.

Com o terceiro espírito capitalista, os valores contidos na ideia de empreendedorismo, as noções de liberdade, autenticidade e inovação foram levadas a todas as esferas da vida, como próprio das ideologias dominantes. A expressão “empreendedorismo social” serve para exemplificar a fusão entre o individual e o social, tomando como base, sempre, o modelo individual. Isto resolveria convenientemente a questão da liberdade dos sujeitos ao mesmo tempo em que flexibilizaria as antigas tensões das relações de trabalho, tão onerosas aos capitalistas. A Uber, empresa que presta serviço na área de transporte por meio de um aplicativo disponível para celulares, como se fosse um táxi, conectando motoristas autônomos e passageiros, seria outro exemplo claro dos valores de liberdade, autenticidade, inovação, além da ausência do Estado como regulador das relações de trabalho (Abílio, 2017).

Esses valores também parecem estar presentes nas empresas que oferecem o serviço de petições on-line. A Change, por exemplo, se autodenomina uma empresa social, seguindo o mesmo caminho das organizações não governamentais (ONGs), que se denominam empreendedoras sociais, onde a eficácia de gestões altamente embasadas por tecnologias direciona o sucesso do negócio numa perspectiva individual. No caso da Uber, a empresa oferece a tecnologia para conectar pessoas, o motorista é o único responsável pelo seu sucesso (pois trabalha quanto tempo quiser com o seu próprio carro). Nas empresas sociais como a Change.com, o serviço é novamente oferecer a tecnologia para ligar pessoas com interesses em comum, para que criem e assinem petições e assim transformem o que queiram e onde queiram.

A tecnologia dá a possibilidade de transformar o próprio indivíduo e o mundo, mas o sucesso e os riscos da empreitada cabem exclusivamente ao indivíduo e começa pela escolha de suas metas e do seu investimento, no caso das petições, de seu ativismo, como se fossem mercadorias disponíveis para consumo de acordo com suas vontades. Nos dois exemplos, as empresas capitalistas saem do foco, se confundem com a tecnologia, agindo como uma espécie de ferramenta tecnológica para estimular e “otimizar” negócios de empreendedores, que se tornam, hipoteticamente, sócios individuais.

A liberdade individual surge como um tema central para o neoliberalismo. Tomemos novamente o exemplo da Uber: aparentemente sem um patrão, sem vínculos, o motorista não se sente um trabalhador, mas um empresário, porque é um empreendedor. Ninguém o obriga a

trabalhar, mas muitos trabalham mais de 12 horas por dia. Como trabalhador numa fábrica, ele possivelmente recorreria a mecanismos jurídicos para denunciar a exploração, mas como empreendedor não há exploração, não há chefes, não há empresa, ele é a empresa e se autoexplora porque quer ser bem-sucedido através do seu desempenho. Se não atingir suas metas, não há a quem culpar a não ser a si mesmo por não ter se esforçado mais, se explorado mais. Ele é, ao mesmo tempo, o explorador e o explorado, como observa Han (2018).

Na lógica neoliberal, a liberdade se apresenta como promotora das condições econômicas que dá ao indivíduo a possibilidade de obter sucesso, diante dos riscos naturais do mercado, através do seu desempenho e esforço. Mas ela não pressupõe, como argumenta Sen (2005), a justiça como promotora e como medida da expansão das liberdades individuais, como um fim primordial e como principal meio do desenvolvimento. Ao contrário, ela revela uma forma eficiente de subjetivação e sujeição velada na ideia de sujeito como projeto de liberdade. Passa a ser uma nova forma oculta de coerção e submissão do “sujeito do desempenho, que se julga livre, é na realidade um servo: é um servo absoluto, na medida em que, sem um senhor, explora voluntariamente a si mesmo” (Han, 2018, p. 10). Ou, como colocam Dardot e Laval (2016, p. 325): “Nós não saímos da ‘jaula de aço’ da economia capitalista a que se referia Weber. Em certos aspectos, seria melhor dizer que cada indivíduo é obrigado a construir, por conta própria, sua ‘jaula de aço’ individual”. E Harvey (2007) conclui, ao dizer que se trata da falácia da liberdade individual neoliberal.

Byung-Chul Han (2018, p. 11) argumenta que a liberdade é uma palavra relacional. Ser livre, para o autor, significa originalmente estar com amigos, pois as palavras em alemão *Freiheit* (felicidade) e *Freund* (amigo) possuem a mesma raiz indo-europeia. Só nos sentiríamos livres em um relacionamento bem-sucedido, em um feliz estar junto. O autor mostra como Marx também definia a liberdade como uma relação bem-sucedida de realização pessoal na comunidade. Então, a liberdade traz características relacionais, comunitárias e de realizações. Mas o sujeito empreendedor neoliberal com foco no desempenho é individual e isolado, porque é incapaz de se relacionar com o outro sem interesses, sem um propósito. Dessa forma, quem está livre no neoliberalismo não é o indivíduo e sim o capital, pois, através da ideia da livre concorrência, quem se realiza e se reproduz é o próprio capital. Por isso, Han (2018, p. 11-12) reconhece a eficiência e inteligência do neoliberalismo na exploração de tudo que remete às práticas e formas de expressão da liberdade, como as emoções, os jogos e a comunicação, para mostrar como explorar alguém contra a sua própria vontade não é eficiente por fazer cair o rendimento. É a exploração da liberdade ou a autoexploração que produz o maior lucro.

Ao mobilizar as liberdades individuais como forma de libertar o capital de quaisquer amarras ou impedimentos, como fronteiras ou leis trabalhistas, fazendo os indivíduos se voluntariarem para a sua exploração e para a eficiente obtenção do alto rendimento, o capitalismo traz ao centro um individualismo cujo objetivo só pode ser alcançado minimizando ou destruindo tudo o que represente coletividade, comunidade e espaços públicos, afinal, o outro é apenas mais um concorrente. Os movimentos sociais de esquerda, como críticos do neoliberalismo, compartilham subjetividades que promovem solidariedade e identidades, formam-se em grupos e coletivos que se movimentam local e globalmente, representam em si uma crítica e uma ameaça à lógica neoliberal. Por isso, as respostas de governos e mídias aos movimentos sociais, frequentemente, recorrem a algum tipo de violência. Porém, enquanto ativistas individuais dispersos em suas manifestações, isolados em ambientes virtuais com pouca interação, eles se mostram, aparentemente, incapazes de dar um passo além da indignação, primeiro impulso emotivo e sentimental, necessário para que uma articulação crítica possa alçar voo (Boltanski; Chiapello, 2009, p. 72).

É importante ressaltar que a ideia de ativista que remete às petições on-line difere profundamente do que se entenderia por membro de um movimento social ou militante de um partido político. Analisar a ideia de ativismo como um conceito, por si só, já mereceria o *status* de problema sociológico para ser trabalhado em uma tese. Mas, para uma compreensão inicial, partiremos da ideia de que o ativista representa a possibilidade de atuar individualmente em diversas lutas, engajando-se ou não em algum grupo local ou global, on-line ou off-line. A iniciativa e criatividade individuais, a flexibilidade, a multiplicidade de interesses mobilizados a partir de emoções como indignação e esperança, a identificação e não necessariamente a constituição de identidades coletivas, são aspectos importantes numa possível caracterização desses atores, como indicam as diversas discussões sobre os protestos no mundo desde 2011 (Hardt; Negri, 2014; Castells, 2013; Gohn, 2014).

Essa ideia de ativismo parece se adequar bem ao apelo neoliberal às liberdades individuais, em outras palavras, ao individualismo cada vez mais acentuado, num cenário de grande complexidade, racionalidade, informação, fragmentação, diversidade de atores e de temas que caracterizam as sociedades contemporâneas. Não é de hoje que a questão do individualismo e coletivismo ocupa um importante espaço nas Ciências Sociais. Para Elias (1994, p. 130), as sociedades modernas são caracterizadas pela supremacia da identidade “eu” sobre “nós”. Essa individualidade se expressa quando concebida dentro de uma sociedade, pois é através do meio social que os indivíduos podem se diferenciar como entidades autônomas, mesmo ligados uns aos outros por uma rede permanente de dependência

funcional. Se para Simmel (1998) e Elias (1994) a individualidade configura uma singularidade própria e autônoma de cada um e em relação aos outros e à sociedade, o individualismo deve ser entendido como uma sofisticada elaboração ideológica ligada ao mundo ocidental (Damata, 2000) que reforça a ideia de uma busca pela satisfação individual imediata e do desinteresse pela individualidade do outro (Simmel, 1998).

Castells (2003) e Wellman (2001) apontam a emergência de um individualismo em rede, profundamente marcado pelo desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, que tem na internet e nos *sites* de redes sociais um verdadeiro suporte material que revoluciona e direciona as relações sociais para um indivíduo marcado por interesses próprios e imediatos. Por outro lado, Maffesoli (2006), também preocupado com a ampliação do uso da tecnologia nas sociedades contemporâneas, compreende este processo de forma totalmente contrária e vislumbra, como possibilidade para essas conexões em rede, um sentimento de pertencimento, de identificação e um retorno ao prazer de estar junto, levando ao declínio do individualismo e a um retorno para o que ele denomina tribos urbanas ou neotribalismo. Nessa abordagem, o individualismo estaria sendo substituído pelo sentimento de pertença, isto é, pela necessidade de identificação com um grupo ainda que de maneira fluida e efêmera, talvez como aconteça no caso das petições on-line, uma identificação sem muita aproximação, por exemplo, quando algum brasileiro assina uma petição sobre um incêndio na Austrália. Tal conceito também se contrapõe à lógica das identidades que, assim como os indivíduos, devem ser compreendidas como plurais e incertas.

Martuccelli (2005) parte de uma perspectiva histórica dos caminhos sociológicos para o tema do individualismo, com concepções que vão desde a ideia de socialização, entendendo o indivíduo pelo seu papel na reprodução social; a ideia de subjetivação e promessa de emancipação e a ideia de individuação que questiona os diferentes tipos de indivíduos estruturalmente criados nas diversas sociedades. Na mesma linha, Michel Bonetti e Vincent de Bonetti e Gaulejac (1988) argumentam sobre um “indivíduo, produto de uma história da qual ele procura se tornar o sujeito” para explicá-lo também como produto de um pertencimento social que condiciona sua identidade. Honneth (2004) igualmente demonstra preocupação com a questão da autorrealização nas sociedades ocidentais, como uma característica das expectativas institucionalizadas, uma inversão, em que os objetivos particulares se perdem ou são transformados em base para legitimar sistemas, perdendo a liberdade prometida.

O tema do individualismo não pode ser menosprezado quando se pretende entender práticas sociais contemporâneas como o ativismo em questão. Em último caso, ele aparece

como base de uma hipótese que precisa ser testada, como propõe Perrusi (2015, p. 153-154). Nesse sentido, uma tensão existente entre o individualismo neoliberal e as ações coletivas se mostra no problema de uma possível redução da importância das identidades, mais especificamente das identidades coletivas, que inviabilizaria a formação de movimentos sociais segundo a concepção de autores como Melucci. O papel das petições on-line e dos protestos, como nas Jornadas de Junho, talvez possa ser mais bem analisado à luz das técnicas de controle e poder da racionalidade neoliberal na democracia, que expliquem o surgimento de tantas formas de ação individuais e a dificuldade dos movimentos sociais de conseguir transformar a crítica isolada em uma crítica social consistente, provocando uma transformação sistêmica.

5 DEMOCRACIA, ATIVISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Como mostrado no capítulo anterior, a existência de alguns movimentos sociais contemporâneos está muito relacionada aos principais aspectos do neoliberalismo e o estímulo ao individualismo pode afetar nossas práticas sociais e a forma como vivenciamos nossa cidadania. Neste capítulo, iremos discutir sobre uma das formas de participação possíveis dentro da nossa sociedade neoliberal, tentando entender os espaços de abertura permitidos ou forjados por ativistas e movimentos sociais. Discutiremos o ativismo contemporâneo dando enfoque às NTICs, onde se encaixa o tipo de ativismo presente nas petições on-line. Também discutiremos os movimentos sociais enquanto construção analítica, mas também como formas empíricas de participação social e política numa democracia neoliberal. Nesse ponto, é central deixar clara a inter-relação entre as novas tecnologias e a globalização, o que nos fará retomar alguns temas característicos desse fenômeno, como o das fronteiras, do espaço, do tempo e o impacto de todas essas questões para os movimentos sociais.

Portanto, é fundamental entendermos como as formas de dominação e de controle social do capitalismo afetam a democracia e, ao mesmo tempo, como as novas e antigas formas de participação social e política são utilizadas na tentativa de superar esse controle. Por isso, trataremos da questão da democracia no mundo neoliberal e suas técnicas de poder, para em seguida discutir práticas sociais contemporâneas como o ciberativismo, em que as novas tecnologias parecem ampliar e dar novo fôlego às ações coletivas e aos movimentos sociais.

5.1 ATIVISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA DEMOCRACIA NEOLIBERAL

Para o autor americano Samuel Huntington (1994), os Estados experimentaram três grandes ondas democráticas nos últimos séculos. A primeira onda está ligada às revoluções francesa e americana, mas é só no século XIX que surgem as primeiras instituições democráticas. A segunda onda democrática se inicia com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial e, a terceira, acontece na década de 1970, iniciando com a Revolução dos Cravos em Portugal, espalhando-se pela Europa e pela América Latina. Essas ondas foram acompanhadas por movimentos reversos, como os regimes autoritários, o nazismo e o fascismo, surgidos na Europa ao fim da primeira onda, ou como as ditaduras militares na América Latina a partir dos anos de 1960.

Santos (2016) utiliza esse esquema das ondas para argumentar sobre os embates em torno da democracia e para mostrar como chegamos a uma concepção hegemônica liberal. Segundo esse autor, durante a primeira onda democrática as discussões giravam em torno da desejabilidade da democracia, visto que a indeterminação dos processos eleitorais poderia levar pessoas indesejadas, ignorantes e iletradas ao poder. Superada essa fase, a segunda onda trabalhou a favor da democracia como forma de governo, em que o debate procurou estabelecer restrições das formas de participação através de procedimentos eleitorais para formação de governos, obviamente elitistas. As discussões questionavam as condições estruturais necessárias para a democracia, que para o seu estabelecimento levavam em conta, principalmente, a relação entre a estrutura agrária e os processos de modernização da economia. Esse período também corresponde aos questionamentos sobre a compatibilidade entre capitalismo e democracia, tensionados pela ideia dos efeitos redistributivos da democracia.

Na medida em que mais países aderiram à democracia a partir da década de 1970, principalmente na Europa e na América Latina, com situações econômicas diversas, tais discussões perderam força e se concentraram nos significados estruturais da democracia e suas formas. Santos (2016, p. 17) argumenta que a concepção da hegemonia do modelo de democracia liberal recebeu influência das ideias elitistas de Schumpeter, baseadas na situação da Europa do período entre guerras. Essa concepção se caracterizou por alguns elementos centrais, tais como a contradição entre a valorização da apatia política e da importância de representação, ênfase nos processos eleitorais, redução do pluralismo à forma de incorporação partidária, disputa entre as elites e a questão da participação via discussão das escalas e da complexidade.

Mas, continua o autor, a fórmula clássica da democracia liberal, representativa, elitista e de baixa intensidade acarretou uma grande degradação dos processos democráticos, limitando o pluralismo e a diversidade das aspirações democráticas, gerando patologias de participação e representação. O desinteresse no voto demonstrado no alto índice das abstenções e na frustração dos cidadãos que se sentiam cada vez menos representados por quem elegeram são elementos registrados no século XX, principalmente após a Segunda Guerra com a derrota do nazifascismo, mas estão presentes e intensificados até hoje.

A segunda década do milênio está dominada, talvez como nunca, pelo monopólio de uma concepção de democracia de tão baixa intensidade que facilmente se confunde como a antidemocracia. Com cada vez mais infeliz convicção, vivemos em sociedades politicamente democráticas e socialmente fascistas. (Santos, 2016, p. 13)

O autor argumenta, ainda, que as concepções contra-hegemônicas de democracia questionaram os limites do modelo democrático representativo liberal, forçando-o a uma articulação com a democracia participativa da terceira onda democrática. Essas concepções, que em geral estavam ligadas à ideia de que a indeterminação dos processos democráticos era, no mínimo, um antídoto ao totalitarismo, também levantaram a importância das questões das identidades coletivas, do reconhecimento das diferenças, retomando o debate sobre o pluralismo, em que os movimentos sociais respondem por um grande leque de demandas e atores que amplia a compreensão do campo político. Para Santos (Ibid., p.19), a democracia pede uma nova gramática social, sustentada pelos direitos humanos e não só políticos, que inevitavelmente se contraponha ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado, os três grandes tipos de dominação moderna. Na perspectiva contra-hegemônica, a pluralidade e a indeterminação, palavras caras ao neoliberalismo, aparecem também como características inerentes à democracia.

Na mesma linha, Laclau e Mouffe (2015) argumentam que a democracia, vista a partir da Revolução Francesa, instala a indeterminação como característica dos processos democráticos, pois altera o critério de pertencimento social, antes hierarquizado, atingindo o ápice na figura do rei, promovendo igualdade nas relações sociais, pois coloca os indivíduos em condições semelhantes para participar das disputas pelo poder. A igualdade e a liberdade garantem um caráter subversivo e contingente ao poder dentro da democracia liberal, sendo cada vez mais levado a diversas esferas da vida, fomentando múltiplas identidades, lutas e espaços. A pluralidade das demandas e lutas retirou o protagonismo das classes sociais e da classe trabalhadora como elemento substancialmente revolucionário, como pensado pelos marxistas, e conferiu, não aos partidos políticos como defendia Gramsci, mas aos novos movimentos sociais, uma categoria central na democracia por representar os diversos sujeitos que reivindicam diversas demandas.

Para os autores, as possibilidades democráticas resultam de práticas articulatórias constituídas entre a lógica da diferença e a lógica da equivalência. Seguindo Gramsci, os autores estabelecem esse processo como sendo fundamental para a construção de hegemonias, pois é a pluralidade de atores reivindicando suas demandas, sem que uma seja essencialmente mais importante que a outra, e que podem se articular construindo uma cadeia de equivalência, em que contingencialmente uma dessas demandas assume o *status* de significante vazio na luta contra um elemento antagonista que ameaça todas as lutas. Nessa perspectiva, pensar na diversidade de demandas encontradas nas manifestações de ruas ou nas

petições on-line pode representar um universo de lutas e reivindicações operando, se desenvolvendo num mesmo campo a espera ou em construção de articulações que lhe confirmem, em algum momento, *status* de hegemonia. Mesmo que se superdimensione as petições on-line como um tipo de ativismo em si ou como um instrumento de participação, vale a pena conferir a potencialidade de articulação que transita por esta forma de ação e se pode ser entendida como um significante vazio, isto é, como um instrumento que canaliza demandas, lutas mais amplas e diversas, importantes para a transformação social.

Temos tentado mostrar como nossa sociedade estimula ações individualistas. As petições on-line, quando utilizadas individualmente, parecem demonstrar tais ações. Expõem a urgência daqueles que se sentem livres para cobrar e pressionar por mudanças, demonstrar suas necessidades e a sua vontade de participação social e política, em qualquer causa que tenham sido sensibilizados ou por uma explícita indignação com as novas e velhas injustiças constantes no capitalismo contemporâneo e que, em tese, deveriam ameaçar a lógica da democracia liberal, fundada nas questões da liberdade e da igualdade. Tal lógica ainda compõe o imaginário democrático hegemônico que estabelece uma noção de cidadania em que o sentimento de pertencimento e autonomia disputa processos de afirmações, de reconhecimentos e do próprio poder.

Para Foucault, a democracia liberal está intimamente ligada à ideia de governo e não pode ser compreendida se não for considerada a natureza das relações de poder que a condicionam e é por ela condicionada (Adverse, 2014). A governamentalidade de Foucault pode ser entendida como a arte de governar, como prática refletida de governo. São técnicas da condução da vida, que atentam para a necessidade de governar condutas e despontam como tecnologias políticas que visam à eficácia do poder do Estado. Historicamente, a racionalidade do poder muda de um Estado de justiça, baseado na lei e na territorialidade de tipo feudal, dá lugar ao Estado administrativo, baseado no regulamento e disciplina dos territórios e fronteiras e, finalmente, é substituído por um Estado de governo que não mais prioriza o território, mas a população e seus corpos, que corresponde a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança através de uma instrumentalização do saber econômico (Foucault, 2008a, p. 293).

A moralidade presente nos séculos XV e XVI, baseada nas instituições religiosas e nos privilégios do soberano, vai dando lugar a uma razão do Estado focada na população-riqueza, que constitui uma das condições de formação da economia política (Foucault, 1997, p. 84). Já a governamentalidade do liberalismo, ao contrário, rompe com a noção de razão do Estado anterior, no sentido de entender que o governo não pode ser seu próprio fim, não tem em si

próprio sua razão de ser, sua maximização e seu princípio regulador (Ibid., p. 90), apresentando uma crítica radical que questiona não só o excesso de governo, mas a necessidade de sua existência. Esta nova governamentalidade, iniciada no século XVIII, apresenta um caráter técnico de instrumentalização da ação política, regido pelo conhecimento, pela razão e pelo regime de verdade para tratar de novas técnicas, para dar conta dos novos problemas e objetivos do Estado.

Este regime de verdade justifica o mercado como lugar próprio onde as regularidades e o poder político exercem suas intervenções. Tornando-se o núcleo de toda a comunidade política, o mercado permite compreender a gênese de toda a sociedade e é capaz de oferecer os princípios da autorregulação e da justiça. Isto acontece por ser, o mercado, uma forma de associação presente na história humana, anterior a qualquer instituição política e independente dela, constitui-se espontaneamente possuindo os próprios princípios associativos: as necessidades e interesses dos indivíduos (Avelino, 2017). Assim, o mercado se constitui como espaço de verdade trazendo consigo a noção de utilidade. Como observa Foucault,

Na medida em que, através da troca, o mercado permite ligar a produção, a necessidade, a oferta, a demanda, o valor, o preço, etc., ele constitui nesse sentido um lugar de verificação, quero dizer um lugar de verificabilidade/falsificabilidade para a prática governamental. Por conseguinte, o mercado é que vai fazer que um bom governo já não seja simplesmente um governo que funciona com base na justiça. O mercado é que vai fazer que um bom governo já não seja somente um governo justo. O mercado é que vai fazer que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base na verdade. (Foucault, 2008b, p.45)

Em Foucault, a ideia de liberdade é inseparável da atividade mercantil – ela é a espontaneidade inerente à medida interna e intrínseca dos processos econômicos da economia política. Assim o mercado afasta o direito, que passa a ser entendido como externo ao ser humano. A liberdade é entendida como uma qualidade individual, como um direito anterior à política e esta deve ter por objetivo sua preservação ou realização (Adverse, 2014). Apesar disso, o liberalismo não governa para garantir os direitos individuais fundamentais ou para agir na luta por reconhecimento, por exemplo. Sua principal preocupação consiste na manutenção e eficácia do poder do Estado, que deve garantir o livre desenvolvimento do mercado.

A ideia de mercado como indissociável da liberdade humana é também, obviamente, a base de sustentação da democracia liberal que vai sofrendo alterações ao longo do século XX, acompanhando as transformações econômicas do capitalismo. Para Santos (2016, p. 21), a diferença entre a democracia liberal e a neoliberal é que a primeira reconhecia dois mercados

atuando separadamente: o mercado econômico, determinado pelos bens e serviços, e o mercado político, dominado pelas ideias, convicções e ideologias, portanto imaterial e sem valor de mercado. Com a prevalência do capitalismo financeiro global, tivemos uma transição para a democracia neoliberal, que concebe apenas um mercado, pois o mercado político passa a ser reduzido a um mero ativo da primazia do mercado econômico, afetando drasticamente os processos democráticos.

ou seja, mesmo no domínio das ideologias e das convicções políticas, tudo se compra e tudo se vende. Daí a corrupção endêmica do sistema político, corrupção não só funcional como necessária. A democracia enquanto gramática social e acordo de convivência cidadã desaparece para dar lugar à democracia instrumental, a democracia tolerada enquanto serve aos interesses de quem tem poder econômico e social para tanto. (Santos, 2016, p. 22)

Se no capitalismo tudo se transforma em mercadoria, o indivíduo contemporâneo neoliberal também tem a sua cidadania convertida em mercadoria, ao passo que ele próprio é transformado em consumidor. Han (2020) descreve esse cidadão consumidor como alienado, narcisista e extremamente competitivo, que disputa consigo mesmo o sucesso e o fracasso de suas lutas. Obcecado por seu desempenho, o cidadão consumidor não se dá conta que a liberdade neoliberal é ilusória porque é individual. Ela não se realiza de maneira relacional, já que o indivíduo não tem interesse no outro, limitando o agir comum à competição característica do mercado. Por isso mesmo, segue o autor, esse cidadão consumidor é passivo, sua reação é apenas de reclamação e não de uma crítica social e política, suas críticas são direcionadas a ele mesmo e não à sociedade. Assim, ao invés de revolucionários, estes cidadãos se tornam sujeitos depressivos.

A crise da democracia representativa liberal provocada, entre outras coisas, por seu foco na baixa intensidade da participação, assim como a transformação do cidadão neoliberal em consumidor, parece provocar um efeito extremamente danoso para as possibilidades de participação política, da cidadania e da própria democracia. Tomemos como exemplo o mundo do trabalho que sempre foi espaço do agir comum, das identidades coletivas que solidarizavam as lutas dos operários e trabalhadores dos últimos séculos, comparada à situação da precarização do trabalho atualmente, como coloca Antunes (2000). As empresas deixam de contratar seus empregados sob o regime do direito trabalhista e passam a exigir que eles constituam uma empresa jurídica para contratação. Transformam-se em empresários, cujo principal serviço é sua força de trabalho, um empresário dele mesmo como já explicaram Dardot e Laval. Munido dos valores do empreendedorismo do terceiro espírito capitalista de

Boltanski e Chiapello, esse “colaborador” não mais se relaciona com seus antigos colegas de trabalho, transformados em uma grande ameaça por representarem “empresas” concorrentes, seguindo os parâmetros comerciais do mercado. Desaparecem a solidariedade, a identidade coletiva e a possibilidade de uma crítica coletiva às condições do trabalho. Por meio da disciplina, seu corpo já foi condicionado a buscar a produção máxima de lucro e sucesso. A antiga exploração patronal é escondida na culpa individual de, enquanto projeto de exploração e desempenho perfeitos, não conseguir o desempenho esperado.

Nesse modelo, as práticas sociais são fortemente eliminadas pela competitividade que exalta o desinteresse pelo outro e um isolamento cada vez maior. Então, que tipo de ação podemos esperar do indivíduo neoliberal? Seria possível a democracia se realizar sem o debate, sem as relações sociais que sustentam a esfera pública de que falava Habermas? Da mesma forma, seria possível uma democracia sem discurso? Questiona Han:

Antigamente as massas podiam se organizar em partidos e sindicatos animados por uma ideologia. Agora, as massas estão se desintegrando em multidões de indivíduos – em outras palavras, hikikomori digitais alienados que não participam do discurso ou constituem uma esfera pública. A contrapartida do sistema político autorreferencial são os indivíduos isolados que não agem politicamente. Qualquer nós políticos que possa ser capaz de ação, em grande escala, está desmoronando. Que tipo de política – que tipo de democracia – ainda é concebível hoje, dado que a sociedade civil está desaparecendo, dada a crescente egoização e narcisificação da existência humana? (Han, 2017a, p. 65)²⁸

O argumento de Han é desafiador para a discussão de como hoje se constitui a esfera pública com as NTICs e para as relações de poder focadas na supervalorização do indivíduo, o que nos faz questionar como a ação coletiva poderia sobreviver nas sociedades neoliberais. A governamentalidade liberal, explicada por Foucault, concentrou-se em uma prática de controle de condutas que interfere nas ações individuais e coletivas para eficiência do Estado. Com a transição para o neoliberalismo, devemos procurar entender também as alterações no tipo de controle e dominação deste modelo e como interferem na participação social e política dos indivíduos e coletivos na democracia.

²⁸ Hikikomori é um transtorno mental marcado por isolamento social grave, físico e interpessoal, que dura ao menos seis meses. Em 1998, o psicólogo Tamaki Saito comparou o comportamento ao de uma “adolescência prolongada” e cunhou o termo hikikomori no livro “Isolamento social: uma adolescência sem fim”. Ver: Fischborn (2022).

5.2 PARTICIPAÇÃO E TÉCNICAS DE PODER NEOLIBERAIS

No capitalismo, as alterações do tipo de poder estão profundamente relacionadas com as alterações na organização da vida social e econômica. Segundo Foucault (1997), a mudança ocorrida com a alteração da produção agrícola para a industrial foi acompanhada também pela mudança do poder soberano, baseado no privilégio, no divino e na punição com a morte, para o poder disciplinar, baseado no cuidado e manutenção da vida através da administração dos corpos. A biopolítica surge como um mecanismo complementar de controle sobre indivíduos, principalmente, sobre o conjunto de indivíduos, a população, para ajustá-los e discipliná-los aos processos econômicos, potencializando os corpos para produção máxima, como força de trabalho indispensável ao desenvolvimento capitalista.

entendia por “biopolítica” a maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças... (Foucault, 1997, p. 89)

Mas, para Han (2020, p. 35), a biopolítica de Foucault é um conceito histórico que só se aplica às técnicas capitalistas da sociedade disciplinar e não pode mais ser utilizado para explicar as técnicas de poder e de dominação do neoliberalismo. A biopolítica é um conceito essencialmente biológico, tem como objeto o corpo, seu aperfeiçoamento, resistência e disciplina para aumentar a produtividade. Com a mudança para o neoliberalismo e a ênfase na produção imaterial da atualidade, transferiu-se o foco da dominação e controle do corpo para a psique humana. Faltava seduzir a consciência por meio do controle das emoções para uma adesão onde não houvesse mais nenhuma restrição ao poder capitalista. As emoções são transformadas em matéria-prima no atual capitalismo. Dessa forma, a exploração da psique se transforma na atual força produtiva do neoliberalismo. Agora, é ela que é estimulada e otimizada para aumentar a produção, o consumo e a ação. O que provocaria uma mudança na dominação da biopolítica para a psicopolítica, pois,

A psicopolítica neoliberal se ocupa da emoção, para influenciar ações sobre esse nível pré-reflexivo. Através da emoção as pessoas são profundamente atingidas. Assim, ela apresenta um meio muito eficiente de controle psicopolítico do indivíduo (Han, 2020, p. 68)

A principal crítica de Han a Foucault está na questão da dominação e consiste justamente na pouca atenção dada à inter-relação entre as técnicas de si e as técnicas de poder

e dominação, escapando-lhe a compreensão de que o neoliberalismo se apropria das tecnologias do eu, fazendo com que o indivíduo reproduza essa dominação dentro de si mesmo e a interprete como liberdade. Como empreendedor de alto desempenho e empresário de si mesmo, ele se explora de forma eficiente, voluntária e tão apaixonadamente que reproduz a dominação dentro de si sem sequer perceber. “A ideia é que a partir do movimento que abre e cria espaços, o sujeito se transforma em um projeto que não tem limites e restrições impostos” (Ibid., p. 43-44).

O interessante no argumento de Byung-Chul Han é como ele demonstra que a questão da liberdade, ilusória, ainda é essencial para entender o poder neoliberal. Diferente dos poderes soberano e disciplinar que criam e produzem um sujeito obediente por meio da força ou da disciplina que condicionam os corpos para a produção, subtraindo suas subjetividades, angústias e desejos (o poder neoliberal), no lugar de proibir e negar a liberdade, ele a explora e seduz. Mas, ao invés da livre escolha, o indivíduo apenas faz uma seleção entre as ofertas disponíveis que correspondem exatamente às condutas esperadas pelo capital. Ele não obedece às expectativas capitalistas por medo, mas por acreditar que está se realizando enquanto projeto através da liberdade, embora, na melhor das hipóteses, ele continue sendo massa de produção e reprodução. Como a liberdade neoliberal só pode se realizar ilusoriamente no plano individual, ela também eleva o tema do individualismo a uma condição essencial, pois é onde ocorre todo o centro da dominação atual.

A democracia representativa neoliberal parece, de alguma forma, passar a ilusão de eliminar a questão da dominação novamente por meio da ideia de liberdade. Tende-se a acreditar que o sufrágio universal ocidental, a concessão do direito ao voto a todos a cada eleição, por si só, constitui uma afirmação da liberdade fundada na igualdade de direitos políticos. Acredita-se na ideia de que, se podemos votar e eleger quem queremos, então não haveria coerção, estamos livres para escolher e até mesmo para sermos escolhidos e chegarmos ao poder. Também é muito comum pensarmos que, com a eleição, podemos resolver todos os problemas de uma sociedade, até mesmo o próprio conflito político. Imagina-se que ele desaparece ao final do processo eleitoral, já que a legitimidade dos governantes eleitos, conquistada por meio do voto, do consentimento dos governados, em tese, não deveria ser contestada.

Mesmo que o centro da participação política nas democracias neoliberais esteja no sufrágio universal, surgem cada vez mais formas variadas de ação individuais e coletivas, que forçam os limites da participação social e política nestas democracias. Aposta-se na quantidade, na expressão das vontades ou indignações, sem muita preocupação com a

qualidade ou eficácia da participação cidadã. Mesmo que não saibamos o que leva pessoas a irem para as ruas ou a criar e assinar petições individualmente e a possibilidade de desenvolver engajamentos em outros grupos sociais e políticos, entendemos que essa movimentação representa uma atitude, um desejo de mudança dentro das formas de ação possíveis de tecnologias de participação ou mesmo de tecnologias de cidadania (Cruikshank, 1999, p. 23), conforme o ideal normativo de cidadania e, obviamente, de democracia disponíveis em numa determinada época. Porém, isso pode ser devidamente controlado, subjugado e esvaziado sem que o consumidor cidadão perceba, já que

novos métodos de poder cujo funcionamento não é garantido pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pela punição, mas pelo controle, métodos que são empregados em todos os níveis e em formas que ultrapassam o estado e seu aparelho. (Cruikshank, 1999, p. 40)

Ora, para a governamentalidade neoliberal brasileira nos parece muito mais interessante a participação política por meio da confecção e assinatura de abaixo-assinados on-line do que, por exemplo, *black blocs* nas ruas questionando a ordem vigente em confrontos violentos. Não estamos afirmando que a criação de abaixo-assinados on-line é um instrumento de controle neoliberal. Eles são, antes, uma forma de ação e participação condizente com as novas tecnologias disponíveis hoje, mas, esvaziado seu poder de pressão, podem significar apenas um faz de conta de participação, uma técnica ilusória de participação. Uma petição on-line foi criada em 2018 para impedir o desmatamento e a exploração ilegal da Amazônia²⁹. Um ano depois, ela já havia conseguido mais de quatro milhões de assinaturas no Brasil e em várias partes do mundo. Obviamente, essa petição foi muito importante para denunciar um grave problema, mas, na ponta, muito pouco pôde fazer para impedir a continuidade e o aumento do desmatamento que se arrastou pelos quatro anos do governo Bolsonaro.

Outro exemplo de como as formas de participação podem ser esvaziadas foi o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Um procedimento atípico, que retirou a presidente do poder sob denúncia de suposto crime de responsabilidade que, no entanto, não foi levado em consideração para retirada dos seus direitos políticos. Este último é um excelente exemplo dos limites e restrições dos processos eleitorais da democracia representativa neoliberal, como forma privilegiada de participação política no Brasil. Ele nos mostra que sempre há meios institucionais para controlar ou mudar resultados eleitorais

²⁹ Ainda ativa, esta petição acusa mais de 6 milhões de assinaturas atualmente. Ver: Change.org (2018).

legítimos, porém indesejados por grupos poderosos. São técnicas para garantir a recuperação do poder quando ele se encontra ameaçado, podendo utilizar até mesmo transferências de decisões entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário atendendo a determinados interesses. Essas relações de poder, de disputa política, são recriadas indefinidamente, mas são acobertadas pelo véu das eleições. São sempre reformulações ou aperfeiçoamento das técnicas de governamentalidade, como fala Foucault. São tecnologias de cidadania, como explica Barbara Cruikshank (1999), que tanto podem restringir como estimular a ação. São enquadramentos de condutas, regulação de comportamentos que delimitam as possibilidades democráticas.

Além disso, a importância dada aos processos eleitorais, ao voto como a mais elevada forma de participação política, pode atuar fortemente como um importante mecanismo para desmobilizar e desmotivar outras formas de participação. Afinal, se a eleição não der certo, se os problemas não forem resolvidos, além do recurso ao *impeachment*, pode-se eleger outro governante em uma nova eleição. Então, para que se engajar em outras formas de participação como um movimento social? Talvez, por isso, a análise individual do custo-benefício das ações sociais e políticas estimulem ações cada vez mais institucionalizadas e mesmo anônimas, como algumas petições on-line, quando comparadas ao risco da exposição e do confronto em ações nas ruas.

Ademais, a diversidade e intensidade do repertório de ações no modelo digital (as petições on-line entre elas), principalmente depois da pandemia da covid-19 que impôs restrições à circulação de pessoas nos espaços urbanos, ao mesmo tempo em que favorece a possibilidade de ação política, também pode estimular uma espécie de camada, um nível superficial, um tipo de faz de conta de participação democrática sem o menor poder de pressão, que não resolve nada visto que alguns dos problemas expostos já estão em pauta com bastante visibilidade. Porém, trata-se de um faz de conta que pode responder a um controle psíquico, como diria Han, e, ao mesmo tempo, revelar-se numa sensação pessoal de dever cumprido e comprovado pelas redes sociais. Han (2020, p. 8) chama atenção para a exposição voluntária a que nos submetemos fazendo uso cada vez mais intenso das redes sociais, por exemplo, onde, através das *big datas*, tudo é coletado e transformado em dados para serem consumidos, seja no ambiente político ou comercial, transformando o mundo digital em mais uma poderosa e mais eficaz forma de controle característica do neoliberalismo. Vejamos:

Esse estado de vigilância orwelliana, com suas teletelas e suas câmaras de tortura, diferencia-se fundamentalmente do pan-optico digital (com a internet, os smartphones e o Google glass), que é dominado pela aparência de liberdade e

comunicação ilimitadas. Nesse pan-optico não se é torturado, se é tuitado ou postado. Não há nenhum Ministério da Verdade. A transparência e a informação substituem a verdade. O novo objetivo do poder não consiste na administração do passado, mas no controle psicológico do futuro. (Han, 2020, p. 56)

Diferente do poder disciplinar que privilegiava a estatística para adequar as populações às necessidades do poder estatal, o autor atribui às *big datas* o poder de explorar o psicograma individual, coletivo e até inconsciente. Prevendo e direcionando comportamentos, transformando informação em dados, altamente consumidos em processos eleitorais, é possível ver seu poder nas campanhas eleitorais mais recentes no mundo. Ao mesmo tempo em que se abre um espaço para a ação no meio digital, cada vez mais utilizada por indivíduos e coletivos, também aumentam as possibilidades de controle sobre as NTICs.

5.3 NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A existência de plataformas on-line estimulando indivíduos à criação e assinatura de petições é uma das formas de expressão, no nosso entender, que demonstram a importância da relação entre o individualismo e o uso das novas tecnologias. Nossa preocupação nesse momento não se concentra tanto nas questões ontológicas, nem nas dicotomias presentes nas teorias sociológicas, como individualismo e coletivismo, ainda que entendamos a necessidade de um maior esforço reflexivo nessas questões. A nossa preocupação está na possibilidade aberta por uma postura ética, valorativa do neoliberalismo que, segundo as perspectivas de Harvey, Boltanski e Chiapello já demonstradas anteriormente, ao mesmo tempo em que impõe sua hegemonia e nos direciona a ações racionais e estratégicas, abre-se em suas ambivalências a partir de suas tensões e contradições, possibilitando, ao mesmo tempo que limita, a atuação de movimentos emancipatórios.

Quando uma empresa social estimula o empoderamento individual, por meio da criação de uma petição on-line, existe a possibilidade de causar, no indivíduo, a sensação de dever cumprido, de participação política e social para ajudar a melhorar o mundo sem precisar interagir face a face com outros indivíduos e sem o custo de, por exemplo, participar de uma passeata de protesto no mundo concreto. Também sempre existirá a possibilidade de que ele se estimule a se conectar a outras causas, pessoas e grupos e com isso se crie uma rede de solidariedade e engajamento, lutando por transformações que podem ir muito além do incômodo inicial.

No primeiro caso, a petição eletrônica, enquanto artefato tecnológico, funcionaria

apenas como um instrumento de controle e dominação, na linha do que argumentam Marcuse (1999) e Han (2020). Inibiria o engajamento e a possibilidade de ação coletiva, limitando a ação a um instrumento técnico para satisfação momentânea e ilusória de um ativismo individual disponível para consumo e fadado à despolitização, já que apenas o ato de assinar uma petição sem a criação de redes e o estabelecimento de debates e discussões com outros atores impossibilitaria a superação dessa razão instrumental e individualista por uma razão comunicativa e libertadora, conforme pensada por Habermas (1987). Harvey (2007) relaciona a ênfase e o interesse do neoliberalismo pelas novas tecnologias, sobretudo as de comunicação e informação, à necessidade de controle e armazenamento do grande fluxo de informação global e essencial às atividades do mercado.

No segundo caso, opta-se por uma concepção da tecnologia que aposta na existência de uma relação ambivalente entre o próprio discurso liberal e sua relação com as questões tecnológicas, impondo ao mesmo tempo uma racionalidade técnica à liberdade de escolhas de um sujeito utilitarista, mas que também é ela mesma uma força de heterodeterminação da vontade subjetiva (Ferreira, 2015, p. 63). Essas ambivalências possibilitariam a atuação de ativistas e movimentos sociais direcionada à justiça e à democracia, não limitada a barganhas redistributivas e à concepção de uma tecnologia limitada a fins.

Seguindo a teoria crítica, Young (1990) atenta para a questão da justiça e como as teorias distributivas reduzem a questão ao acesso a bens materiais, à reificação e ao individualismo, obscurecendo questões demandadas pelos movimentos sociais contemporâneos emancipatórios, que incluem como pano de fundo o político, a organização social (estrutura e relações) e a cultura, para reivindicar questões como oportunidades, tomada de decisão, autorrespeito, reconhecimento, poder, oportunidade e honra. Para a autora, uma conceituação da justiça passaria inevitavelmente pela necessidade de compreender toda a dominação e opressão envolvidas numa situação de injustiça. A opressão envolveria um conjunto de subconceitos em que as categorias estariam alicerçadas na exploração, marginalização, impotência, imperialismo cultural e violência de indivíduos e grupos que comprometeria o processo democrático. Essas questões são importantes porque problematizam uma tendência percebida entre alguns autores que atribuem às NTICs e sua revolução nas práticas comunicacionais uma autonomia democrática, como se estas, por si só, eliminassem todo o problema da dominação presente no ambiente digital e nas novas tecnologias de modo mais geral.

Mas questões que envolvem a tecnologia passam diretamente pelo problema da democracia e da justiça no contexto do neoliberalismo e já eram alvo das críticas de

Habermas (1987) ao *welfare state*. Para ele, as funções legitimadoras de dominação das tecnociências e as políticas redistributivas do Estado de bem-estar social ajudaram a manter uma grande despolitização da população nessas sociedades. Isso direcionou as tensões e conflitos desse sistema, antes confinados aos antagonismos de classe, para a zona das ideologias tecnocratas, onde os meios de comunicação assumem um papel central no sistema de opinião pública. Por isso, Habermas só conseguia enxergar os estudantes do movimento de Maio de 68³⁰ na França, pertencentes a camadas mais abastadas da população, como os únicos atores capazes de transcender, como categoria não vulnerável, as atividades vitais controladas pelas políticas redistributivas do *welfare state*. Por isso, podiam ser vistos como atores emancipatórios capazes de realinhar ou restituir a capacidade de disposição técnica ao mundo da vida, diga-se, a um consenso possível vindo das interações e diálogos entre os cidadãos.

Batista (2015) analisando as possibilidades comunicacionais em comunidades na internet, conclui em seus estudos que as NTICs transformaram o modo como nos comunicamos, seja para o bem ou para o mal. Mesmo com suas ambivalências, limites e possibilidades, estimulando a participação política ou submetendo indivíduos ao controle e à vigilância, elas inauguram uma gigantesca possibilidade de interação e ação, trazendo novamente a importância da comunicação para os processos democráticos, ainda que a ideia de comunicação seja muitas vezes reduzida à mera troca de informações, consumidas com a urgência e com a aceleração características das sociedades contemporâneas.

5.3.1 Comunicação e aceleração

Outro problema relacionado às tecnologias e às ações coletivas se apresenta na ideia de tempo, mais precisamente na percepção da aceleração do tempo que se impõe aos indivíduos, uma relação desproporcional entre produção, necessidade e consumo. O sucesso do mercado depende da capacidade de consumo e trabalho do indivíduo “livre” neoliberal. É estimulada a ideia de que tudo é possível, tudo está ao alcance da mão, tudo pode e deve ser consumido rapidamente e a isso pode estar relacionado essa aparente urgência dos ativistas em abraçar várias causas simultaneamente a um clique do *mouse* ou com um simples toque na

³⁰ Para Harvey (2007), o Maio de 68 reflete também uma grande tensão entre os anseios dos estudantes que buscavam liberdades individuais e o coletivismo de outros movimentos, como o dos operários, considerados coadjuvantes naquele momento. Nessa perspectiva, o Maio de 68 é visto como um movimento revolucionário que pode atuar em favor do postulado valorativo do neoliberalismo. Talvez por isso seja possível considerá-lo um movimento tão emblemático que inverte a influência histórica de outros movimentos da época, além daqueles que o antecederam no mundo, como na China e em Cuba, como mostrado por Gohn (2014). Assim, ressignifica-se os ideais emancipatórios, convertendo-os à liberdade individual prometida pelo neoliberalismo.

tela do *smartphone*. As plataformas de petições on-line disponibilizam, como em vitrines, os abaixo-assinados digitais como instrumento de participação para serem consumidos de forma instantânea.

A volatilidade, no sentido mesmo de medida de dispersão, e a pluralidade das demandas que aparecem tanto nas Jornadas de Junho quanto na assinatura e construção de petições on-line, podem estar relacionadas com a urgência de satisfazer a vontade de mudar o mundo imediatamente, “já”³¹! Assim, levantar cartazes com várias demandas, assinar e criar petições sobre os mais variados temas e locais, como produtos necessários e passíveis de serem consumidos, podem representar o consumo da própria ideia de cidadania e ativismo. Para Ferreira (2015), o problema da aceleração presente na obra de Hermínio Martins, por exemplo, surge justamente como prenúncio de uma transição ontológica fundamental no sentido de uma condição pós-humana:

sob pressão constante da inovação tecnológica, vivemos sob a urgência de uma cultura em que o presente parece estar sendo diuturnamente encurtado – cultura na qual predomina uma fome de tempo aparentemente sem paralelo na história da humanidade (Ferreira, 2015, p. 56)

A aceleração para esse ativismo parece colocar entre parênteses a importância da dedicação mais intensa a uma causa (já que existem muitas disponíveis), à construção de projetos contra-hegemônicos e, acima de tudo, à manutenção dos laços de solidariedade que a continuidade da luta demandaria. A ideia do pensar coletivo para construir juntos ou mesmo individualmente parece desaparecer porque é mais fácil pegar o que já está pronto e disponível, como escolher uma petição na plataforma (ou no e-mail recebido) e assinar para demonstrar apoio àquela causa, como alguém que escolhe uma roupa em uma vitrine e decide comprar. Han (2017b, p. 71) cita Hegel para mostrar como, no ato de pensar, reside uma negatividade que permite fazer experiências transformadoras. Consumir o que já está pronto e disponível é extremamente rápido, prático e instantâneo, já que a escolha é entre similaridades, e atende perfeitamente à urgência do mercado.

Parece não haver tempo para a preocupação com um “antes” ou um “depois”, o que realmente parece importar é o “agora”, o “já”. Mais importante parece ser o protesto em si, não a vitória ou a derrota, como se não tivéssemos mais tempo para olhar para trás ou para vislumbrar à frente. Mais do que isso, é como se um futuro não fosse possível, pois

³¹ É quase incontável o número de petições on-line que utilizam o advérbio “Já” em seus títulos, tais como: “Lava Toga Já”, “Voto impresso já”, “CPI da pandemia já”, “Quarentena remunerada Já”, “Vacina já” e assim por diante. O “já”, nesses casos, é usado para passar a ideia de urgência.

estariamos amarrados a um presente contínuo, ao que Han (Ibid., p. 77) diz que “A atual crise de época não é a aceleração, mas a dispersão temporal. Uma discronia temporal faz com que o tempo gire como biruta, sem rumo, transformando-o em mera sequência da atualidade pontual, atomizada”. De certa forma, esses distúrbios relacionados ao tempo parecem mais visíveis com as transformações e a velocidade provocadas pelas NTICs, com a comunicação digital que possibilita a utilização e o consumo de informações e interações instantâneas a que estamos expostos cotidianamente. Neste sentido, Han argumenta que

A economia neoliberal, que para aumentar a produtividade reduz cada vez mais a continuidade e instala a instabilidade, impulsiona a transformação emotiva do processo de produção. A aceleração da comunicação também favorece a transformação emotiva, porque a racionalidade é mais lenta que a emotividade. Em certo sentido, ela não tem velocidade. Por isso a pressão da aceleração leva a uma ditadura da emoção. (Han, 2020, p. 65-66)

No campo das ações coletivas e movimentos sociais, a comunicação tem um papel fundamental nos fenômenos atuais e por isso mesmo parece ser o aspecto mais afetado pelas novas tecnologias. A exigência de uma radical reflexão sobre a globalização, realizada a partir do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2001, mostra que “a comunicação passou a ter uma presença não meramente temática, mas, sim, articuladora, estratégica.” (Martín-Barbero, 2006, p. 52). A intensificação e a aceleração das inovações geradas pelas NTICs no mundo contemporâneo impulsionam possibilidades multidimensionais por ampliar espaços, tempo e a reinvenção da própria técnica. Apresentam-se para as ações coletivas como espaço político, instrumento de controle do tempo, possibilidade de mobilização, articulação, difusão, informação e constituição de redes.

Já para Castells (2013, p. 11), a comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informação e, com a transformação da tecnologia da comunicação na era digital, há uma ampliação do alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, construindo uma rede local e global, genérica e personalizada e em constante mudança. Essa transformação tecnológica opera dando mais autonomia aos atores, divulgando mais rapidamente e atraindo mais adeptos ou construindo redes de identificação onde as informações são divulgadas. O poder da comunicação, entre outras coisas, consiste na luta pela construção de significados. Porém, esses processos de produção social de representações de ideias politicamente significativas envolvem diferenças, negociações e conflitos entre diferentes atores sociais nacionais e transnacionais, numa luta pela circulação de significados e práticas de ressignificação (Mato, 2004, p. 69).

A presença, no ciberespaço, de partidos, governos, organizações, empresas, movimentos sociais e da própria mídia tradicional amplia o entendimento desse espaço também como lugar de projetos econômicos, políticos e culturais antagônicos que, por sua vez, também se apresentam como palco do deslocamento de ideias e de ressignificação de conceitos comuns, obscurecendo distinções e divergências por meio de um vocabulário comum e de procedimentos e mecanismos institucionais que guardam uma similaridade significativa e uma confluência perversa (Dagnino, 2004). Lembremos, por exemplo, como no contexto neoliberal conceitos como o de cidadania estão relacionados ao consumo e, o de ONG, à sociedade civil.

O impacto que estas questões trazem para os movimentos sociais deve ser entendido de uma forma também mais ampla, visto que em países onde perduram situações de imensas desigualdades sociais tal processo não pode ser reconhecido como totalmente democrático nem totalmente inclusivo, pois o acesso e as potencialidades dessas novas tecnologias não são iguais para todos, ainda que o número de usuários venha aumentando rápida e consideravelmente. Por outro lado, o fato da informação na internet, mais especificamente nas redes sociais on-line, circular entre muitos e de muitos para muitos, pode se contrapor à hegemonia dos meios de comunicação tradicionais que comumente expressam e divulgam os interesses e valores das classes dominantes³². Porém, ainda que essas tecnologias indiquem uma possibilidade de simetria entre emissão e recepção, “As novas tecnologias de informação podem também ser o lugar onde políticas autoritárias, antidemocráticas encontrem espaço, basta que nos reportemos aos eventos que associam o governo Barak Obama com a espionagem digital” (Ferreira; Fontes, 2013).

O ciberativismo, as petições on-line, as consultas públicas, assim como outras ações e práticas dos governos no meio eletrônico, como os portais da transparência e os portais e-Democracia, da Câmara dos Deputados, e e-Cidadania, do Senado Federal, inserem-se dentro das questões relacionadas à ideia de democracia digital. É possível percebê-la dentro de um

³² A pesquisa realizada por Tufekci (2012) durante os protestos de 2011 na Praça Tahrir, no Egito, indica que o envio de fotos e vídeos por meio dos celulares com internet para as redes sociais digitais, principalmente o Facebook e o Twitter, transformaram protestantes comuns em “repórteres cidadãos”, divulgando em tempo real o que estava acontecendo nas ruas, coisa que de outra forma não seria possível através dos veículos de mídia tradicionais, sob forte vigilância e controle do regime autoritário do presidente Hosni Mubarak. A autora que, posteriormente, atenta para o controle oculto e intenso desenvolvimento em plataformas digitais como o próprio Facebook, em prol das necessidades do mercado, salienta que a comunicação política dos protestos de 2011 envolvia não só o uso das novas tecnologias, mas um conjunto de conectividades on-line e off-line como a Al Jazeera (TV por satélite), as redes sociais digitais, os aparelhos de celulares com recursos audiovisuais e as conectividades face a face promovidas por grupos de resistência que já atuavam antes daquele momento, inclusive com ativistas que participaram de conferências de ONGs transnacionais como a Global Voices e que tiveram um papel fundamental.

contexto de desigualdades sociais, ainda muito limitado à ideia de inclusão e exclusão digital, no sentido de posse ou acesso a um bem, a um instrumento e ao mercado de trabalho, campo em que as tecnologias são vistas como inovação e crescimento econômico, obscurecendo a possibilidade de empoderamento, de participação e de cidadania dos indivíduos, além de reduzir a uma compreensão da técnica como um meio para determinados fins ou um fim em si mesmo (Ferreira; Rocha, 2009; Ferreira, 2001; 2010).

Para Dahlberg (2001), o ciberespaço nunca foi um espaço totalmente livre das interferências regulatórias dos governos e corporações do mercado. Para ele, há três retóricas dominantes relacionadas à ideia de como a internet poderia melhorar a democracia. A primeira seria de cunho comunitário, representada pelas comunidades que compartilham sentimentos, valores e identificações. Nesses casos, as discussões não se desenvolvem entre atores divergentes, pois as comunidades se formam por interesses mutuamente exclusivos, não motivam o debate entre grupos. A segunda é a liberal individualista, ligada à lógica do mercado que vê o cidadão como um consumidor de serviços e informações. Nesse modelo são incluídos *sites* e plataformas para o consumo de informações, mesmo de cunho político, e as plataformas governamentais funcionariam apenas para propagar os interesses de quem está no poder. Segundo o autor, essas duas retóricas apostam na compreensão de um sujeito unitário, sem diferenças, pré-discursivo, apto apenas a ser um receptor de informações e a democracia seria restrita à competição de estratégias entre grupos de interesses e corporações de mercado que colonizam o ciberespaço.

Já terceira retórica apontada pelo autor é a deliberativa, que pressupõe a pluralidade de sujeitos e potencializa a participação por meio de debates, discussões reflexivas, crítico-racionais para que os indivíduos sejam transformados em cidadãos públicos aptos a participar e alimentar o processo de tomada de decisões públicas. Com base em pesquisas empíricas e indicando algumas experiências de sucesso, o autor acredita que, com um esforço criativo, poderia ser possível a superação de alguns impedimentos sociais que orientariam o processo deliberativo, sob um discurso crítico-racional, à extensão da esfera pública conforme entendida por Habermas.

Mesmo que plataformas como o Facebook possam funcionar como um *feed* de notícias da mídia tradicional, notamos cada dia mais a presença de coletivos autônomos de comunicação na *Web* e nas redes sociais digitais e a existência de uma mídia ativista, como um tipo de ciberativismo, atuando em prol da democratização da informação (Alcântara, 2015). Além disso, há vantagens indiscutíveis que a internet fornece para indivíduos, grupos e movimentos, sobretudo pela produção, difusão, rapidez e alcance com que mensagens e

símbolos são veiculados. “A cada nó que se soma à rede em expansão contínua, incorporam-se novos usuários, os quais se convertem, potencialmente, em produtores e emissores de informações novas e imprevisíveis” (Moraes, 2000, p. 143).

Não estamos dizendo aqui que a internet é responsável pela criação de comportamentos, nem mesmo de movimentos sociais. Apesar de autores como Castells (2012, p. 273) afirmarem que os movimentos sociais só passam a existir de fato apenas quando se concretizam no mundo off-line, é importante pensarmos na internet e nas redes sociais on-line como um espaço híbrido, pois “Não entendemos o ciberespaço como algo dissociado do mundo ‘real’, concreto. Pelo contrário, existe uma continuidade, uma via de mão dupla, portanto a relação é de complementaridade” (Batista; Felix, 2013). Por isso mesmo, o ativismo presente na internet, entendido como ciberativismo, assume uma importância central nas ações coletivas contemporâneas, sejam elas on-line ou off-line, e merece ser problematizado.

5.4 CIBERATIVISMO

Para pensarmos o ciberativismo, consideramos importante resgatarmos um pouco da história do surgimento da internet, segundo Castells (2007), talvez o mais revolucionário meio tecnológico da Era da Informação. Em sua origem, a internet começou no Departamento de Defesa dos Estados Unidos, em 1969, quando a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (Arpa) criou a primeira rede de computadores, chamada Arpanet. Essa rede se expandiu para os principais centros de pesquisa dos EUA em meados da década de 1970, depois para centros de pesquisa da Europa. Nesse período, pode-se dizer que a ideia inicial dos militares era criar um mecanismo de controle para evitar falhas no sistema de defesa e trocar informações sobre a Guerra Fria. Com a ampliação da rede, provocada, entre outras coisas, pela pressão comercial de empresas privadas e de redes cooperativas sem fins lucrativos, esse propósito inicial foi subvertido, abrindo caminho para a privatização total da internet.

Ao mesmo tempo, segue o autor, um movimento de contracultura, do tipo libertário/utópico, questionava as normas de utilização de acesso público pretendidas pelo Pentágono e pelas universidades científicas de elite, divulgando gratuitamente descobertas tecnológicas, como o modem para PCs, com o objetivo de espalhar o máximo possível a capacidade de comunicação e de usuários individuais e domésticos. Outro exemplo foi a criação da Usenet, um dos primeiros sistemas de conversas eletrônicas em larga escala, criada por estudantes por meio de uma versão modificada do protocolo Unix da Arpanet, que

funcionava como um fórum on-line para o tema da informática. A partir dos anos 1990, desenvolvem-se os protocolos da internet gráfica (a World Wide Web ou simplesmente Web), até chegarmos à Web 2.0 nos anos 2000, que aumentou consideravelmente o seu potencial de interação e conversação com as redes sociais digitais, como bem sabemos. Com ela, acentua-se uma forte tendência para o meio comercial e uma forte mobilização para uma atuação social por parte dos ativistas.

Para muitos autores, a história do ciberativismo está completamente atrelada ao próprio desenvolvimento da internet (Castells, 2007; Ugarte, 2008; Bennett; Segerberg, 2012; Alcântara, 2015). Os autores indicam como a atuação de estudantes e *hackers*, considerados os primeiros ciberativistas, influenciou fortemente a direção tomada pelos avanços tecnológicos na área, provocando a quebra de protocolos tecnológicos e criando inovações no sentido de expandir e democratizar o acesso para o máximo de pessoas possível. Esses ciberativistas atuavam sob influência da cultura *hacker*, baseada na experimentação, na diversão, no voluntarismo e na inovação para superação de obstáculos e limites na área tecnológica.

Tomando como certa a atuação desses ativistas eletrônicos, ao longo desses mais de 50 anos, não parece fazer muito sentido a noção de novidade que aparece como uma das principais características do ciberativismo, como explica Alcântara (2015) ao mostrar que, além desse histórico ativista simultâneo na origem da internet, o uso das NTICs desponta de forma consistente nas revoltas zapatistas de 1994, na batalha de Seattle em 1999, que antecede o movimento antiglobalização de 2001, explodindo nos protestos de 2011. Esses eventos marcam, definitivamente, a utilização da internet e das redes digitais por coletivos e movimentos sociais de diversas áreas e não somente por ativistas locais e transnacionais ligados à questão da democratização dos protocolos tecnológicos dos meios de comunicação.

Neste sentido, encontramos usos distintos e, muitas vezes, combinados da internet para atuação de ciberativistas. Alcântara (2015), citando Wray, indica o *Electronic Disturbance Theater* como o primeiro grupo a se autodenominar ciberativista e que promoveu a ocupação de um *site* do governo mexicano em solidariedade aos zapatistas, com a utilização de *softwares* desenvolvidos por eles, indo além da atuação inicial dos *hackers*. Outro exemplo citado pela autora foi o surgimento da *Indymedia* durante a batalha de Seattle em 1999, um tipo de mídia independente focada em um modelo de jornalismo aberto em que qualquer pessoa podia publicar suas notícias, subvertendo a lógica das mídias hegemônicas tradicionais.

As possibilidades multidimensionais abertas pela internet a transformam no lugar, no

meio e no objeto de diversas lutas e conflitos desde sua criação. Sua utilização possibilita uma amplificação da visibilidade de grupos e temas, a criação de redes, organização e mobilização de pessoas, entre outras coisas. Mas seu potencial comunicativo não se resume aos aspectos instrumentais. A interação das trocas comunicacionais e a difusão dão a possibilidade de criação, reprodução, recepção e adaptação de discursos e práticas que possibilitam a constituição de identidades ou identificações entre pessoas e grupos em todo o mundo. Por isso, autores como Bennett e Segerberg (2012) argumentam que a comunicação, sobretudo a comunicação digital no mundo contemporâneo, é fundamental para as formas de organização da ação e atuam entre duas lógicas para as ações coletivas: a lógica coletiva, baseada nas identidades coletivas, de que fala a Teoria dos Novos Movimentos Sociais e a de Mobilização de Recursos; e a lógica conectiva, estruturada na comunicação personalizada e da mídia digital, por meio de um processo de difusão de *frames* individuais de forma interativa e viral, através de imitações e do compartilhamento de conteúdos.

Essas interações instantâneas e pessoais proporcionam certa autonomia comunicativa a coletivos e ativistas individuais e parecem ter contribuído para alterar a lógica das ações coletivas. Nesta linha se inserem as ideias de Ugarte (2008, p. 41), para quem o ciberativismo hoje tem por objetivo maior o empoderamento das pessoas e está baseado no desenvolvimento de três aspectos fundamentais: o “discurso”, relacionado ao empoderamento das pessoas para a possibilidade de mudar o mundo através da criação de identidades que permitem a união de desconhecidos; a “ferramenta”, que é a herança da cultura *hacker* em promover o desenvolvimento de instrumentos e tecnologias gratuitos para dar condições que possibilitem às pessoas criarem mudanças, do tipo “faça você mesmo”; e a “visibilidade”, concebida como o propósito, a estratégia final do ciberativismo, que busca projetar o coletivo para a sociedade por meio do reconhecimento entre ciberativistas. Essas ideias aparecem de forma muito clara nas petições on-line e merecem que nos detenhamos um pouco mais no que propõe este autor.

Ugarte indica a existência de dois modelos de ciberativismo: um que privilegia o debate sobre um tema, delimitando um inimigo e as táticas para viabilizar a ideia, que ele chama de “campanha”; e o outro, chamado *swarming*³³, onde o debate atinge etapas de deliberação formando um novo consenso social, por meio de publicações e

³³ *Swarming* é a forma do conflito na sociedade em rede, a forma na qual o poder é controlado no novo mundo e, no seu devido tempo, a forma em que o novo mundo alcança a sua tradução do virtual ao material (Ugarte, 2008, p. 40). Para Alcântara (2015, p. 80), *swarming* é, assim, uma forma de ação em pequenos grupos dispersa e estruturada em rede. Essa permite a realização de ataques tão rápidos quanto a própria retirada deles para uma nova organização e funciona melhor quanto mais dispersa for sua estrutura.

compartilhamentos pessoais, originado como uma reação a algum acontecimento traumático, e culmina em uma ação de rua de vários grupos distribuídos. O primeiro modelo busca a adesão, o segundo a ação off-line, de rua, mas a diferença fundamental entre esses dois modelos é a existência de um nodo dinamizador e organizador no decorrer do processo, perceptível na campanha. Apesar de tudo, Ugarte não entende o ciberativismo como uma técnica, mas como uma estratégia, pois ele possibilitaria

como toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal. (Ugarte, 2008, p. 55)

Com essa definição essencialmente comunicacional, o autor chega a dizer que faz ativismo todo aquele que publica algo nas redes com interesse em disseminar suas ideias, seja o usuário comum, uma empresa ou mesmo o Estado. Mas o autor não problematiza as subjetividades que circulam nas redes do ponto de vista dos desejos de participação que estabelecem confrontos políticos, sociais, econômicos e culturais, conflitos tão presentes tanto on-line quanto off-line. Se a técnica não é isenta, como admite o autor, as redes também não o são, o que transforma o ambiente digital em palco de disputas que originam a reciprocidade das ações coletivas e individuais off-line e on-line, como pensado por Batista e Felix (2013), e não como palco privilegiado onde nascem as ações individuais até se materializarem off-line, como parece sugerir o autor.

Além disso, é a reciprocidade dessas ações que confrontam a dominação e opressão presentes no discurso redistributivos, como argumentou Young (1990), ainda que este se refira aos aspectos de uma justiça comunicacional questionada pelas NTICs. A definição de Ugarte parece demonstrar a falta de diálogo entre os diversos estudos sobre o ciberativismo, principalmente entre os estudos de comunicação e os de movimentos sociais, como aponta Alcântara (2015).

Ugarte é um entusiasta do poder das redes da internet. Ele acredita que as mudanças provocadas pelas NTICs podem transformar a estrutura do poder, antes centralizado ou descentralizado, em um poder distribuído, assim como a morfologia das redes. É o que o autor chama de poder pluriárquico, que pode alterar a hierarquia do poder descentralizado da democracia representativa atual. Ele garante uma ausência de direção das ações, pois tudo está conectado sem a necessidade de filtros, ou seja, sem que um emissor precise passar por vários nodos para chegar a um receptor, criando diversos pequenos grupos e tornando imprevisível o

sentido da ação (Ugarte, 2008, p. 25). A informalidade da transmissão de informações das redes subverte o que foi emitido através dos filtros de emissores tradicionais como jornais e TV. A ação e sua dimensão dependeriam de uma espécie de simpatia, de identificação entre indivíduos e grupos ao que está proposto, de forma voluntária e espontânea.

Porém, a potencialidade aberta pelo uso das tecnologias no sentido de facilitar a construção de redes sociais, como mobilizadoras de vínculos, construção de agendas coletivas, compartilhamentos de experiências que geram solidariedade, como pensadas por Keck e Sikkink (1998), pode confundir-se ou estar limitada a um aspecto mais instrumental e pragmático, como pensado nas petições on-line, que em seu modelo exclusivamente técnico podem ser resumidas a ferramentas para interesses individuais, colonizadoras do mundo da vida nas palavras de Habermas. O otimismo de Ugarte é influenciado pelos princípios da cultura *hacker* dos estudantes e *hippies*, a quem ele atribui a democratização da internet e a criação das redes. Obviamente, o autor está encantado com as possibilidades de transformações políticas provocadas pela circulação de uma comunicação que ele acredita ser horizontal e igualitária e encontra na utilização de *blogs*, que marcou desde os protestos antiglobalização até os eventos que antecederam os protestos de 2011, o ensejo para afirmar que vivenciamos a Primavera das Redes, um movimento global que é a materialização histórica concreta da globalização da democracia e das liberdades (Ugarte, 2008, p. 37).

Para Ugarte, o *blog* representa a síntese desta revolução das redes e não pode ser visto apenas como um elemento de difusão do poder distribuído das redes. Ele é a representação de uma nova forma de organização política, cujo sucesso está na difusão de um estilo de vida, onde não estão separados o político, o profissional e a vida pessoal cotidiana. Os *blogs* são alimentados por sentimentos, brincadeiras, interesses diversos como música e futebol, onde as análises políticas se misturam com relatos pessoais. Os *bloggers*, assim como seus antecessores, os *hackers*, não têm interesses financeiros, seu incentivo está no prestígio (Ibid., p. 27). Na visão do autor, esses elementos fortalecem indivíduos e grupos frente ao poder tradicional que não consegue alcançá-los. Essa espontaneidade e criatividade que proporcionam a associação por meio da identificação aos *blogs* substituem a chatice das assembleias profissionais e políticas ideológicas clássicas. Para o autor, a revolução representada pelos *blogs* é vivenciada na primeira pessoa como algo autônomo, espontâneo, divertido, criativo e pleno, exatamente como o modo de vida pelo qual se luta, onde a adesão se dá pela aposta em uma forma de viver e na liberdade (Ibid., p. 38).

Esse é o discurso que embasa o ciberativismo, originado em um *ethos hacker*, de igualdade e liberdade, que busca tão somente empoderar as pessoas para que elas mesmas

promovam as mudanças que desejam. Ele ergue-se na crença de que a vontade, a imaginação e a inovação individual ou de pequenos grupos podem transformar a realidade e é nessa crença que o coletivo se fortalece. Da capacidade inventiva e livre característica da cultura *hacker* se promove a ideia de tornar disponíveis e acessíveis ferramentas para que cada um decida, na hora que quiser, o que fazer e como mudar o que deseja. Munido desse espírito libertador e com a facilidade de utilização de ferramentas disponíveis na internet, o indivíduo empoderado pode ter visibilidade para conhecer e se reconhecer em outras pessoas, evidenciando dissensos, consensos e rompendo a passividade que culminará em mudanças de agendas públicas e na mobilização para as ruas, que o autor chama de *cibertubas* (Ibid., p. 47).

Os argumentos de Ugarte são especialmente relevantes para o nosso estudo porque esta perspectiva situa o ciberativismo dentro do arcabouço teórico apresentado, onde as NTICs, o neoliberalismo e a globalização aparecem como as bases de sustentação do capitalismo contemporâneo. É difícil não associar o *hacker*, substituído pelo *blogger*, com os valores do terceiro espírito do capitalismo de Boltanski e Chiapello, ou seja, com o empreendedorismo, a inovação e a eficácia, principalmente se atualizarmos esse tipo de ativismo para as atividades monetizadas dos *influencers* e *youtubers* atuais. Além do mais, as ideias do autor ajudam a compreender características centrais encontradas na motivação dada pelas plataformas para estimular a utilização das petições on-line, como veremos no próximo capítulo. Tais características estão expressas na ideia de um ativismo essencialmente individual, que busca promover o empoderamento pessoal, facilitado pela ferramenta tecnológica, autoexplicativa, dos modelos de petições on-line disponíveis gratuitamente e que são projetadas através da rede para a sociedade. Em especial, a plataforma da empresa Change, oriunda do Vale do Silício, berço dessas revoluções tecnológicas, constitui-se o exemplo perfeito.

O mapeamento das discussões teóricas e práticas em torno do ciberativismo realizado por Alcântara (2015) é importante porque, além de problematizar o papel da comunicação nas transformações tecnológicas e a falta de conexão entre os estudos sobre o tema, torna possível tomá-lo como o próprio exemplo de várias dimensões que o ciberativismo admite e que transformam o ciberespaço em palco de disputas políticas: o ativismo tecnológico para promover a quebra de protocolos e popularização das conquistas e inovações das NTICs; a mídia ativista, mais relacionada a uma categoria profissional, que busca quebrar o monopólio da produção de informação da mídia hegemônica, que ao mesmo tempo pode atuar conjuntamente para o fortalecimento de movimentos sociais diversos; e a presença ativa nas

redes de movimentos sociais e ativistas locais e transnacionais.

Tais dimensões ajudam a entender o ciberespaço como um contínuo de nossas práticas comunicacionais, portanto, práticas sociais contemporâneas, que representam a forma como vivemos hoje e não como um mundo à parte, descolado de nossa realidade. Por isso, ao invés de assumirmos o termo ciberativismo ou expressões análogas como clickativismo, hackerativismo, midiativismo etc. para falar das petições on-line, preferimos continuar usando o termo ativismo, por entendemos que o estado das coisas não admite consequências exclusivas on-line ou off-line, mesmo que a ação se encerre no meio digital e que, aqui ou acolá, tenhamos que acrescentar o termo digital ou mesmo utilizar o termo ciberativismo para diferenciar exemplos empíricos.

Quando um coletivo adquire o direito de ter autonomia para se apresentar contando sua própria história ao mundo, sem necessitar do crivo da mídia hegemônica que, pela sua vinculação com o poder estatal e do capital tenderia a criminalizá-lo ou invisibilizá-lo, ele o faz graças às dimensões simbólicas e instrumentais proporcionadas pela internet. As interações possibilitadas pelas NTICs fazem parte do sistema de trocas que significa a comunicação e são fundamentais para a difusão de repertórios de ação e organização do confronto, que não só reduz o custo da ação, como pensado na Teoria de Mobilização de Recursos, mas também é responsável por dinamizar novas práticas e relações sociais, que simbolicamente e materialmente possibilitam uma reflexão indispensável para a construção de identidades coletivas, fundamentais para os movimentos sociais, como veremos a seguir.

5.5 DE VOLTA ÀS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

As ambivalências constitutivas dos seres humanos e, por conseguinte, do uso das tecnologias nos processos democráticos dentro do contexto neoliberal demonstram que sempre poderão existir fissuras que proporcionam oportunidades políticas aos movimentos sociais e ao ativismo transnacional, como nos fala Tarrow (2009). Mas tais movimentos estariam limitados a agir como resistência dentro dessas fissuras. Em muitos casos, provocá-las seria o limite possível de atuação desses movimentos? Postos dessa forma, os problemas ontológicos e epistemológicos que norteiam a questão das ações coletivas contemporâneas parecem se resumir a meras oportunidades de contextos políticos, que sem dúvida auxiliam na compreensão das motivações para a ação, mas reduziriam o tema a um individualismo metodológico que talvez não possa explicar a insurgência e, principalmente, a manutenção de tantas ações coletivas e movimentos sociais com suas lutas por reconhecimento, como no caso

do movimento LGBTQIA+. Além disso, movimentos consolidados que lutam por justiça e contra as desigualdades, como o MST, seriam enquadrados dentro de uma categoria analítica, reduzida às demandas redistributivas e não às transformações sociais.

Por outro lado, as contribuições de Melucci (2005) demonstram uma maior atenção às relações entre movimentos sociais, às necessidades individuais e às complexas relações que explicariam a ação, desde o contexto político, a constituição de recursos materiais e simbólicos, a criação de redes, as mobilizações e, mediando tudo isso, as identidades coletivas. Mas como essas identidades coletivas sobreviveriam diante de um indivíduo tão fragmentado e continuamente tensionado pela aceleração tecnológica capitalista, que altera suas práticas sociais? De qualquer forma, a valorização das interações cotidianas, a importância dedicada às subjetividades, a dimensão política e cultural que compõe a compreensão de movimentos sociais de Melucci talvez se aproximem mais desse ativismo contemporâneo que, como ações coletivas, problematizam a importância das identidades coletivas.

Mutzenberg (2002) preocupa-se em estabelecer uma distinção analítica entre movimento social e ações coletivas e como estas distinções estão ligadas a uma ou outra corrente do pensamento sociológico. Ele mostra como, em muitos casos, configuram-se como desdobramentos de teorias sociais mais gerais. Sua concepção é a

de que as ações coletivas inserem-se num campo de conflitos entre possibilidades e limites, situadas num continuum entre a reprodução de uma ordem social e a (re)construção do social, enfatizando os processos de significação e processos políticos, leva-nos a considerar que seus conteúdos não são determinados a priori, mas forjados nestes mesmos processos (Mutzenberg, 2002, p. 38-39)

Nos estudos das ações coletivas e, mais especificamente, no campo dos movimentos sociais, teorias como a dos Novos Movimentos Sociais (NMS) ou teorias ligadas a escolas norte-americanas, como a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria do Processo Político (TPP), representam um marco histórico no desenvolvimento dos estudos sobre esse fenômeno social e político que deslocou o foco nas antigas lutas de classes protagonizadas pelo movimento operário e pela conquista do poder do Estado, exigindo a construção de novas teorias que dessem conta das novas mobilizações e dos novos sujeitos surgidos na Europa e nos EUA.

Contudo, a percepção dos sujeitos que constituiriam os movimentos sociais como atores privilegiados nas novas abordagens foi embasada mediante a reconstrução de uma identidade pessoal através das separações de elementos que formavam, antes, uma experiência

integrada, como argumenta Prudêncio (2004), apoiada em Touraine (2003), mostrando que a impossibilidade de localizar o adversário, antes identificado com uma classe, um partido ou o Estado, promove um processo de identificação que evidencia um conflito entre a lógica das técnicas e dos mercados e a própria lógica dos sujeitos. É esta lógica que desloca o âmbito das lutas pelas condições da vida para a qualidade dela e para a diversidade das formas de viver. Apesar da reconstrução dessa identidade pessoal argumentada pela autora não estar identificada com uma ordem global, o conflito que desencadeia expresso na dificuldade de identificação de um inimigo comum e da racionalidade que contrapõem as técnicas e mercados com a formação do sujeito parecem representar bem, a nosso ver, as mudanças experimentadas com a globalização neoliberal, como reelaboração do próprio capitalismo.

Essas novas teorias concordaram na necessidade de um esforço para explicar algumas das características essenciais para a compreensão desses fenômenos. Entre elas, é importante ressaltar a centralidade da questão das identidades coletivas, a razão e como se constituem essas identidades, além dos repertórios e o momento de oportunidades em que as ações ocorrem. Assim como se mostra importante também a análise da existência de um campo conflitual onde esses atores coletivos podem aderir ou antagonizar um projeto hegemônico. É neste sentido que buscamos compreender como o ativismo, percebido na adesão e criação das petições on-line, pode ser contemplado por essas teorias.

Ainda segundo Mutzenberg (2002), neste campo de conflito onde se inserem as ações coletivas, os atores se reconhecem e se fazem conhecer num espaço público não necessariamente institucional. E, nesse contexto, torna-se importante expressar os movimentos sociais como uma das formas de ação coletiva, ainda que analiticamente. Apesar disso, a maioria dos autores concorda com algumas características básicas presentes nas definições dos movimentos sociais contemporâneos, tais como: a existência de redes que possibilitam uma maior abrangência geográfica, locais e globais; multiplicidade de interesses; busca ou constituição de identidades coletivas e uma alta reflexividade (Gohn, 2004; Scherer-Warren, 2009; Castells, 2008; Melucci, 2001; Tarrow, 2009; entre outros).

Tentaremos, aqui, traçar um esquema muito resumido das principais teorias dos movimentos sociais. Nosso objetivo não está na constituição de uma síntese que atualize essas teorias, ainda que acreditemos na necessidade de uma reelaboração que dê conta de problemas contemporâneos provocados pelas NTICs, por exemplo. O que temos em mente é apenas dar destaque a alguns elementos-chaves dessas teorias clássicas que, juntos, problematizam o nosso objeto de estudo, as petições on-line, enquanto repertório de ação, de mobilização, com alto potencial comunicativo e que atua em espaços de oportunidades políticas dados em nossa

democracia neoliberal. Assim, trataremos especificamente de alguns conceitos centrais nas duas principais teorias dos movimentos sociais: estrutura de oportunidades políticas e de repertório da TPP e o conceito de identidades coletivas da TNMS.

5.5.1 Os conceitos de estrutura de oportunidades políticas e de repertório na Teoria do Processo Político

Para McAdam, McCarthy e Zald (1996), a Teoria do Processo Político é vista como uma variante da Teoria de Mobilização de Recursos. Mas, há diferenças substanciais entre elas, que inclusive podem começar nos locais de maior ou menor aceitação desses conceitos. Como mostra Alonso (2009), a TPP teve uma maior utilização na Europa, servindo como cenário de estudo de seus principais expoentes, Tilly e Tarrow. Já a TMR, cujos nomes principais são, justamente, McAdam, McCarthy e Zald, teve uma aceitação mais limitada aos Estados Unidos. A diferença fundamental entre essas teorias está na racionalização organizacional do esquema proposto pela TMR ao compreender um movimento social como algo análogo a uma empresa, onde os recursos, materiais e humanos, estão submetidos a uma organização que gerencia a ação após a deliberação individual de um cálculo racional entre custo e benefícios, sem margem para processos culturais, históricos ou ideológicos. Um conceito extremamente racional e utilitarista, onde

A TMR, portanto, avalia os movimentos sociais igualando-os a um fenômeno social como outro qualquer, dotado das mesmas características que os partidos políticos, por exemplo. A explicação privilegia a racionalidade e a organização e nega relevo a ideologias e valores na conformação das mobilizações coletivas (Alonso, 2009, p. 53)

Já a TPP compreende os movimentos sociais priorizando uma estrutura de incentivos e constrangimentos políticos que delimita as possibilidades de escolha dos agentes entre os cursos da ação, por intermédio do aspecto político, encontrado no conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP) desenvolvido por Tarrow, e no aspecto histórico-cultural que envolve o conceito de repertório de Tilly. Como estrutura de oportunidade política, Tarrow (2009) entende a mudança, aumento ou diminuição, de canais de reivindicações da sociedade civil que acontece nas dimensões formais e informais do ambiente político. É provocada por fissuras que aparecem em crises de coalizão do poder, resultado da diminuição na repressão de protestos e surgimento de aliados importantes que aumenta a penetração das reivindicações coletivas. O abaixo-assinado é um direito de cidadania previsto na Constituição brasileira, por

si só ele não cria fissuras na coalizão de poder, mas ele parece ser utilizado como instrumento em momentos sensíveis, de tensão, acompanhando e provocando a agenda política. O potencial de visibilidade das petições on-line com a ajuda das redes sociais pode favorecer a adesão de aliados poderosos e, entre outras coisas, tonar clara essa crise política gerando mais adesões e debates na sociedade.

Para o autor, a mudança nas oportunidades políticas propicia o confronto político por favorecer incentivos materiais e ideológicos, em diversos níveis, como partidos e grupos de longa ou curta duração. Este confronto age por meio de repertórios de ações criados ou recriados, que levam a uma interação sustentada, apoiada por diversas redes de solidariedade. O confronto e as interações sustentadas que determinam os repertórios de ação são a base do conceito de movimento social de Tarrow, pois as pessoas se engajam nesses confrontos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e estrategicamente usam um repertório de ação coletiva para criar oportunidades, podendo gerar novos e mais amplos ciclos de confronto (Felix, 2014).

Neste sentido, os movimentos sociais são um repositório de conhecimentos particulares na história de uma sociedade. Não são sempre baseados em inovação, antes fazem parte de uma memória social que exige, entre outras coisas, um esforço interpretativo dos autores (Tarrow, 2009, p. 39). A TPP dá prioridade a uma estrutura de incentivos e restrições que delimitam as possibilidades de escolha dos agentes para o curso da ação. É onde ocorre a mobilização, entendida como o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação (Alonso, 2009). Por isso, Tilly não define movimento social como um ator preexistente, mas como uma forma de ação social. Ele é criado durante o processo contencioso, que se opõe e desafia os detentores do poder. Ou seja, o Estado aparece como mais uma, entre outras, forma de ação social.

Os movimentos sociais se desenvolvem dentro de limites colocados por estruturas prevalentes de oportunidade política: as organizações formais de governo e de políticas públicas; a facilitação e a repressão das reivindicações dos grupos desafiantes por parte das autoridades e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos afetam, de forma significativa, qualquer padrão de confronto do sistema político. (Tilly; McAdam; Tarrow, 2009, p. 26)

O movimento social é compreendido por Tilly como uma interação contenciosa. A expressão *contentious* foi traduzida para o português como confronto, assim o confronto político é entendido como uma tríade: movimento social, revoluções e ação coletiva (Tilly, 2009). Através do repertório de ação, circula o poder da interação e da mobilização que

pertence à estrutura do confronto ou do conflito, mas foi classificado por Tilly em apenas dois tipos, divididos historicamente pelo ano de 1830. Antes dessa data, os repertórios eram bifurcados, envolveriam uma ação direta atuando numa conformidade de temas e com muito uso da violência. O segundo tipo, que aparece de 1830 para cá, é chamado pelo autor de modular, pois já pressupõe a mediação entre demandantes e autoridades, como sindicatos e associações. São menos violentos e se expressam em comícios, greves, passeatas etc. São os mesmos, as mesmas formas de repertório para diferentes tipos de temas, lugares e atores, inclusive atores opostos.

Tilly (1995, p. 26), define repertório como um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Alonso (2009) indica como Tilly apostou inicialmente num conceito de repertório pragmático, que descrevesse bem as características culturais de longos períodos, mas que não é suficiente para lidar com as variações numa mesma conjuntura. Isso leva a autora a concluir que a questão da solidariedade tem um potencial pequeno na TPP, principalmente se comparado ao peso dos dois conceitos-base de EOP e repertório, ainda que esteja presente na estrutura destes conceitos. O conceito de repertório é importante porque representa a forma como vemos as petições on-line, apresenta possibilidades e limites para a ação, dependendo do uso pretendido pelo ator individual e coletivo. Elas têm a possibilidade de gerar interações necessárias para uma ação coletiva e movimentos sociais, mas pode se limitar ao seu aspecto de instrumento técnico.

Nesta teoria, a ação coletiva é vista como um *continuum* com grau variante de organização, formalidade e enfrentamento do poder estabelecido num enquadramento onde os repertórios, as oportunidades políticas e os recursos são levados em conta para que os sujeitos façam suas escolhas (Xavier, 2017). Os aspectos políticos e histórico-culturais que aparecem na TPP revelam, de alguma forma, através da interação proporcionada pelos repertórios, o compartilhamento de sentimentos de pertencimento a um grupo que, coordenados em redes interpessoais, geram solidariedade e identidades coletivas. Mas o conceito de identidade coletiva, ainda que compartilhado na TPP, foi mais bem desenvolvido na Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

5.5.2 Identidade coletiva e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais

De uma maneira geral, a TNMS se caracteriza por uma crítica à rigidez marxista, à manutenção de uma visão macro-histórica, por relacionar mudança social e formas de conflito

e pela percepção de mudança na natureza do capitalismo no século XX, por mudar a centralidade da produção industrial e do trabalho para outros temas e atores (Gohn, 2004; Scherer-Warren, 2009; Goss; Prudencio, 2004; Alonso, 2009; entre outros). É possível pensar que

Os novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos ou minorias que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Recorreriam à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluída, não hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo. (Alonso, 2009, p. 67)

Nomes como Habermas e Touraine estão entre os expoentes da formação desta teoria, mas Melucci certamente é o que mais se destaca. As ideias do autor partem da perspectiva de uma sociedade pós-industrial, complexa, onde o público e o privado se interpenetram e a dominação, antes concentrada na exploração da força de trabalho, agora reside na produção e controle da informação, na intervenção das relações sociais provocadas pela ciência e tecnocracia (Melucci, 2001). A politização das relações interpessoais abre um novo cenário, novos palcos para novos atores e conflitos, que questionam as relações, os corpos, a natureza, a família, as crenças etc. Por outro lado, Melucci também chama a atenção para o surgimento de utopias regressivas, orientadas por um mito global de renascimento, místico-ascético, como resposta à racionalização das sociedades avançadas (Alonso, 2009).

Nas relações interpessoais, permanentemente tensionadas pelo conflito sociológico clássico entre indivíduo e sociedade de que nos fala Elias, Melucci enfatiza as relações sociais, mas não esquece os indivíduos em suas vidas cotidianas. Ele argumenta que é por meio das redes de relacionamento que eles interagem e promovem o envolvimento que facilita a mobilização. Por meio das redes, os indivíduos influenciam-se, negociam e produzem os quadros cognitivos e motivacionais necessários à ação (Melucci, 2001, p. 67). Melucci constrói uma teoria para identificar os motivos que levam os indivíduos a se envolverem, coletivamente, em uma ação política.

Em sua visão, parece clara a impossibilidade de pensar em movimentos sociais desvinculados de uma teoria da ação e do conflito que, para o autor, é construída na medida em que os atores se comunicam, produzem e negociam significados compartilhados em meio a aberturas e restrições onde ocorre a ação. É nesse processo que são construídas as identidades coletivas e os movimentos sociais. Felix (2014, p. 49) identifica três dimensões fundamentais no conceito de movimento social de Melucci: solidariedade, conflito e ruptura

dos limites do sistema, que representa a mudança, visto que

Um movimento é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário, para a apropriação e controle de recursos valorizados por ambos. A ação coletiva de um movimento social se manifesta através da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação mesma se situa. (Melucci, 2001, p. 35)

Apesar de incluir o cálculo do custo e benefícios nas oportunidades para a ação, Melucci (2001, p.23) opta por uma perspectiva altamente culturalista e construcionista ao dar centralidade para a questão da identidade coletiva e por entendê-la não como um dado ou uma essência, mas como um produto de trocas, negociações, expectativas, decisões e conflitos entre atores, que leva em conta as complexidades internas de um indivíduo, sua relação com o outro e com o ambiente. Isso implicaria em uma condição de alta reflexividade dos atores, ajudando a construir uma percepção do “nós” que o diferencia dos “outros”, muito necessária para formação e manutenção dos interesses coletivos (Felix, 2014, p. 50).

Dou, ao contrário, à identidade coletiva uma definição interativa e compartilhada, que vários indivíduos produzem acerca das orientações da ação e campos de oportunidades e de vínculos no qual ela se coloca: interativa e compartilhada significa construída e negociada através de um processo repetido de ativação das relações que ligam os atores. (Melucci, 2001, p.69)

A questão das identidades coletivas representa outro ponto chave no estudo das petições on-line e outra vez nos deparamos com as possibilidades e limites dessa forma de ação. Quando entendemos as petições on-line como um instrumento, um repertório de baixo custo no cálculo da ação individual e coletiva, normalmente deixamos de lado o seu potencial de veículo por meio do qual circulam ou podem circular interações, trocas, compartilhamentos e construções de significados de demandas e expectativas entre os criadores da petição e seus apoiadores. Seu potencial comunicativo promovido pela revolução das NTICs lhe permite um amplo alcance na busca por apoiadores e na difusão de valores, mas isso não quer dizer que isso de fato aconteça.

É possível encontrar alguns pontos convergentes entre a TNMS e a TPP, como a avaliação do cálculo do custo-benefício para a ação e a presença das identidades coletivas nos movimentos sociais. Nesse sentido, a diferença varia no grau de importância dada às questões e sua relação com os demais aspectos de cada teoria. Ainda que Tarrow não estabeleça a mesma dinâmica relacional que coloca a questão da identidade coletiva em um lugar privilegiado, como aparece na teoria de Melucci, ele confere certa importância à questão.

Afinal, de alguma forma a avaliação do cálculo do custo-benefício e da escolha de repertórios é também fruto de uma reflexividade, estabelecida por uma rede de atores e condição para formação de movimentos sociais, uma vez que

Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores especificamente, em movimentos sociais (Tarrow, 2009, p. 38)

Porém, como reforça Alonso (2009), a diferença fundamental entre esses conceitos é que, para Melucci, as identidades coletivas são entendidas como um fim em si mesmo, como um processo continuamente negociado e redefinido, a tal ponto que parte substancial da atividade dos movimentos sociais consistiria justamente no processo de construção de uma identidade coletiva, por isso os novos movimentos sociais são considerados expressivos. Ao juntar elementos racionais, da avaliação de custo-benefício e o reconhecimento emocional, da interação que faz os atores se entenderem como parte de um grupo, Melucci traz, simultaneamente, a racionalidade e a emoção como motivadores da ação coletiva, como explicação da ação individual em direção ao coletivo. Diferentemente das explicações psicológicas anteriores, que viam na emoção uma desmotivação e responsável pela criação de ações irracionais ou de imitação.

Ao juntar razão e emoção, Alonso (Ibid., p. 66) aponta três dimensões genuinamente culturais na teoria de ação coletiva para formação de movimentos sociais de Melucci, que o distingue em relação às demais teorias e dão a possibilidade de converter cidadãos comuns em ativistas, possibilidade que, de alguma forma, parece estar presente nas petições on-line. Em primeiro lugar, a identidade coletiva seria produzida a partir de *framework* cognitivo acerca dos fins, meios e campo das ações. Em segundo lugar, ela é fruto das práticas relacionais onde circulam elementos como interação, comunicação, influência, negociação etc. Em terceiro, ela compõe o que seria o investimento emocional que proporciona motivação por meio do reconhecimento de pertencimento ao grupo. Dizer que algo tem potencial não é o mesmo que dizer que aconteça de fato. É o caso das petições on-line, onde a ideia de grupo não aparece claramente como veremos em nossa análise dos dados levantados na pesquisa de campo. A potência da inclusão da cultura na teoria de Melucci deu um lugar de destaque ao tema; influenciou de forma profunda os estudos dos movimentos sociais, forçando inclusive, reelaborações na própria TPP.

5.5.3 Ativismo e movimento social hoje

Existem diversas críticas sobre essas teorias que acabamos de abordar, que acabaram por estimular diversas tentativas de síntese com o objetivo de superar deficiências e abranger, ao mesmo tempo, os aspectos objetivos da ação estratégica, privilegiados na TPP, e os aspectos subjetivos das identidades coletivas privilegiados na TNMS. Da mesma forma, atualizações e reformulações teóricas, partindo de uma ou outra teoria, tentam dar conta das mudanças ocorridas ao longo deste novo século, sobretudo, as mudanças tratadas neste estudo, provocadas por transformações tecnológicas, pelo neoliberalismo e pela globalização. Temas como ativismo transnacional, formas de participação social, democracia, sociedade civil e movimentos sociais globais buscam, assim como nós, referências e esquemas teóricos que embasem as especificidades do ativismo contemporâneo, alguns resultantes da própria reelaboração das teorias mencionadas, como é o caso dos estudos da sociedade civil (Cohen, 2003), entendidos como uma extensão da TNMS (Alonso, 2009).

Para Alonso (2009), um aspecto preponderante no debate atual ainda se encontra no vínculo entre cultura e ação política, ou seja, na maneira como a cultura está presente nos processos de mobilização política. A autora elenca, pelo menos, cinco tendências que valorizam essa relação: a perspectiva cognitiva nos estudos dos *frames* de Snow e Benford; uma noção performativa, que privilegia as práticas e a *agency* dos estudos de Swidler; a retórica dos ativistas e suas narrativas, que aparece nos estudos de Poletta; a noção da cultura como moralidade e rituais de ação coletiva de Jeffrey Alexander; e os estudos dos afetos, as “emoções do protesto” de Jasper. A autora ainda aposta na possibilidade de que os temas relacionados à questão da cultura, da globalização e da violência tendem a dominar o debate sobre os movimentos sociais nos próximos anos.

Da parte da TPP, os estudos se desenvolveram ampliando o interesse no aspecto político, já bem desenvolvido nas oportunidades políticas e direcionando o olhar para as ações coletivas globais e para o terrorismo, mas todo esse debate sobre cultura provocou mudanças substanciais no conceito de repertório de Tilly. Em uma revisão histórica sobre o conceito de repertório de Tilly, Alonso (2012) analisa as sucessivas reformulações feitas pelo autor para dar espaço à questão da cultura, absorvendo, de certa forma, as principais críticas recebidas. Essas reformulações se dividem em três períodos. Começa com um conceito de repertório de ações coletivas, nos anos 1970, como um conjunto de formas de ação, sem se dedicar ao conteúdo; nos anos 1990, o tema ressurge na obra do autor como repertório de confronto, onde Tilly se aproxima do interacionismo simbólico e o conceito se torna relacional, mas

ainda privilegia as formas; a partir dos anos 2000 surge uma nova configuração, dessa vez, o conceito de repertório corresponde a um conjunto de performances, num esforço para privilegiar a experiência, o uso e as interpretações conflituosas nas interações, como uma nova unidade mínima do repertório.

Mesmo que nenhuma dessas novas tendências teóricas tenha conseguido uma posição dominante, elas representam propostas de conciliação com as teorias que emergiram nos anos 1970 e que agora já são consideradas clássicas. Apesar de constituírem o terreno, uma base inicial de onde partem os novos conceitos, sozinhas já não conseguem mais explicar as ações num mundo globalizado. Alguns exemplos, como o desenvolvimento da noção de *frames*, como quadros de referência, podem auxiliar um possível encontro das ideias centrais das principais teorias dos movimentos sociais, uma vez que ela corresponde a um esforço em introduzir a dimensão simbólica, relacional e cultural na análise da ação coletiva (Snow, 2004). Este conceito despertou a atenção até mesmo desses teóricos clássicos em suas reformulações, além de poder ser usado como recurso teórico-metodológico para uma melhor compreensão dos movimentos sociais hoje.

O estudo dos afetos de Jasper (2011) parece ser um recurso interessante para análise de algumas características presentes nos protestos e no ativismo contemporâneo, incluindo o ciberativismo e as petições on-line, onde a comunicação, a forma como se expressam e a forma como as interações acontecem são extremamente importantes para o fluxo das ações. O tipo de texto utilizado nos e-mails enviados por plataformas para conseguir apoio e assinaturas para as petições on-line, por exemplo, privilegiam as emoções. Como veremos no próximo capítulo, procuram tocar emocionalmente as pessoas, provocar uma emoção capaz de gerar uma ação. Assim como nos protestos, um ato traumático como um assassinato, um suicídio, a violência da repressão policial, têm sido explorados por coletivos e analistas por despertarem emoções ou sentimentos como indignação, raiva, esperança etc. que estimulam a ação, além caracterizá-la.

Por outro lado, questionamos a falta de conexões desses conceitos, relacionados às formas, às expressões, às estratégias, aos motivos, às interações e mobilizações com a forma como a questão da dominação funciona na sociedade em que vivemos, como agem suas tecnologias de controle que moldam a democracia, afetam nossas práticas sociais, a ação coletiva e individual. Parece ser a mesma crítica feita por Han quando ele trata do capitalismo da emoção, colocado anteriormente, e a remete aos estudiosos das emoções.

De repente, o ser humano não é mais um *animal rationale*, mas sim uma criatura

sensível. Poucos, porém, se perguntam de onde vem esse súbito interesse pelas emoções: as pesquisas científicas sobre as emoções não refletem sobre o próprio agir. Ignoram que a conjuntura da emoção é uma consequência do processo econômico. (Han, 2020, p. 59)

Assim como se multiplicam as formas de ação coletiva e o ativismo pelo mundo, impulsionados pelas NTICs e pela globalização, também surgem novas teorias, mas não é possível que seja necessária a existência de uma teoria para cada novo tipo de ação. Esperamos que esses novos enfoques aproximem e articulem elementos conciliadores, suficientes para, no mínimo, oferecer uma reelaboração e atualização dessas teorias tão importantes para os movimentos sociais, mas que estejam situadas dentro do tipo de dominação que experimentamos hoje. O individualismo estimulado pelo neoliberalismo afeta nossas práticas sociais, por que não afetariam o formato, os repertórios, as mobilizações e mesmo as construções de identidades coletivas?

Por isso, ao analisarmos os dados levantados em nossos estudos, recorreremos aos diversos conceitos tratados até aqui de uma forma mais ampla. Tomaremos sempre como base a TPP e a TNMS, tentando relacioná-las às questões que não só contextualizam, mas são, elas mesmas, utilizadas para problematizar e explicar algumas dessas ações coletivas. A saber, o neoliberalismo e suas ramificações, a globalização, as formas de participação na democracia neoliberal, as formas de controle e de dominação, sua relação com as NTICs que problematizam as questões de tempo e espaço nas relações sociais e no ativismo, questões atravessadas pelos valores neoliberais centralizados no individualismo.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Qual o tipo de ativismo proposto e estimulado pelas plataformas de petições on-line? O que as apresentações e a dinâmica de funcionamento desses *sites*, a forma como direcionam suas ações e os serviços oferecidos para seus membros podem nos revelar? Partimos de perguntas como essas para buscar respostas no nosso campo empírico. Confrontamos o que observamos nessas plataformas com respostas obtidas a partir de entrevistas com representantes das empresas e com os demais atores envolvidos com o objetivo de identificar a forma como os criadores e apoiadores de abaixo-assinados percebem suas ações, motivações, expectativas e frustrações, quais são as possibilidades e limites encontrados nesse tipo de ativismo.

Os dados serão apresentados neste capítulo com um olhar forjado nos muitos conceitos apresentados em nosso abrangente escopo teórico, que vai do neoliberalismo e suas ramificações, passando pelas teorias de movimentos sociais e ações coletivas, mas que possibilita, do início ao fim, tentar compreender em que medida esse individualismo neoliberal, presente no tipo de ação proposta pelas petições on-line, afeta o que ainda entendemos por movimentos sociais e ações coletivas. Esse difícil propósito implica em compreender o sentido do ativismo contemporâneo, elegendo o individualismo como elemento catalisador dos valores neoliberais que moldam nossa forma de viver, de agir e de nos organizar. Um ativismo expresso de forma limitada, por meio desse limitado objeto empírico que é a petição on-line. Limitado no sentido de ser apenas umas das formas, entre tantas possibilidades, de ação individual social e política disponível hoje. No entanto, entendemos ser ele capaz de expressar problemas sociológicos importantes e delicados que demandam atualizações teóricas no campo das ações coletivas e uma maior reflexão em nossas práticas cotidianas que não escapam às formas de dominação do capitalismo contemporâneo.

Ao verificarmos, em pesquisas anteriores, a existência de, no mínimo, três tipos de atores envolvidos nas petições on-line (as plataformas de petições, os autores de petições e os assinantes), decidimos focar nossa pesquisa na identificação do papel e motivações de cada um para compreendermos melhor o tipo de ativismo proposto nas petições on-line. Como recurso de apresentação da análise de nossos dados, decidimos dividir a exposição em duas partes: primeiro, exploraremos as plataformas de abaixo-assinado, mas especificamente a Avaaz, a Change e a Petição Pública Brasil, por meio de entrevistas com seus representantes e observação direta nos *sites*; segundo, buscaremos compreender as ações, motivações,

expectativas e frustrações dos atores individuais e coletivos criadores de petições hospedadas nessas plataformas e ainda dos assinantes, ou seja, das pessoas que apoiam essas petições e se tornam membros dessas plataformas, a fim de analisar as possibilidades e os limites encontrados nesse tipo de ativismo.

6.1 O NEGÓCIO DO ATIVISMO: AS PLATAFORMAS DE PETIÇÕES ON-LINE

As petições on-line são possíveis graças à existência de plataformas digitais que disponibilizam este serviço de forma gratuita. No capítulo 1, oferecemos uma ideia mais geral e descritiva sobre essas plataformas. Agora, entendemos ser extremamente importante, para a compreensão das implicações da utilização das petições para o ativismo e para os movimentos sociais, analisarmos o que são, como funcionam e o que propõem estes *sites*, por que eles sintetizam e estimulam a ideia de um tipo de ativismo individual muito específico que é expresso por meio das petições on-line.

Para uma melhor percepção das nuances percebidas entre as três maiores plataformas estudadas, entre muitas em funcionamento no Brasil, apresentaremos parte de nossos dados em quadros comparativos, com informações retiradas dos *sites* dessas três plataformas: a Avaaz, a Change e a Petição Pública Brasil, que nos ajudarão a compreender suas diferenças e similaridades. Essas informações serão compostas por dados coletados nos e-mails recebidos e nas páginas do Facebook das plataformas, por citações das entrevistas em profundidade com os representantes da plataforma Change e Petição Pública Brasil (já que a empresa Avaaz não demonstrou interesse em participar de nossa pesquisa), por alguns comentários de assinantes e autores entrevistados e tabelas montadas a partir da nossa pesquisa quantitativa.

6.1.1 O surgimento das plataformas

As duas maiores plataformas de petição on-line, Avaaz e Change, surgiram nos EUA por volta do ano de 2007, chegando ao Brasil por volta de 2012, mas a Petição Pública, com sede em Lisboa, reivindica ser a primeira plataforma de petições on-line de livre acesso a oferecer seus serviços no Brasil a partir de 2009. A facilidade linguística e o fato de não existir, naquele momento, outra empresa oferecendo o serviço gratuitamente no Brasil estimularam a entrada da Petição Pública no país, como revela o depoimento do proprietário da plataforma.

Nelson Roque (proprietário da Petição Pública): A minha área de formação são as tecnologias de informação e criei o site de raiz em 2009, no sentido de criar uma plataforma gratuita para alojamento de Petições/Abaixo-Assinados ao alcance de qualquer cidadão. A ideia foi inicialmente pensada apenas para Portugal, mas verifiquei na altura que no Brasil também não existia nenhuma plataforma semelhante e que desse uma resposta adequada para a criação e alojamento de Petições.

Já a Avaaz e a Change foram criadas no contexto inicial do desenvolvimento de redes sociais como o Facebook em 2004 e o Twitter em 2006, como contextualiza a representante da Change em entrevista, referindo-se ao criador desta plataforma:

Monica Souza (diretora executiva da Change no Brasil): o Ben Rattray que é o fundador da Change estudou em Stanford quando o Facebook tava começando a crescer e ele foi contemporâneo dessa turma toda lá das redes sociais, ele pensou uma ferramenta em que de fato, ela pudesse ser uma rede social, mas que ela fosse relacionada a causas.

Monica explica que a Change iniciou suas atividades em formato de *blog*, trazendo questões relacionadas aos direitos humanos, à causa animal e, em especial, à causa LGBTQIA+, devido ao interesse particular do seu fundador. Na medida em que as discussões se desenrolavam em um fórum, as pessoas começaram a disponibilizar *links* de petições, o que despertou a atenção para esta questão, como ela comenta no seguinte trecho:

Monica: ele viu que existia uma total falta de softwares relacionados a petições e aí a Change foi se transformar de blog para um agregador de pedidos, petições... Ele não tinha dinheiro nenhum, foi pegando estudantes de Stanford para ajudar e isso foi crescendo até que ele teve um investimento e isso foi aumentando e ele foi testando vários formatos. Formatos com banners de anúncio pra poder se manter e, como toda ferramenta de banco de dados, ele foi se tornando uma ferramenta valiosa, né? E a coisa foi crescendo e ele foi expandindo para o mundo inteiro, até que em 2012 abriu no Brasil, já no formato da Change.

A passagem de *blog* para plataforma de petições explicada pela entrevistada demonstra exatamente o contexto explicado por Ugarte (2008) quando ele fala da importância dos *blogs* e das formações de redes para os ciberativistas e do desenvolvimento de tecnologias de comunicação para facilitar a ação das pessoas. Estão justamente nesse desenvolvimento as principais características que diferenciam as plataformas e relevam a sua proposta de ativismo.

6.1.2 Diferenças e semelhanças entre plataformas de petições on-line

Durante o período em que a observação foi realizada para coleta de dados nas

plataformas, pudemos perceber que, de uma maneira geral, elas possuem uma estrutura física, em termos de técnicas digitais, relativamente semelhantes e sem grandes alterações durante o período pesquisado. As semelhanças observadas já podem ser percebidas desde a abertura da página inicial das plataformas, pois todas dão destaque à janela de criação de petições e, para isso, disponibilizam área para *login* em que os usuários podem se cadastrar e ter acesso às áreas reservadas para membros. Qualquer pessoa pode apoiar assinando e compartilhando uma petição sem precisar de registro anterior nos *sites*.

A solicitação de informações sobre o usuário é relativamente simples e rápida, variando muito pouco entre as plataformas, como a solicitação de cidade de origem ou CEP, mas o e-mail representa o item básico, como condição necessária para assinar uma petição. No momento da inclusão do e-mail, o usuário já passa a ser considerado membro da Avaaz e da Change e não mais um simples usuário. Isso revela um pouco da importância dos endereços de e-mail para as plataformas, como veremos mais adiante, e já nos dá alguns indícios do tipo de mobilização buscada por essas empresas, afinal, ser membro significa fazer parte, identificar-se com um grupo ou movimento, e não simplesmente alguém que cadastra seus dados e faz um uso meramente instrumental de um serviço.

Mesmo que essa mensagem, de início subjacente, não tenha um efeito unânime entre os usuários das plataformas, muita gente se sente fazendo parte de um grupo ou comunidade, como proposto, inclusive textualmente, por essas empresas, na medida em que você vai explorando os *sites*. Perguntados se, como usuários, sentem-se fazendo parte de uma comunidade (Tabela 7), mais de 60% dos entrevistados concordam em algum grau com a afirmação.

Tabela 7 – Sentimento de fazer parte de uma comunidade

Quando assino uma petição on-line sinto que faço parte de uma comunidade	F	%
Concordam totalmente	18	14,4
Concordam em parte	44	35,2
Nem concordam nem discordam	23	18,4
Discordam em parte	9	7,2
Discordam totalmente	12	9,6
Não sabe não respondeu	19	15,2
Total	125	100

Fonte: Elaboração própria.

A ideia de comunidade passada pelas plataformas é muito subjetiva e não parece ter

relação com a ideia clássica de território, como indica uma grande parte da literatura sobre o tema. No caso das plataformas, essa palavra parece refletir grupos de pessoas que estão dispostas a se mobilizar para atuar numa causa ou conjunto de causas, criando ou assinando petições on-line. Se algo minimamente remete aos conceitos de territorialidade é de maneira simbólica, refletida na ideia de mundo globalizado em que a tecnologia das plataformas permite uma atuação local e global ao mesmo tempo.

Em termos de organização gráfica, as plataformas apresentam, em suas páginas iniciais, fotos de petições em destaque, distribuídas por categorias como: abaixo-assinados “populares” (Petição Pública), “Novo” (Avaaz), e o que está “acontecendo agora” (Change), por exemplo. Também podemos observar, no canto superior e no rodapé das páginas, categorias de janelas comuns na apresentação de empresas no ambiente digital como: Quem Somos, Contato, FAQ³⁴ ou Central de Ajuda, Tutoriais, Políticas de Privacidade e Termos de Uso. Estes últimos ditam as regras de funcionamento das plataformas, oferecendo *links* para acompanhamento da empresa em redes sociais como Facebook, Twitter e Instagram. As plataformas Avaaz e Change ainda exibem contadores para mostrar o número de membros que possuem no mundo ou que estão apoiando uma determinada petição e fotos exibindo as vitórias, os abaixo-assinados que obtiveram sucesso. Também em destaque aparecem comunicados importantes para nosso estudo. São conceitos, definições, *slogans*, frases soltas que revelam os valores, a identidade e o propósito dessas empresas.

Tecnicamente, podemos considerar que as três plataformas atendem de maneira satisfatória à necessidade daqueles que pretendem criar ou assinar um abaixo-assinado, variando apenas esteticamente, indo de *designs* mais modernos e arrojados, como o da Avaaz, ao mais simples, como o da Petição Pública Brasil. Também variam nos recursos tecnológicos disponíveis, como os contadores já citados, sistemas de buscas por petições, arquivos de documentos produzidos pela empresa, opções de idiomas, as diferentes formas de doações, acesso a comunidades locais, como a Change.brasil.org. Vale citar que a Change realiza pesquisas on-line com os usuários durante o momento em que estão utilizando a plataforma, com o objetivo de conhecer seus membros e melhorar suas experiências no *site*. Durante a observação nas plataformas fui convidada a participar de duas pesquisas, ambas com o intuito de conhecer melhor seus usuários. As opções de idiomas também é um recurso interessante, pois tanto a Change quanto a Avaaz estão presentes em muitos países e isso facilita a utilização por usuários falantes das mais diversas línguas.

³⁴ Sigla para a expressão em inglês *Frequently Asked Questions* ou perguntas frequentes.

As diferenças percebidas entre as plataformas, mesmo que pareçam pequenas nuances, acabam revelando e esclarecendo muito sobre a proposta desenvolvida por cada uma delas. Essas diferenças se apresentam em questões curiosas, como o fato de a Avaaz, por exemplo, priorizar as petições realizadas por sua equipe interna, deixando ocultas as contribuições de terceiros, como são tratadas as petições criadas pelos usuários que a própria empresa considera como membros. Nesta plataforma também não existe um sistema de busca como citado anteriormente, de forma que você só terá acesso às petições armazenadas ali se receber ou visualizar o *link* daquela petição em algum outro lugar, em e-mails, notícias na mídia ou em redes sociais de terceiros, com exceção das poucas petições que aparecem em destaque nas categorias “novo” e “popular” nas páginas iniciais.

Na Change e na Petição Pública é possível procurar as petições armazenadas, inclusive petições antigas, ativas ou inativas, ou seja, petições em andamento ou já encerradas, diferentemente da Avaaz, que parece não ter muito interesse na divulgação das petições realizadas por terceiros. Além disso, na página inicial dessas plataformas são disponibilizadas categorias temáticas que ajudam o usuário a explorar o conteúdo do *site* e refinar sua busca por petições de seu interesse, por exemplo: educação, saúde, meio ambiente, direitos dos animais etc. Imaginamos que, em tese, isso ajuda e estimula a ação dos membros apoiadores, despertando o interesse em assinar as petições alojadas ali. Neste sentido, a Avaaz apresenta uma contradição que só poderá ser compreendida por meio do esclarecimento dos seus interesses e metas particulares.

Na verdade, isto que se inicia como apenas uma nuance representa uma diferença significativa entre as empresas, principalmente se relacionado ao fato de que a Change e a Petição Pública não realizam nenhum abaixo-assinado próprio ou elaborado por sua equipe interna. Todos os conteúdos encontrados nesses *sites* foram produzidos por terceiros. O principal produto oferecido por essas empresas é, de fato, a hospedagem dos abaixo-assinados. No caso da Avaaz, o foco em suas próprias campanhas parece propor um peso maior para as adesões do que a criação de petições por seus membros. Ainda que isso não configure objetivamente um desvio de função, já que a Avaaz também é um *site* que hospeda petições de terceiros, demonstra de imediato que seu objetivo vai além da oferta do serviço de hospedagem desses documentos. Na verdade, na busca da definição do que são essas empresas, identificamos que a Avaaz não trata diretamente do serviço de armazenamento de abaixo-assinados. Apenas a Change e a Petição Pública explicitam objetivamente a oferta deste serviço como finalidade da empresa, como veremos mais adiante.

A Petição Pública limita suas atividades à ajuda na formatação automática no

momento de criação da petição, armazenamento, disponibilização de *link* para divulgação e acesso (responsabilidade exclusiva de seus criadores), divulgação aleatória de algumas petições na plataforma, espaço para comentários dos assinantes sobre a petição e contato para dúvidas e sugestões para o autor da petição, sem a exposição do endereço de e-mail e outros dados. Nesse caso, se for de interesse de um apoiador entrar em contato com o autor da petição, ele pode escrever uma mensagem dentro da página da petição e a plataforma faz a mediação, entregando-a ao autor. Este decide se responde, expondo-se ou não. Seu objetivo aparece bem delimitado à hospedagem de abaixo-assinados, como verificamos nesta resposta:

Nelson: Apenas fornecer de forma simples e gratuita a qualquer cidadão uma plataforma para a defesa de causas, petições e temas relevantes para a sociedade. Não temos outros objectivos.

A Change, além desses serviços, quando procurada pode dar uma assessoria mais específica e pessoal na criação da petição, orientando a construção adequada do texto, a utilização de imagens e na definição dos alvos, imprescindíveis para oferecer outro diferencial da empresa, que é a entrega das petições, pessoalmente, com material impresso ou em *pen drive*, por exemplo, inclusive financiando os custos dessa entrega em abaixo-assinados em que a empresa decide “investir”. Mesmo assim, a Change também entende, como seu principal serviço oferecido, o instrumento tecnológico das petições on-line. Vejamos:

Monica: o principal produto da Change é a plataforma livre que você pode botar a sua petição. Essa é a missão da gente, ser uma plataforma livre que as pessoas possam se expressar ali e ir atrás de seus objetivos e causas e qualquer pessoa possa colocar. Então vai desde uma pessoa muito simples e que eu vou atender do mesmo jeito e uma pessoa que já tenha ambições e já tem ideias de como resolver um problema, mas precisa de uma ferramenta. Então é qualquer pessoa, esse é nosso carro-chefe.

Outro recurso utilizado pela empresa é a tentativa de aumentar o alcance de visualização das petições através de envio de e-mails para seus membros, fazer divulgação em suas redes sociais, na imprensa ou na própria plataforma de forma aleatória, por interesse ou por doações dos usuários que podem “turbinar” uma petição específica, doações que serão melhor analisadas mais adiante. Nesta plataforma, a única forma de entrar em contato com o autor é fazendo um comentário na página da petição após assiná-la, num espaço chamado “motivos para assinar” que fica abaixo do corpo do abaixo-assinado e das atualizações sobre o tema, onde o autor e a própria Change podem incluir postagens de matérias e notícias relacionadas à petição. A dificuldade para entrar em contato com os autores, mesmo no caso

da Petição Pública, foi duramente percebida por nós no momento de construção da amostra para realização das entrevistas em profundidade. Dificuldade citada também pela própria diretora da Change para realização de suas campanhas com as petições que eles decidem ajudar. Mesmo assim, ela alega que esta é uma das questões mais sérias e inegociáveis da empresa, pois se trata de manter a privacidade de seus usuários.

Assim como a Petição Pública, a Avaaz, enquanto empresa de hospedagem de petições on-line, limita-se a fornecer ajuda automática para criação e formatação da petição, armazenamento e *link* de acesso. A partir daí é de exclusiva responsabilidade do usuário trabalhar na divulgação e na busca de apoio para seu abaixo-assinado. Em nossa observação não foi possível identificar os critérios de seleção das poucas petições de terceiros que aparecem em destaque na plataforma. É possível que seja uma escolha aleatória, por algoritmos, como acontece na Change. Como não conseguimos entrevistar um representante da Avaaz, não foi possível esclarecer esse ponto. Nesta plataforma, o material promocional e de divulgação, enviado por e-mails e postagens em redes sociais como o Facebook, assim como as doações recebidas, são direcionadas exclusivamente às campanhas realizadas pela equipe interna da Avaaz e não para as campanhas iniciadas por terceiros. No quadro abaixo fizemos um resumo para deixar mais claros os serviços, a abrangência e algumas diferenças entre as plataformas.

Quadro 3 – Características e serviços oferecidos pelas plataformas

	Avaaz	Change	Petição Pública
Abrangência do <i>site</i> (nº de países)	194	196	2
Tutoriais para criação de petições, formatação automática do texto da petição	Sim	Sim	Sim
Espaço para inclusão de arquivos e fotos na petição, hospedagem e disponibilização do <i>link</i> para acesso	Sim	Sim	Sim
Assessoria técnica para melhoria da apresentação, texto e divulgação da petição	Não	Sim	Não
Divulgação da petição na plataforma	Sim	Sim	Sim
Divulgação por e-mail, redes sociais e imprensa	Não	Sim	Não
Recebimento de doações para ajuda na divulgação das petições	Não	Sim	Não
Entrega das petições aos seus alvos	Não	Sim	Não
Espaço para interação entre assinantes e autores na plataforma	Não	Sim	Não
Espaço para atualizações e inclusão de materiais na petição	Não	Sim	Não
Sistema de busca das petições alojadas na	Não	Sim	Sim

plataforma			
Contato com o autor da petição	Não	Sim	Sim

Fonte: *Sites das empresas e entrevistas. Elaboração própria.*

6.1.3 Dando nome aos bois: o que são as empresas de petições on-line

A forma como as plataformas de petições on-line se apresentam e como se autodenominam mostra algumas diferenças significativas entre elas e acabam revelando seus propósitos, objetivos e seu modelo de sustentabilidade. Também representam a maneira como elas se projetam para a sociedade e, ao mesmo tempo, como elas percebem e tentam estimular certo tipo de ativismo contemporâneo por meio da utilização desse instrumento, a petição on-line. Nessas apresentações, encontramos elementos característicos ou influenciados pelo empreendedorismo neoliberal, que ficarão mais evidentes na medida em que apresentarmos os conceitos e frases coletadas em suas páginas oficiais na internet. Iniciaremos pelas autodefinições colhidas nos *sites* de cada uma dessas plataformas (Quadro 4).

Quadro 4 – Autodefinições das plataformas de petições on-line

Plataforma	Autodefinição
Avaaz	- A Avaaz é a comunidade de campanhas que leva a voz da sociedade civil para a política global. - A Avaaz se transformou em um movimento global massivo, se mobilizando por questões globais urgentes.
Change.org	- O site global para mudanças e impacto social. - A Change.org Brasil usa as novas tecnologias para empoderar qualquer brasileiro ou brasileira a mudar o que quiser no país.
Petição Pública Brasil	- É preciso só uma pessoa para iniciar a mudança. - Serviço público gratuito de abaixo-assinados. - As petições e abaixo-assinados on-line mobilizam a população sobre temas relevantes e são muitas vezes destacados nos principais meios de comunicação e grupos de mídia.

Fonte: *Sites das plataformas.*

Ao explorar esses *sites*, principalmente os da Avaaz e da Change, percebemos a utilização de expressões que fazem parte da gramática rotineira dos ativistas e movimentos sociais locais e principalmente transnacionais. Expressões como sociedade civil, mudança social, tomada de decisão, mobilização, empoderamento, impacto social etc. fazem parte do dia a dia do ativismo em sua atuação frente às instâncias de poder sob diversas formas, seja

por meio de *lobby*, *advocacy*³⁵, protestos, manifestações etc. É interessante observar, nas duas plataformas maiores, uma ideia muito clara de ação global.

A Avaaz mostra a natureza de sua atuação em um mundo globalizado, sem fronteiras e em que a aceleração do tempo é expressa nas urgências das intervenções em problemas mundiais, não importa onde os atores estejam. A mobilização é conquistada on-line, por meio do abaixo-assinado. Mesmo que isso não seja mencionado explicitamente, é por meio dele que a Avaaz consegue a adesão para as suas próprias campanhas. O ponto central ou as estratégias para conseguir adesão e mobilização são os e-mails enviados pela plataforma às pessoas que já assinaram uma petição. Isso também é alimentado e ampliado por meio do compartilhamento individual das petições, assinadas ou criadas, em redes sociais. A Avaaz direciona suas ações para quem está no poder, podendo ser governos ou empresas, e vai além, pressionando on-line e off-line para que seus usuários deem telefonemas, enviem e-mails ou mesmo realizem protestos e manifestações presenciais pontuais³⁶, dependendo do interesse das campanhas próprias realizadas pela plataforma. Por esse tipo de atuação, a Avaaz se expressa e se projeta como um tipo de organização de *advocacy* ou mesmo como uma ONG transnacional que se mobiliza on-line por diversas causas e, dependendo da necessidade e interesse, também chega a organizar intervenções presenciais.

Da maneira semelhante, a Change se projeta na ideia de mobilização no mundo. Como empresa de tecnologia que nasceu no Vale do Silício, ela promove a ideia de vinculação entre globalização e novas tecnologias para fazer mudança social. A Change aposta na importância dessa expertise tecnológica para gerar impacto social, em versão local ou em sua comunidade brasileira, como prefere dizer. Apresenta um vocabulário conhecido no repertório do ativismo transnacional, como a ideia de empoderamento associado à transformação local, entrelaçando ainda mais o debate entre globalização e glocalização. Como não cria campanhas próprias, o discurso que sua plataforma apresenta parece ser o de estimular a prática do ativismo, por meio da utilização dos abaixo-assinados, como forma de ação e como produto com forte potencial para mobilização. Um exemplo de um problema nacional, mas com ampla ação global, está no maior abaixo-assinado feito na plataforma da Change no Brasil, segundo nossa entrevista em profundidade com a empresa: uma petição sobre a Amazônia que teve mais de nove milhões de assinaturas no mundo, sendo aproximadamente cinco milhões no Brasil

³⁵ O *lobby* é feito por grupos com interesses particulares com o objetivo de influenciar, junto aos tomadores de decisão, a política vigente ou moldar políticas futuras a favor do grupo. Já o *advocacy* é um termo muito utilizado por ONGs e movimentos sociais para definir suas ações de defesa do bem público e de causas. Ver: Gozetto; Machado (s/d).

³⁶ Ver: Câmara dos Deputados (2019).

(Change.org, 2018).

A Petição Pública tem uma abrangência mais limitada. Não se projeta para o mundo, direcionando suas ações apenas para Brasil e Portugal, com endereços digitais diferentes, como mostrado antes, mas conteúdos idênticos. Mesmo assim, apuramos em nossa entrevista que já foram realizadas cerca de 50 mil petições no *site* brasileiro de 2009 até 2020. Sua estrutura técnica é menos sofisticada do que a das concorrentes, porém sua definição é mais direta e condiz com seu objetivo como plataforma para armazenamento de petições on-line. Apesar disso, mesmo que de forma mais tímida, estimula a realização de petições e incentiva seus membros à ação individual, da mesma forma que a Change, chamando a atenção para a capacidade de mobilização e visibilidade que uma petição pode proporcionar, destacando o aspecto comunicativo das petições em detrimento do seu aspecto jurídico.

Nelson Roque: As petições e abaixo-assinados on-line mobilizam a população sobre temas relevantes e são muitas vezes destacados nos principais meios de comunicação e grupos de mídia.

No Brasil as petições não têm ainda valor legal como, por exemplo, em Portugal. No entanto, as petições virtuais prestam um papel bastante importante de pressionar os poderes instituídos por mudanças e por serem muitas vezes destacadas nos meios de comunicação social/mídias.

No nosso entender, o ponto central exposto nas definições dessas plataformas é o seu direcionamento para a capacidade de mobilização que um abaixo-assinado on-line pode ter, talvez por isso a Avaaz não se preocupe tanto em especificar o que deveria ser o objeto principal de seus serviços em sua definição inicial, o abaixo-assinado on-line. As plataformas parecem apostar num potencial de mobilização desse instrumento para a ação individual que ultrapassa o debate sobre a eficácia dos abaixo-assinados para solucionar os problemas levantados e, no caso da Avaaz e da Change, colocam-se juntos com ele na condição de agentes mobilizadores ativos para diversos tipos de causas. Esse é um fato que precisa ser levado em consideração, pois indica a existência de novas formas de organizações sociais envolvidas na promoção de mobilização para o ativismo individual on-line, local e transnacional, tão importantes quanto *blogs*, páginas em redes sociais, grupos e comunidades de ativismos, de movimentos ou empresas do terceiro setor presentes na internet. Além disso, essa suposta potencialidade é de extrema importância para os movimentos sociais em geral, que sempre vão se defrontar com o problema de sua capacidade mobilizadora.

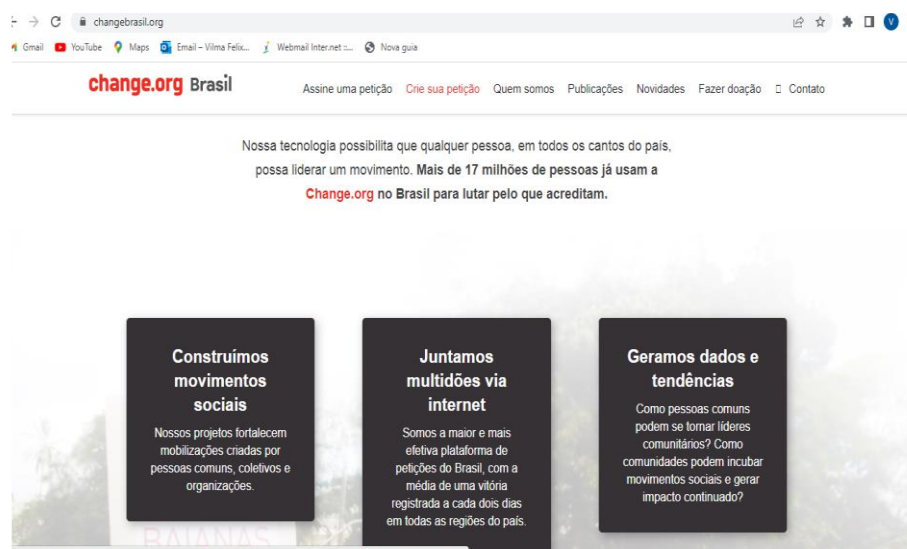
As plataformas oferecem produtos e serviços para o ativismo, desde o estímulo à ação até a mobilização de forma extremamente prática e rápida, como um pacote em promoção

ofertado na prateleira de um supermercado. O sucesso do produto adquirido vai depender de seu esforço próprio para receber adesões e engajar mais gente na campanha. Cada nova assinatura é mais um membro no banco de dados das plataformas para ser mobilizado em campanhas, no caso da Avaaz e da Change. Depois do compartilhamento da petição, solicitado no momento da assinatura, surge mais uma oportunidade de ampliação da rede de novos potenciais apoiadores. Isso também pode ajudar a entender por que a Avaaz não parece muito interessada nas petições de terceiros. Assinantes e autores possuem praticamente a mesma importância pela capacidade de ampliação e captação de novas adesões à plataforma. Como tem mais gente assinando do que criando abaixo-assinados, quem sabe os apoiadores assumam uma ligeira vantagem nas prioridades da plataforma.

Essa questão da disponibilização de serviços de mobilização, de estímulo ao ativismo individual como se fosse um produto, encaixa-se exatamente como qualquer outra mercadoria no neoliberalismo. Ao que parece, as três empresas têm em comum o fato de ofertarem uma plataforma para armazenamento de petições on-line de forma gratuita, rápida e prática, mas seus objetivos e a forma como funcionam acabam revelando que são consideravelmente diferentes. Porém, funcionam dentro de um mesmo propósito do conceito de empreendedorismo neoliberal, que parece estimular produção e consumo de tudo, no caso, de um ativismo disponível no mercado, com baixo custo, que promete alívio imediato às inércias e apatias políticas. Posso não conseguir resolver o problema, mas tentei combater e enfrentar os poderosos. Isso possivelmente alivia a culpa de não fazer nada e dá a sensação de dever cumprido. Sabemos que esse modelo é levado a todas as instâncias da vida, onde o ser humano é ele mesmo transformado numa empresa movida pela sua autodeterminação, cujo sucesso depende de seu esforço e empenho individual (Dardot; Laval, 2016; Boltanski; Chiapello, 2009; Han, 2020). Por que o ativismo escaparia a essa ética, a essa autodeterminação e não seria visto e oferecido como um empreendimento?

Há ainda algo que precisa ser esclarecido nos conceitos percebidos nas plataformas da Avaaz e da Change. No caso da Avaaz, não encontramos elementos para esclarecer o uso de um conceito tão amplo como comunidades, tão valorizado pela plataforma. A Change, por sua vez, utiliza os conceitos de formação de movimentos sociais e lideranças, como é possível observar na Figura 10.

Figura 10 – Página inicial da Change no Brasil



Fonte: Internet (<https://www.change.org/>).

A Change atua como uma empresa que, pelo produto oferecido, pode potencialmente criar lideranças e movimentos sociais, por meio da mobilização promovida pelos abaixo-assinados on-line, instrumento tecnológico com potencial para facilitar a adesão das pessoas e gerar impacto conseguindo vitórias. Mas seu conceito de movimento social se refere ao aspecto de ação em curso e de mudança como presentes no conceito de movimento social de Sztompka (2005). Este é o sentido entendido pela explicação obtida na nossa entrevista, quando questionamos sobre essa possibilidade de criação e engajamento de pessoas em movimentos sociais.

Monica: eu acho que quando a gente fala em movimentos sociais e que a gente desenvolve líderes, não são pessoas que vão fundar movimentos sociais, são pessoas que estão movimentando a sociedade para acontecer coisas, tem uma diferença aí, acho que a nossa pegada é muito mais essa. Agora também, quando a gente começa a trabalhar com os peticionários, a gente ta desenvolvendo essas pessoas, como essas pessoas elas começam a ter elas próprias... na verdade a gente ta dando subsídios pra elas se desenvolver, um suporte pra ela se desenvolver e se transformar numa liderança, dentro da comunidade dela e aí sim a gente já teve alguns casos mas... a gente pode até falar da menina lá do Capão Redondo, é Capão redondo, não é?

Já a Avaaz se considera como uma célula-tronco que dá vida a um ativismo perfeito no mundo globalizado:

A comunidade virtual da Avaaz atua como um megafone para chamar atenção para novas questões; como um catalisador para canalizar as preocupações públicas dispersas em uma única campanha específica e concentrada; como um carro de bombeiros que corre para oferecer uma rápida reação a uma emergência súbita e

urgente; ou como uma célula-tronco de ativismo que cresce na forma mais adequada para preencher alguma necessidade urgente. (Avaaz, 2022b)

É possível entender que a comunidade referida sejam grupos de apoiadores, devidamente separados por causas de interesses, através do recurso tecnológico que registra assinaturas em petições na plataforma, formando grupos disponíveis que podem ser mobilizados para as campanhas da Avaaz.

Em todo caso, essas empresas se projetam para o mundo, demonstrando já terem nascido dentro da influência do ciberativismo e do legado da cultura *hacker*, da ideia de criação de tecnologias para promoção do empoderamento pessoal e mudança social, local e global, que Ugarte (2008) explicou bem. De qualquer maneira, como a Avaaz armazena petições de terceiros, pode de alguma forma despertar o interesse no ativismo individual. No caso da Petição Pública e da Change, o estímulo à ação individual é muito clara. Existe uma aposta tecnológica para facilitar a vida de ativistas e a Change vai um pouco mais além buscando formas de organizar, impulsionar e ajudar esse ativismo. Nesse trecho da entrevista com a representante da empresa no Brasil fica claro que a Change atua, inclusive off-line, com temas e petições que lhe interessam para manter a dinâmica da plataforma. Primeiro, selecionando semanalmente petições dentro dos temas prioritários a serem trabalhados, o que significa dizer que algumas petições podem ser ajudadas caso despertem o interesse da plataforma. Essa ajuda pode ser técnica ou de divulgação, por exemplo.

Monica: a gente tem um processo que a gente faz umas escolhas das petições que a gente vai trabalhar semanalmente, essas escolhas elas seguem toda a nossa missão e propósito, então assim, sempre pauta ambientes democráticos, pauta direitos humanos, direitos dos animais, então a gente segue uma premissa que é uma premissa mundial ta, que é a da Change, pautas que sejam progressistas e algumas conservadoras, de preferência, pautas que a gente consiga colocar todo mundo dentro e que sirva e que tenha um propósito geral.

As definições encontradas nas plataformas dão uma boa noção do tipo de percepção que está subjacente em cada uma delas. Alguns valores podem ser percebidos como fundamentais na maneira como elas se colocam diante do tema do ativismo. Dessa forma, não tanto pela via da mobilização, mas sim pelo tema da mudança, a noção de ativismo que mobiliza as plataformas parece apontar para elementos muito específicos que repercutem nas suas formas de organização (Felix; Lima, 2017). Isso fica ainda mais claro quando utilizamos as informações disponibilizadas nos *sites* para tentarmos enquadrar essas plataformas enquanto empresas ou enquadrarmos o ativismo como um tipo de empreendimento neoliberal.

6.1.4 Modelo de negócio: ativismo como empreendedorismo

O marketing corporativo das empresas capitalistas deixa claro que, para obter sucesso, qualquer empresa ou empreendimento precisa ter um planejamento estratégico e uma apresentação que deixe claros os seus valores e a sua ética, seus objetivos e a forma como realizá-los. Isso também pode ser traduzido pelos conceitos de missão, visão e valores, elementos indispensáveis e presentes em qualquer portfólio de empresa no mundo capitalista. O empreendedorismo social, as ONGs, principalmente as mais estruturadas e as transnacionais, envolvidas numa ideia de sociedade civil global (Schmitz, 2014) e que buscam financiamentos de grandes instituições como a ONU, União Europeia e Banco Mundial, por exemplo, passaram a atuar dentro dessa cartilha dos empreendimentos capitalistas e neoliberais, que perseguem uma gestão de excelência baseada em inovações e metas para alcançar os requisitos necessários e exigidos por estes agentes financiadores mundiais.

Esse modelo se ramificou para as organizações do terceiro setor. De uma maneira geral, é possível ver empresas sem fins lucrativos agora transformadas em empreendedores sociais que apresentam um planejamento estratégico com visão, missão e valores para definir os seus negócios e sua atuação. É possível recolher indícios desse modelo também nas definições e conceitos das plataformas de petições on-line. O quadro abaixo, montado com informações retiradas das próprias plataformas, é uma tentativa de identificar cada um dos elementos desse modelo.

Quadro 5 – Modelo de negócios das plataformas de petições on-line

Plataforma	Missão	Visão	Valores
Avaaz	Avaaz, que significa "voz" em várias línguas europeias, do oriente médio e asiáticas, foi lançada em 2007 com uma simples missão democrática: mobilizar pessoas de todos os países para construir uma ponte entre o mundo em que vivemos e o mundo que a maioria das pessoas querem.	A Avaaz mobiliza milhões de pessoas de todo tipo para agirem em causas internacionais urgentes, desde pobreza global até os conflitos no Oriente Médio e mudanças climáticas. O nosso modelo de mobilização on-line permite que milhares de ações individuais, apesar de pequenas, possam ser combinadas em uma poderosa força coletiva.	As campanhas de base da Avaaz são um conjunto de valores; a convicção de que somos todos, primordialmente, seres humanos, privilegiados com responsabilidades para com os demais membros, para com as gerações futuras e para com o planeta de um modo geral. As questões com as quais trabalhamos são expressões específicas desses compromissos.

Change	Nossa missão é acelerar mudanças sociais lideradas por pessoas comuns.	Nossa tecnologia possibilita que qualquer pessoa, em todos os cantos do país, possa liderar um movimento. Mais de 17 milhões de pessoas já usam a Change.Org no Brasil para lutar pelo que acreditam.	Acreditamos que todo mundo tem poder para fazer mudanças e incorporar isso no seu dia a dia. A Change.org é uma plataforma aberta e garante espaço a todos os pontos-de-vista. Por isso qualquer pessoa em qualquer lugar pode interferir nas questões que considera mais importantes.
Petição Pública Brasil	Foi identificado que no Brasil não existia, à semelhança de Portugal, nenhum <i>site</i> que disponibilizasse um serviço público de qualidade para a criação e alojamento de abaixo-assinados ou petições. O <i>site</i> Petição Pública nasce assim no Brasil em 2010 com a finalidade de disponibilizar também um serviço público de qualidade a todos os cidadãos brasileiros.	Se você pensa em exercer pressão em organismos, organizações ou empresas, sensibilizar políticos, organizar um protesto ou boicote, criar uma onda de indignação, alterar ou criar leis, você está no local certo.	O <i>site</i> Petição Pública é completamente privado e particular, sem ligação a nenhum organismo do estado, empresa ou qualquer instituição. O <i>site</i> não tem qualquer tipo de apoio monetário, nem está sujeito a qualquer tipo de pressão, censura ou tendência política, como talvez esteja uma grande parte das plataformas de ativismo digital.

Fonte: Sites das plataformas

A missão dessas empresas não deixa dúvidas de que estão voltadas para a questão da mudança. Seu grande propósito é viabilizar e promover mudanças, transformar os locais onde atuam e o mundo. Essa é, sem dúvida, a primeira característica que deve ser considerada como definidora do ativismo proposto pelas plataformas: a ideia de mudança é o elemento articulador utilizado para mobilizar seus membros. A mensagem é mais do que clara, é direta e projeta para a ação, para o poder da ação individual para transformar o mundo.

A visão é a de que o recurso tecnológico (o abaixo-assinado on-line) é potencialmente bom para promover essa transformação, principalmente pelo cálculo de custo-benefício que envolve a ação, que inevitavelmente e mesmo inconscientemente, todos os ativistas fazem. O ativista se depara com um instrumento tecnológico que é, em si, a própria ação, que rompe fronteiras e acelera o tempo, que o faz atuar, se assim desejar, em qualquer causa no mundo ou divulgar o seu problema para conseguir apoio, fazendo suas vozes serem ouvidas em qualquer lugar. A tecnologia envolve o instrumento da petição eletrônica, a internet e as redes sociais, representando um recurso de baixo investimento que pode seduzir e estimular os

interessados em uma ação pacífica e institucional, que pode se desdobrar ou não em ações off-line.

Neste sentido, esse instrumento tecnológico reduz significativamente os riscos da ação, ao mesmo tempo em que abre um leque de possibilidades e consequências, no sentido de alguns resultados da ação. Elas aparecem bem especificadas na visão da Petição Pública, ou seja, as petições podem pressionar diversas formas de poder, sensibilizar políticos, criar uma onda de indignação, entre outras coisas. As vantagens parecem grandes, principalmente se comparado aos protestos e ocupações presenciais, em termos de tempo, recursos e o risco da repressão do Estado, que muito frequentemente recorre à violência física para conter as ações, como aconteceu no movimento antiglobalização, nos protestos de 2011 e mesmo no Brasil, nas Jornadas de Junho, abordados no capítulo 3.

Para promover tudo isso, as empresas buscam se fundar nos mais altos valores éticos, justificados no neoliberalismo, que é a atitude individual para promoção do bem comum, valores como a democracia, a igualdade e a transparência que se misturam na própria lógica de modelo empreendedor baseado em gestão, inovação e eficiência que serve como guia para a decisão de uma ação individual, como um bem individual que pode provocar transformações que beneficiam o coletivo, exatamente como o terceiro espírito do capitalismo de Boltanski e Chiapello (2009).

Não existe um projeto ou programa político objetivo e explícito nas plataformas, afinal não parece interessante para o mercado misturar explicitamente negócios e posições políticas, mas a Avaaz e a Change apresentam algumas linhas de interesse onde direcionam suas ações, tentando manter certa neutralidade, na medida do possível. Na Avaaz podemos perceber linhas de atuação em múltiplas causas como meio ambiente, questões relacionadas à internet e política, por exemplo, que surgem de acordo com os interesses e preocupação em momentos decisivos para a comunidade Avaaz, ou seja, equipe e membros.

Nosso foco é propiciar uma guinada decisiva em momentos de crise e oportunidade.

No decorrer de uma questão ou causa, às vezes surge um momento em que é preciso tomar uma decisão, e um protesto público em massa pode subitamente fazer toda a diferença. Mas para chegar a esse ponto são precisos anos de trabalho metódico, geralmente nos bastidores, feito por pessoas dedicadas que se concentram inteiramente nisso. Porém, quando o momento chega de fato e a atenção pública passa a incidir sobre nós como a luz do sol, as decisões mais cruciais podem seguir em uma direção ou outra, a depender das percepções que os líderes têm acerca das consequências políticas de cada opção. É nessas breves janelas em momentos de imensas crises e oportunidades que a comunidade da Avaaz muitas vezes deixa sua marca. (Avaaz, 2022b)

Nota-se que a plataforma tende objetivamente a estimular ações em momentos de crises entendendo o contexto como um momento de oportunidade conforme o conceito de EOP de Tarrow (2009). As regras e termos de uso destas plataformas tentam garantir certa neutralidade isentando as plataformas de contradições, pois elas não assumem qualquer responsabilidade pelas petições criadas por terceiros, com a justificativa de manter a ideia inicial que é de proporcionar um instrumento que possa dar voz a quem quer mudanças. Por isso mesmo, é possível encontrar petições contrariando a própria linha de atuação da plataforma. A Avaaz iniciou uma campanha pedindo o *impeachment* de Bolsonaro, também já foi acusada de ter travado o contador do número de pessoas que assinaram a petição pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (Diário do Poder, 2014; Avaaz, 2021), o que confere uma linha de atuação mais à esquerda, centro-esquerda ou, ainda, contrária à extrema direita. Inclusive, isso é citado como um problema na hora de conseguir apoio para as suas petições por uma das nossas entrevistadas.

Andrea (autora): eu até fiquei surpresa porque, quando o povo começou a divulgar e surgiu isso, uma senhora que já tem muitos anos que começou a participar, né, a ajudar, ela veio dizer que a Avaaz é comunista, que a Avaaz era esquerdista e que ela não ia divulgar coisa nenhuma. Eu falei como assim, por que isso? E ela disse que Avaaz é isso, que é aquilo, que a Avaaz domina a mente das pessoas. .. (Risos) (...) Se ela pensou em atrapalhar ela mais ajudou que atrapalhou. Ela acha que eu estava sendo manipulada. Eu falei como assim, se eu fui lá e fiz a petição que eu queria, o texto saiu como eu queria, então ela manipula como?

A multiplicidade de causas ou a pluralidade de atores e demandas, tão característica do ativismo contemporâneo, é muito bem utilizada pela Avaaz. Funciona como uma vantagem, uma forma de atrair mais simpatizantes e possibilitar aumento do seu banco de dados, a possibilidade de montar uma espécie de grupos reservas ou subcomunidades para atuar nas causas que lhes interessam em determinados momentos e é o que realimenta sua mobilização (Castañeda, 2017). A Avaaz não só tende a assumir o protagonismo de suas campanhas como parece indicar e gerenciar seus membros e recursos em prol das campanhas que decide fazer. No *site*, a empresa alega que essa decisão, os temas trabalhados e momento de ação, são definidos por seus membros, é resultado de pesquisas para decidir a prioridade de atuação anual, mas só encontramos disponível na plataforma a pesquisa referente ao ano de 2014. Nenhuma das pessoas entrevistadas, mesmo as que mais assinavam petições na Avaaz, mencionaram ter respondido ou conhecer essas pesquisas.

A Change, apesar de não criar petições, também estabelece linhas de atuações de acordo com seus valores e busca a neutralidade para manter o equilíbrio dos negócios. É o que

demonstra esse trecho da entrevista em que a sua diretora explica o funcionamento de um tipo de investimento presente na plataforma e que será explicado mais à frente:

Monica: O software é inteligente o suficiente para saber que aquela pessoa tem aquela tendência ou aquela causa ou quer trabalhar aquela temática e outras pessoas da nossa base que gostam, né? Que têm afinidades, vão receber isso daqui. Por isso que pra gente é muito importante trabalhar causas, que sejam causas neutras, porque quanto mais neutro a gente trabalhar, maior é a nossa base, mais a gente pode mandar (e-mails) para as pessoas, entendeu?

Pautas neutras, como explica Monica, são aquelas que interessam tanto a conservadores quanto a progressistas, enfim, a todos os tipos de ideologias. A neutralidade referida pela diretora compreende a explicação para a aleatoriedade dos destaques de petições na interface da plataforma, que também é fruto dos valores assumidos pela empresa. De qualquer forma, a Change, como já foi dito, busca dar aquela ajuda a mais para algumas petições. Nesse caso, foi revelado que a decisão é humana e parte de reuniões semanais para escolha de petições a serem trabalhadas com a devida autorização dos autores, mas independentemente de receberem algum pedido dos mesmos. Isso também visa cumprir metas e manter a dinâmica da plataforma em evidência. É o caso da petição de uma de nossas entrevistadas, que admite ter transferido para a Change a administração do seu abaixo-assinado após ele ter viralizado.

Flávia (autora): foi incrível! Eu me lembro que quando começou foi assim, já nas primeiras horas foi um *boom*, tanto que, acho que uma semana depois ou nem isso, o pessoal do Change entrou em contato comigo e falou olha, a gente vai colocar o teu abaixo-assinado num patamar mais de... porque as pessoas estão fazendo, tão... Eu não sei o que eles fizeram na verdade (...) Daí foi muito legal, porque dias depois já consegui pressionar o governo e levaram... Até me entrevistaram, naquele Catraca Livre, no ano seguinte, sobre esse abaixo-assinado. Então foi legal que teve uma repercussão.

A passagem a seguir da entrevista com a diretora da Change, ao relatar as atividades do dia a dia, é importante para entendermos como funciona essa estratégia da empresa.

Monica: a gente tem um processo que a gente faz umas escolhas das petições que a gente vai trabalhar semanalmente. Essas escolhas elas seguem toda a nossa missão e propósito. Então, assim, sempre pauta ambientes democráticos, pauta direitos humanos, direitos dos animais. Então a gente segue uma premissa que é uma premissa mundial, tá? Que é a da Change. Pautas que sejam progressistas e algumas conservadoras, de preferência, pautas que a gente consiga colocar todo mundo dentro e que sirva e que tenha um propósito geral.

...Então, em média, a gente escolhe cinco petições por semana. Algumas a gente traz da semana anterior e essas petições vão para teste. Desculpa, eu pulei uma etapa.

Antes da gente fazer os testes, a gente fala com os peticionários. Algumas petições precisam estar mais bem escritas, então a gente faz propostas de textos, ou a gente pede autorização a esses peticionários para tratar esses textos, nenhuma petição na Change é trabalhada sem autorização. Existe um trabalho para você encontrar essa pessoa. Às vezes são pessoas que não existem, né? A gente tem esse trabalho e a gente vai, depois que passa por essa fase, a gente vai fazer os testes nas petições. Quando a gente fala testes, são testes de títulos que são mais bem aceitos pelos nossos usuários. A gente faz em média três testes para cada petição e, dependendo da taxa de abertura, a gente segue com aquela petição X.

A Petição Pública Brasil afirma não possuir qualquer linha ideológica. Com isso, podemos entender que a escolha do destaque de petições nessa plataforma busca exclusivamente manter a dinâmica de funcionamento do *site*.

Nelson: Normalmente são os autores das próprias petições que divulgam as petições junto das redes sociais e mídia e naturalmente os temas mais relevantes e oportunos rapidamente se tornam virais. O site não intervém em qualquer petição, deixando a cargo dos autores toda a autonomia e disponibilidade para gerirem a sua petição da forma que entenderem mais adequada.

Neste momento não fazemos divulgação por e-mail das petições existentes. As redes sociais neste momento ocupam 100% das promoções e divulgação, sendo que são os próprios autores e depois cada um dos assinantes o responsável por divulgar para os seus contatos, caso o entenda fazer.

Esse é o limite de ajuda a qualquer abaixo-assinado alojado na Petição Pública, diferindo das outras plataformas que possuem parcerias com canais da mídia para divulgação das campanhas que lhes interessam. No caso da Change, foi informada na entrevista a parceria com os *sites* de notícias Catraca Livre, Carta Capital e Huffpost Brasil. Na Avaaz, não conseguimos levantar esse dado em nossas observações.

Sabemos que, para uma boa gestão, a elaboração de um modelo de negócios consistente, com base na inovação, estabelecendo e cumprindo metas, é requisito fundamental para o sucesso um empreendimento privado. No terceiro setor, nas ONGs transnacionais, elaborar e seguir esse modelo é fundamental para a aprovação de seus projetos em instituições mundiais. Isto implica diretamente no financiamento que essas empresas podem receber. A transparência, ainda que hipotética, é mais um requisito fundamental nesses negócios. Não sabemos quais as metas perseguidas no caso da Avaaz. Na Petição Pública, essa meta parece ser a manutenção da disponibilidade das petições on-line. Já a plataforma Change se esforça para deixar essas questões mais claras no seu *site*.

Petição Pública: As metas continuam as mesmas que as metas iniciais. Apenas fornecer um serviço gratuito e acessível a todos os que queiram exercer os seus direitos enquanto cidadãos. Não temos objectivos de ganhos monetários nem uma equipa muito grande. Na área de desenvolvimento do site sou apenas eu e na parte

de ajuda aos usuários é que temos mais alguns colaboradores que ajudam nessa área. Ao contrário de outras plataformas não somos nós que iniciamos as campanhas/petições, todas são da responsabilidade dos seus autores, ou seja, todas as petições são criadas por terceiros e apenas eles gerem as suas petições.

Change: A Change.org é uma Organização de Benefícios Públicos e é supervisionada por um conselho de administração sem fins lucrativos — a Fundação Change.org — que também supervisiona os Programas da Change.org e as atividades beneficentes da Fundação. Esta estrutura híbrida nos permite combinar a ambição e a trajetória de crescimento de uma empresa de tecnologia com a administração focada na missão de uma entidade sem fins lucrativos. Esta estrutura também faz da Change.org a maior plataforma tecnológica do mundo sem fins lucrativos para a mudança social.

Com isso, chegamos a um ponto extremamente importante e controverso sobre as plataformas de petições on-line: o seu modelo de autofinanciamento.

6.1.5 Financiamento e doações

As plataformas de petições on-line se apresentam como empresas ou organizações sem fins lucrativos, por isso apresentam certo cuidado ao tentar deixar clara sua sustentabilidade financeira ou o seu modelo de autofinanciamento, como observamos no Quadro 6.

Quadro 6 – Modelo de sustentabilidade das plataformas

Plataformas	Modelo de sustentabilidade
Avaaz	Como a Avaaz é inteiramente financiada pelos próprios membros, a prestação de contas democrática está em nosso DNA. Nenhum patrocinador corporativo, nem governos podem insistir que a Avaaz mude suas prioridades para se adequar a algum programa externo; nós simplesmente não aceitamos recursos de governos, nem de empresas.
Change	Nossa organização trabalha para empoderar pessoas como você, que lutam para mudar sua própria realidade e a de suas comunidades. Para garantir que a plataforma se mantenha aberta, gratuita e independente, somos sustentados por contribuições diretas de quem usa o site. Todo dinheiro é investido para nossa equipe dar mais apoio às campanhas e para multiplicar o impacto no Brasil e no mundo. Nossa sustentabilidade depende 100% das pessoas que usam o site. Veja as duas maneiras de contribuir conosco:
Petição Pública	O site Petição Pública é completamente privado e particular, sem ligação a nenhum organismo do estado, empresa ou qualquer instituição. O site não tem qualquer tipo de apoio monetário, nem está sujeito a qualquer tipo de pressão, censura ou tendência política, como talvez esteja uma grande parte das plataformas de ativismo digital. Apesar de o site não estar sujeito a pressões de poderes políticos e governamentais cumpre minuciosamente todos os procedimentos legais e colabora com as autoridades competentes sempre que necessário.

Fonte: Sites das plataformas.

Essa sempre foi uma questão difícil para qualquer empresa por mostrar a saúde financeira que implica diretamente na avaliação da gestão, dos produtos e serviços oferecidos, o que pode afetar a conquista e a manutenção de membros e colaboradores. A ideia é a de que uma empresa que não fecha suas contas dificilmente consegue oferecer um produto de qualidade, lidar com os concorrentes, reinvestir e acumular, condições essenciais para sua permanência no mundo dos negócios capitalista. Não precisamos ir longe na teoria marxista para saber que as contradições fazem parte e alimentam o sistema capitalista. Nesse sentido, duas questões espinhosas se apresentam para as plataformas e colocam essas empresas na mira de críticas que podem afetar sua imagem, despertando dúvidas entre os seus membros e potenciais consumidores.

A primeira questão está relacionada ao tipo de organização que estamos estudando. Como empresas sem fins lucrativos, elas prometem oferecer um impacto social positivo para a população, no nosso caso, a possibilidade de transformação da sociedade, de empoderar pessoas para que consigam resolver os problemas locais e globais. Estamos falando de empresas que oferecem a tecnologia como instrumento para proporcionar essa transformação, portanto são empresas que, em tese, têm por finalidade a promoção do bem comum que, pensando na ética capitalista, seria a justificativa da atitude individual e de qualquer empresa, presente em qualquer etapa do capitalismo, e não necessariamente apenas das empresas sem fins lucrativos.

Dessa forma, não faria sentido que essas empresas se preocupassem com a livre concorrência, fundamento máximo do neoliberalismo, uma vez que o lucro não é a sua finalidade. Mais do que isso, imagina-se que algum tipo de solidariedade seria possível entre as ações destas empresas. Mas isso não parece acontecer, tendo em vista a necessidade de se diferenciar e conseguir sempre mais membros, disputando não só consumidores como os recursos disponíveis, como investimentos. Na mesma lógica, as ONGs disputam financiamentos para seus projetos. Ainda que o diretor da Petição Pública assuma um tom conciliador, é possível identificar as tensões entre as plataformas.

Nelson: Todas as outras plataformas têm objectivos financeiros e equipas de dezenas ou centenas de colaboradores como é o caso do Avaaz ou Change. São empresas ou instituições que geram milhões em receitas. Basta ver os relatórios públicos financeiros de qualquer uma dessas plataformas para perceber que não deixa de ser um negócio. No nosso caso, para além de termos sido a primeira plataforma desde género a surgir, não temos outros interesses ocultos, nem estamos sujeitos a qualquer tipo de pressão monetária. Não queremos com isto dizer que outras plataformas estejam sujeitas a esse tipo de pressão, mas apenas que nós não temos uma estrutura gigante por detrás. Todas as plataformas ocupam um lugar de destaque e bastante importante na luta pela democracia e todas exercem uma forma

de pressão sobre temas importantes na sociedade. Em nível de plataforma são todas bastantes semelhantes e penso que todas servem o mesmo propósito.

As doações representam outro ponto importante. Elas são centrais para a Change e para a Avaaz, que admitem ser essa a única fonte de recursos para pagar suas contas e manter suas ações. Além disso, indicam que é a partir das doações de seus usuários que conseguem manter sua independência e autonomia em relação a governos e empresas. O problema é que, desde o início das atividades da Avaaz no Brasil, por exemplo, essas doações são questionadas e criticadas por serem consideradas fontes de lucro da empresa e de seu fundador e sócios (Nassif, 2011). Questionam o fato de que o dinheiro arrecadado nas doações não é revertido apenas em campanhas e ações diretas da empresa, mas no pagamento de salários exorbitantes e em lucro para seus criadores. Lembramos que todas as doações feitas à Avaaz são direcionadas e administradas para as campanhas que ela mesma decide criar.

No caso da Change, a empresa trabalha com dois tipos de doações. Um tipo de doação é direcionado à própria empresa com o objetivo de fortalecer o impacto dela no mundo – são as chamadas doações recorrentes. O outro tipo de doação é o impulsionamento de petições, em que as pessoas doam para ajudar a “turbinar” uma petição específica, permitindo que mais pessoas possam visualizá-la, assinando e possivelmente também contribuindo, uma espécie de investimento para ampliar a sua visibilidade.

Monica: Quando a gente fala em petições turbinadas, só para você entender, quando a gente coloca 10 reais, 500 pessoas, eu não sei se é exatamente isso, tá? Eu não tenho esse número claro na minha cabeça, mas se você põe 10 reais, 500 pessoas vão ver a sua petição dentro do espaço da Change. Significa que essa pessoa vai ver essa petição dentro do nosso programa de e-mails. Você recebe o e-mail e lá no final do e-mail tem lá, veja outras petições e a (petição da) Amazônia vai estar lá, entendeu? Então é isso que a gente chama de petição turbinada.

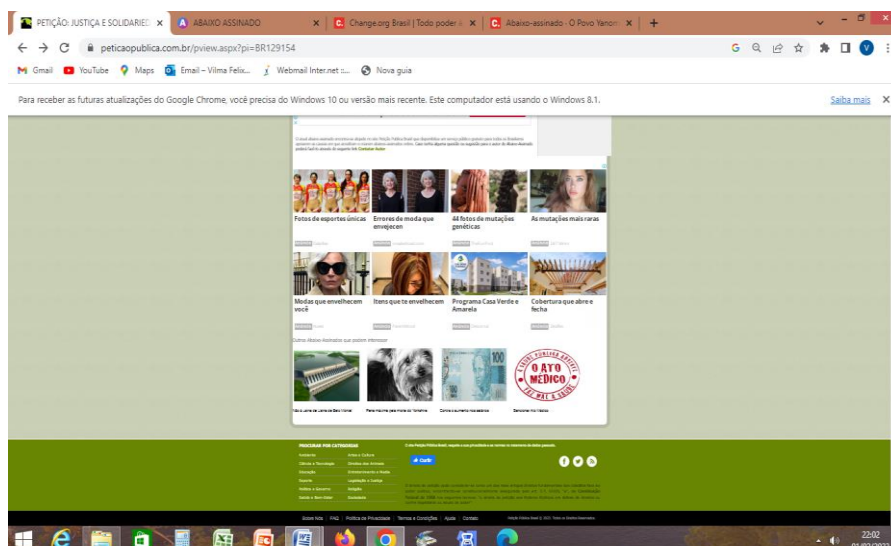
A Petição Pública é a única das três empresas estudadas que faz questão de destacar que não recebe nenhum tipo de doação, seja de empresas privadas, governos, políticos ou mesmo de usuários. Inclusive, a empresa utiliza isso como um potente diferencial que confere um atributo de total autonomia e independência. Mas admite anúncios aleatórios em seu *site*, por meio do serviço de publicidade Google AdSense, demonstrando que esta independência é relativa.

Nelson: Não temos nem pretendemos qualquer tipo de apoio financeiro de empresas ou instituições, pois isso poderia levantar questões éticas quanto à isenção, transparência e tendências do site. O site roda alguns anúncios do Google de forma completamente aleatória e que geram uma ajuda para suportar os custos de

servidores, software, gestão e manutenção do site. Não temos qualquer intenção futura de mudar esta situação ou ceder a qualquer tipo de poder financeiro.

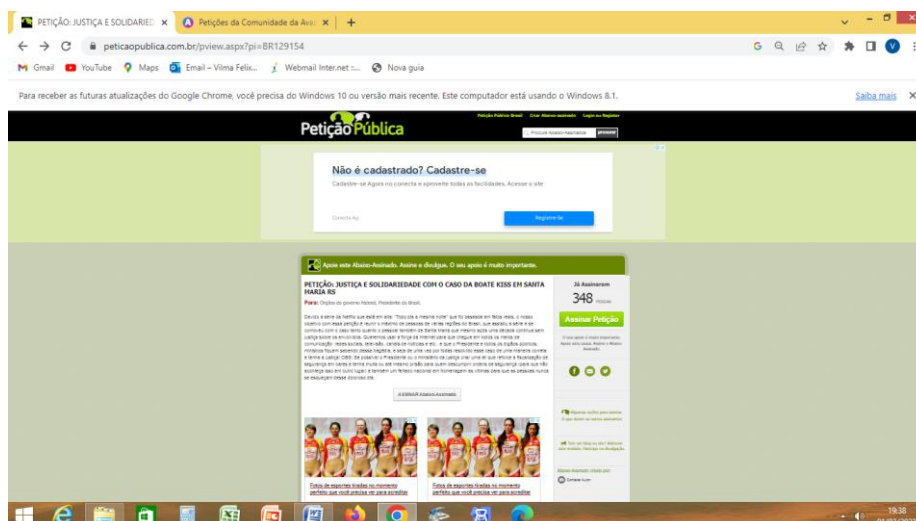
Observamos os diversos anúncios espalhados entre os abaixo-assinados e, a cada página aberta dentro da plataforma, eles aparecem com mais frequência. Segundo Nelson, isso confere autonomia ao *site*, que deixa de ficar suscetível a pressões externas. Mas não deixa de ser um pouco contraditório, já que ele também não deve controlar o que é propagado ali. Nada impede que apareçam propagandas de uma empresa demandada por petições de seus usuários, alguns inconvenientes provocados pelo conteúdo dos anúncios em si ou, ainda, a poluição visual com a qual nos deparamos ao explorar o *site*.

Figura 10 – Anúncios na página inicial do site Petição Pública Brasil



Fonte: Internet (<https://peticaopublica.com.br/>).

Figura 11 – Anúncios em página de abaixo-assinado no site Petição Pública Brasil



Fonte: Internet (<https://peticaopublica.com.br/>).

6.1.6 Vitórias e cobranças

Para que qualquer empresa sobreviva à concorrência no mundo capitalista, é muito importante passar confiança e credibilidade aos seus usuários e consumidores, e alguma espécie de garantia do serviço e produto ofertado. Já vimos que uma das formas de conseguir isso é por meio da transparência e otimização da gestão dos recursos que circulam nas plataformas, pela maneira como as empresas se financiam, e alguns problemas gerados com essas escolhas. Mas existem outras formas para as plataformas conseguirem credibilidade e, inclusive, se diferenciarem. Isso passa exatamente pelo sucesso da ação, pelas vitórias conseguidas por meio dos abaixo-assinados on-line. Ao mesmo tempo, essas vitórias estimulam adesões e incentiva novos ativistas. Por isso, a Avaaz e a Change dão destaque a esta questão logo na página inicial das plataformas.

Monica: é muito mais interessante pra gente que essa petição seja totalmente endereçada e com um pedido concreto porque, além do clamor popular, a gente pode fazer a pressão onde tem que ser pressionado. A gente já faz o endereço direto, se isso não acontece faz parte do nosso trabalho conversar com o peticionário pra tentar devolver a ideia dele pra ele fazer um endereçamento. Que pode ser pessoas de todo o mundo, mais Rodrigo Maia, mais... (risos), sabe? É que pode ser mais de uma, né? Mas que esse pedido seja concreto pra que a gente possa fazer essa entrega. Isso é muito interessante pra gente, fazer essa entrega e que essa entrega se transforme numa vitória, que é onde dá a credibilidade à nossa plataforma.

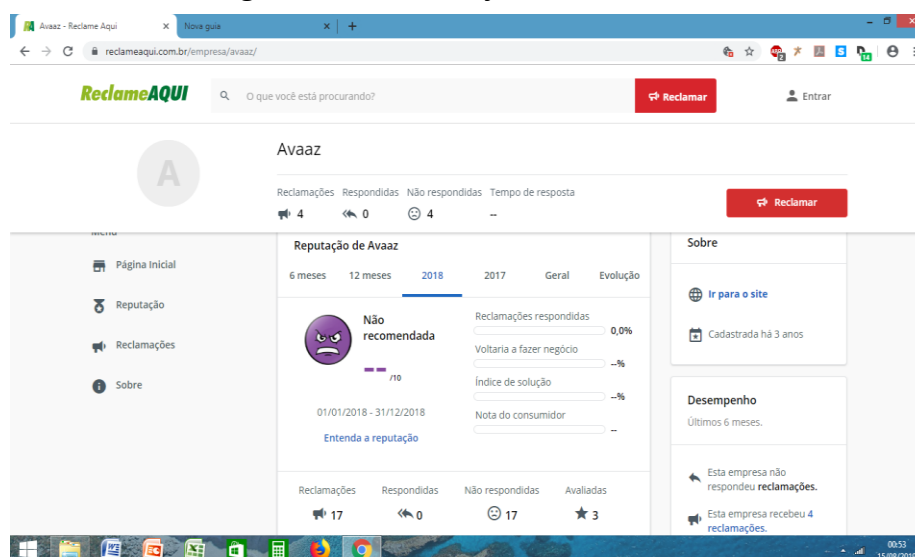
A questão das vitórias é algo subjetivo, é difícil e apresenta diferentes dimensões de acordo com o ator envolvido. Em tese, a vitória de uma petição seria a solução do problema demandado, mas isso adquire outros significados de acordo com os motivos que levaram os autores a construir os abaixo-assinados. Isso pode ser percebido, por exemplo, em problemas muito abrangentes, cuja solução não é simples nem rápida e em que o poder de decisão passa por várias instâncias (poder executivo, legislativo ou judiciário, esfera municipal, estadual ou federal), dificultando a definição do alvo e o direcionamento da petição. Nesses casos, o objetivo do autor muitas vezes está em simplesmente pautar o tema, chamar a atenção e provocar um debate na sociedade.

Nelson: Para se considerar que a Petição teve sucesso basta que ela seja um agente que despoleta uma mudança. Muitas vezes basta apenas que desperte a sociedade para um determinado tema ou causa e que para daí se origine uma discussão pública e se possa chegar a uma mudança.

Como as empresas estão inseridas no mundo competitivo dos negócios, também estão

sujeitas à avaliação dos ativistas consumidores. Procurando informações sobre as plataformas em mecanismos de buscas na internet, deparamo-nos com uma curiosa sugestão: queixas no site Reclame AQUI³⁷, em que pudemos verificar avaliações sobre as empresas Avaaz e Change, como ilustrado nas figuras 12 e 13.

Figura 12 – Reclamação contra a Avaaz

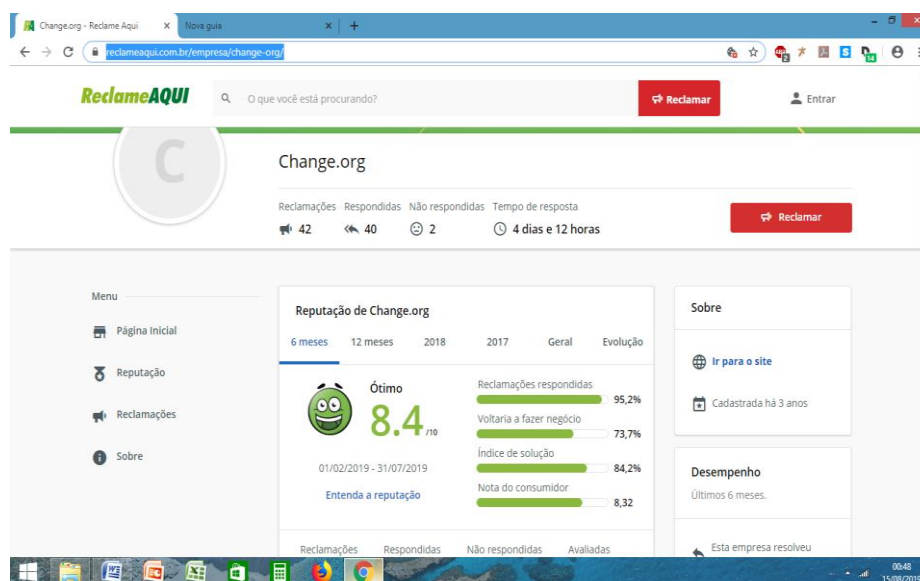


Fonte: Internet (https://www.reclameaqui.com.br/avaaz/nao-consigo-acessar-as-assinaturas-da-peticao_ZdFBETOWXyAZ1KLZ/). Acesso em: 15 ago. 2019.

Nesta data, a Avaaz estava sendo avaliada como empresa “não recomendada”. Para chegar a essa avaliação, o Reclame Aqui trabalha com um cálculo, entre índices e médias, levando em consideração algumas questões como percentual de reclamações respondidas, solução dos problemas etc. Acreditamos que esta recomendação negativa para a empresa se deva ao fato de não ter respondido nenhuma das 17 reclamações cadastradas na plataforma. Sobre as reclamações, eram a respeito de pedidos de cancelamentos do uso do cartão de crédito, cancelamento de doações, cancelamento de assinaturas em petições, por não conseguir editar petições e não conseguir receber ou baixar a lista de assinantes da petição criada, entre outras coisas. Também encontramos uma reclamação pelo fato de a Change ter sido supostamente tendenciosa e ter criado *fake news* em favor da esquerda.

³⁷ O Reclame AQUI é uma plataforma para soluções de conflitos entre consumidores e empresas da América Latina e utilizada também para pesquisar a reputação das empresas a partir da experiência dos consumidores. Ver: Reclame AQUI, 2022.

Figura 13 – Reclamação contra a Change



Fonte: Internet (https://www.reclameaqui.com.br/change-org/cobrancas-indevidas_2tpG_JCVGouy2GU/); <https://www.reclameaqui.com.br/empresa/change-org/>). Acessado em: 15 ago. 2019.

A Change recebeu uma avaliação considerada “ótima”, deixando de responder a apenas 2 das 42 reclamações feitas a essa empresa no *site*. Apresentou um índice de 84% dos problemas solucionados, com quase 74% dos reclamantes afirmando que voltariam a fazer “negócios” com a empresa. No geral, as reclamações eram bem parecidas com as da Avaaz. Os clientes reclamavam sobre cobranças indevidas no cartão de crédito, pedido de cancelamento de doações, assinaturas ou petições e dúvidas sobre os impulsionamentos, entre outras. Esses dados não podem ser utilizados para comparações entre as plataformas, pois infelizmente os *prints* guardados foram selecionados de maneira errada. No caso da Avaaz, o *print* se refere ao ano de 2018, ao passo que o da Change se refere aos primeiros meses do ano de 2019.

Em nossa pesquisa quantitativa, podemos considerar que as plataformas foram avaliadas positivamente, no geral, com um percentual de confiança razoável. Todas alcançaram mais de 30% de confiança dos entrevistados, sendo a Avaaz a que eles mais confiam. Mas o que apresenta ser mais significativo é que o percentual de desconfiança é muito baixo, não chega a 10% das respostas para nenhuma delas, conforme Tabela 8.

Tabela 8 – Grau de confiança nas plataformas de petição on-line

	Avaaz	Change	Petição Pública
	%	%	%
Confio totalmente	16	11,2	8,8
Confio um pouco	27,2	31,2	28
Nem confio nem desconfio	26,4	26,4	26,4
Desconfio um pouco	8	4,8	7,2
Desconfio totalmente	1,6	-	2,4
Não sabe/não respondeu	20,8	26,4	27,2
Total	100	100	100

Fonte: Elaboração própria.

6.1.7 O poder das redes: o uso de e-mails e do Facebook

O disparo de e-mails para clientes é uma ferramenta bastante utilizada no marketing digital e com as duas maiores plataformas de petições on-line não poderia ser diferente. A Tabela 6 mostrou o volume de e-mails que recebemos entre os anos de 2015 e 2020. Esses dados coletados nos e-mails cadastrados nas plataformas podem não ser exatos, pois, apesar dos filtros criados para direcionar e guardar os e-mails recebidos sobre petições on-line das três plataformas estudadas, é possível que alguns tenham se perdido, indo parar na caixa de lixo eletrônico (*spam*) e eliminados automaticamente. Esses números também podem estar relacionados à quantidade de petições assinadas, diminuindo em períodos que não acontecem assinaturas. Mesmo assim, é difícil entender a ausência de e-mails nos anos de 2018 e 2019 enviados pela Avaaz. Por outro lado, é interessante observar o volume de e-mails em 2020, disparados pela Change, bem maior que a soma de todos os anos anteriores. Nesse caso, acreditamos que o próprio aumento no volume de petições durante a pandemia, período em que houve um aumento das atividades remotas, tenha impulsionado esse incremento. Em junho de 2020, a empresa acusou um aumento de 160% no número de abaixo-assinados criados na plataforma (Folha de S. Paulo, 2020).

Já a Petição Pública não envia e-mails divulgando campanhas. Envia mensagens apenas para confirmação de cadastro e de assinatura de petições. Como explica seu proprietário,

Nelson: Neste momento não fazemos divulgação por e-mail das petições existentes. As redes sociais neste momento ocupam 100% das promoções e divulgação sendo que são os próprios autores e depois cada um dos assinantes o responsável por

divulgar para os seus contatos, caso o entenda fazer.

Artigos sobre marketing digital costumam afirmar a importância e eficácia da utilização do e-mail (UOL e-commerce, s/d) de forma estratégica para seus negócios. Nossa pesquisa on-line também indicou que 44% dos entrevistados olham suas caixas de entrada várias vezes ao dia (Tabela 9). Somados às pessoas que utilizam seus e-mails ao menos uma vez ao dia, este meio alcança mais de 57% dos entrevistados. Número surpreendente, tendo em vista que hoje muitas atividades empresariais são realizadas formalmente ou informalmente por meio de aplicativos de mensagens, como WhatsApp, ajudando a misturar o corporativo e o individual, visto que ali as pessoas costumam compartilhar suas experiências e opiniões pessoais.

Tabela 9 – Frequência na checagem de e-mails

Utilização de e-mails	%
Várias vezes ao dia	44
Uma vez ao dia	13,6
Três a cinco vezes por semana	14,4
Uma vez por semana	3,2
Uma vez a cada 15 dias	1,6
Uma vez ao mês	0,8
Muito raramente	8
Nunca usa e-mails	0,8
Não respondeu	13,6
Total	100

Fonte: Elaboração própria.

Castañeda (2017), estudioso da Avaaz, afirma que este veículo (o correio eletrônico) é fundamental para as atividades dessa plataforma. É principalmente por meio dele que a empresa consegue estimular o engajamento de seus membros e a formação de sua rede de apoio. Esse engajamento pode ser percebido pela assinatura de uma petição, pelo compartilhamento dela em redes sociais ou por e-mails. É também o principal meio onde acontecem os pedidos de doações para a plataforma e a solicitação para participação em outras atividades, como o envio de mensagens e telefonemas para pressionar deputados, por exemplo. Segundo o autor, a empresa dispara e-mails de acordo com os interesses de seus membros e os algoritmos formam grandes grupos com interesses temáticos. Imagina-se que, assim, fica mais fácil para conseguir a adesão dos membros.

Tabela 10 – Recebimento e leitura de e-mails enviados pelas plataformas

Costuma receber e ler e-mails das plataformas de petições on-line?	%
Sim, recebo e costumo ler	24,8
Sim, recebo, mas só leio os temas que me interessam	28,8
Sim, recebo, mas não costumo ler	16,8
Não costumo receber esses e-mails	20
Não sabe/não respondeu	9,6
Total	100

Fonte: Elaboração própria.

O mesmo acontece nas entrevistas em profundidade realizadas. A maioria das pessoas afirma não ler todos os e-mails que recebem sobre petições on-line, como visto na Tabela 10. Normalmente, elas buscam fazer uma seleção de temas, o que nos faz imaginar que elas recebem e-mails solicitando assinatura em petições sobre outros assuntos além daqueles que lhes interessam.

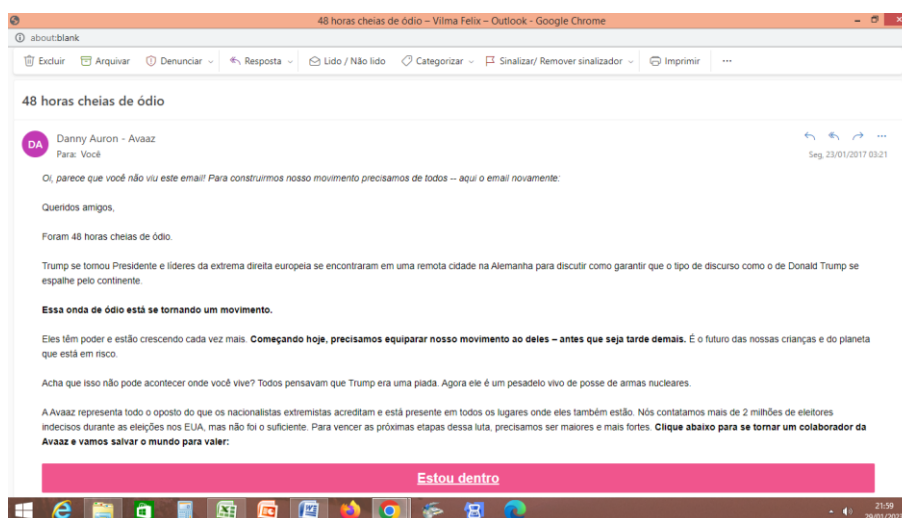
Flacar (assinante): sempre recebo no e-mail, nem todos são interessantes, a maioria da causa animal é do meu interesse, mas tem outros que são de interesse específico de uma pessoa.

Algumas pessoas, inclusive, dão preferência a ler apenas o que é recebido por e-mails ou por uma rede social de amigos, indicando que esse filtro aplicado na plataforma para envios de e-mails de acordo com os interesses dos usuários vai um pouco mais além. É o caso deste respondente que afirmou não ler os e-mails enviados pelas plataformas. Quando perguntamos os motivos da não leitura, ele argumentou o seguinte:

Jef (assinante): é porque tipo... Quando você recebe pelo WhatsApp já é de alguém que você tem afinidade, que tá indicando uma causa, alguma coisa, e de repente a pessoa já sabe mais ou menos que você vai entrar naquilo ali.

O tipo de comunicação que circula nesses e-mails é algo que deve ser levado em consideração por demonstrar as estratégias das plataformas para conseguir adesão para as suas causas. Tomamos dois exemplos sorteados entre os e-mails recebidos em janeiro de 2017, conforme explicado no capítulo 2 sobre a metodologia.

Figura 14 – E-mail da Avaaz solicitando apoio em campanha



Fonte: E-mail recebido em 01/2017.

Trata-se de mensagem sobre uma campanha da própria Avaaz solicitando a participação do destinatário em um movimento contra Donald Trump, na época presidente dos EUA. O e-mail indica que Trump se tornou líder da extrema direita na Europa e foi enviado em nome de funcionários da Avaaz. A estratégia parece ser sensibilizar, despertando uma indignação capaz de gerar a ação, apoiar a causa e se, possível, captar doações. Para isso, a plataforma explora sentimentos como ódio e medo para estimular a ação, como no trecho abaixo:

Essa onda de ódio está se tornando um movimento. Eles têm poder e estão crescendo cada vez mais. Começando hoje, precisamos equiparar nosso movimento ao deles – antes que seja tarde demais. É o futuro das nossas crianças e do planeta que está em risco. Acha que isso não pode acontecer onde você vive? Todos pensavam que Trump era uma piada. Agora ele é um pesadelo vivo de posse de armas nucleares. (E-mail da Avaaz recebido pela autora em 01/2017)

Em seguida, o texto apresenta os motivos para o engajamento no movimento criado pela plataforma e o que fazer para a ação dar certo:

A Avaaz representa todo o oposto do que os nacionalistas extremistas acreditam e está presente em todos os lugares onde eles também estão. Nós contamos mais de 2 milhões de eleitores indecisos durante as eleições nos EUA, mas não foi o suficiente. Para vencer as próximas etapas dessa luta, precisamos ser maiores e mais fortes. Clique abaixo para se tornar um colaborador da Avaaz e vamos salvar o mundo para valer. (E-mail da Avaaz recebido pela autora em 01/2017)

A frase “estou dentro”, que aparece na barra lilás, é um *link* que leva à plataforma Avaaz. A página de destino não contém uma petição, apenas um pedido de colaboração para

se tornar um doador regular da plataforma, e mostra algumas conquistas das campanhas da Avaaz, uma espécie de garantia para gerar confiança no apoiador. O pedido é de colaboração e o e-mail explica textualmente o que significa torna-se um colaborador:

Tornar-se um colaborador significa assumir o compromisso de contribuir regularmente. É uma declaração de que estamos nessa luta juntos. Mesmo uma contribuição de um dólar por semana incentiva outros membros da nossa comunidade a assumirem este compromisso também. Vamos juntos construir um movimento que derrotará o ódio.

Doações de 5, 10, 15 reais semanais e formas de pagamento no cartão de crédito ou Paypal. (E-mail da Avaaz recebido pela autora em 01/2017)

Figura 15 – Página da Avaaz solicitando doações



Fonte: Internet (<http://secure.avaaz.org>).

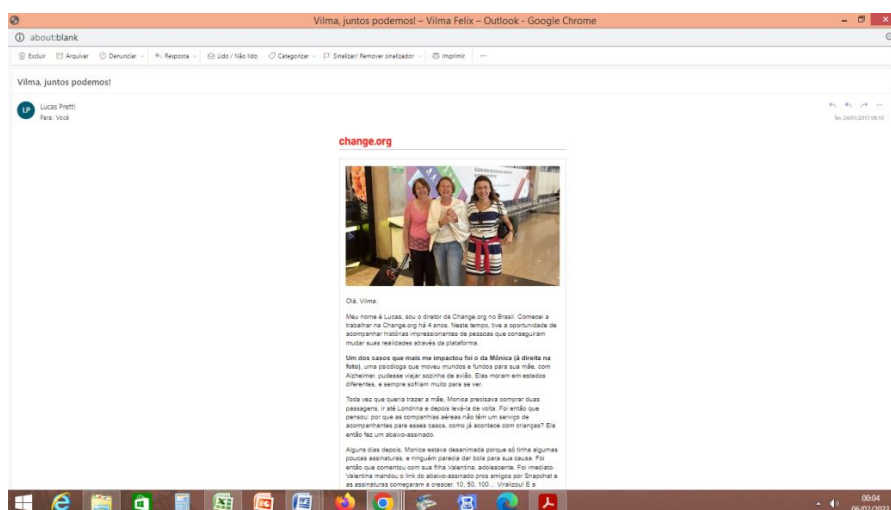
O e-mail sorteado da Change vai no mesmo sentido. Foi enviado em nome do diretor da plataforma no Brasil na época. Trata de relatar a história de uma pessoa chamada Mônica que buscava ajuda para o problema de saúde da sua mãe. O texto relata toda a luta de Mônica e os passos que ela seguiu após criar um abaixo-assinado sobre o caso e finalmente conseguir ter sua demanda atendida. O caso é utilizado para estimular as doações para a empresa e o *link* disponibilizado também leva ao ambiente de doações da plataforma.

O caso da Mônica nos mostrou, mais uma vez, o imenso poder das pessoas quando juntam suas vozes. É para isso que existe a Change.org, para fazer com que essas coisas aconteçam.

Hoje é a Change.org que precisa de você, urgentemente. Somos uma plataforma que coloca a tecnologia à serviço da sociedade e sabemos que poderíamos fazer muitas outras coisas para que existam mais e mais histórias como a da Mônica. Mas para isso precisamos contar com mais recursos.

É por isso que te escrevo, para pedir sua contribuição para o site. Cada um dá um pouquinho e garantimos que mais pessoas possam levantar suas vozes e, juntas, convencerem aqueles que estão em posições de poder de que devem escutá-las. Nos ajude [clikando aqui](#). Te agradecemos infinitamente. (E-mail recebido pela autora em 24/01/2017).

Figura 16 – E-mail da Change solicitando doações



Fonte: E-mail recebido em 24/01/2017.

Nos e-mails dessas plataformas são utilizadas frases de efeito, apelos e fotos, sempre com o objetivo de tocar as pessoas através de sentimentos e emoções, exatamente como expressado por autores para tratar as motivações dos ativistas, como Castells (2013) e Melucci (2001), ou por aqueles que tratam das técnicas de dominação neoliberal, como Han (2020).

Mas a forma como as petições se propagam está muito além do especial interesse das plataformas no uso de e-mails. Na verdade, em nossa pesquisa de campo, 11 das 20 pessoas entrevistadas mencionaram ter tomado conhecimento das petições on-line pelas redes sociais (Tabela 11), com destaque para o compartilhamento de petições no Facebook.

Tabela 11 – Como os entrevistados conheceram as petições on-line

Como tomou conhecimento das petições on-line	Entrevistas em profundidade - assinantes e autores
E-mail	4
Indicação de amigos off-line	2
WhatsApp	2
Facebook	5
Sites de internet	2
Redes sociais sem especificação	4

Fonte: Elaboração própria.

Se o e-mail é o veículo privilegiado da Avaaz e da Change para conseguir adesões, as redes sociais parecem ser o lugar escolhido pelos usuários para divulgar e tomar conhecimentos dessas petições. Sabemos que o uso das redes sociais digitais vem crescendo cada dia mais no Brasil e a melhor maneira das plataformas terem acesso a essas redes é por meio do compartilhamento de abaixo-assinados. Quando assinamos uma petição, imediatamente é solicitado que ela seja compartilhada no Facebook, Instagram, Twitter ou WhatsApp, com mais ênfase, inclusive, do que a solicitação para compartilhamento do abaixo-assinado por e-mail ou, ainda, do que a possibilidade de copiar o *link* para distribuição avulsa.

O apelo ao compartilhamento nas redes sociais digitais surge como requisito fundamental para apoio no sentido de obter mais adesões e, conseqüentemente, promover o sucesso da petição. Junto com a petição, obviamente, ajudamos a divulgar o nome da plataforma. Essa é uma forma eficaz e barata de inserção nas redes sociais de seus usuários. Outra possibilidade de propaganda das empresas seria a promoção paga de anúncios nas redes, já que a audiência em suas próprias páginas nas redes sociais é baixa em relação ao número de membros que as grandes empresas, como Avaaz e Change, afirmam possuir em suas plataformas (Tabela 12).

Tabela 12 – Dados dos perfis das plataformas nas redes sociais

		Avaaz	Change	Petição Pública
Facebook	Seguindo	162	1753,032	86.302
	Seguidores	1,5 mi	1.755.626	87.099
Twitter	Seguindo	10.022	751	3
	Seguidores	727.871	1.545.171	3.066
Instagram	Seguindo	138	775	19
	Seguidores	46 mil	12,3 mil	383

Fonte: redes sociais das plataformas (atualizado em 21/06/2022).

No momento da realização deste estudo, o Facebook era a rede social privilegiada pelas plataformas de petições on-line. Infelizmente, não foi possível, em nossa pesquisa de campo, estabelecer uma observação sistemática para montagem de um quadro comparativo que demonstrasse a utilização dessa rede pelas plataformas, devido às diferentes estratégias de utilização. Uma das dificuldades, já citada anteriormente, é a separação dos *sites* por local de atuação. A Change, por exemplo, mantém e alimenta um Facebook para o público brasileiro.

Já a Avaaz utiliza uma página mundial e a Petição Pública não costuma fazer publicações em sua página nessa rede social.

De qualquer forma, vale a pena tomar, a título de ilustração, algumas situações que demonstram a baixa interação que essas empresas conseguem em seus perfis nas redes sociais. Em janeiro de 2020, o perfil da empresa Avaaz no Facebook apresentou uma alta intensidade de postagens, 55 ao todo, quase duas por dia, mas, apesar dos seus 1,5 milhão de seguidores, uma postagem sobre um incêndio na Austrália foi a que conseguiu o maior número de curtidas (5,2 mil). Outra postagem, sobre o bilionário Jamie Dimon, presidente da JP Morgan Chase, obteve o maior número de compartilhamentos (11 mil). Já o maior número de comentários (413) foi identificado em uma terceira postagem sobre o ex-presidente norte-americano Donald Trump. É importante ressaltar que todas as postagens da Avaaz são sobre suas próprias campanhas, não encontramos postagens sobre petições realizadas por terceiros.

A página da Change no Facebook também apontava, em agosto de 2019, mais de um milhão de seguidores. Aquele havia sido o mês sorteado para acompanhamento e montagem do quadro comparativo entre as plataformas, que acabou não viabilizando-se. Em todo caso, a empresa apresentava uma interação ainda mais baixa que a Avaaz, mesmo considerando que a sua página é direcionada para o público brasileiro. A postagem da Change sobre uma matéria da revista Carta Capital a respeito de duas petições que buscavam impedir o desmatamento na Amazônia recebeu o maior número de curtidas, 140 ao todo. Também foi a mesma postagem que recebeu o maior número de compartilhamentos (122). Já a postagem com o maior número de comentários (39) falava de uma petição sobre a causa animal.

Observa-se que nem sempre é fácil manter uma dinâmica de funcionamento nas redes sociais por parte de empresas e mais difícil ainda parece ser conseguir estimular a interação entre seus seguidores. Essas questões são importantes para compreender as potencialidades das petições on-line. Afinal, são as experiências das interações sustentadas que garantem a formação de identidades coletivas dos movimentos sociais (Melucci, 2001). Porém, constatamos não haver muito interesse por parte das plataformas em estimular essas relações.

Monica: não, existe uma coisa mais séria aí que é a proteção de dado. Na realidade a gente segue uma política de proteção de dados mundial e brasileira, né? Então você tem que seguir. O que pode acontecer é que quando você assina uma petição, ou melhor, quando abre uma petição enquanto organização, uma organização que de fato seja provado que é uma organização, você pode pegar os e-mails das pessoas que assinaram e autorizaram a organizam a receber, só. Mas a gente não faz esse encontro não. Por lei, nem pensar. Tem a proteção, Vilma, isso é outra coisa muito séria sabe, talvez uma das coisas mais sérias na Change é a relação a proteção de dados. Aqui a gente tem total controle do que está acontecendo o tempo inteiro relacionado aos dados dos nossos usuários.

... a gente tem até a parte de comentário, né? Ali é o máximo que a gente tem de interação, é o máximo. Outra forma que você tem de falar com os peticionários é entrando em contato com a gente e a gente entra em contato com o peticionário dando o seu contato, mas desde que isso seja uma coisa fidedigna e muito real entendeu? A gente tem que lidar com muita gente, com muito *hater*, entendeu? Com processos muito duvidosos, a gente não tem nem coragem de dar um passo a mais em relação a isso nesse momento.

A Petição Pública deixa isso ainda mais claro:

Nelson: Não temos ainda desenvolvidas ferramentas que permitam grande interação entre os mesmos da plataforma. Não vemos que isso seja um factor fundamental para atingir os objectivos de uma petição.

Não temos neste momento na nossa plataforma algo que responda a esse tipo de interações sociais entre o autor e apoiadores. Temos deixado isso para outro tipo de plataformas como grupos de Facebook ou grupos de WhatsApp que se criam em torno de uma petição e que servem melhor esse propósito.

Neste sentido, o que parece unir as três plataformas é mesmo a mobilização articulada no estímulo à assinatura e ao compartilhamento das petições nas redes sociais. A Petição Pública, como a Change, estimula a criação de abaixo-assinados. A Avaaz também oferece o serviço, mas não percebemos muito interesse dela na criação de petições por terceiros. Já a Change, assim como a Avaaz, estimula a criação de campanhas e de bancos de dados utilizados para disparar e-mails de divulgação de campanhas e pedidos de doações. A diferença é que a Avaaz solicita apoio apenas para causas próprias e a Change apoia apenas causas de terceiros. O fato é que este aparenta ser um negócio que continua crescendo, como mostrado durante a pandemia, no caso da Change ou no projeto otimista da Petição Pública.

Nelson: As petições têm tido uma tendência de aumento nos últimos anos devido a uma maior aderência em geral à nova era digital. As pessoas estão também cada vez mais atentas à vida política e aos temas relevantes para a sociedade e vêm nestas plataformas uma forma de pressionar os poderes instituídos por mudanças

Se pudéssemos escalonar o tipo de ativismo ofertado por essas empresas, poderíamos dizer que a Petição Pública é uma empresa que disponibiliza o instrumento, a tecnologia que facilita a ação dos indivíduos; a Change, além de fornecer a mesma tecnologia, de estimular, organizar e financiar técnica e financeiramente, inclusive, como uma espécie de consultora de ativistas individuais, diz que está aberta a qualquer projeto político de transformação desde que atenda às suas diretrizes. Já a Avaaz se coloca como a grande força coletiva, que usa o instrumento tecnológico das petições on-line para que ela mesma se constitua como um grande movimento social, já que define e trabalha apenas as questões que lhe interessam. A

petição é o elemento em torno do qual se articulam e se mobilizam a vontade de mudança dos ativistas e os negócios das plataformas.

6.2 AUTORES E ASSINANTES DAS PETIÇÕES ON-LINE: PROTAGONISTAS OU COADJUVANTES?

Os objetivos das plataformas de petição on-line demonstrados anteriormente, em síntese, consistem na possibilidade de oferecer um instrumento de ação individual para promover as mudanças que as pessoas querem. As formas como essas empresas se organizam para oferecer este serviço gratuito reflete um tipo de ativismo muito ligado à ideia de negócios do empreendedorismo neoliberal. Ofereceremos agora uma visão das atitudes e da percepção dos outros atores envolvidos no processo, os criadores e os apoiadores das petições on-line, em relação a esse tipo de ativismo. É fundamental compreendermos como esses atores percebem suas ações e como se posicionam dentro desse contexto, entendendo as possibilidades e limites do uso das petições on-line como forma de ativismo.

Neste tópico, apresentaremos os achados de nossa pesquisa de campo com criadores e assinantes das petições on-line, destacando elementos-chaves para compreensão dessa forma de ação. Iniciaremos por uma resumida apresentação desses atores, caracterizando os perfis socioeconômicos e suas formas de participação social e política para além dos abaixo-assinados. Em seguida, faremos uma exposição do envolvimento desses atores com as petições. Trabalharemos as especificidades da utilização desse instrumento e a percepção dos serviços oferecidos pelas plataformas, abordando a forma como eles constroem suas ações de acordo com os elementos disponíveis que envolvem o uso dos abaixo-assinados como ação, aspectos como os temas escolhidos, definição dos alvos, investimento na divulgação, formas de entrega das petições e acompanhamento dos resultados. Por último, apresentaremos os aspectos mais subjetivos que visam identificar as possibilidades oferecidas por esse instrumento, a forma como esses atores se percebem ao realizar essa ação e que tipo de ativismo eles acreditam ser possível por meio das petições on-line.

Assim como no tópico anterior, utilizaremos as respostas das entrevistas em profundidade com esses atores e alguns resultados da pesquisa quantitativa on-line para complementação dos dados.

6.2.1 Quem são e o que pensam autores e assinantes de petições on-line

Lembramos que o perfil dos nossos entrevistados autores e assinantes de petições on-line foi apresentado nas tabelas 3 e 4 do capítulo 2. Resumidamente, podemos destacar que são homens e mulheres que, em sua maioria, têm mais de 30 trinta anos e possuem um alto grau de escolaridade, pois 15 das 19 pessoas entrevistadas possuíam nível superior ou mais.

Essas pessoas apresentam níveis de participação social e política diferentes, com uma variação por categorias, assinantes e autores, que parecem caracterizar diferentes graus de ativismo e participação social e política entre eles. Preparamos a Tabela 13 como forma de demonstrar melhor essas diferenças e guiar nossas análises.

Tabela 13 – Formas de participação social e política dos assinantes e autores

Formas de participação política e social	Assinantes (9 entrevistas)	Autores (10 entrevistas)
Participantes de partidos políticos	3	6
Participantes de movimentos sociais ou é ativista de alguma causa	1	9
Contribuições para instituições filantrópicas e causas sociais	4	4
Participantes de protestos e manifestações de ruas	9	6
Participação em consultas públicas do governo no site e-Cidadania	5	7

Fonte: Elaboração própria.

Esta tabela revela questões interessantes para o estudo do ativismo daqueles que utilizam as petições on-line. Primeiro, é preciso destacar que os assinantes parecem fazer parte de um nível mais leve, digamos assim, de participação. São pessoas mais acostumadas aos protestos presenciais, principalmente sobre temas políticos e campanhas eleitorais, e apresentam alguma desconfiança do mundo digital. Costumam participar de protestos, mas não estão engajadas em movimentos sociais, mesmo tendo entrevistado duas pessoas que participam ativamente da causa animal. Fazem isso sem se engajar em um grupo específico, mas tentam colaborar com vários ao mesmo tempo, representando bem a nossa ideia inicial de pensar o ativismo contemporâneo entendendo a categoria ativista como um indivíduo que atua em várias causas e grupos ao mesmo tempo, sem assumir compromisso com um coletivo específico.

Flacar (assinante): me chamou, eu estou lá, protestos, manifestações que

congregam vários segmentos, que unem muitas pessoas em torno do mesmo interesse (...) as da educação e da vigília do Lula Livre no Recife Antigo em 2019.

Sandra (assinante): sempre que posso que eu tenho oportunidade (...) De rua ou on-line (...) (de rua) Sempre que tem eu vou, qualquer tema, se eu achar a causa justa eu vou. Eu participei no Não ao Golpe, do Fora Temer... (...) (tuitaços) Ultimamente não, mas já participei (...) Ultimamente eu acho que estou desalentada com a política de uma maneira geral (...) (no on-line) porque eu acho que tem as coisas dos robôs, eu acho que tem uma coisa muito automatizada nessa história.

É possível perceber a familiaridade e disposição para participação em protestos de rua muito direcionados a questões políticas. Em alguns casos, a presença nas campanhas eleitorais de rua parece funcionar como uma extensão, talvez, uma das poucas possíveis, estimulada pelo nosso modelo de democracia representativa neoliberal, que enxerga a cidadania pelo direito ao voto e, conseqüentemente, pelas campanhas eleitorais nas ruas ou qualquer ação relacionada ao voto.

Silvana (assinante): sempre participei das campanhas, dos comícios e passeatas das duas campanhas de Lula, na primeira de Dilma também e também fui pra rua contra o *impeachment*.

Márcio (assinante): na época do auge da cassação de Dilma, eu ia muito pro Vem Pra Rua. Até porque eram coisas que estavam acontecendo, na minha opinião, que ela não estava conseguindo controlar, infelizmente e foi uma sabotagem, pra mim ficou claro depois, até porque é o seguinte, até eu chegar na conclusão de que eu não estava fazendo muito coisa, por quê? Porque eu acredito que uma sociedade formada ela não faria aquilo, porque a gente luta contra quem tá na presidência, luta quem tem aquele papel do personagem, mas não consegue mudar o enredo, então seja com Dilma, com Temer, com Bolsonaro ou com Lula, vai ser o mesmo.

A categoria dos autores, por sua vez, traz considerações interessantes sobre a participação em protestos e manifestações de ruas, invertendo a lógica de confiança nesse tipo de evento. Questionam a eficácia dessa ação ou apresentam algum cansaço para participar das manifestações off-line. Eles estão interessados em buscar outros meios para suas ações no sentido de participar ou de influenciar as tomadas de decisão dos poderes. Buscam, ainda, formas mais institucionais de participação, o que pode justificar, de maneira implícita, não só a decisão pela criação de petições on-line mas sobretudo a tendência, mencionada anteriormente, da busca por um ativismo pacífico e institucional, onde o cálculo do custo-benefício que envolve a ação também leva em conta o risco da violência.

Carolina (autora): ah sim, se eu sentir coerência, por uma causa que eu acredito sim, mas eu não sou aquela que participa de todas (...) O que eu faço nesse meu projeto ocupa mãos é conscientizar as pessoas que tem outras maneiras de você influenciar na política sem ser indo nas ruas, expondo o seu corpo sabe? Às vezes é legal, eu costumo ir em passeatas quando tipo, é assim.... Pela mulher, assim, meio

ampla, assim meio grandes, aí eu vou ficar no final porque geralmente eu vou com as minhas filhas e elas são pequenas e elas nem gostam então acaba que eu quase nem vou, mas eu percebo que as pessoas desconhecem esse outro caminho que é até mais eficaz sabe?

Luiz (autor): se eu pudesse eu quebrava todas as minhas panelas participando aqui, só que eu não posso porque é uma cidade pequena né, minha esposa é filha de um padeiro, né? Então ela tem um comércio que possivelmente vai herdar para administrar e assim vai, então ela fica muito preocupada com a evolução da minha visão política (...) eu falo pouco de política, pra evitar que a padaria sofra as consequências pela ignorância das pessoas, ignorância eu digo porque ainda vivemos num país democrático, eu posso ter a minha opinião e vou respeitar a tua e não vou deixar de comprar no teu comércio porque tu é Bolsonaro e tu não deixa de comprar no meu comércio porque eu odeio Bolsonaro. Então muitas pessoas, numa cidade muito pequena, não entendem muito bem isso. Eu tenho adesivo do PSOL no meu carro e eu tenho medo de uma hora encontrar ele todo riscado.

Osman (autor): veja só essas manifestações físicas, como panelaço, buzinaço etc., Eu considero inócuas porque é mais aquele oba oba, você tá reivindicando, queima pneu. Passou aquele momento, vêm as mesmas coisas, tipo: o governo do Estado está aqui com o seu representante, algum demagogo, dizendo que o governo está muito preocupado, que vai cuidar, que vai resolver sua reivindicação e dois anos depois a coisa tá do mesmo jeito e aí já vem outra manifestação, entende?

O último entrevistado levantou uma questão cara aos protestos e movimentos sociais: a relação entre o Estado, a mídia e os protestos, como pode ser visto claramente nas ações do Movimento Antiglobalização. Uma relação de interdependência problematizada por Bringel e Echart (2010) que demonstra os problemas relacionados à busca por visibilidade para esses movimentos. O entrevistado chega a sugerir que as manifestações de ruas têm interesses pautados pela mídia e que, conjuntamente com o Estado, manipula os manifestantes:

Osman (autor): São coisas pontuais que a mídia leva, que é outra coisa pavorosa. A mídia, desde o tempo de Hitler com Goebbels e seu guru que esqueci o nome dele agora, mas são as manipulações que ainda existem, essas estratégias de manipulações midiáticas e se leva a manada toda pra onde se quer. Está havendo uma manifestação agora, queimando pneus, trânsito interrompido, aí já chega um cabra irritado, passa por cima dos manifestantes, agoniado com o tempo, como se não fosse morrer nunca, aí os manifestantes pegam o cara, lincham. É o inconsciente coletivo porque tá todo mundo irado com aquela situação lá. Aí vem o demagogo, diz vai resolver e tal, mas não faz nada.

Neste sentido, as petições on-line possuem um baixo custo de divulgação e são beneficiadas pelos recursos e alcance das redes sociais digitais, que podem potencializar sua visibilidade. Mas, isso também não garante ausência de manipulações, pois as petições não parecem estar isentas de influências externas ao ativismo, seja pela mídia, por políticos ou mesmo pelos interesses das próprias plataformas.

A percepção das diferenças entre os grupos estudados também aparece quando identificamos a categoria dos assinantes composta por pessoas com pouca ou quase nenhuma

participação em partidos políticos. Isso parece mostrar uma distância expressa no desinteresse ou desconfiança dos partidos políticos, entendidos como mediadores do meio privilegiado de exercício da cidadania em nossa democracia neoliberal. Apesar do interesse na política e nos políticos, os partidos parecem ser vistos com desconfiança e considerados desnecessários.

Márcio (assinante): não (não é filiado a nenhum partido) (...) já pensei e já tentei me filiar no PSB, mas aí eu fui vendo algumas coisas, aí eu desisti. Mas eu acho importante. Pra quem tem tempo de realmente se engajar eu acho importante.

Silvana (assinante): não, nunca fui, inclusive quando eu fazia campanha, eu fiz campanha pra Lula nas duas eleições dele. O pessoal pensava que eu era filiada ao PT. Mas nunca fui filiada, era uma coisa de identificação. Nunca tive essa pretensão, se filiar pra mim não era uma coisa que importava. O que importava era o que eu acreditava, que me identificava e me definia, que era a ideologia que tava de acordo comigo, entendeu? Também não participo de movimento social.

Mesmo aqueles que se dizem filiados a um partido não exercem nem demonstram ter interesse em exercer algum tipo de militância além da participação em protestos de rua, principalmente no momento das eleições. Mas lembramos que essa categoria parece estar disponível à mobilização, é para ela que as plataformas endereçam as petições, o que nos faz questionar a forma, se é que ela existe, de como os partidos políticos tentam romper essa distância e trazer esses ativistas para suas bases.

Flacar (assinante): sim, filiada ao PT faz mais de 20 anos (...) Não participo de nada, nem tenho cargos, não milito. Eu só participo de passeatas, me chamou eu estou lá, protestos, manifestações que congregam vários segmentos, que unem muitas pessoas em torno do mesmo interesse.

Jef (assinante): eu me filiei uma época ao PSOL, mas... de Recife, eu lembro que entrei no site, fiz o cadastro, essas coisas todas (...) Eu só me filiei, não fui não.

Ao contrário dos assinantes, os autores de petições on-line entrevistados demonstram engajamento em partidos políticos e movimentos sociais, inclusive alguns atuam nas duas frentes, outros ainda mantêm relações, ainda que profissionais, com ONGs. Foram candidatos e disputaram cargos políticos, atuam em sindicatos, são dirigentes de movimentos sociais ou coletivos, colaboradores em ONGs de defesa do meio ambiente, idealizadores de projetos sociais, militantes ativos de partidos políticos, presidentes de associações de moradores, membros de movimento estudantil etc. Apenas duas pessoas responderam categoricamente não serem filiadas a partidos políticos. Duas pessoas também não responderam à pergunta, desviando o assunto, talvez por medo de precisar revelar o partido.

Carolina (autora): eu tenho um projeto que se chama Ocupa Mães, vou te passar, é sobre mães. Está em espaços políticos, falando sobre assuntos da maternidade, gravidez, infância (...) E tem um outro “novos diálogos da escola pública”. A gente fala sobre escolas públicas aqui na cidade de São Paulo (...) Eu participo muito (de partido político), sou bem atuante, mas eu não divulgo porque como eu tenho essa atuação política eu converso com muitos partidos. Não vale a pena eu falar (o nome do partido), por causa de preconceitos.

Andrea (autora): sim, o PSD (...) Fui candidata a deputada estadual em 2018 (...) Sou do movimento da causa animal (...) Eu faço parte de grupos de animais há muito tempo, grupos de provedor, cuidador, faço parte das adoções, já denunciei muita coisa, muitos abusos, erros médicos, muita coisa.

O receio de falar diretamente sobre partidos políticos para evitar preconceitos nos remete à neutralidade na escolha das causas para promoção, mencionada em nossa entrevista pela dirigente da Change. Entendemos que, nos dois casos, a exposição da questão política pode afastar apoiadores. Também pode indicar uma preocupação com a polarização política, tão comentada na mídia brasileira nos últimos anos. Nesse caso, a polarização assume uma face desprezível, expressando ódio e demonizando a política, sendo o partido o principal condutor de ideologias e muito pouco de trabalho, como explica Foucault (2008b). No neoliberalismo, o lugar de verdade é o mercado, não a política. Além disso, como explicamos, nas Jornadas de Junho se pedia abertamente para que os manifestantes não levassem bandeiras partidárias, não se queria qualquer vínculo com partidos. Nos movimentos que se sucederam a essas manifestações, já eram expressos sentimentos de ódio a partidos de esquerda e ao comunismo, mas muito direcionados ao PT.

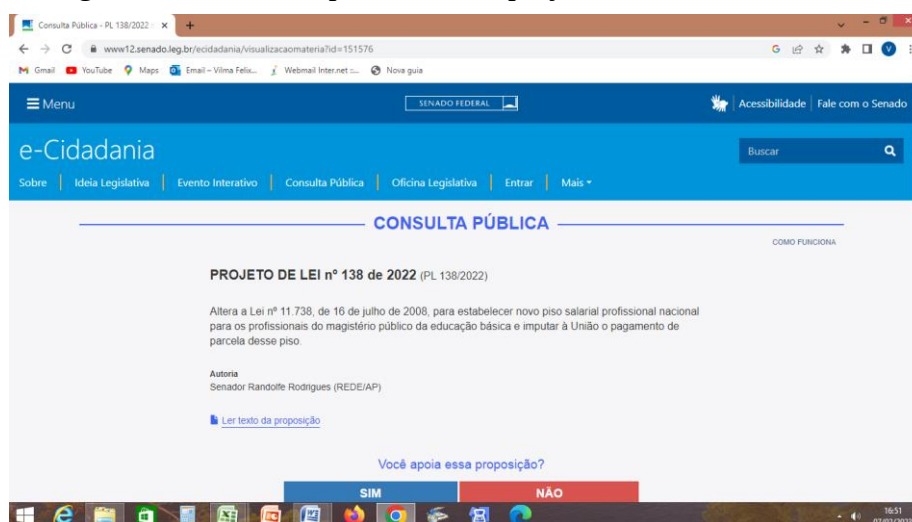
Enquanto não foi assumida a participação dos assinantes em movimentos sociais, apenas o ativismo em uma ou mais causas, nas entrevistas com os autores alguns afirmaram pertencer a diversos movimentos e coletivos. Inclusive, dois dos abaixo-assinados selecionados para as entrevistas em profundidade foram feitos em nome de coletivos. Apesar de aceitarem participar do nosso estudo, seus representantes preferiram expressar mais suas opiniões pessoais e pouca coisa foi falado em nome de suas organizações no tocante ao uso das petições on-line, dificultando uma análise mais abrangente de como os movimentos sociais e coletivos lidam com as questões que envolvem esse instrumento.

Paulo (autor): sou do movimento Viva o Parque Pituacú (...) Eu sou dos voluntários que têm uma relação de longa data com o parque. Sou um cidadão que se preocupa com essas questões, tenho uma afinidade muito grande com a comunidade do entorno, eu pratico esportes, eu jogo futebol, essas coisas. A gente também gosta muito de música. De vez em quando a gente faz algumas coisas Enfim, não existe um responsável pelo coletivo, essas 12 pessoas elas são como um colegiado, a gente discute, define quem são os responsáveis pela condução daquelas ações que foram determinadas.

Carlos (autor): fiz duas (petições) pela Associação de Moradores do distrito de Joaquim Egídio em Campinas-SP. Sempre quem dá início à petição pública é a associação dos moradores e eu, na ocupação da presidência, eu dou andamento.

No nosso roteiro de entrevista também perguntamos se as pessoas conheciam e se já tinham utilizado *sites* de consultas públicas como o e-Cidadania, do Senado Federal. Trata-se de um portal criado em 2012 com o objetivo de estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação do Senado³⁸. Portanto, uma possibilidade de participação, um canal que poderia ser usado para pressão e aproximação com os senadores eleitos pelo povo. No portal circulam notícias, eventos interativos, pesquisas e consultas públicas, inclusive esta última apresenta uma interface um pouco parecida com as plataformas de petições on-line, como pode ser visto na figura abaixo.

Figura 17 – Consulta pública sobre projeto de lei no e-Cidadania



Fonte: Internet (<http://www.12.senado.leg.br/ecidadania/visuaizacaomateria?id=151576>).

Apesar dos entrevistados, assinantes e autores, admitirem em nossa pesquisa a utilização dessa ferramenta, percebemos certa desconfiança tanto com o portal quanto com a eficácia da participação nas consultas públicas e pesquisas do governo.

Jef (assinante): já, já, sou cadastrado. Às vezes as perguntas são meio dúbias, né? Aí você tem que dar uma lida boa (...) Eu percebi e é bem estranho porque você sabe o que você pensa sobre aquilo, mas eu não sei se a pergunta está batendo com o que eu estou querendo. Será o sim, sim, que quer dizer que eu apoio ou não?

³⁸ Definição retirada do site: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/sobre>. Acessado em: 27 dez. 2019.

Ray (autora): o problema dessas plataformas do governo são os entraves pra você conseguir fazer as coisas (...) Eu já me preocupei com os dados antes, mas nem tanto porque eles pegam os dados da gente de todas as formas... Às vezes tenho essa ideia também de que a gente vai ali, e muitas questões que as pessoas dizem não, eles colocam que sim e é isso porque esse país vai ser sempre da aristocracia e de quem quer ferrar com o povo, mas eu sei que não é interessante essa visão derrotista das coisas, tanto que eu não sou a favor da galera que diz que não vou votar porque não vai mudar, mas eu confesso que mesmo sendo militante às vezes eu fico muito desanimada de opinar naquele portal, apesar de considerá-la uma ferramenta interessante.

Outra vez acreditamos que a desconfiança com a política, que aparece nesses dados, corrobora a ideia de Foucault de que apenas o mercado assume o lugar de verdade no liberalismo. A eficácia e a praticidade das petições parecem menos questionadas do que a ferramenta de participação disponibilizada pelo Senado Federal.

Silvana (assinante): conheço mais nunca usei. Já vi, mas nem me cadastrei, não dá credibilidade, nunca deixei nenhum dado meu ali porque fico com medo que depois eles usem meus dados pra ficar mandando coisa que não tem nada a ver. Talvez eu ache que a petição on-line é direcionada para um protesto e não para um benefício, eles não vão usar meus dados, ficar enviando coisas em benefício próprio. Posso estar errada.

Sandra (assinante): só quando alguém manda o *link* (...) Eu acho que, como eu não observei, porque nos outros você tem a facilidade, é muito simples qualquer pessoa chega lá e cria a sua petição. No e-Cidadania não tem esse *link* lá, por exemplo, né? Eu acho que é uma coisa, como se eles quisessem propor (...) Por exemplo, teve a reforma trabalhista, teve uma votação pra reforma trabalhista e isso não adiantou nada porque deceparam todos os direitos que a gente tinha, né? Teve a reforma da previdência, teve milhões de assinaturas e eles terminam fazendo o que convém lá (...) É uma coisa pra compor, pra dizer que existe um canal direto com o cidadão e, no frigor dos ovos, eles fazem tudo de acordo com o que eles já armaram lá, digamos assim.

Perguntar sobre contribuições para instituições filantrópicas, de classe e causas sociais foi outra tentativa de buscar identificar algum tipo de solidariedade e/ou compromisso dos entrevistados. O fato de contribuir financeiramente poderia indicar que existe alguma crença no potencial de mobilização e de articulação de determinadas causas, ao ponto de justificar um maior investimento.

Silvana (assinante): organizações sociais, não sei, talvez igreja, assim, grupos de caridade. Passei algum tempo fazendo doações mensais, sim, mas atualmente não dá mais, tá difícil.

JR (assinante): não, eu só tô achando que eu estou em falha com a questão do sindicato, inclusive eu tava pra querer organizar isso, passar lá e organizar a questão de me filiar ao sindicato, mas realmente eu não costumo fazer esse tipo de doação.

Flacar (assinante): só para causa animal, porque, querida, se eu me preocupasse tanto com as pessoas como me preocupo com os animais, eu tava ferrada, não saía

nem da cama.

Francisco (autor): ocasionalmente sim (...) A causa animal, a causa trans e a cultura, esse tipo de tema me interessa.

Uma cautela ainda maior é percebida nos entrevistados ao tratar de doações para plataformas e petições on-line. Nenhuma pessoa confirmou ter realizado essas doações. Houve apenas uma tentativa de doação de um autor que expressou a vontade de turbinar uma petição realizada na Change, mas enfrentou problema na aceitação do cartão de crédito. Outra situação envolve uma possível confusão sobre a questão.

Silvana (assinante): fiz uma vez uma doação para o Greenpeace, através do abaixo-assinado. Nem me pergunte o valor que eu não lembro, só sei que foi uma quantia pequena. Mas pra Avaaz eu nunca doeí nada, nem lembro de ter recebido e-mail só pra isso.

Flacar (assinante): no início eu fiz no Greenpeace, mas ficou uma insistência absurda e eu desisti de fazer esse tipo de doação.

Duas pessoas fizeram doações para uma campanha, mas acreditamos que há uma confusão na percepção das entrevistadas. Elas doaram por meio de uma petição on-line, mas não têm certeza se foi da Avaaz. Não encontramos, em nossas pesquisas, referências a parcerias entre o Greenpeace e a Avaaz, então, provavelmente, foi para um abaixo-assinado on-line feito diretamente pelo Greenpeace em sua página. É fato que diversas ONGs publicam petições em seus *sites* e que algumas solicitam doações também, o que pode ter confundido as entrevistadas.

6.2.2 Características das formas de utilização das petições on-line por autores e assinantes

A forma como as pessoas utilizam as petições on-line deixa transparecer algumas características importantes do tipo de ativismo pretendido com esse instrumento. Por isso, se faz necessária a apresentação de aspectos mais descritivos para entender como se dá essa prática entre os usuários. A partir das respostas obtidas de nossos entrevistados, podemos inferir um uso bastante intenso. Trata-se, de fato, de um instrumento utilizado com muita frequência com o intuito de demonstrar apoio a diversas causas, a ponto de algumas pessoas não conseguirem lembrar a quantidade de petições já apoiadas.

Flacar (assinante): às vezes assino 10 petições em um dia (risos), do urso que

morreu, do caçador que matou (risos) Eu recebi um selo top em assinatura porque em janeiro eu assinei muitas (risos).

Sandra (assinante): acho que mais de 20 ou 30 (...) acho que mais, nas questões ambientais e as questões políticas, né?

Francisco (autor): vou dar um chute, mas acho já assinei pelo menos umas 50 (...) desde 2014, de lá pra cá, acho que no mínimo eu assinei umas 50, mas eu realmente não sei.

Osman (autor): eu já assinei várias e continuo assinando, assino sobre tudo que me interessa, mas não sei quantas.

Esse uso intenso foi corroborado na nossa pesquisa quantitativa, em que mais de 30% das pessoas afirmaram já ter assinado entre seis e vinte petições, como pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 14 – Quantidade de adesões a abaixo-assinados on-line

Quantos abaixo-assinados on-line já assinou?	%
Um	8,8
De dois a cinco	29,6
De seis a dez	20,8
De onze a vinte	10,4
De vinte e um a cinquenta	4,8
Mais de Cinquenta	10,4
Não Sabe/Não Respondeu	15,2
Total	100

Fonte: Elaboração própria.

Esse uso intenso da ferramenta é percebido em relação ao apoio a outros abaixo-assinados por parte de autores de petições que entrevistamos, mas também se reflete na experiência deles com a criação desses documentos, pois a maioria já criou mais de um abaixo-assinado nessas plataformas.

Carolina (autora): eu não lembro quantas já fiz, porque algumas foram em conjunto e no nome de outras pessoas e vem no nome de outras pessoas.

Osman (autor): já fiz várias na Avaaz.

A escolha da plataforma está mais relacionada à indicação de amigos e menos às diferenças percebidas entre uma e outra. Na verdade, os assinantes, principalmente, parecem não perceber bem as diferenças, nem parecem preocupados com isso, demonstrando uma

visão bem instrumental das petições on-line, isto é, apenas como forma de expressar apoio às causas que lhes sensibilizam.

Vivi (assinante): eu vou ser bem transparente com você, eu vou pela causa (...) independente da plataforma. Isso é uma coisa que, pra ser bem sincera com você, eu não sei nem te responder porque eu não olho, olho pra causa (risos).

Tony (assinante): basicamente eu acho que só a identidade visual mesmo, né? A Avaaz a gente já identifica aquele tracinho rosa como a logomarca, acho que basicamente isso. Mas a ferramenta é sempre a mesma, você coloca lá, lê o texto e coloca o seu e-mail e envia... Eu acho que basicamente o que diferencia elas é o layout.

Já os autores apostam nas indicações que recebem de amigos, mas demonstram preocupações com a questão da segurança dos dados e a facilidade para realização da petição. Como não conseguem estabelecer bem as diferenças entre as plataformas, acabam elegendo as mesmas características como motivos para a escolha de plataformas diferentes. Com isso, podemos inferir que as plataformas respondem bem, em termos de instrumento tecnológico criado para auxiliar a vida dos ativistas em suas causas, no sentido pensado por Ugarte (2008). Os aspectos realçados pelo autor apontam a influência da cultura *hacker* no ciberativismo, criando instrumentos e programas para promoção da ação individual na internet.

Carolina (autora): Não lembro, acho que cheguei a perguntar para outros ativistas e eles falaram que essa Change é que tem mais credibilidade, que tem como provar que cada assinatura é uma pessoa mesmo, que não é um site que vai forjar as assinaturas (...) É, eu me preocupei com a integridade da plataforma.

Luiz (autor): Sorte deles (da Change) que eu escolhi eles (risos) (...) Eu já usei uma outra, agora não lembro nem qual... a Petição On-line (...) a Change foi a primeira que surgiu e eu já tinha feito assinaturas de petição on-line através dela e sabia que ela funcionava, então acabei clicando nela, mas não foi uma questão de preferência de uma ou de outra não (...) Pouquíssimas diferenças, né? Eu conheço Avaaz, não vou lembrar os nomes agora, mas tem outras que já assinei, todas parecem muito seguras assim, né? Mas essa aqui foi bem simples de criar ele, os motivos, eu achei bem pratico.

A recorrência dos pedidos de doações das plataformas também foi avaliada como algo negativo e considerada na hora de um dos autores entrevistados, que escolheu a Petição Pública. No entanto, pudemos constatar o impacto causado pelo falso *site* de petições on-line que plagiou a plataforma Petição Pública Brasil. O endereço falso foi retirado do ar, mas conseguiu promover uma confusão entre um usuário que mencionou o nome errado da plataforma e um usuário em potencial que, mesmo preocupado com a segurança, escolheu a plataforma *fake* por engano.

Carlos (autor): essa Petição Org Brasil, essa sempre foi correta no trâmite da coisa e não tem nenhum pedido de doação, nada disso (...) A segunda que fiz foi nela também. A outra foi anos atrás, mas foi nela também (...) É a segurança - eu me preocupei com isso na primeira que eu fiz, né? Porque a gente não quer expor ninguém, né?

Rebert (autor): a gente procurou o site (peticaopublica.org) para fazer a petição, mais recomendado e que tenha mais aceitação, mesmo sabendo que a petição não tem uma legitimidade. Como é? Veracidade tem pra números, pra estatísticas. Outra coisa também é que tem alguns sites de petição aqui no Brasil, que é que acontece? Pessoas mal-intencionadas vão lá, não sei como, pegam o CPF estavam vazando dados.

O que leva uma pessoa a criar uma petição? As motivações que levaram essas pessoas a criarem uma petição on-line parecem estar relacionadas às dimensões que esse instrumento pode alcançar e analisados no primeiro capítulo desta tese. Variam de acordo com os objetivos e a situação de cada autor, mas no geral giram em torno da percepção das petições on-line como instrumento de ação, prático, rápido e de baixo custo; de suas características comunicativas, da facilidade de divulgar um problema com a ajuda das redes sociais digitais; e do seu uso como um documento para tramitação em ambiente administrativo e/ou jurídico, ou seja, como uma ação institucionalizada.

Flávia (autora): eu fiquei tão indignada, sabe? (...) Aí começou aquela sensação de injustiça e me veio a ideia, nossa eu vou criar um abaixo-assinado as pessoas precisam saber disso, porque o que acontece é que a gente sofre muito essas pressões, principalmente na academia, na ciência, né? Esse desgaste emocional que a gente sofre, e financeiro, ninguém fica sabendo.

Francisco (autor): primeiro pela possibilidade de ter mais contatos com outras pessoas que também apoiam o tema, que no caso era petróleo, a questão de pressionar o governo para se posicionar e fizesse alguma coisa em relação a isso, a fim de encontrar um culpado, sabe, realmente agir mais rapidamente, essa era ideia.

Carlos (autor): para mostrar para o promotor de justiça que os interessados estão esperando uma posição do Ministério Público em relação à reabertura de uma ponte no distrito de Joaquim Egídio em Campinas (SP) (...) A petição foi complementar ao ofício enviado ao Ministério Público.

Estes motivos dão muito destaque à tecnologia envolvida em um instrumento digital, considerado como uma vantagem em relação a outras formas de ação e bem explorada pelas plataformas, sobretudo no que diz respeito à facilidade de uso das petições on-line. Além disso, foi realmente constatada a disponibilidade da plataforma Change para dar uma assistência pessoal quando solicitada, como mencionado anteriormente na entrevista com a representante da empresa.

Luiz (autor): é muito simples, eu só abri o site, cliquei ali no lugar, criar uma

petição, aí ele pediu pra eu colocar o texto e alguma imagem, essa imagem inclusive eu achei na internet, fui lá no Google e coloquei *impeachment* de Bolsonaro, já me apareceu um monte de imagens e eu coloquei então na petição e bola pra frente, bem simples, não precisei de ajuda de ninguém.

Carolina (autora): essa dos cachorrinhos eu acho que não, mas tem uma outra, eu te mandei o *link*, que fiz com umas amigas, não tá no meu nome, mas eu entrei em contato com a Change e pedi ajuda pra eles e eles ajudaram, só que aí como tá no nome da minha amiga, ela que falou com eles tá, ela falou ah eles pediram pra trocar o título pra trocar a imagem, pediram pra escrever tal coisa de tal jeito que eles iam mandar por *e-mail* (...) Sim, inclusive acho que eu chamei eles no Facebook, eu falei ah tem como vocês me ajudarem e deu tudo certo.

A divulgação das petições criadas por esses autores, como sabemos, privilegia o seu compartilhamento nas redes, em especial no Facebook e em grupos de WhatsApp, tanto por assinantes como por autores, mas outras redes e os *e-mails* também são utilizados. Em geral, os autores envolvidos em redes de ativismo ou de atividades profissionais, on-line e off-line, conseguem um melhor desempenho na divulgação. Mesmo assim, isso não garante que uma petição tenha o alcance e o apoio pretendidos, em termos de volume de assinaturas, o que gera questionamentos e frustrações entre os autores, sobretudo aqueles que esperavam contar com alguma ajuda das plataformas na divulgação, sem precisar fazer investimentos financeiros.

Luiz (autor): assim que eu criei apareceu na página principal (da plataforma) né, o Luiz Eduardo com uma petição assim... Mas logo depois some e cai no esquecimento da internet, aí se você não divulga fica por isso mesmo.

Ray (autora): essas foram as principais ferramentas, grupos de WhatsApp e também Facebook e outras plataformas assim (...) E nessa questão do WhatsApp a gente teve aliados importantes, além das pessoas que trabalhavam dentro dos centros de prevenção, tinham as comunidades atendidas, dentro das comunidades com pessoas muito engajadas também nessa parte, especialmente a juventude e eles começaram a fazer vídeos contra o fim do programa Fica Vivo, eles criaram uns 3 e eu sugeri pra eles criarem uma página no Instagram e eles criaram e foram postando essas coisas lá também e eles compartilharam muito a petição.

Osman (autor): Ela manda você divulgar, ou seja, se você conseguir um número de assinaturas representativo... que, anteriormente eu não percebia o que percebo hoje. (...) Eu comecei a ver a Avaaz e comecei a ver que eu mandei as petições para várias pessoas, então a Avaaz tem hoje um banco de dados monstruoso. E eu descobri e questionei, porque ela faz assim: Vamos salvar os elefantes lá em Bangladesh e de repente eu tô lá assinando sem eu ter assinado, porque é assinatura eletrônica, é simples. (...) Nunca entraram em contato comigo, nem responderam minhas perguntas, porque quando comecei a questionar eu mandei um *e-mail* dizendo assim: porque é que as petições da Avaaz têm milhões de assinaturas e as minhas tem resultados pífios, mesmo eu pedindo para os amigos colocarem nas redes ou será que isso é uma manipulação e vocês fazem disparos? Mas nunca responderam.

Outro ponto interessante que pode ser percebido a partir dessas falas é um certo desconhecimento sobre o funcionamento das plataformas escolhidas, mesmo em aspectos importantes mencionados antes, como a questão da segurança. Isso fica ainda mais claro

quando constatamos a falta de interesse de alguns desses usuários na leitura dos termos de uso e de privacidade contidos nesses *sites* ou mesmo a utilização dos recursos disponíveis aos usuários, como, por exemplo, o espaço oferecido pela Change para que os assinantes possam fazer comentários e interagir com o autor.

Flávia (autora): olha, eu vou ser bem honesta, eu não me lembro, mas... Eu acho que eles... Pelo que eu lembro, o pouco que eu lembro, não me chamou a atenção a sensação de eu me sentir insegura, de expor meus dados ali ou de preencher, então provavelmente eles devem ter algum ponto em que eles dizem, olha seus dados vão ser privados... Em algum momento eu li os comentários... Assim, nos primeiros dias eu li fiquei super empolgada, fiquei, curtia alguns ali que vi que as pessoas.. Ah, mas depois de um tempo eu acabei não acompanhando mais... Eu meio que deixei assim pra eles (para a Change).

Ray (autora): sim, eu até fiquei surpresa, eu não sabia que tinha essa ferramenta de comentários, eu não sabia que isso tinha muita adesão, que as pessoas atentavam muito pra isso e fiquei surpresa porque teve bastante comentários, muitas pessoas trabalham na política de prevenção mas outras era pessoas que não tem ligações com isso, então a gente ficou bem feliz com os comentários que tivemos na petição.

A falta de interesse dos usuários em buscar informações antes de usar os serviços oferecidos está relacionada à falta de transparência de algumas plataformas em questões sensíveis, como as doações e apoio para a divulgação das petições. Isso novamente gera dúvidas e desconfianças sobre a integridade delas, limita as possibilidades de uso e o próprio negócio das empresas que precisam das doações para manter os serviços e cobrir seus custos.

Silvana (assinante): Não sei como funciona essa doação, me interessa isso até pra saber se meu dinheiro vai ser bem investido, se vai ser realmente direcionado pra aquilo que eu doe. Mas nunca recebi nenhuma explicação sobre isso e talvez as pessoas deixem de doar justamente por isso.

Andrea (autora): Até o momento não teve destaque na plataforma, inclusive se eu conseguisse apoio... Agora que você tocou nesse assunto eu vou procurar saber se tem alguma orientação deles nesse sentido.

Osman (autor): Tem que se averiguar isso, porque é muito simples, ela tem um banco de dados, meu nome tá lá, como é que funciona na prática, tem a petição lá com meu nome se eu quiser assinar é só dá um *click*, quem impede de aparecer meu nome sem eu ter dado esse *click*, quem vai conferir isso. Então eu já desconfiava há muito tempo que eu tava assinando coisas que não tava bem interessado em assinar, eu não sou obrigado a assinar tudo, mas no momento que eu botei meus dados lá...

Os usuários entrevistados, autores e assinantes, costumam usar várias plataformas, mas não percebem as diferenças identificadas que apontamos quando analisamos o ativismo proposto por elas. Lembramos que a Petição Pública não pede doações, nem ajuda na divulgação por e-mail. A Avaaz solicita doações e só divulga suas próprias campanhas e a Change também pede doações, ajuda quando demandada ou por interesse próprio e oferece a

possibilidade de impulsionamento por meio das “petições turbinadas”. Por isso as expectativas dos usuários também podem ser frustradas, dependendo das necessidades do autor e da escolha da plataforma. Receber ajuda na divulgação, seja por meio do destaque na plataforma, envio de e-mails, compartilhamento em redes sociais e de matérias na mídia pode ser decisivo para que uma petição consiga aumentar suas chances de conseguir adesão e pressionar seus alvos. Na mídia, uma petição só consegue destaque se tiver um número exorbitante de assinaturas ou se obtiver ajuda de uma plataforma, como faz a Change.

Carolina (autora): a que eu te mandei sobre as escolas teve, tava até olhando aqui e acho que ela saiu no Catraca Livre eu acho (...) Não lembro agora. É porque essa outra petição meio que deu uma viralizada na época e o assunto é bem legal sabe... mas eu vendo aqui e eu acho que foi a Change que colocou no catraca livre, acho que eles viram que tinha bastante assinatura, né?

Flavia (autora): até me entrevistaram, naquele Catraca Livre, no ano seguinte, sobre esse abaixo-assinado, então foi legal que teve uma repercussão (...) Eu recebi, eu não me lembro por que contato se foi pelo Facebook ou algum outro contato, recebi o contato da pessoa mesmo de lá do catraca Livre e também teve de alguma Universidade de algum local também, o jornal de alguma Federal do Brasil, também entraram em contato pedindo e querendo saber.

Apesar do recurso do compartilhamento nas redes sociais digitais, é difícil compreender os motivos que fazem uma petição viralizar e conseguir, sem ajuda, um alto número de assinaturas, chamar a atenção da mídia ou pautar a mídia e o debate público, como a Petição Pública sugere. Principalmente se considerarmos que existem muitos abaixo-assinados semelhantes ativos simultaneamente em uma mesma plataforma. Em 2021, 66 abaixo-assinados hospedados na Change tratavam do mesmo tema, o *impeachment* de Bolsonaro (Salani, 2021), o de maior destaque possuindo quase 300 mil assinaturas. Foi nessa lista que encontramos a petição criada por nosso entrevistado Luiz, com pouco mais de seis mil adesões.

Além disso, existem as dificuldades de tornar o processo mais objetivo e com maior poder de pressão, por exemplo, na escolha do alvo ou na ausência dele. A ausência do alvo, muitas vezes, está ligada ao objetivo do autor, por exemplo, quando este deseja estimular o debate público sobre um tema importante, mas sem grandes expectativas de conseguir resolver o problema devido à sua abrangência. É o caso de uma petição criada para acabar com a fome no mundo. Essa questão parece não importar muito para alguns assinantes.

Luiz (autor): coloquei lá que a sua petição era pra ser entregue a você mesmo, isso foi uma confusão na hora que você foi fazer (...) Na hora eu até erreí, né, pra quem que acho que é o alvo... qual o termo que ele usou, na hora eu não sabia quem colocar, aí falei se der pra colocar o meu mesmo vou colocar o meu, aquele objetivo,

a minha ideia era entrar em contato com o Leandro Grass, ele demonstrar interesse, e ajudar e até reconfigurar, dizer que o Avaaz deveria se reportar a ele... mas na hora de preencher eu coloquei meu nome em todos os lugares que tinha lá pra colocar, o Leandro Grass não demonstrou interesse então deixa ela assim, mas foi a falta de saber pra quem direcionar

Rebert (autor): foi bem simples, as perguntas do site são bem diretas na hora da criação, só tive um probleminha na hora da criação, no texto primeiro perguntava quem era a pessoa a favor, a favor não é... a petição era pra quem, aí eu achei que era... A pergunta não foi tão clara, pra quem é a petição?

Sérgio (assinante): não, não em geral não, tem algumas para o congresso nacional e tal, mas não lembro especificamente pra que deputado ou senador, porque na maioria das vezes, é de cunho político, né? Pra que haja uma lei, que se torne uma lei favorável àquela situação, mas eu não lembro.

Mas a escolha do alvo se revela algo importante, pois, além da pressão exercida contra quem a petição é dirigida, ela nos mostra uma tendência à judicialização das demandas. Imagina-se que todo tipo de questão, inclusive as de ordem política, devem ser tratadas pela justiça, indicando uma confusão de competências e mais uma vez obscurecendo o campo político. Então, em alguns casos, as pessoas tendem a eleger como alvos instituições como o Ministério Público Federal (MPF) e o Supremo Tribunal Federal (STF), como mostra a Tabela 15.

Tabela 15 – Alvos das petições realizadas

Alvos das petições realizadas pelos entrevistados	
Ministério Público Federal	4
Governador	3
Presidente	2
STF	1
Ministros	1
Subprefeitura	1
Prefeito	1
Próprio autor	1

Fonte: Elaboração própria.

As dúvidas persistem mesmo ao final do processo, no encerramento da petição, ou seja, a sua entrega aos alvos e o resultado. É importante dizer que, em tese, uma petição termina quando seus objetivos são alcançados, quando o problema foi resolvido. Por isso existem muitas petições que permanecem em aberto. Há petições com mais de 10 anos desde sua criação, que não são mais movimentadas, mas que podem ser acessadas e reativadas. Mas como decidir o momento de parar de recolher assinaturas para entregar as petições aos alvos? Os próprios criadores têm dificuldades para delimitar o tempo necessário para atingir um

número ideal de apoiadores. Também não sabem se elas permanecem hospedadas nas plataformas ou mesmo como encerrá-las. Já os assinantes, em sua maioria, não costumam acompanhar o desfecho das petições que apoiam.

Carolina (autora): não nunca tive (o processo concluído) (...) não que eu me lembre (se teve orientação da plataforma sobre isso), o que eu acho que funciona mesmo é o numero de pessoas que assinaram, né? E aí se alguém questionar eu entendo que a Change tem como provar que são pessoas reais que assinaram, pelo *e-mail* ou sei lá que dados eles podem usar como prova.

Flávia (autora): eu não sei, honestamente, como é a entrega, tudo é função, é a Change que faz depois que o abaixo-assinado... Que eu entendi era assim, depois que chegasse a tantas assinaturas, tinha que chegar a tantas assinaturas pra que eles conseguissem fazer essa entrega dos abaixo-assinados pra os focos, né? E que eu saiba isso é feito digitalmente, eu acho que é feito assim, eles devem mandar, mas eu não me envolvi com isso, foram eles que fizeram a entrega do abaixo-assinado na época (...) Na verdade eu na época, faz tempo né, eu me lembro de alguma coisa deles terem dito, olha no momento que chegar a tantas assinaturas nós vamos entregar e aí chegou no número de assinaturas e eu não me lembro de ter recebido assim, olha Flávia nós entregamos tal documento assim, assim, assado. Eu não me lembro de ter recebido um *e-mail* com isso (...) Mas, eu lembro que foi entregue e que isso teria dado uma, eles mostraram como se fosse uma notícia, eu fiquei totalmente por fora disso, eu não sei como eles fizeram isso.

Márcio (assinante): não, não faço a mínima ideia (...) Na verdade, como eu não vejo como vai ser o andamento, eu não sei.

Silvana (assinante): Não. Eu nunca recebi um *e-mail* falando que a petição terminou. É chato por que você assina e não sabe de nada e se poderia dizer assim: olha a petição que você assinou infelizmente não conseguiu o número de assinaturas esperadas e tal, pra você ter alguma informação, né? Positivo ou negativo, dar uma satisfação daquilo que você participou, apoiou, te dar um retorno e abrir um canal pra *feedback*, no mínimo dizer: não deu certo, obrigada pela sua assinatura, continue assinando e ai me interessar me esforçar mais na próxima, né? Isso motivaria a participar nas próximas porque da também uma credibilidade.

A entrega do abaixo-assinado ao alvo é outro ponto desconhecido. Quase ninguém sabe como é feito o processo, se vai ter acesso às assinaturas, se ficará salvo em um arquivo e enviado para os alvos por e-mail ou no formato físico, se a responsabilidade por essa etapa é sua ou da plataforma. Também chama a atenção a falta de acompanhamento dos resultados das petições apoiadas, como se não fosse importante a resolução daquele problema, apenas a manifestação do apoio.

Paulo (autor): o sucesso seria essa abrangência que a plataforma nos proporciona. Então é realmente angariar mais apoio mais assinaturas aquela causa, aquela luta que você está travando. Basicamente é isso porque despertar ativismo, a gente não tem essa expectativa, mas dá peso, em quantidade de pessoas que, a princípio, simpatizam com aquela causa.

Carolina (autora): (Vitória) não, em nenhuma delas (...) É que é assim, só o fato das pessoas estarem olhando para esses assuntos que já promove as assinaturas e as

petições, pra mim já é uma vitória sabe? Porque são assuntos que ninguém iria olhar se não tivesse assinado, se não tivesse a petição. São assuntos assim que ninguém se importa, entre aspas né, como a tarifa da conta bancária da escola, as crianças no parquinho, eu não lembro mais outras que fiz, mas pra mim já tá bom as assinatura, sabe? Já é uma vitória, pra mim já amplia a consciência política das pessoas, sabe?

Sérgio (assinante): uma petição teria condições de chamar a atenção... é.. A questão é a notoriedade (...) Mesmo uma coisa pequena, dependendo do teor da coisa, né? Toda petição é válida, acredito... Mas o impacto da causa, quanto mais impactante for a causa, lógico, a notoriedade virá pra essa petição na mídia ou vice e versa.

As menções de alguns respondentes nos levam a crer que são levadas em consideração outras ideias de vitória para um abaixo-assinado, como um instrumento agregador de apoio para manter pessoas mobilizadas em torno de uma causa. Isso pode configurar o sucesso de uma petição on-line, mesmo que o problema não tenha sido resolvido. Aspectos subjetivos como repercussão, apoio, debates e informação são levados em consideração para a ideia de vitória, ou a simples constatação de que a ação foi positiva e atingiu seu fim.

6.2.3 O ativismo proposto pelos autores e assinantes de petições on-line

As dificuldades e dúvidas percebidas nas experiências dos nossos entrevistados, evidenciadas quando relatam seus problemas e críticas às plataformas de petições on-line, ajudam na construção de uma visão técnica desse instrumento, deixando mais claros os contornos, as possibilidades e limites do seu uso. Ao refletirem, como usuários dessas ferramentas, demonstram uma tendência, no geral, a considerações positivas, mas elas destoam um pouco da ideia do ativismo proposto pelas plataformas.

Nosso objetivo, nesta parte da análise, é justamente compreender como esses atores enxergam suas ações a partir do uso das petições on-line e que tipo de impacto isso gera nas suas práticas sociais. Por isso, trabalharemos aqui o tipo de interação que é gerado por meio do uso dessa ferramenta, tendo em vista as possibilidades oferecidas nas estratégias e articulações das plataformas para impulsionar adesões e estimular a participação social e política dos usuários. Em seguida, analisaremos a autodefinição de ativismo feita pelos entrevistados, isto é, como eles concebem o ativismo que exercem a partir da forma como se posicionam e se percebem em suas ações com a utilização das petições.

No que se refere às articulações em busca de adesões, as petições criadas oferecem, em tese, a possibilidade de atrair novos apoiadores para a causa potencializada pelo compartilhamento desse instrumento nas redes sociais digitais, mas as experiências relatadas por nossos entrevistados indicam que esta possibilidade pode estar restrita aos aspectos

comunicativos mais instrumentais dessas redes, no sentido de recepção e transmissão, informar e divulgar um problema ou uma causa. Portanto, a comunicação não parece ser explorada em um sentido mais amplo de construção de significados (Castells, 2013; Alcântara, 2015). A ideia central é a possibilidade de chamar a atenção das pessoas, dos meios de comunicação, daqueles que estão no poder, enfim, da sociedade como um todo, para um determinado problema ou causa.

O compartilhamento da mensagem parece conter o pressuposto de que colocar um problema em evidência é o primeiro passo para provocar uma mudança, um tipo de pontapé inicial para estimular um debate público que pressione as instâncias de poder que podem resolver o problema. Mas o compartilhamento também pode funcionar como um fim em si, como lugar de afirmação de posições e de comportamentos expostos cotidianamente sem maiores pretensões. Muitas vezes, o compartilhamento e o próprio abaixo-assinado funcionam como veículos condutores de uma mensagem e apenas isso, como quem diz “olha aí, é isso que eu penso e externar isso é o máximo que eu posso fazer”.

A pressão popular respaldada no volume de assinaturas de uma petição parece comprovar não só a existência de um problema, mas o desejo de mudança das pessoas que a apoiam. Melucci (2001) ressalta a expressividade dos novos movimentos sociais como uma de suas características, mas aqui não se trata da exposição de coletivos ou grupos, pois, como vimos, nossos entrevistados assinantes não estão engajados em movimentos sociais. Temos entre os entrevistados, no máximo, duas pessoas que atuam individualmente na defesa da causa animal. A expressão dos posicionamentos e práticas cotidianas nas redes sociais digitais é algo individual e parece se aproximar mais de uma exposição narcisista que aparece na crítica feita por Han (2020).

JR (assinante): é, não chego a conversar não, é muito pouco, aqui em casa com a família eu praticamente não converso, eu vou lá, participo e divulgo.

Sandra (assinante): só encaminho, porque às vezes eu vou encaminhar, ah, assina aí, é importante. Eu posso até botar um toque, mas se você recebe e não pergunta, ali morreu, mas se você perguntar eu vou procurar e conversar.

De alguma forma, este parece ser o limite oferecido pela circulação desse instrumento nas redes sociais. Ao menos em nossa pesquisa, não encontramos evidências da capacidade das petições on-line de realmente promover um debate público ou mesmo no ciclo mais próximo (família, amigos, vizinhos, colegas de trabalho) no cotidiano das pessoas que o apoiam, off-line ou on-line, no sentido de proporcionar uma ação comunicativa na esfera

pública como pensado por Habermas. Mesmo assim, esse viés comunicativo, de exposição de um problema, apresenta-se como a principal vantagem das petições on-line para os usuários desse instrumento.

Carolina (autora): acho que ela tem uma vantagem quantitativa, né, de mostrar que as pessoas também estão olhando pra isso, né? Isso também interessa ao poder público, acho que deixa já documentado na internet esse pedido. Quem fizer uma busca parecida já vai achar algo também, não vai ser inovador sabe, já vai achar algo consolidado, sabe? Acho que seria mesmo como começar um processo, sabe?

Já vimos que algumas questões que permeiam o debate atual sobre segurança na internet parecem impedir uma maior interação entre autores e apoiadores a partir dos abaixo-assinados, o que não deixa de ser uma preocupação para as plataformas em relação à privacidade dos dados de seus usuários. Mas se o cerne da engrenagem dos abaixo-assinados está no seu compartilhamento nas redes sociais digitais, não deveria haver impedimento para interações e debates nas páginas pessoais dos usuários. Porém, percebemos que os compartilhamentos não costumam render muitos debates nem nas páginas das próprias plataformas, ainda que elas contem com muitos seguidores. Como vimos na Tabela 12, somente no Facebook, a Avaaz possui 1,5 milhão de seguidores e, a Change, 1,7 milhão. São números consideráveis que, estranhamente, não geram interação.

Flacar (assinante): só dei uma olhada no Face do Avaaz que é internacional, mas não participo, nem comento nada.

Silvana (assinante): não, eu nem sabia que tinha. Vou olhar agora no Instagram porque não uso o mais Facebook.

Curiosamente, não parece haver qualquer tipo de articulação dos entrevistados, principalmente dos assinantes/apoiadores e das plataformas nesse sentido. Isso se reflete, por exemplo, no desconhecimento e/ou na falta de interesse no tocante aos poucos locais percebidos para este fim, como o espaço para comentários disponibilizado em cada petição na plataforma da Change. Batizado de “Motivos para assinar”, o apelo desse espaço é no sentido de estimular a assinatura, não é exatamente um estímulo à interação. Talvez, por isso, alguns usuários nem percebam sua existência.

Tony (assinante): não, nunca fiz esse processo não (...) Eu acredito que deveria ter alguma coisa lá, né, pra entrar em contato.

Igualmente não parece haver muito interesse na interação que poderia acontecer nas

postagens das petições nas páginas das plataformas nas redes sociais. Entre os entrevistados, apenas uma pessoa disse que “dá uma olhada de vez em quando”, mesmo que todos, sem exceção, afirmem utilizar as redes sociais digitais diariamente e compartilhem as petições assinadas com certa frequência. Essa ação só não é interrompida aí porque pode provocar outros compartilhamentos. Além das curtidas, também não parece haver muita disposição para conversas nas redes sociais, nem para comentar postagens com petições. O que importa é compartilhar e mostrar o que se está fazendo, o que reverbera a ironia feita por Han (2020) ao considerar que, nas sociedades contemporâneas, o Facebook é como uma igreja e a curtida é o amém.

Jef (assinante): pra entrar em contato não, mas já tive vontade, aquela vontade de... Bateu, passou, não botei na prática, aquela coisa... É interessante, não sei o que... Aí você para, olha, deixa pra depois... Vai trabalhar... Vai comer... Até que eu ache, que eu olhe, que eu mande a mensagem, de repente a petição não é nem em português né? Deixa quieto (...) Eu já achei o Instagram da pessoa, tinha lá uma foto contando a história assim assado, mandando entrar no site. É interessante porque era a pessoa mesmo, aí você vai lá e pede pra seguir ela, esse aqui é um ativista (risos) (...) Só fui lá, solicitei amizade e comecei a seguir bonitinho. Curti lá a petição que tava no site, deixa ver se existe, era a curiosidade para saber se era uma pessoa real.

No grupo de assinantes entrevistados, apenas uma pessoa mencionou ter feito “uma vez” um comentário na página do Facebook da Change sobre uma petição que assinou. Mesmo com essa baixa interatividade, o potencial de alcance e a possibilidade de atrair simpatizantes sempre aparecem como vantagens da utilização das petições on-line, como afirma este entrevistado:

Paulo (autor): eu acho que a única vantagem é da abrangência que isso pode ter, porque a gente pode fazer um contraponto com o abaixo-assinado físico. Precisa da presença da pessoa ou você ir até a pessoa para divulgar e trazer as assinaturas, daquele seu desejo, seu pedido, enfim... E plataforma digital potencializa um contato diverso com pessoas que muitas vezes você nem conhece e que por um pedido, por uma simpatia ou por achar que o que vier aqui eu vou assinar e a pessoa vai e entra no ativismo, segundo o Change, né? Mas eu sinceramente não vejo grandes vantagens na utilização dessas plataformas, a não ser essa comodidade de acessar mais pessoas.

No ciberativismo, espera-se que, em algum momento, essa mobilização feita através das redes sociais da internet crie uma identidade com coesão suficiente e culmine em ações off-line, indo para as ruas. São as *cibertubas*, como explica Ugarte (2008). De uma forma mais ampla, essa visão corrobora a necessidade da formação das identidades coletivas presentes na TNMS e na TPP para formação de movimentos sociais. Mas não encontramos evidências de que apenas o compartilhamento das petições on-line nas redes sociais, sem criar

interações sustentadas, possa ampliar a ação no sentido de conseguir levá-la para as ruas. A localização da própria ação parece privilegiar a internet, muitas vezes se encerrando nesse ambiente.

Mais do que privilegiar a internet, isso pode também representar uma limitação quando analisamos como a experiência de utilização das petições on-line afeta a vida de seus usuários no sentido de proporcionar ou não interações off-line, o que acaba gerando reflexões e comparações com as ações presenciais dos entrevistados e, inevitavelmente, o questionamento de sua eficácia e acaba levando alguns entrevistados a preferirem as ações presenciais.

Rebert (autor): não é uma coisa legal, o abaixo-assinado não é legal por causa da legitimidade, porque a gente não tem como comprovar que aquelas pessoas assinaram, que aquelas pessoas existem, então é uma coisa que não passa tanta credibilidade. Então eu acredito que agora, hoje, na atual conjuntura, ajuda porque a gente não pode protestar e ir pra rua por causa do isolamento social, fora isso que a gente tá passando atualmente eu ainda acredito, não, eu prefiro o ato da rua.

Marcio (assinante): não (...) É porque eu já assinei algumas e cheguei à conclusão realmente que às vezes não funciona, às vezes realmente seria melhor ir, estar nas ruas fazendo presença aí do que estar fazendo on-line, porque on-line não chega, né? Não é que não funcione, em um país sério funcionaria, mas aqui a gente tem que realmente sair nas ruas, militar realmente pra fazerem as coisas acontecerem.

Os limites das interações também aparecem na ausência do contato entre as pessoas, coletivos e movimentos, que poderia representar uma extensão da ação de criar ou assinar uma petição on-line. Ou seja, potencialmente, esse contato poderia ser um dos elementos responsáveis por dar seguimento à luta de forma on-line ou off-line. Essa questão se apresenta de forma diferente para autores e assinantes, mas no geral não indicou uma extensão das ações. Os assinantes não ampliaram suas redes, não conheceram outras pessoas ou coletivos, nem se envolveram em outras ações, off-line ou mesmo on-line, depois de apoiarem uma petição on-line. Alguns nem sabem o desfecho do documento assinado, como mencionamos antes.

Silvana (assinante): não, nem sabia que tinha um canal aberto pra isso (para conhecer pessoas e outras ações). Não, nunca fui procurada por ninguém e nem nunca procurei.

Jef (assinante): não, como eu disse eu assino a petição e geralmente acredito que já fiz a minha parte e às vezes eu nem volto pra saber o que aconteceu. Porque as primeiras que foram as mais frustrantes que eu não tive resultado, eu deixei de lado.

No grupo dos autores, geralmente um pouco mais engajados em organizações

coletivas, outras formas de ações já podem ter acontecido antes da criação do abaixo-assinado. Nesses casos, o abaixo-assinado parece funcionar conjuntamente com essas ações anteriores (um protesto, uma passeata, participação em audiência pública etc.) Não encontramos, contudo, indícios de ações coletivas geradas a partir de petições on-line, nem a ampliação das redes de ativismo. Quando há algum tipo de contato decorrente de uma petição, a relação nem sempre é sustentada. Luiz, por exemplo, autor de uma petição contra Bolsonaro, relata que teve dificuldades neste sentido, pois mora em um estado em que a maioria das pessoas votou nele em 2018.

Luiz (autor): Não, no máximo as pessoas assinaram. Não vi ninguém compartilhando no Face pra tentar conseguir mais assinaturas, né? Não, no máximo foi lá e assinou (...) Poucas curtidas no Face, né? Pouca gente que foi lá e curtiu a postagem. Talvez seja interessante você saber que Santa Catarina foi o Estado que mais votou no Bolsonaro.

Andrea (autora): É, pessoas me procuraram... Os sites não ensinam muito bem sobre quem criou a petição. Me procurou geralmente quem me conhece, né? Aí me procurou pra falar que viu, pra ajudar, estar divulgando, essas coisas, mas que eu não conhecia foram poucos.

Flávia (autora): Teve, sim. Teve um pessoal que veio falar comigo e teve uma moça que até tem o mesmo nome que eu e ela é, eu não me lembro o que é que ela era, se ela era pós-doc ou se era professora na Federal do Rio de Janeiro. Ela veio conversar comigo e, assim, ela é super ativista e ... Ah, ela era uma das pessoas responsáveis, representantes dos pós-graduandos no Brasil, se não me engano, e ela veio conversar comigo e ela ficou bem feliz que fiz essa petição, mas foi só isso mesmo.

Além disso, entrevistados que revelaram baixo ou nenhum envolvimento em coletivos não se sentiram, ao assinar uma petição, estimulados ao ponto de se engajar em mais uma causa ou mesmo considerar participar de um movimento social. Isso é mais um indicativo de que as petições podem não gerar esse ativismo todo ou que gera um tipo de ativismo muito relativo, enfraquecido, que muitas vezes se encerra na própria assinatura ou, no máximo, no compartilhamento porque, aparentemente, as pessoas não querem se comprometer.

Sandra (assinante): não, nunca me senti. É tipo assim, é como se eu gostasse de trabalhar nas entrelinhas, no dia a dia conversando com as pessoas, não... não... Digamos assim, nos holofotes ou achar porque eu assinei uma petição, porque eu protejo animais, eu sou a foda e alguém tem que me seguir. É como se eu agisse mais nos bastidores, no dia a dia, conversando com as pessoas quando eu tenho oportunidade, né? No trabalho... Mas não assim de participar (...) Puxar um protesto on-line, não. Mandar e-mails pra deputados, pra votar contra a emenda tal... não, eu nunca participei, não.

Sérgio (assinante): já tive, já. (...) Não cheguei a concluir isso, né, mas já pensei. Mas não tive nenhum contato em relação a esse assunto, tipo assim, assinei a petição e seria interessante ter um movimento maior, não só em termos da petição, das

assinaturas, mas não consegui, não tive.. fiquei sem saber aonde estaria esse grupo de pessoas, entendeu? (...) Não conheci, não soube como *linkar* com essas pessoas, como conectar.

Silvana (assinante): não, não sei por quê. Falta de tempo ou não acho que estou engajada nesse nível.

Tampouco esses entrevistados que assinaram petições sentiram vontade de criar seu próprio abaixo-assinado, mesmo considerando a pluralidade de temas de interesse de possíveis apoiadores, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 16 – Temas de interesses dos entrevistados

Temas de interesse			
Assinantes – temas das petições assinadas		Autores – temas das petições criadas	
Política	7	Cidades	4
Direitos dos animais	4	Direitos dos animais	3
Direitos humanos	3	Educação	3
Meio Ambiente	2	Meio ambiente	3
Direitos LGBT	2	Política	3
Leis	1	Direitos humanos	2

Fonte: Elaboração própria.

A ideia veiculada nas duas maiores plataformas, Avaaz e Change, de construir comunidades e movimentos sociais, também não parece absorvida pela maioria dos apoiadores/assinantes entrevistados. Ela se apresenta muito mais como uma possibilidade do que como uma realidade que demandaria deles um sentimento de pertença.

Tony (assinante): eu não me considero um membro, eu me considero uma pessoa que tá ali, ativo, atento às petições que me interessam, mas eu não me considero um membro porque eu não participo de doação, eu não... Nunca criei uma petição, por exemplo, então eu não me consideraria um membro (...) Eu concordo (que cria comunidades) e até entra um pouco no que eu vou fazer aqui para o meu mestrado, que é essa questão de diminuição das fronteiras e a plataforma digital ela consegue fazer isso, sabe? Ela consegue aproximar o mundo todo e a gente, de fato, nessas plataformas, quando a gente tá assinando, a gente vê ali bandeiras de vários países. Quando a plataforma tem esse alcance mundial, então eu acho que sim. Eu acho que eles conseguem organizar um pensamento unificado sobre determinados assuntos, né?

Marcio (assinante): é possível, mas eu não vi nenhum ainda (...) Eu acredito que realmente o desejo de fazer acontecer, de mudar... (...) Dá sim (para construir lideranças), porque revela, revela muita gente boa, com boas propostas (as petições on-line) (...) Ela ajuda? Ela ajuda, mas na prática é muito corporativismo envolvido na política (...) Não, eu acredito que eu faço o meu papel de cidadão, pra mim dou a minha voz, é a minha voz, estou colocando a minha voz, eu coloco a minha identidade, mas é a minha voz, eu estou dizendo que eu não quero aquilo, não aceito, mas se sentir parte de uma comunidade, não. Eu acho que eles deveriam

abraçar, se é isso que eles querem, criar essa comunidade (...) Eu acredito que falta a comunicação, tudo é comunicação.

A avaliação dos autores sobre essa questão também passa por uma percepção de existir apenas uma possibilidade e apresenta diferenças entre os atuantes em movimentos sociais e coletivos mais tradicionais e os ativistas independentes ou ligados a ONGs por vínculos profissionais. Estes últimos parecem mais propensos a considerar as potencialidades tecnológicas de uma comunidade que se constitui somente no meio virtual.

Rebert (autor): sim, eu concordo. Hoje a gente consegue muitas coisas através da internet, muitas coisas boas, porque tem um movimento grande de pessoas, como fala... Às vezes você tem uma forma maior, você tem mais tempo e disponibilidade de conversar com aquela pessoa on-line, igual a gente tá fazendo hoje. Veja a distancia, tem vários projetos sociais que não são presenciais e têm resultados muito bons através de parcerias on-line.

Carolina (autora): várias pessoas com pensamento semelhantes podem se conectar, né? Ah, eu acho, sim, que eles podem conseguir fazer isso. Podem construir um perfil, né, de quem tá assinando, igual o Facebook faz, né? É que eu sou da área de TI, né, não sei também se você é, mas é igual o Facebook vê os *likes* que a gente dá e as coisas que a gente acessa a Change também consegue definir padrões de assinaturas. Por exemplo: ah eu assinei várias coisas sobre escolas públicas, então eles podem mandar no meu e-mail petições que provavelmente eu vá assinar, né? E aí, se eles fizerem isso, com sei lá, 3 mil pessoas, eles conseguem pelo menos engajar as pessoas pelo menos a assinar, né? Agora, se essas pessoas conseguem se comunicar, se conseguem ter mais efetividade, se conseguem se potencializar de fazer, consolidar seus pedidos, sabe, fazer algo mais materializado, não sei, nunca passou isso por mim assim.

Já os dois autores, entrevistados por serem representantes de organizações da sociedade civil que criaram petições on-line, questionam de maneira muito direta o conceito de comunidade desvinculado da ideia da territorialidade, algo muito intrínseco ao próprio conceito de globalização, como mostrado por Bauman (1999).

Carlos (autor): eu entendo que um bairro é uma comunidade, então a associação de moradores já chegou a esse objetivo, a comunidade social, ela está criada por seu distrito.

Paulo (autor): de jeito nenhum, nem a pau... (risos) (...) É muita pretensão da Change criar uma revolução através de uma assinatura digital. Para ser um ativista tem um aspecto que eu acho preponderante que é sentir no corpo, ou seja, a presença no ambiente que você tá desenvolvendo esse ativismo. Acho que isso é o elemento chave, você estar presente, se fazer presente fisicamente, olhar nos olhos das pessoas, no ambiente, sobre o que você está defendendo, atuando efetivamente. Então eu acho que isso traz muita verdade, pra você como indivíduo e também para as coisas que você vai colocar nas interações que você faça. Então esse aspecto, se isso não existe, esse ativismo de plataforma digital das redes sociais. Eu acho isso muito vazio, modismo. Assim como vem, volta, vai embora.

Com isso, chegamos à avaliação que esses entrevistados fazem de suas ações, de como se posicionam dentro daquilo que acham que é ser um ativista e como a ação por meio das petições on-line se insere dentro deste autoconceito. Como as ideias são diferentes e não trabalhamos um conceito formal de ativismo, apresentamos uma lista com o que apareceu como atributos contidos na ideia de ativismo citados pelos entrevistados: espírito de mudança; querer melhorar a vida das pessoas e da comunidade; ser mais participativo e atuante; atuação presencial e local; atuação virtual no mundo globalizado; mobilizar pessoas virtualmente e presencialmente; fazer da ação uma filosofia de vida e atuar 24 horas; promover o grupo e não buscar autopromoção; exercer sua cidadania.

Fazendo uma compilação da noção de ativismo dos entrevistados, podemos inferir que, para eles, o ativismo compõe um espírito de mudança para promoção da melhoria da vida das pessoas e das comunidades, em detrimento da promoção individual, por meio de uma atuação local participativa, presencial, e atuação on-line no mundo globalizado, exercendo sua cidadania, mobilizando pessoas e transformando sua ação em uma filosofia de vida. Essas ideias do que seria o ativismo para nossos entrevistados norteiam suas reflexões sobre o significado da ação de assinar/apoiar/criar uma petição on-line e, por isso, a maioria considera essa ação como um tipo de ativismo, mesmo que alguns entrevistados, como Paulo, façam algumas ressalvas e críticas.

Paulo (autor): eu acho que não, porque vai de encontro justamente ao que eu coloquei, pode ser que isso já exista em você e você não tenha percebido e aí a assinatura ou o tema proposto do abaixo-assinado, pode ser o gatilho que dispare isso em você, mas não porque ele provocou essa consciência. Na verdade, você já tinha isso só que não tinha percebido. Poxa, será? Olha, cara, isso é um canal pra mim, então eu vou mais, eu vou atrás, eu vou buscar informação, vou me inteirar porque eu quero participar da luta, né? Então poder ser, sim, um gatilho. Pode funcionar, mas provocar efetivamente esse sentimento eu não creio, não.

A partir dessas ideias, observamos a percepção que alguns ativistas têm que sugerem uma tensão entre o individualismo e a coletividade, e a busca por um equilíbrio para que as ações individuais desemboquem em ações coletivas.

Osman (autor): Eu sempre achei que podia melhorar a sociedade, uma utopia talvez, mas sempre acreditei nisso e achava que era nos atores individuais que poderia acontecer. Sempre tive a convicção de que os grandes movimentos do mundo começaram com pequenos grupos ou indivíduos isoladamente, eu sempre acreditei nisso. Parece que tem alguma coisa que direciona a sua vida.

Silvana (assinante): eu sempre liguei o ativismo ao social, com o coletivo, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas, de um todo, então assim talvez eu esteja um pouco errada, mas não tem como uma pessoa ser ativista se ela é de direita, é

insustentável. Porque, pra mim, as pessoas que eu conheço de direita elas não estão preocupadas com isso. Elas estão preocupadas com elas, com o individualismo, elas são altamente individualistas e se, por acaso, esse individualismo tiver uma melhoria para coletividade tudo bem, mas é o objetivo, o foco dela.

Por fim, gostaríamos de falar sobre a ideia de empoderamento que aparece nos objetivos das plataformas para estimular a utilização das petições e que encontra fundamentação no conceito de ciberativismo de Ugarte. O empoderamento estaria ligado à crença dos usuários na transformação que as petições podem promover e nas formas como elas podem ajudar em uma causa que superam a questão da eficácia, da legalidade e da veracidade que aparecem como argumentos dos críticos desse instrumento. Acreditamos que o depoimento da entrevistada Flávia, respondendo à pergunta sobre se a criação da petição mudou alguma coisa na vida dos autores, traduz uma possibilidade de empoderamento a partir das petições on-line.

Flávia (autora): eu acho que mudou um pouco, mas não muito, eu acho que eu me senti mais segura pra poder falar. Às vezes dar a minha opinião, que eu sou uma pessoa que gosto de falar, mas em alguns pontos que não é muito a minha área eu fico quieta. Normalmente assim, eu escuto, pego as informações e faço as minhas conclusões quietinhas e eu não... e eu acho que o abaixo-assinado talvez tenha me ajudado um pouco a ser um pouco mais firme em alguns pontos, mas eu não acho que eu tenha me engajado mais em mais coisas em função do abaixo-assinado. Eu acho que ele me deu alguma força em pensar que um pequeno ato que foi a inscrição do abaixo-assinado, num momento de raiva e sensação de injustiça com as pessoas que me cercavam, era importante. Eu também noto que, assim, na minha área eu acabei me envolvendo bem mais mesmo. Na minha área eu sinto que fui me metendo mais em questões de ação de proteção ambiental mais do que eu fazia.

Entendemos, a partir dos dados apresentados, que as petições on-line cumprem seu papel como instrumento de ação individual, conforme estimulado pelas plataformas, potencializando sua capacidade de alcance e visualização de um tema. Serve como um documento de reivindicação em que os autores, individuais ou coletivos, veiculam suas demandas em direção a instituições ou à sociedade em geral, como uma forma de ação institucionalizada, e os assinantes registram o seu apoio e compartilham nas redes sociais, para ajudar na divulgação e, ao mesmo tempo, para marcar posição e alimentar suas atividades cotidianas nas redes sociais digitais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As plataformas estudadas – Avaaz, Change e Petição Pública Brasil – são, a princípio, *sites* para hospedagem de petições criadas por indivíduos e grupos. São empresas que disponibilizam recursos tecnológicos para a realização de abaixo-assinados on-line de forma gratuita. Mas elas vão mais além e apresentam níveis diferentes de estímulos à ação individual e da estrutura de sua organização. Algumas funcionam formando grupos através de bancos de dados que refletem o volume e as tendências das demandas de seus usuários e que são utilizados para mobilização, no sentido de estimular o apoio desses membros na assinatura de mais petições, para receber doações e movimentar seus negócios.

Essas empresas e as petições que alojam atuam dentro das transformações ocorridas com as NTICs. Nasceram sob a influência do desenvolvimento da internet e das redes sociais digitais que, por sua vez, foram pressionadas desde o início pelo ciberativismo que forjou possibilidades de acesso e de uso mais abrangente da internet para pessoas comuns. Essa luta pela democratização do acesso às novas tecnologias ainda se depara atualmente com o problema das desigualdades sociais e econômicas, direcionando parte do debate sobre o tema para a questão da inclusão e exclusão digital e entre a qualidade e o uso dessa ferramenta cada vez mais indispensável para nossas vidas. A influência do movimento *hacker* direcionou as ações do ciberativismo para romper essas barreiras e dar condições para a ação de indivíduos e esse parece ser o sentido inicial, o propósito primeiro dessas plataformas: disponibilizar um recurso tecnológico gratuito para a ação individual, mas não negam acesso a coletivos e movimentos sociais.

A partir desse instrumento tecnológico para a ação individual disponibilizado pelas plataformas, presente na concepção de ciberativismo de autores como Ugarte (2008), percebemos como outros traços característicos do capitalismo contemporâneo moldam a atuação dessas plataformas e do produto oferecido (as petições), e delineia um modelo de negócios em que a gestão, a eficiência e a inovação são fundamentais. Os valores do empreendedorismo, que definem o terceiro espírito do capitalismo contemporâneo de Boltanski e Chiapello (2009), estão fortemente presentes e servem para a compreensão da articulação, do gerenciamento da mobilização que aponta a ideia de ativismo como um empreendimento, um negócio social e, como tal, não foge das dinâmicas cotidianas das empresas capitalistas atuais. Em seus modelos de negócios, as plataformas precisam lidar com o problema da concorrência, da transparência da gestão e de seu modelo de sustentabilidade financeira que, inevitavelmente, levanta críticas e suspeitas relacionadas a um dos aspectos-

chaves do sistema capitalista: a questão da acumulação para obtenção de lucro.

O serviço oferecido pelas plataformas Avaaz e Change articula a ideia de mobilização como elemento-chave para proposição de um tipo de ativismo contemporâneo. Entendemos que essas são as principais características para pensarmos as petições on-line: um ativismo individual com possibilidade de ação local e global, mediado pelas plataformas, cuja mobilização é o elemento central e está direcionado ao campo da institucionalidade. Esse ativismo é mediado pelas plataformas por meio do instrumento tecnológico oferecido, no caso específico da Petição Pública, e também pela mobilização digital que as empresas Avaaz e Change estimulam e direcionam, seja para promover suas próprias causas, como no caso da Avaaz, ou para manter seu modelo de negócio, no caso da Change. A mobilização on-line, que em geral significa tão somente o compartilhamento das petições em redes sociais e o envio de e-mails a fim de estimular novas assinaturas, garante a formação de grupos digitais focados em temas de interesses e organizados nos bancos de dados dessas empresas. É essa mecânica que parece mobilizar o desejo de mudança dos usuários, que acreditam na possibilidade de visibilidade e alcance global das petições por meio das redes sociais digitais. Dissemina-se a visão de que uma simples ação individual pode transformar o mundo.

As plataformas apostam alto na ideia de que qualquer pessoa pode provocar mudanças, deixando claro que a mobilização privilegia o indivíduo, mas as petições on-line estão disponíveis tanto para pessoas quanto grupos, como um tipo de ciberativismo. Espera-se, assim, que em algum momento essas ações assumam um caráter coletivo e off-line, atraindo a atenção e sua utilização por movimentos de esquerda. Acontece que o ápice da ação presencial que um movimento gerado a partir de uma petição on-line pode proporcionar, levantado em nossa pesquisa, é a entrega desse documento aos seus alvos. Algumas ações presenciais promovidas pela Avaaz não puderam ser explicadas pela ausência da entrevista em profundidade com um de seus representantes no Brasil, apesar de solicitada. Já no caso de algumas ações percebidas na Change não foram consideradas na análise de campo por não estarem diretamente ligadas à questão das petições e dos peticionários, como explicado por sua diretora em entrevista. São ações de outra empresa vinculada à organização, a Fundação Change.

Para um enquadramento dos níveis de ativismo proposto pelas plataformas, consideramos que a Petição Pública se limita a oferecer o instrumento. Auxilia de forma automatizada, explicando o passo a passo para criação do abaixo-assinado e estimula a criação de petições on-line ressaltando algumas possibilidades de mudança que um indivíduo pode conseguir. A Change oferece o mesmo instrumento, dá apoio técnico automatizado e

peçoal caso demandada, e ajuda na divulgação de alguns abaixo-assinados de seu interesse. Estimula a utilização por assinantes e autores, apresentando as petições como um instrumento de empoderamento individual para viabilizar as mudanças desejadas, ressaltando as possibilidades de criação de comunidades, movimentos e lideranças por meio da mobilização de seu banco de dados. Já a Avaaz oferece o instrumento e o auxílio automatizado para criação do abaixo-assinado e mobiliza seus membros, principalmente assinantes, através da possibilidade de mudança anunciada em suas campanhas, apresentando-se como uma comunidade global pronta a atuar em questões urgentes e de seu interesse. Essas questões são importantes, pois podem ajudar futuros estudos na compreensão de uma dimensão política e social das petições, para além do aspecto instrumental que atualmente caracteriza esta ação marcada pelo capitalismo contemporâneo.

O mote da globalização é usado para acompanhar a tendência do ativismo transnacional, mas o que se realiza de fato são assinaturas em abaixo-assinados internacionais, visto que, para serem ações transnacionais, seria preciso a criação de uma solidariedade mais ampla. Numa perspectiva mais geral, a globalização ajudou a abrir fronteiras para a hegemonia neoliberal, ao passo que os processos tecnológicos se adequaram e se desenvolveram de acordo com suas regras e direcionamentos, o que não implica dizer que tenha acontecido da mesma maneira em toda parte e sem resistências. As tecnociências também caminharam alinhadas aos interesses do grande capital, com as convenientes mãos visíveis e invisíveis do mercado e do Estado.

Esses três pilares – a globalização, a hegemonia neoliberal e as tecnociências – ajudaram a controlar e a realinhar uma tensa relação entre espaço e tempo, a reorganizar um mapa político no qual as fronteiras precisam ser reinventadas interminavelmente, aumentando a complexidade das territorialidades no fluxo local-global. Nesse contexto, forjam-se lutas locais cujas demandas, estratégias e objetivos também extrapolam as fronteiras geográficas e justificam ou estimulam o engajamento individual em movimentos transnacionais ou simplesmente facilitam a difusão de formas e estratégias de mobilização, como parece ser o caso das manifestações ocorridas a partir de 2011 e das petições on-line com sua possibilidade de instrumento de ação global. Sobretudo pelo uso intensivo da internet e dos recursos audiovisuais em aparelhos pessoais e práticos, como *smartphones* com acesso às redes sociais digitais como Facebook, Twitter, WhatsApp, entre outras. As petições on-line se encaixam perfeitamente naquele “mantra” midiático de classificação das manifestações políticas e sociais como espontâneas, horizontais e pacíficas, graças ao fato de serem ações individuais isoladas, não disruptivas, que não se desenvolvem em ações presenciais e, mesmo quando

usadas por coletivos, estão inclinadas à institucionalização de que nos fala Tarrow (2009).

Nossos entrevistados assinantes e autores, mobilizados por meio das petições on-line, também apresentam níveis diferentes de utilização desse instrumento como forma de ação. Os assinantes entrevistados são apoiadores de petições propostas por outras pessoas, apresentam pouco engajamento em outras formas de participação social e política, valorizam a experiência nas manifestações de ruas, muitas vezes protestos políticos, como uma expressão do típico exercício de cidadania da democracia representativa, que privilegia o processo eleitoral. Já os autores, aqueles que criam abaixo-assinados e são também assinantes, em geral, estão engajados em movimentos sociais e/ou partidos políticos e parecem buscar outras formas de ação disponíveis, além das manifestações de rua, para promover suas causas. As duas categorias são igualmente importantes para difusão das petições on-line, mas essa importância está relacionada aos interesses de cada plataforma. Se os autores estão prontos para iniciar uma ação, criando uma petição on-line para resolver uma situação que lhe incomoda, é com o apoio dos usuários assinantes que essa petição pode ter algum sucesso. Essa afirmação de apoio é, talvez, o único elemento coletivo proporcionado nas petições.

Os usuários desse instrumento compreendem que o sucesso das petições deveria significar a solução do problema apresentado, mas muitas vezes isso está relacionado apenas ao apoio recebido em volume de assinaturas. A aposta não parece estar na força da ação, em seu poder de pressão. Acredita-se que o sucesso está relacionado à visibilidade obtida por meio dos compartilhamentos, a ponto de fazer as pessoas refletirem e debaterem o assunto. Mas nossa pesquisa não detectou a efetividade deste debate, o que indica um caráter instrumental das possibilidades comunicativas das petições on-line. Os *sites* das plataformas não apresentam muita interação, nem em comentários e compartilhamentos, nem mesmo em número de curtidas. Os apoiadores também não apresentaram sinais de querer expandir debates públicos ou simples conversas pessoais sobre as causas apoiadas, nem on-line nem off-line. Os dados revelaram raros indícios de interações proporcionadas pelas petições on-line, até mesmo para aqueles que criaram as petições.

Quando, em pouquíssimos casos, as petições geraram contatos on-line, não pareceu haver ampliação das redes como consequência dessa interação, mesmo no sentido instrumental, e os contatos não tiveram continuidade. Entrevistamos autores de petições que receberam mais de 300 mil assinaturas, o que significa um volume alto de compartilhamentos. Logo, imaginar uma baixa interação, principalmente para seus autores, pode ser um contrassenso para aqueles mais otimistas, que enaltecem o potencial interativo das redes sociais digitais. A participação dos assinantes mobilizados e mobilizadores parece se encerrar

no compartilhamento on-line, é o limite de ação desta categoria tão essencial para as petições on-line, já que não fazem doações, poucos acompanham os resultados das petições assinadas, não buscam outras formas de se engajar naquela causa, nem mesmo se sentem motivados a criarem seus próprios abaixo-assinados. Mostrar nas redes sociais digitais o que estão fazendo e como se posicionam e se afirmam ajudando uma causa parece ser mais importante do que o conteúdo postado ou a causa em si, como comenta Han (2020), falando da necessidade de exposição excessiva a que nos submetemos espontaneamente nas redes sociais digitais.

Outra demonstração de força que está contida na ideia de que as petições conseguem pautar a mídia e o debate público se mostrou questionável. Aliás, a própria repercussão na mídia se revelou limitada. As matérias encontradas em veículos como Carta Capital e Catraca Livre são fruto de uma parceria com a Change e faz parte das várias ações que a plataforma desenvolve para ajudar a impulsionar algumas petições. Na verdade, esta questão aparenta estar invertida. As petições parecem mais refletir os debates que estão em curso na sociedade e na mídia e não o contrário, isto é, propõem novos debates. Percebemos, ao longo da pesquisa, uma grande quantidade de petições a favor do *impeachment* do ex-presidente Jair Bolsonaro, refletindo a crise política que se instalou no Brasil durante seu governo. Outro exemplo foi a quantidade de petições relacionadas à pandemia de covid-19.

É importante lembrar que o abaixo-assinado é um dos mais antigos instrumentos de ação coletiva utilizados no Brasil, principalmente por coletivos, com o propósito de documentar, respaldada por assinaturas que legitimam o apoio, as demandas e o desejo de mudança de uma situação local que incomoda a população. Com os fenômenos das novas tecnologias de comunicação e informação, a globalização e o individualismo neoliberal, o abaixo-assinado passou por uma atualização. Apresentou-se de outra forma, a digital. Ultrapassou fronteiras, passou a ser gerenciado por empresas sem fins lucrativos, no caso, as plataformas, e começou a ser utilizado, também, por indivíduos interessados em expressar seus incômodos e desejosos de resolver problemas individuais ou coletivos. Dito isto, temos disponível, em tese, um instrumento de ação com alto potencial de mobilização e pressão que poderia nos levar a solucionar desde problemas comunitários, passando pela formulação de leis de iniciativa popular, até influenciar decisões mundiais, ou seja, provocar as mudanças tão propaladas pelas plataformas. Mas infelizmente, aqui no Brasil, a eficácia das petições carrega um reflexo do tipo de democracia que temos, do desprezo do nosso Congresso pelos interesses do povo e dos movimentos sociais e da inabilidade destes últimos na utilização dos mecanismos de participação política e social disponíveis.

Em sua versão digital, o abaixo-assinado, como um tipo de ciberativismo que expressa

participações individuais no meio coletivo, mobiliza atores que fazem questão de exprimir vontades próprias, ainda que flutuantes e voláteis que, mais do que construir uma identidade, parecem se basear naquele sentimento de identificação e na emoção, do qual fala Maffesoli (2006) e, de certa forma, também Castells (2013, p. 18), quando este diz, referindo-se às motivações das ações coletivas, que o “big bang de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação”. Os aspectos subjetivos mobilizados são importantes e comprovam o destaque da questão cultural nos estudos dos movimentos sociais atuais, mas precisam ser relacionados ao neoliberalismo e às suas técnicas de controle tão bem mostradas por Han e Foucault.

Em praticamente 100 anos, a cultura e as emoções assumiram um caráter contraditório no estudo das ações coletivas. Passamos das teorias da desmobilização política para as teorias dos novos movimentos sociais. Alonso (2009) nos mostra que, no escopo das primeiras teorias, nomes como Riesman e Adorno relacionaram a estrutura de personalidade narcísica à estrutura da sociedade de massa, tomando como base a explicação psicossocial em que as emoções de um individualismo exacerbado, em uma sociedade de consumo, influenciavam a compreensão da mobilização coletiva, entendida como uma irracionalidade, como frustrações individuais e sem interesses políticos, em um contexto de avanço dos regimes totalitários. Em uma segunda teoria, a cultura e a emoção, ao contrário, serviram como base para explicar as motivações das mobilizações juntando, ao mesmo tempo, racionalidade e emotividade para elucidação da ação coletiva, em que indivíduos demandavam o direito de expressar suas identidades.

Hoje, podemos dizer que continuamos em um contexto semelhante, de individualismo exacerbado, em uma sociedade de consumo sem limites e com o avanço da extrema direita no mundo, tendo no Brasil um de seus principais palcos. Ou seja, continuamos tratando dos mesmos temas, individualismo e capitalismo, porém agora precisamos considerar as transformações provocadas pelas NTICs, pela globalização e pelo neoliberalismo, discutidas em nosso estudo. Principalmente porque sabemos que as transformações do capitalismo não aconteceram por bondade, foram forjadas por críticas consistentes em duras lutas dos movimentos sociais e políticos. Essas críticas tiveram, em cada etapa do capitalismo, uma reação extremamente dura, como colocam Boltanski e Chiapello. O neoliberalismo é justamente uma resposta à organização coletiva, pois começou pela desarticulação das questões relacionadas ao mundo do trabalho e se estendeu para todas as esferas da vida. Assim, parece-nos muito interessante ao próprio fundamento neoliberal aceitar as reivindicações das pluralidades identitárias, mas ressignificá-las e reduzi-las a uma unidade

com pouco poder de fogo. Neste sentido, é perfeitamente possível “vender” esse tipo de ativismo como empreendedorismo e, as petições, como um produto de mercado, em que assinantes e autores são apenas consumidores em potencial.

Ao levar o estímulo do individualismo empreendedor como modelo para todas as esferas da vida, o neoliberalismo também espera que as lutas coletivas se transformem em empreendimento. A ação precisa ser limitada ao indivíduo empreendedor de si. De preferência, que a ação se transforme em um produto disponível para consumo imediato, compulsivo e alienado. Por isso mesmo, as pessoas chegam a assinar 10 ou mais petições online em um dia, por exemplo. Assim, as demandas não adquirem o tempo necessário para se transformarem em uma crítica sistêmica coesa e são vistas como meras reclamações do “consumidor”. Portanto, podem ser tratadas por uma espécie de “atendimento ao consumidor”, automático e impessoal que, aqui e ali, faz concessões para não provocar maiores estragos, não acirrar os ânimos e iniciar, de fato, um movimento. As emoções são tratadas por técnicas de controle neoliberais e de cidadania mencionadas por Han (2020) e Cruikshank (1999), que funcionam para manter exatamente essa democracia neoliberal de baixíssima intensidade de participação, limitada ao processo eleitoral, como explicada por Santos (2016).

Algumas questões levantadas neste estudo embaraçam o sentido da ação que parece tanto mobilizar como desmobilizar. Os conceitos poderiam explicar a motivação para criar um abaixo-assinado eletrônico individual sem a força de uma ação coletiva, então, o que significa essa ação e a quem ela serve? Esse tipo de ação não nos parece realmente capaz de gerar grandes mudanças, no máximo pressionaria pequenas reformas locais ao alcance da vida cotidiana dos usuários. É isso que se vê na grande maioria das vitórias estampadas nas páginas das plataformas de petições. Elas não afetam a agenda pública, apenas são um reflexo dessa agenda e parecem servir bem para conformar os impulsos de ativismo, do tipo: estava indignada, com raiva, criei uma petição on-line, consegui repercussão, as pessoas viram; pronto, já fiz a minha parte e aqui está a comprovação. Trazem a política novamente para o centro das discussões, mas apenas dão alívio àquele primeiro desejo de participação, encerrando-se na autossatisfação de ego individual e na sua busca por exposição. No final das contas, as petições não forçam fissuras nas estruturas de oportunidades políticas comentadas por Tarrow. Elas atuam nesse campo, mas parecem ser mais uma manipulação das tecnologias de controle neoliberal para conter o avanço das crises.

As identificações focadas na emoção de um sujeito descentrado com interesses individuais específicos, plurais e efêmeros, não poderiam ser ameaçadoras e destruidoras da

possibilidade de uma unidade, da constituição de um “nós” que possibilite um consenso que mantenha a formação de um grupo coeso? Laclau (2011) observa que os processos hegemônicos nas sociedades contemporâneas acompanham a pluralidade e a fragmentação características dessas sociedades, sendo construídos por meio de ações de identificação que podem modificar ou apoiar uma ordem vigente. A ação coletiva mobilizada por um abaixo-assinado on-line poderia servir como um faz de conta de participação social e política para aliviar as frustrações de um indivíduo narcisista e manter as aparências democráticas do capitalismo?

Reflexões como essa nos levam a crer que ações coletivas, que podem ser promovidas ou mobilizadas a partir de uma petição on-line individual, podem expressar uma autonomia e, ao mesmo tempo, serem instrumentalizadas ou cooptadas pelo poder hegemônico, por um determinado partido ou grupo político. O mesmo poderia acontecer com os protestos de rua, haja vista como o Movimento Brasil Livre (MBL) se desenvolveu a partir das Jornadas de Junho no Brasil em 2013 e almeja se tornar um partido político. Mas também podem ser a fagulha necessária para criação de um novo consenso ou uma nova articulação sociopolítica e cultural emancipatória. Dialogando com Gramsci e com Laclau, Mutzenberg (2002) lembra que Gramsci usa a palavra hegemonia para designar a forma como o poder conquista o consentimento e, por vezes, também a designa como coerção. Já Laclau, partindo do desenvolvimento desse conceito, considera a natureza plural e fragmentada das sociedades contemporâneas que tornam os processos hegemônicos também mais plurais. Em tese, o ativismo e mesmo as petições teriam esse poder de mobilizar grupos efêmeros.

A existência de interesses tão distintos observados nas petições on-line, como expressão da vontade e autonomia individual, talvez demonstre um descontentamento com o sistema de uma maneira mais genérica, ainda que inconscientemente. Mas, se reduzirmos a pluralidade dessas demandas à perspectiva das grandes narrativas, não estaríamos perdendo a possibilidade de compreensão da riqueza de significados e articulações que elas apresentam? Ferreira e Fontes (2013) argumentam que a teoria do discurso de Laclau e Mouffe propõe uma ideia de democracia baseada na inevitabilidade do conflito e uma reflexão política sobre a circulação e articulação de significados presentes na realidade social, transformando-se num aparato teórico importante para pensarmos a dinâmica política contemporânea em sua complexidade e indeterminação.

Na época de Gramsci, o partido político tinha o papel de agregar o que ele chama de vontade coletiva, entendida como “qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta...” e, ainda, “vontade como consciência atuante da necessidade histórica,

como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (Gramsci, 1978, p. 4-7). Com as teorias da ação coletiva que emergiram a partir dos anos 1960, os movimentos sociais podem ser considerados este elemento agregador, sobretudo pela importância da constituição das identidades coletivas. Se tomarmos as petições on-line como uma ação coletiva, uma entre tantas, estaríamos caminhando para pensarmos o ativismo como um novo elemento agregador, baseado em identificações cada vez mais plurais e voláteis.

Por outro lado, os conceitos que antes nos auxiliaram a compreender tão bem os movimentos sociais que floresciam na década de 1960, ajudam muito pouco quando tentamos explicar essas ações contemporâneas, que no nosso entender são profundamente marcadas pelo individualismo e pelas novas tecnologias sob a égide do neoliberalismo característico das sociedades atuais. São questões que parecem moldar as ações estudadas aqui, porém revestidas de ambivalências, que ora parecem estimular, ora inibir a criação de vontades e identidades coletivas, antes tão essenciais para a constituição de movimentos sociais.

A partir dos dados coletados em nossa pesquisa de campo, não é possível concluir que a mobilização articulada em torno das petições on-line seja capaz de promover interações sustentadas, baseadas em redes de solidariedade, fundamentais para constituição das identidades coletivas e dos movimentos sociais como pensado por Melucci (2001). Ao mesmo tempo, a ação individual estimulada pelas plataformas parece corresponder a uma racionalidade no cálculo do custo-benefício para a ação, conforme apresentado pela escola americana nos estudos sobre a ação coletiva, principalmente nos conceitos trabalhados por Tilly e Tarrow. Nesse repertório de ação, os indivíduos encontram uma forma utilitarista e segura de atender ao seu desejo de mudança e ao sentimento de dever cumprido, dentro de contextos de oportunidades políticas em causas locais e transnacionais.

Não entendemos as petições on-line como um instrumento criado originalmente a serviço do neoliberalismo. Ao contrário, entendemos as petições on-line como mais um instrumento disponível no repertório de ações da democracia contemporânea, cabendo aos coletivos e movimentos sociais se apropriarem de sua utilização e de seus significados. O que nossa pesquisa revela é que essa ação, como qualquer outra, inclusive as manifestações de rua, pode ser cooptada e agir em favor do neoliberalismo. Então, de quem é a culpa se os movimentos de esquerda não estão lutando pelos sentidos destas ações? Nossa pesquisa também revela que as promessas disseminadas pelas plataformas em relação às petições on-line não implicam em sua realização, mas nem por isso deixam de ser uma potência, haja vista o sentimento de empoderamento relatado pelos entrevistados.

De qualquer forma, este trabalho buscou contribuir para uma melhor compreensão do

fenômeno das novas formas do agir individual e coletivo sob a égide das novas tecnologias de informação e comunicação, seus contextos, limitações e potencialidades, suas implicações para os movimentos sociais, para a democracia brasileira e, principalmente, para futuros estudos sobre o tema do ativismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ABAIXO-ASSINADO.ORG. **Página inicial**. Disponível em: <https://www.abaixoassinado.org/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

ABÍLIO, Ludmila C. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Blog da Boitempo**, 22 fev. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: 23 jul. 2017.

ADVERSE, Helton. Liberdade e governamentalidade: Foucault e a genealogia do liberalismo. **Revista Estudos Filosóficos**, São João Del Rey, n. 12, p. 16-27, 2014.

AGUINSKY, Beatriz; ALENCASTRO, Ecleria. **Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário**. **Katálisis**, Florianópolis, SC, v. 9, n. 1, p. 19-26, jan./jun. 2006.

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 73-97, jun.-set. 2015.

ALL OUT. **Crie seu próprio abaixo-assinado em defesa dos direitos LGBTQ+**. c2024. Disponível em: <https://action.allout.org/pt-br/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ALONSO, Angela. Repertório segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Revista Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

ANTUNES, Ricardo. Capítulo II. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. **La Ciudadania Negada: Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

APOIAR o Partido Novo não é barato. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 4, 4 out. 2015.

AVAAZ. **Assine para acabar com a corrupção**. 2010. Disponível em: https://secure.avaaz.org/campaign/po/brasil_ficha_limpa. Acesso em: 28 out. 2018.

AVAAZ. **Impeachment de Bolsonaro já!** 2021. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/campaign/po/impeachmentdebolsonaro/>. Acesso em: 10 out. 2022.

AVAAZ. **Página inicial**. Disponível em: <https://secure.avaaz.org>. Acesso em: 22 fev. 2022a.

AVAAZ. **Quem somos**. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/page/po/about/>. Acesso em: 22 fev. 2022b.

AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 227-284, set./dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162107>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BATISTA, Micheline Dayse Gomes. **Entre a rede e a comunidade:** interação e comunicação nos grupos do Facebook – o caso do Direitos Urbanos / Recife. Orientador: Jonatas Ferreira. 2015. Tese (Doutorado em sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

BATISTA, Micheline Dayse Gomes; FELIX, Vilma Barbosa. Direitos Urbanos | Recife: uma nova forma de articulação e participação política. In: XXIX CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA 2013. **Anais...** [...]. Santiago de Chile: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2013. Disponível em: [http:\(...\)actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT20/GT20_GomesBatista.pdf](http:(...)actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT20/GT20_GomesBatista.pdf). Acesso em: 25 ago. 2015.

BAUER, MW. Análise de conteúdo clássica. In: BAUER, MW. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BELIK, Walter. Volta do Brasil ao Mapa da Fome é retrocesso inédito no mundo, diz economista. [Entrevista cedida a] Suzana Petropouleas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jan. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml>. Acesso em: 9 abr. 2022.

BENFORD, Robert.; SNOW, David. Framing processes and social movements: an overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**. v. 26, p. 611-639, 2000.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, p. 739-768, June 2012.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BONETTI, Michel; DE GAULEJAC, Vincent. L'individu, produit d'une histoire dont il cherche à devenir le sujet. **Espaces Temps**, n. 37, p. 55-63, Je et moi, les émois du je. Questions sur l'individualisme, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar PLP 518/2009**. Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cassação e determina outras providências [...]. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=452953>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. **Diário Oficial da União**, 24 abr. 2014. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. **Projeto de lei nº 7.574, de 2017**. Institui novo marco legal para o exercício da soberania popular direta nos termos referidos no art. 14, incisos I a III, da Constituição Federal. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1640149. Acesso em: 28 out. 2018.

BRASIL. **PL 3855/2019** (Nº Anterior: PL 4850/2016). Estabelece medidas de combate à impunidade, à corrupção; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal [...]; e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2080604>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL vive boom de petições virtuais. **BBC News Brasil**, 8 maio 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130509_brasil_peticoes_online_lgb. Acesso em: 28 out. 2018.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, 2011.

BRINGEL, Breno. Ativismo transnacional: o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**, n. 16(2), 2010.

BRINGEL, B; ECHART, E. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos**, n. 46(1): p. 28-36, jan./abr. 2010.

BRYMAN, Alan. E-research: using the internet as object and method of data collection. In: BRYMAN, Alan. **Social research methods**. New York: Oxford University Press, 2008, p. 627-659.

CABALLERO, Francisco Sierra. Sociedad de la información y movimientos sociales: alternativas democráticas al modelo de desarrollo social dominante. In: SÁEZ, Victor M. M. (coord.). **La red es de todos**: cuando los movimientos sociales se apropian de la red. Sevilla: Editorial Popular, 2004, p. 91-115.

CALHOUN, Craig. Occupy Wall Street in perspective. **British Journal of Sociology**, n. 64(1), p. 26-38, 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara recebe abaixo-assinado contra desmatamento ilegal na Amazônia**. Brasília, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/574101-camara-recebe-abaixo-assinado-contradesmatamento-ilegal-da-amazonia/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CAMPANHA “10 medidas contra a corrupção recebe 2 milhões de assinaturas. **UOL**, Política, 29 mar. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/29/congresso-recebe-2-milhoes-de-assinaturas-por-medidas-contracorrupcao.htm>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CASANOVA, P. G. La dialéctica de las alternativas. **UMBRALES: Revista del Postgrado en Ciencias del Desarrollo**, CIDES-UMSA, n. 11, 2002.

CASTAÑEDA, Marcelo. Repertórios de ação em uma esfera pública interconectada: as campanhas da Avaaz. **Revista Antropolítica**, n. 42, p. 92-113, Niterói, 2017.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**, Vol. 1, A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**, Vol. 2, O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. Inovação, liberdade e poder na era da informação. In: MORAES, Denis de (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 225-231.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 21-40.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHANGE.ORG. **Impedir o desmatamento e exploração da Amazônia!** Início: 28 out. 2018. Petição para Governo Federal e 7 outros. Iniciado por Valeria Magalhaes. Disponível: https://www.change.org/p/impedir-o-desmatamento-e-explora%C3%A7%C3%A3o-da-amaz%C3%B4nia?utm_source=movements&utm_campaign=amazonia&. Acesso em: 21 dez. 2022.

CHANGE.ORG. **Willian de pé novamente!** Pelo direito de jovem com esclerose múltipla. Início: 29 jul. 2020a. Petição para Mario Victor Pereira Francisco (juiz de Direito da 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro). Iniciado por Livia Nascimento. Disponível em: https://www.change.org/p/willian-de-p%C3%A9-novamente-pelo-direito-de-jovem-com-esclerose-m%C3%BAltiple?utm_content=cl. Acesso em: 9 abr. 2021.

CHANGE.ORG. **Salvem a Austrália**. Início: 3 jan. 2020b. Petição para Nações Unidas. Iniciado por Leandro de Jesus. Disponível em: <https://www.change.org/p/na%C3%A7%C3%B5es-unidas-ogs-salvem-a-austr%C3%A1lia>. Acesso em: 9 abr. 2021.

CHANGE.ORG. **Vira-lata caramelo na nota de R\$200**. Início: 30 jul. 2020c. Petição para Conselho Monetário Nacional. Iniciado por Fred Costa. Disponível em: https://www.change.org/p/conselho-monet%C3%A1rio-nacional-vira-lata-caramelo-na-nota-de-r-200?utm_. Acesso em: 22 fev. 2022.

CHANGE.ORG. **Quem somos.** c2022. Disponível em: <https://www.change.org/about>. Acesso em: 22 fev. 2022.

COHEN, J. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. **Dados Revista de Ciências Sociais**, n. 3, v. 46, p. 419-459, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/sq9zqqJ6NcNgPNb9cvKbZmp/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CORREIA, Victor. 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil, aponta pesquisa. **Correio Braziliense**, Brasil, 8 jun. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/06/5013817-33-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-brasil-aponta-pesquisa.html>. Acesso em: 9 abr. 2022.

CRUIKSHANK, Barbara. **The will to empower:** democratic citizens and others subjects. London: Cornell University Press, 1999.

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. **La cultura en las crisis latinoamericanas.** Buenos Aires, Clacso, 2004. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/grim_crisis/11Confluencia.pdf. Acesso em: 19 jul. 2014.

DAHLBERG, L. The Internet and democratic discourse: Exploring the prospects of on-line deliberative forums extending the public sphere. **Information, Communication & Society**, n. 4 (4), p. 615-633, 2001.

DAHLGREN, Peter. **Foreword.** In: VAN DE DONK, Wim *et al.* (ed). **Cyberprotest:** new media, citizens, and social movements. London: Routledge, 2005.

DAMATTA, Roberto. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, abr. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000000100001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 ago. 2015.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWNING, John. Social movement theories and alternative media: an evaluation and critique. **Communication, Culture & Critique**, n. 1, 40–50ª International Communication Association, 2008.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

E-MAIL marketing e promoções: 23 estatísticas que vão fazer você acreditar que o e-mail marketing funciona. **UOL e-commerce**, s/d. Disponível em: <http://ecommerce.uol.com.br/impulso-digital/temas/e-mail-marketing-e-promocoes/23-estatisticas-que-vaio-fazer-voce-acreditar-que-o-e-mail-marketing-funciona.html#rmcl>. Acesso em: 1º fev. 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Universidade de Brasília,

2001.

FELIX, Vilma; LIMA, Aloízio. O “Ativismo.com”: reflexões sobre as petições on-line – o exemplo da plataforma Change.org. In: XXXI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, **Anais...** [...] Montevideu: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2017.

FERREIRA, J. A ideia de democracia digital na obra de Heidegger. **Análise Social**, v. XLV, p. 515-533, 2010.

FERREIRA, J. Aceleração e desaceleração na contemporaneidade. In: D’INCAO, Maria Angela. **Domínio das tecnologias**: ensaios em homenagem a Hermínio Martins. São Paulo: Letras a Margem, 2015.

FERREIRA, J. Técnica e liberdade. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 51, p. 119-143, 2001.

FERREIRA, Jonatas; FONTES, B. S. M. Ágora eletrônica: algumas reflexões teórico-metodológicas. **Estudos de Sociologia** (Recife), v. 19, p. 1, 2013.

FERREIRA, Jonatas; ROCHA, M. E. M. Entre a inclusão e a democracia digital: a atuação do Estado e do terceiro setor em comunidades pobres da Região Metropolitana do Recife. **Liinc em Revista**, v. 5, p. 100-116, 2009.

FISCHBORN, Giovanna. “Preso” em casa: o hikikomori é um transtorno marcado por isolamento grave. **Correio Braziliense**, Revista do Correio, 19 jun. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/revista-do-correio/2022/06/5015338-o-transtorno-mental-hikikomori-e-uma-sindrome-marcada-pelo-isolamento-social.html>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FLICK, Uwe. Pesquisa qualitativa on-line: a utilização da internet. In: FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009a, p. 239-253.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009b.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France 1970-1982**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2006.

GOHN, Maria da Glória. De Seattle a Genova: uma radiografia dos movimentos antiglobalização. **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais, 27 jan. 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**: questões da nossa época. São Paulo: Cortez, v. 47, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2004.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, Porto Alegre, v. VII, n. 3, p. 214-222, 2005.

GOZETTO, Andréa; MACHADO, Leandro. Ainda é necessário esclarecer conceitos: Lobby x Advocacy. **Cause**. São Paulo, s/d. Disponível em: <http://www.cause.net.br/ainda-e-necessario-esclarecer-conceitos-lobby-x-advocacy/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUEDES, Beto; BASTOS, Ronaldo. Amor de índio. In: GUEDES, Beto. **Amor de índio**. Guarulhos, SP, EMI-Odeon, 1978. Faixa 1. 1. Disco de vinil.

HÁ 5 anos, queda do presidente da Tunísia dava início à Primavera Árabe. **G1**, Rio de Janeiro, 14 jan. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/ha-5-anos-queda-do-presidente-da-tunisia-dava-inicio-primavera-arabe.html>. Acesso em: 25 mar. 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1987.

HAN, Byung-Chul. **In the swarm**: digital prospect. Cambridge/Massachusetts/London: The MIT Press, 2017a.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Editora Vozes Petrópolis, 2017b.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e novas tecnologias de poder. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. O problema da globalização. **Revista Novos Rumos**, n. 27 (13), p. 8-16, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HARVEY, David. **Breve historia del neoliberalismo**. Madri: Akal, 2007.

HONNETH, Axel. Organized self-realization: some paradoxes of individualization.

European Journal of Social Theory, n. 7(4), p. 463-478, 2004.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IÑIGUEZ, L. Os fundamentos da análise do discurso. In IÑIGUEZ, L (org). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE DO RIO DE JANEIRO – ITS Rio. **Mudamos**. Disponível em: <https://www.mudamos.org/>. Acesso em 21 jan. 2022.

JACCOUD, M.; MAYER, R. A observação direta e pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

JASPER, James M. Emotions and social movements: twenty years of theory and research. **Annual Review of Sociology**, v. 37, p. 285-303, 2011. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-soc-081309-150015>. Acesso em: 13 fev. 2023.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. Transnational advocacy networks in international politics: Introduction, **Activists beyond borders**: advocacy networks in international politics. Ithaca: Cornell University, p. 1-29, 1998.

KOZINETTS, Robert. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica on-line. Porto Alegre: Penso, 2014.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 2, out. 1986. Disponível em: [http:\(...\)portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=304&Itemid=203](http:(...)portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=304&Itemid=203). Acesso em: 2 abr. 2015.

MACEWAN, Arthur. Neoliberalism and civil society: market power versus democratic power. In: SAAD-FILHO, A.; JOHNSTON, D. (ed.). **Neoliberalism a critical reader**. London: Pluto Press, 2005.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 73-104.

MARQUES, F. P. J. **Ciberpolítica**: conceitos e experiências. Salvador: EDUFBA, 2016.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis de (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio

de Janeiro: Mauad, 2006, p. 51-79.

MARTUCCELLI, Danilo. Les trois voies de l'individu sociologique, **EspacesTemps.net**, Textuel, 8 jun. 2005. Disponível em: [http://\(...\)/espacestems.net/document1414.html](http://(...)/espacestems.net/document1414.html). Acesso em: 24 out. 2018.

MATO, D. Redes transnacionales de actores globales y locales em la producción de representaciones de ideas de sociedad civil. In: MATO, D. (org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tempos de globalización**. Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 67-93. Disponível em: [http://\(...\)/www.globalcult.org.ve/pub/Rocky/Libro2/Mato.pdf](http://(...)/www.globalcult.org.ve/pub/Rocky/Libro2/Mato.pdf). Acesso em: 19 jul. 2014.

MATSUKI, Edgard. Site peticaopublica.org redireciona petição para página da Avaaz contra Bolsonaro #boato. **Boatos.org**, Tecnologia, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://www.boatos.org/tecnologia/site-peticaopublica-org-redireciona-peticao-pagina-avaaz-bolsonaro.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MCADAM, D; MCCARTHY, J.; ZALD, M. N. **Comparative perspectives on social movements**: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MEDEIROS, Priscila Muniz de. **Ciberespaço, democracia e globalização**: uma análise do ciberativismo do Avaaz. 2011. Disponível em: [http://\(...\)/www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1413-1.pdf](http://(...)/www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1413-1.pdf). Acesso em: 18 set. 2018.

MELO, André. **A judicialização do Estado brasileiro**: um caminho antidemocrático. Disponível em: [https://\(...\)/www.sedep.com.br/artigos/a-judicializacao-do-estado-brasileiro-um-caminho-antidemocratico/r](https://(...)/www.sedep.com.br/artigos/a-judicializacao-do-estado-brasileiro-um-caminho-antidemocratico/r). Acesso em: 12 dez. 2021.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **10 medidas contra a corrupção**. Histórico. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.dezmedidas.mpf.mp.br/apresentacao/historico>. Acesso em: 22 fev. 2022.

MORAES, Dênis de. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. XXIII, n. 2, p. 142-155, 2000.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política e Sociedade. Revista de Sociologia Política**. Florianópolis, v.1, n. 3, UFSC, 2003.

MUTZENBERG, Remo. **Ações coletivas, movimentos sociais**: aderências, conflitos e antagonismo social. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

NASSIF, Luis. Avaaz, golpe ou verdade? **Jornal GGN**, 20 nov. 2011. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/midia/avaaz-golpe-ou-verdade/>. Último acesso em: 20 nov. 2022.
O ANO em que o gigante acordou. **Exame**, Brasil, São Paulo, 26 dez. 2013. Disponível em: <https://exame.com/brasil/o-ano-em-que-o-gigante-acordou/>. Acesso em: 6 fev. 2023.

PERRUSI, Arthur. Sofrimento psíquico, individualismo e uso de psicotrópicos Saúde mental e individualidade contemporânea. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 27, n. 1, p. 153-154, 2015.

PETIÇÃO PÚBLICA. **10 medidas contra corrupção** – Criação de Projeto de Lei. Disponível em: <https://peticaopublica.com.br/psign.aspx?pi=BR83442>. Acesso em: Acesso em: 15 dez. 2021.

PETIÇÃO PÚBLICA. **Página inicial**. c2022. Disponível em: <https://peticaopublica.com.br/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In POUPART, Jean *et al.* **A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

O QUE seria dos protestos se não fosse a Rede Globo? **Pragmatismo Político**, João Pessoa, 15 mar. 2015. Disponível em: Ver: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/o-que-seria-dos-protestos-se-nao-fosse-a-rede-globo.html>. Acesso em: 16 mar. 2015.

PRUDENCIO, Kelly C. S. Mídia e movimentos sociais contemporâneos. A luta do sujeito pela construção do significado. **Revista Comunicação & Política**. Rio de Janeiro: Cebela, v. X, n. 3, set./dez. 2003.

RAMINELLI, F. P.; OLIVEIRA, R. S. Ciberativismo e as petições on-line: uma análise do site Avaaz. In: XX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. **Anais...** [...]. Vitória, ES, 16 a 19 de novembro de 2011.

RECLAME AQUI. **Sobre nós**. 2022. Disponível em: Ver: <https://www.reclameaqui.com.br/institucional/>. Acesso em: 10 out. 2022.

RICHARDSON, Robert Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.

SALANI, Fabíola. Petições pelo impeachment de Bolsonaro reúnem mais de 620 mil assinaturas na Change.org. **Revista Fórum**, Política, São Paulo, 4 fev. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2021/2/4/peties-pelo-impeachment-de-bolsonaro-reunem-mais-de-620-mil-assinaturas-na-changeorg-90966.html>. Acesso em: 5 maio 2022.

SÂMIA BOMFIM. **Tirar Bolsonaro para salvar o país**. Brasília, c2020. Disponível em: <https://samiabomfim.com.br/forabolsonaro/>. Acesso em: Acesso em: 22 jan. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. estado**.

[on-line]. Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Rede de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Caderno CRQ**, v. 21, n. 54. Salvador, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

SCHIECK, Mônica. Ciberativismo: um olhar sobre as petições on-line. **BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schieck-monica-ciberativismo.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

SEBASTIÃO, S.; PACHECO, A.; SANTOS, M. Cidadania digital e participação Política: o caso das petições on-line e do orçamento participativo. **Estudos em Comunicação**, n. 11, p. 31-51. Universidade Técnica de Lisboa, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna (1896). In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (org.). **Simmel e a modernidade**. Brasília; Editora Universidade de Brasília, 1998.

SIMÕES, Rogério. O que foi e como terminou a Primavera Árabe? **BBC News Brasil**, 20 fev. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502>. Acessado em: 5 jun. 2021.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. Dossiê: Mobilizações, protestos e revoluções. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 97, nov. 2013.

SITE de abaixo-assinados registra aumento de 160% durante crise do coronavírus. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, Coluna Mônica Bergamo, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/06/site-de-abaixo-assinados-registra-aumento-de-160-durante-crise-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SNOW, DAVID A. Framing processes, ideology, and discursive fields. In: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter (ed.). **The Blackwell companion to social movements**. Wiley-Blackwell, 2004.

SÓ a petição pelo impeachment de Dilma tem número ‘congelado’ no Avaaz. **Diário do Poder**, Brasília, 28 out. 2014. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/uncategorized/site-avaaz-segura-abaixo-assinado-pelo-impeachment-de-dilma>. Acesso em:

SORIANO, Salvador. Dez anos depois dos “indignados”, Podemos procura um novo líder. **Diário de Notícias**, Internacional, 15 maio. 2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/internacional/dez-anos-depois-dos-indignados-podemos-procura-um-novo-lider--13722715.html>. Acesso em: 5 jun. 2021.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Treinta años después. **Análisis Político**, n. 31. Instituto de

Estudios Políticos y Relaciones Internacionales (Iepri), Universidad Nacional de Colombia, 1997.

SZTOMPKA, A. **Sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confrontos políticos**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain. In: MARK, T. (ed.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995.

TILLY, C; MCADAM, D.; TARROW, S. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.

TOURAINE, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 5-18, jun. 1989.

TUFEKCI, Z. WILSON, C. Social media and the decision to participate in political protest: observations from Tahrir Square. **Journal of Communication**, n. 62, p. 363-379, 2012.

UCHOA, Pablo. O que o movimento ‘Occupy’ tem a ver com os protestos no Brasil? **BBC News Brasil**, 25 jun. 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130625_impacto_occupy_gm. Acesso em: 7 maio 2022.

UGARTE, David de. **O poder das redes**. Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

VEGH, Sandor; AYERS, M. D.; MCCAUGHEY, M. Classifying forms of on-line activism. In: MCCAUGHEY, M.; AYERS, M. **Cyberactivism: on-line activism in theory and practice**, 2003, p. 71-95.

VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 53-58.

VIANNA, L. W. *et al.* (org.). **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

WEBER, Demétrio. Plataforma de abaixo-assinados virtuais Change.org contabiliza 1,5 milhão de usuários no Brasil. **Extra**, Notícias, Brasil. Rio de Janeiro, 21 nov. 2013. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/plataforma-de-abaixo-assinados-virtuais-changeorg-contabiliza-15-milhao-de-usuarios-no-brasil-10835288.html>. Acesso em: 5 fev. 2017.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

WELARATNA, D. **Globalization in action: ‘Avaaz’**. 2009. Disponível em:

[http:\(...\)www.newschool.edu/mediastudies/immediacy/09/spring/papers/avaaz_deepthiwararatna.pdf](http:(...)www.newschool.edu/mediastudies/immediacy/09/spring/papers/avaaz_deepthiwararatna.pdf). Acesso em: 10 maio 2018.

WELLMAN, Barry. The persistence and transformation of community: from neighborhood groups to social networks. **Report to the Law Commission of Canada**, 2001. Disponível em: [http:\(...\)homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/lawcomm/lawcomm7.PDF](http:(...)homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/lawcomm/lawcomm7.PDF). Acesso em: 4 abr. 2001.

WRAY, Stefan. **Electronic civil disobedience and the World Wide Web of hacktivism**: a mapping of extra parliamentary direct action net politics, 1998. Disponível em: [http:\(...\)switch.sjsu.edu/web/v4n2/stefan](http:(...)switch.sjsu.edu/web/v4n2/stefan). Acesso em: 4 jan. 2017.

XAVIER, Roseane. **A corrupção como elemento do discurso**: grupos de protesto contra a corrupção em redes sociais virtuais no Brasil recente. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

YOUNG, IRIS M. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ŽIŽEK, S. Problemas no paraíso. In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Carta Maior, 2013, p. 101-108.

[http:\(...\)www.activism.com/pt_BR/peticoeson-line.com](http:(...)www.activism.com/pt_BR/peticoeson-line.com)
[http:\(...\)www.avaaz.org/po/](http:(...)www.avaaz.org/po/)
[http:\(...\)www.internetworldstats.com](http:(...)www.internetworldstats.com)
[http:\(...\)www.internetworldstats.com/stats.htm](http:(...)www.internetworldstats.com/stats.htm)
[http:\(...\)www.peticaopublica.com.br/](http:(...)www.peticaopublica.com.br/)
[https:\(...\)secure.avaaz.org/po/index.php](https:(...)secure.avaaz.org/po/index.php)
[https:\(...\)secure.avaaz.org/po/petition/](https:(...)secure.avaaz.org/po/petition/)
[Partido dos Trabalhadores Em resposta a peticao que foi aberta pelo Impeachment da Presidente Dilma/?fJqsijb&pv=2](http:(...)www.peticaopublica.com.br/peticao/Partido%20dos%20Trabalhadores%20Em%20resposta%20a%20peticao%20que%20foi%20aberta%20pelo%20Impeachment%20da%20Presidente%20Dilma/?fJqsijb&pv=2)
[https:\(...\)www.abaixoassinado.org/](https:(...)www.abaixoassinado.org/)
[https:\(...\)www.change.org/](https:(...)www.change.org/)
[https:\(...\)www.facebook.com/vilmab.pesquisadora.3](https:(...)www.facebook.com/vilmab.pesquisadora.3)
[https:\(...\)www.facebook.com/Avaaz-Brasil-306514502695594](https:(...)www.facebook.com/Avaaz-Brasil-306514502695594)
[https:\(...\)www.facebook.com/peticaopublicabrasil](https:(...)www.facebook.com/peticaopublicabrasil)
[https:\(...\)www.facebook.com/Change.orgBrasil](https:(...)www.facebook.com/Change.orgBrasil)
[https:\(...\)www.on-linepesquisa.com/](https:(...)www.on-linepesquisa.com/)
[https:\(...\)www.on-linepesquisa.com/s/1bcd6b](https:(...)www.on-linepesquisa.com/s/1bcd6b)
[https:\(...\)peticaopublica.com/](https:(...)peticaopublica.com/)
[https:\(...\)peticaopublica.org](https:(...)peticaopublica.org)
[https:\(...\)www.boatos.org/tecnologia/site-peticaopublica-org-redireciona-peticao-pagina-avaaz-bolsonaro.html](https:(...)www.boatos.org/tecnologia/site-peticaopublica-org-redireciona-peticao-pagina-avaaz-bolsonaro.html)

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ON-LINE

Pesquisa sobre Abaixo-assinados online

Abaixo-assinado Online

Olá, estamos realizando uma pesquisa com assinantes e criadores de Abaixo-Assinados Online, também conhecidos como Petições Online. A pesquisa faz parte de um estudo que será apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Podemos garantir que os dados coletados serão tratados de maneira agrupada, mantendo a privacidade e anonimato de cada respondente e serão utilizados apenas para fins acadêmicos.

1. Quantos abaixo-assinados online você já assinou? *

- ☐ Um
- ☐ De 2 a 5
- ☐ De 6 a 10
- ☐ De 11 a 20
- ☐ de 21 a 50
- ☐ + de 50
- ☐ Não Sabe/Não lembra
- ☐ Nunca assinou

2. Quando você assinou o último abaixo-assinado online?

Por favor, escolha ... 

3. Qual foi o tema do último abaixo-assinado que você assinou?

4. Qual é o tema que mais lhe sensibiliza e que faz você assinar mais abaixo-assinados online?

5. Qual é a Plataforma que você mais usa para assinar abaixo-assinados online?

☐ AbaixoAssinado.org

☐ Anistia Internacional

☐ Avaaz.Org

☐ Change.Org

☐ Petição Pública Brasil

☐ Não sabe/Não Lembra

☐ Outro: Qual?

6. Você já criou um abaixo-assinado online? *

☐ Não

☐ Sim

☐ Se desejar, coloque o link da sua petição

7. Por que você nunca criou um abaixo-assinado online?

8. Só para quem já criou um abaixo-assinado online. Qual foi o tema do seu último abaixo assinado?

- ☐ Animais
- ☐ Cultura
- ☐ Cidades/Questões urbanas/Espaços públicos
- ☐ Educação
- ☐ Direitos humanos
- ☐ Direitos das mulheres
- ☐ Direitos LGBT
- ☐ Mobilidade/Transporte
- ☐ Política
- ☐ Saúde
- ☐ Trabalho
- ☐ Outro. Qual?

9. Só para quem já criou um abaixo-assinado online. Em qual plataforma você criou o seu abaixo-assinado?

- ☐ AbaixoAssinado.Org
- ☐ Anistia Internacional
- ☐ Avaaz.Org
- ☐ Change.Org
- ☐ Petição Pública Brasil
- ☐ Não sabe/Não lembra
- ☐ Outro. Qual?

10. De quais formas de protestos, mobilizações e manifestações presenciais (offline) você costuma participar?

- ☐ Passeatas
- ☐ Marchas
- ☐ Carreatas
- ☐ Ocupações
- ☐ Greves
- ☐ Paneleços
- ☐ Audiências públicas
- ☐ Assembléias
- ☐ Não costumo participar
- ☐ Outros. Qual?

11. Você participou dos protestos e manifestações de rua em Junho de 2013 no Brasil?

- ☐ sim
- ☐ não

12. Você costuma participar de protestos ou manifestações online?

- ☐ Não
- ☐ Sim. Qual ou que tipo?

Página 2

13. Você é filiado(a) a algum partido político?

- ☐ Não
- ☐ Sim. Qual?

14. **Você participa ativamente de algum movimento social?**

☐ Não

☐ Sim. Qual?

15. **Você costuma fazer doações financeiras para alguma entidade/grupo/coletivo?**

Por favor, escolha ... 

16. **Você já participou de consultas públicas na plataforma E-cidadania (site do Senado Federal)?**

Por favor, escolha ... 

17. **Como você conheceu os abaixo-assinados online?**

☐ Indicação de amigos

☐ Recebi convite por email

☐ Vi nas de redes sociais de amigos

☐ Através de matérias na mídia

☐ Não sabe/Não lembra

☐ Outro. Qual?

18. **Você costuma receber e ler emails enviados pelas plataformas de petições online?**

Por favor, escolha ... 

19. De que maneiras você costuma ajudar os abaixo-assinados que assina?

- ☐ Compartilho no Facebook
- ☐ Compartilho no Instagram
- ☐ Compartilho no Twitter
- ☐ Compartilho no WhatsApp
- ☐ Envio por email para amigos e familiares
- ☐ Faço doações financeiras para impulsionar as petições
- ☐ Faço comentários no site da petição para estimular mais gente a assinar
- ☐ Converso com amigos e familiares sobre as petições que assino e peço que assinem
- ☐ Apenas assino as petições

20. Você costuma entrar em contato com os autores das petições online que assina?

- ☐ Sim, através do site/plataforma
- ☐ Sim, através de redes sociais da plataforma
- ☐ Sim, através de email
- ☐ Não sei como entrar em contato com os autores
- ☐ Não, nunca tentei
- ☐ Não sabe/Não lembra

21. Você costuma observar quem são os alvos das petições que assina, ou seja, as pessoas ou entidades que receberão o abaixo-assinado ao final da coleta de assinaturas?

Por favor, escolha ... 

sobre o resultado final das petições assinadas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Facilidade para criar petições	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Contato com a Central de Ajuda da plataforma	☐	☐	☐	☐	☐	☐
A plataforma ter muita credibilidade	☐	☐	☐	☐	☐	☐
A plataforma ajudar na divulgação das petições	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Informação sobre o destino e utilização das doações realizadas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sistema de busca da plataforma, facilidade para procurar petições	☐	☐	☐	☐	☐	☐
A plataforma proporcionar uma boa interação com os criadores e outros apoiadores das petições	☐	☐	☐	☐	☐	☐

24. Você costuma acompanhar os resultados das petições que assina?

☐ Sempre

☐ As vezes

☐ Nunca

☐ Outro

25. Você acredita que um abaixo-assinado online pode realmente conseguir mudanças?

- ☐ Não
- ☐ Sim
- ☐ Não sabe

26. Por que?

27. Na sua opinião qual frase melhor define a ideia de sucesso/vitória de um abaixo-assinado online?

- ☐ Fazer as pessoas refletirem sobre um tema
- ☐ Resolver efetivamente um problema
- ☐ Conseguir muitas assinaturas/Adesão
- ☐ Dar visibilidade a um problema
- ☐ Pressionar o poder público ou uma empresa
- ☐ Atrair o interesse da mídia
- ☐

28. Você acha que o fato de assinar petições online faz você se sentir um(a) ativista?

- ☐ sim
- ☐ não

29. Por que?

30. A assinatura de abaixo-assinados online lhe estimulou a...

	Sim	Não	Não sabe
Conhecer pessoas que se interessam pelos mesmos temas	☐	☐	☐
Participar de grupos que defendem a mesma causa	☐	☐	☐
Se interessar por problemas importantes para a sociedade	☐	☐	☐
Participar de outras ações online, para ajudar nas causas que defende	☐	☐	☐
Participar de movimentos sociais	☐	☐	☐
Participar de ações presenciais nas causas que defende	☐	☐	☐
Participar de partidos políticos	☐	☐	☐

Página 4

31. Por favor avalie as frases pensando no seu grau de concordância com as ideias sobre ativismo e petições online

	Concordo Totalmente	Concordo em parte	Nem concordo, nem discordo	Discordo em parte	Discordo totalmente	Não sabe/Não se aplica
Para ser ativista é preciso atuar presencialmente e não só online	☐	☐	☒	☐	☐	☐

Não preciso fazer parte de uma ONG ou movimento social para ser um(a) ativista	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Como ativista posso apoiar várias causas ao mesmo tempo e não participar efetivamente delas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Prefiro atuar assinando petições online porque não precisarei ter contato pessoal com ninguém	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Assinar petições online é uma forma de ajudar a resolver problemas em regiões distantes, no Brasil e no mundo	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Ativismo é sinônimo preocupação e participação na soluções de problemas sociais	☐	☐	☐	☐	☐	☐
A petição online é uma excelente forma de ajudar uma causa sem precisar me envolver em movimentos sociais	☐	☐	☐	☐	☐	☐
O ativismo permite que eu contribua para a justiça social	☐	☐	☐	☐	☐	☐

32. Por favor avalie as frases pensando no seu grau de concordância com as ideias sobre abaixo-assinados online:

	Concordo totalmente	Concordo em Parte	Nem concordo Nem discordo	Discordo em parte	Discordo Totalmente	Não sabe/Não se Aplica
Algumas pessoas						

33. Por favor, agora avalie as frases pensando no seu grau de concordância com algumas ideias sobre as plataformas de abaixo-assinados online:

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Nem concorda, nem discorda	Discorda em parte	Discorda Totalmente	Não sabe/ Não se aplica
As plataformas de petições online empoderam as pessoas para que possam promover as mudanças que desejam	☐	☐	☐	☐	☐	☐
As plataformas de petições online possibilitam que qualquer pessoa lidere um movimento social	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Sinto-me membro das plataformas onde assino as petições online	☐	☐	☐	☐	☐	☐
As plataformas de petições online aceleram as mudanças sociais	☐	☐	☐	☐	☐	☐
As plataformas de petição online criam movimentos sociais	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Plataformas de petições online são todas iguais, servem apenas para criar e armazenar abaixo-assinados	☐	☐	☐	☐	☐	☐
As plataformas de petições						

online
organizam os
cidadãos e
criam
comunidades

☐☐☐☐☐☐

Página 5

34. Com que frequência você utiliza o seu email?

☐

Várias vezes ao dia

☐

Uma vez ao dia

☐

3 a 4 vezes na semana

☐

1 vez por semana

☐

A cada 15 dias

☐

1 vez ao mês

☐

Muito raramente

☐

Não utiliza email

35. Qual a rede social que você mais usa?

☐

Facebook

☐

Instagram

☐

WhatsApp

☐

Twitter

☐

Não usa redes sociais

☐

Outra. Qual?

36. Qual é o equipamento mais usado para acessar as suas redes sociais e ler os seus emails?

Por favor, escolha ...



37. Quantos anos você tem?

- ☐ Até 19 anos
- ☐ De 20 até 29 anos
- ☐ De 30 até 39 anos
- ☐ De 40 até 49 anos
- ☐ De 50 até 59 anos
- ☐ De 60 até 69 anos
- ☐ De 70 até 79 anos
- ☐ 80 anos ou mais

38. Qual é o seu grau de instrução?

- ☐ Fundamental I incompleto
- ☐ Fundamental I completo ou Fundamental II incompleto
- ☐ Fundamental II completo ou Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo ou Superior incompleto
- ☐ Superior completo ou Pós-graduação incompleta
- ☐ Pós-graduação completa

39. Qual é a sua faixa de renda pessoal e mensal?

- ☐ Até R\$ 1.045,00
- ☐ De R\$ 1.046,00 até R\$ 2.090,00
- ☐ De R\$ 2.091,00 até R\$ 5.225,00
- ☐ De R\$ 5.226,00 até R\$ 10.450,00
- ☐ Mais de R\$ 10.450,00
- ☐ Não tem renda

40. Qual é a sua profissão/ocupação?

41. Dados pessoais

Nome:

Cidade:

Email:

Telefone:

42. Gostaria de saber se poderemos entrar em contato, caso precise esclarecer alguma questão?

☐ sim

☐ não

43. Se desejar, escreva sugestões, críticas e comentários sobre o tema

» **Redirection to final page of Online Pesquisa**

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA: EMPRESAS

Roteiro de Entrevista: **EMPRESAS**

1-PERFIL:

- Idade, sexo, escolaridade, cidade, plataforma, faixa de renda
- Como começou a trabalhar na plataforma? Descreva um pouco sua função e atividades

2- HISTÓRICO DA EMPRESA

- Falar um pouco como e onde surgiu,
- Como chegou ao Brasil? Quais metas, perspectivas, quantidade de membros hoje?
- Qual foi o momento auge da plataforma no Brasil e no mundo?
- O que você acha que fez os brasileiros aderirem tanto às petições?
- Qual a expectativa e tendência das petições, estão diminuindo ou aumentando e por quê?

2- DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DA EMPRESA

- Como a Avaaz/Change se denomina: ONG, empresa social... e o que significa essa definição ou ainda, qual a importância de se definir assim?
- Qual é o principal objetivo da Avaaz/Change e qual é a estratégia para atingi-lo?
- O que difere a Avaaz/Change das demais plataformas de petições online?
- Existe algum alinhamento político ou ideológico que define a sua plataforma? Explorar
- Qual é o principal produto oferecido pela Avaaz/Change: a petição, a divulgação, interação, criação de ativismo e movimentos sociais, a entrega da petição...? Por quê?

3- PETIÇÕES

- Qual a responsabilidade da Avaaz/Change com as petições criadas na plataforma?
- Que tipo de ajuda/suporte a Avaaz/Change oferece para quem cria uma petição?
- Depois da criação da petição, que tipos de ação são estimuladas pela Avaaz/Change?
- Como são definidas e realizadas as promoções/ações, como o envio de emails e telefonemas para os alvos ?
- Como é feita a entrega das petições aos alvos (online ou offline)? Quem entrega? Vocês participam? Financiam?
- Se Avaaz, porque vocês não permitem a busca/localização de petições na plataforma?
- ----- Qual a real eficácia das petições?

----- O que significa o sucesso de uma petição?

4- DIVULGAÇÃO

- A Avaaz/Change ajuda na divulgação das petições? Como (Change) e por que (Avaaz)?

-- Como são selecionadas as petições que serão enviadas por email aos membros? E como são escolhidos esses membros? (por que Avaaz só envia emails de suas próprias campanhas?)

--- Como vocês definem as petições que serão promovidas, que terão destaque na plataforma?

---- Como são definidas as petições que serão divulgadas nas redes sociais da Avaaz/Change? (Avaaz: por que não divulga, por que a página brasileira da Avaaz no Facebook foi desativada em 2018?)

4 – DOAÇÕES E INVESTIMENTOS

- Como a Avaaz/Change se mantém? Vocês recebem doações de empresas e governos? As doações dos membros são suficientes para a manutenção da Avaaz/Change?

-- O que é feito com as doações dos membros, seja para uma campanha da empresa ou uma petição?

--- O que significa “turbinar” uma petição? Quais as vantagens? O autor tem algum controle e informação sobre esses aportes?

---- Que ações são adotadas para se ter transparência sobre a utilização destas doações?

5- INTERAÇÕES

- A plataforma facilita alguma aproximação do autor da petição com grupos que poderiam apoiar a divulgação da petição. Precisa de algum aporte financeiro para este serviço? Que tipo de apoio os grupos oferecem?

-- Como vocês consideram as interações entre os membros da plataforma? Existe algum interesse, política ou estratégia da plataforma para estimular ou promover essas interações?

--- Como avalia o funcionamento das redes sociais da Avaaz/Change? Qual o objetivo? Acredita promover interação entre os membros?

---- Por que a Avaaz/Change não oferece a possibilidade de contato entre o autor e seus apoiadores, os assinantes?

6- ATIVISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS

- Por que uma pessoa que assinou uma petição pode ser considerada como membro da Avaaz/Change? O Que significa ser um membro?

-- Que tipo de comunidade a Avaaz/Change acredita estar criando? Como é a participação dos membros nessa comunidade?

--- O que a Avaaz/Change entende por ativismo?

---- A pessoa que assina uma petição pode ser considerada um ativista?

----- O que a Avaaz/Change entende por movimento social?

----- Que tipo de movimento social Avaaz/Change acredita estar criando?

- AVAAZ: A Avaaz já foi acusada de estar vinculada aos governos considerados de esquerda,

como o Governo Lula, por exemplo. Por que acha que vocês passaram essa impressão? Foi por isso que a página brasileira de vocês no Facebook ficou inativa em 2018?

Agradecimentos , autorização para usar o primeiro nome e voltar a entrar em contato se precisar de algum esclarecimento.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA: AUTORES

Roteiro de Entrevista: Autores

1- Perfil

- Explorar dados pessoais, questões como: escolaridade, cidade, trabalho, renda, religião, idade.

2- Filtro: ter realizado petições online

- Explorar informações das petições: quantidade realizada, tema, plataforma e pedir para enviar o link das petições.

3- Participação social e política:

- Participação em partido político e movimentos sociais: quais, funções, atividades, como entrou, tempo de participação...

-- Participa de protestos online e/ou offline: quais, temas, funções, como escolhe ou decide participar?

--- Realiza doações financeiras para algum grupo/coletivo? Explorar

4- Consultas e Petições online

-- Já participou de consultas públicas (governamentais)? Quais temas? Qual a importância?

Informação sobre petições online

- Como conheceu a petição online?

-- Recebe emails solicitando sua assinatura em petições? Com que frequência? Costuma ler?

--- Quantas já assinou? Quais as últimas ou as mais importantes, temas?

Criação e procedimentos técnicos

- Como e por que resolveu criar a petição? Motivação, tema.

-- Como escolheu a plataforma? Quais diferenças, vantagens e desvantagens entre elas?

--- Como foi o processo de criação (dificuldades)? Recebeu ajuda técnica do site ou de alguém?

---- Quanto tempo durou a o processo de recolher assinaturas? Quantas assinaturas conseguiu coletar?

----- Obteve informações sobre o processo de segurança e privacidade do site?

Divulgação

- Como foi feita a divulgação da sua petição? Quem fez e de que forma? E-mails, redes sociais.

-- Sua petição teve algum destaque na plataforma? Como e de que maneira?

--- Foi divulgada nas redes sociais da plataforma? Houve alguma interação, debates e comentários relevantes de outros membros? Costuma participar/comentar outras petições.

---- Houve comentários sobre a sua petição dentro da plataforma ou recebeu emails de apoio de assinantes?

----- Sua petição teve alguma repercussão na mídia? Onde e como aconteceu?

Investimento

- Sua petição teve algum investimento, financiamento, doações e parcerias? Explorar: quem, como, quanto, controle e transparência.

-- Costuma fazer doações para petições e/ou campanhas das plataformas? Quais, frequência, valores, transparência.

Alvos e resultados

- Quem era o Alvo e por que achou que esse alvo resolveria a questão?

-- O processo foi concluído? A petição foi entregue? Como, quem entregou, teve patrocínio/financiamento para a entrega? Forma...

--- O objetivo foi alcançado? Teve sucesso? O que significa o sucesso de uma petição?

---- Como avalia a experiência?

5-Ativismo

Ação e interação

- A petição de algum modo gerou alguma outra ação offline ou mesmo online? Qual? Teve alguma parceria para realizar a ação?

-- Conheceu pessoas, grupos, movimentos a partir da criação das petições?

--- Depois de criar a petição, você considerou a possibilidade de se engajar mais ativamente em algum coletivo, causa ou movimento social?

---- Algumas plataformas de petição online dizem que conseguem construir comunidades e movimentos sociais, você concorda com isso? Por quê?

----- A petição mudou a sua vida em algum aspecto?

Conceito

- Você se considera um ativista? O fato de ter criado a petição faz você se considerar um ativista?

-- O que significa ser um ativista? Explorar conceito.

--- Após a experiência, você acredita que uma petição pode realmente mudar uma situação?

---- Indicaria a criação de petição online para algum amigo?

Agradecimentos , autorização para usar o primeiro nome e voltar a entrar em contato se precisar de algum esclarecimento.

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA: ASSINANTES

Roteiro de entrevista: Assinantes

1- Perfil

- Explorar dados pessoais, questões como: escolaridade, cidade, trabalho, renda, religião, idade.

2- Filtro: ter assinado petições online

- Explorar informações das petições: quais, quando assinou, temas, plataformas.

3- Participação social e política:

- Participação em partido político e movimentos sociais: quais, funções, atividades, como entrou, tempo de participação...

-- Participa de protestos online e/ou offline: quais, temas, funções, como escolhe ou decide participar?

-- Realiza doações financeiras para algum grupo/coletivo? Explorar

4- Consultas e Petições online

- Já participou de consultas públicas (governamentais)? Quais temas? Qual a importância?

Informação sobre petições online

- Como conheceu as petições online? Desde quando assina e quantas já assinou? Quais as 3 últimas, temas? Qual a mais importante?

-- Recebe emails solicitando sua assinatura em petições? Com que frequência? Costuma ler? Qual a importância?

--- Já tentou entrar em contato com as plataformas ou com os autores das petições? Por quê? Motivos?

---- Você percebe alguma diferença entre as plataformas de petições online ? Qual prefere e por quê?

Divulgação

- Além de assinar, você costuma ajudar a petição de alguma outra forma? Como?

-- Costuma ajudar a divulgar as petições? Como (offline, online)? Se redes sociais, quais?

--- Envia emails para seus amigos pedindo para assinar ou divulgar a petição que você apoiou? Como funciona?

Investimento

- Já fez alguma doação para alguma petição? Para ajudar a impulsionar a petição? Quanto? Frequência?

-- E para alguma campanha da plataforma? Valores? Motivos? Se Campanhas, quais?

Frequência

--- Sabe como funcionam as doações? Controles e transparência?

Alvos e resultados

- Você sabe quem são os alvos, para quem as petições serão entregues? Acredita que eles podem resolver a questão?

-- Você costuma acompanhar os resultados das petições que assina? Como se informa?

--- Sabe como e por quem são entregues as petições?

---- Alguma petição obteve sucesso? O que significa o sucesso de uma petição online?

Redes sociais

- Você acompanha e interage nas redes sociais das plataformas de petições online? Quais redes? Temas? Tipo de participação: curte, compartilha, comenta?

-- Tem algum tipo de interação, deixa comentários nas petições que assina dentro da própria plataforma?

5 - Ativismo

Ação e interação

- Você já conheceu alguém ou participou de alguma outra ação (offline ou online) por causa de uma petição? Explorar.

-- Depois de assinar uma petição, você considerou a possibilidade de se engajar mais ativamente em algum coletivo, causa ou movimento social?

--- Você já sentiu vontade de criar uma petição online? Explorar

---- Algumas plataformas de petição online dizem que conseguem construir comunidades e movimentos sociais, você concorda com isso? Por quê?

Conceito

- Você se considera um ativista? O fato de ter assinado petições faz você se considerar um ativista?

- O que seria um ativista? Explorar conceito.

- Você acredita que uma petição pode realmente mudar uma situação?

Agradecimentos , autorização para usar o primeiro nome e voltar a entrar em contato se precisar de algum esclarecimento.